UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JORNALISMO FEMINISTA, ESPECIALIZADO E ENGAJADO: UM ESTUDO DE CASO DA REVISTA AZMINA

Hyvana Layssa Rodrigues de Sousa

SÃO CRISTÓVÃO, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JORNALISMO FEMINISTA, ESPECIALIZADO E ENGAJADO: UM ESTUDO DE CASO DA REVISTA AZMINA

Hyvana Layssa Rodrigues de Sousa

Dissertação de mestrado submetida à banca de avaliação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação da Prof.ª Dra. Sonia Aguiar Lopes.

SÃO CRISTÓVÃO, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S725j

Sousa, Hyvana Layssa Rodrigues de
Jornalismo feminista, especializado e engajado : um estudo de caso da revista AzMina / Hyvana Layssa Rodrigues de Sousa ; orientadora Sonia Aguiar Lopes. – São Cristóvão, SE, 2023.
215 f. : il.

Dissertação (mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Comunicação de massa. 2. Jornalismo. 3. Mulheres no jornalismo. I. Lopes, Sonia Aguiar, orient. II. Título.

CDU 659.3:070-055.2

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO – PPGCOM

PPGCOM
Universidade Federal de Sergipe

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO – UFS

Título do trabalho: JORNALISMO FEMINISTA, ESPECIALIZADO E ENGAJADO: UM ESTUDO DE CASO DA REVISTA AZMINA

Aluno (a): HYVANA LAYSSA RODRIGUES DE SOUSA

Data da defesa: 04/05/2023

Às 14hs do dia 4 do mês de maio de 2023, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe realizou a defesa de dissertação de Mestrado da discente **HYVANA LAYSSA RODRIGUES DE SOUSA** intitulada: **Jornalismo feminista, especializado e engajado: um estudo de caso da Revista Azmina**, conforme o que estabelece a resolução Nº 4/2023/CONEPE/UFS, que rege o funcionamento do PPGCOM/UFS. A banca examinadora foi composta pelas professoras SONIA AGUIAR LOPES (PPGCOM-UFS) – presidente da banca e orientadora, RENATA BARRETO MALTA (PPGCOM-UFS) – avaliadora interna e DAIANE BERTASSO RIBEIRO – avaliadora externa (PPGJOR-UFSC). Após a discente apresentar seu trabalho, a banca fez os questionamentos e comentários referentes à pesquisa, os quais foram respondidos. Ao final, a banca se reuniu e considerou a discente HYVANA LAYSSA RODRIGUES DE SOUSA APROVADA no Curso de Mestrado em Comunicação da UFS.

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 4 de maio de 2023.

Banca Examinadora:

Dra. SONIA AGUIAR LOPES (PPGCOM-UFS)
presidente da banca

Dra. RENATA BARRETO MALTA (PPGCOM-UFS)
avaliadora interna

Documento assinado digitalmente
Daiane Bertasso Ribeiro
Data: 04/05/2023 20:11:03-0300
CPF: ***.529.350-**
Verifique as assinaturas em https://v.ufsc.br

Dra. DAIANE BERTASSO RIBEIRO (PPGJOR-UFSC)
avaliadora externa

Programa de Pós-Graduação em Comunicação:
Prédio de Comunicação Social. Andar Superior, Sala 01 - Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos Av. Marechal Rondon, S/N – CEP 49.100-000 – Rosa Elze – São Cristóvão – Sergipe – Brasil
Telefone: (79) 2105-6390 – E-mail: ppgcomufs@academico.ufs.br

Digitalizado com CamScanner

Para todas as mulheres permeiam a minha trajetória:
Do passado, que me inspiram
Do presente, que me encorajam
Do futuro, com quem poderei partilhar.

AGRADECIMENTOS

Finalizo essa dissertação em um cenário diferente do qual comecei, esse momento é simbólico, pois vivemos um período em que nos tem sido permitido esperançar. Nossa democracia sobrevive, nós sobre(vivemos).

Agradeço a ‘eu do passado’ por ter sonhado, acreditado e não desistido, sem a fé do sonho de uma criança nada disso teria sido possível. Agradeço aos meus pais, Maria Aparecida Rodrigues e Renato Faustino, por me ensinarem que a educação é sempre o melhor caminho e para nós, o único. Obrigada por acreditarem nas minhas escolhas, me apoiarem e por estarem presentes em toda jornada, essa conquista também é de vocês. À minha irmã Yasmim Rodrigues, pelo apoio, tolerância e compreensão. À minha avó paterna, Iracema Emerentina (*in memoriam*), por ser sempre uma inspiração de força e determinação. À minha avó materna, Adélia Rodrigues, e às minhas tias e parentes que sempre me cobriram com suas orações. À minha prima Paula Faustino Sampaio, que sempre me inspirou, me encorajou e ajudou. Obrigada pelas leituras atentas e o coração aberto para me receber. À Antônio de Pádua que se fez família e abriu as portas de Aracaju para mim.

À Débora Marx, Thaísa Comber e Fernanda Leite, amigas que estão comigo desde a graduação em Jornalismo na UEPB, agradeço o apoio incondicional em todas as fases da feitura deste trabalho, apoio esse que veio em forma de abraço quando estávamos perto e por mensagens, ligações e áudios quando a distância física se impôs entre nós, obrigada por tudo. À Heloysa Guedes, Amanda Andrade, Wagner Porto e Yasmin Melo, amigas a quem agradeço o apoio e a fé que sempre depositaram em mim.

À Verônica Oliveira por lá em 2020 ter me ouvido, aconselhado e incentivado quando tudo isso era apenas um desejo antigo e uma pequena semente em mãos.

À minha orientadora, professora Sonia Aguiar, que acreditou no potencial do meu projeto, abraçou as minhas ideias e me guiou brilhantemente durante toda a trajetória dessa pesquisa. Todo o seu rigor acadêmico é equivalente ao seu cuidado, atenção e compreensão, obrigada por cruzar o meu caminho e tornar essa jornada ainda mais frutífera e especial. Ao PPGCOM da Universidade Federal de Sergipe, pela acolhida e por todo o suporte durante esses dois anos. Cito aqui o antigo secretário do programa, Danilo Oliveira, que sempre esteve presente para ajudar com as demandas, protocolos e documentações, mas também como um amigo para trazer uma palavra de conforto e motivação.

Aos amigos que fiz pelo caminho nas turmas do mestrado, cito aqui especialmente Gabriella Ferreira, Hector Sousa, Vinícius Rocha e Anderson Barbosa, nesse último ano

dividimos angústias, inseguranças, mas também boas lembranças, risadas e aprendizados. Obrigada por tornarem a minha passagem por Aracaju mais leve.

À pesquisadora Márcia Veiga da Silva pela riquíssima contribuição com o seu trabalho e com as sugestões e apontamentos feitos durante a banca de qualificação. Às professoras Renata Barreto Malta e Daiane Bertasso Ribeiro pela participação na banca de aprovação da dissertação, obrigada pela leitura atenta e importantes contribuições.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com este trabalho, aos quais não consigo citar nominalmente, pois uma pesquisa como essa se tece à várias mãos. Registro aqui minha gratidão pelo afago que veio em conversas, conselhos, orientações, apoio e o simples ato de acreditar.

Por fim, e não menos importante, reservo esse espaço para agradecer, e reconhecer, as professoras e professores que me guiaram pelo caminho da educação, serei eternamente grata por cada ensinamento. Obrigada!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar o jornalismo feminista dentro da perspectiva do jornalismo especializado e engajado, apresentando-o como possibilidade legitimada pelos princípios gerais e das boas práticas da profissão. Para tal, determinamos a Revista Digital AzMina como objeto de análise da pesquisa, com foco estrito ao conteúdo jornalístico do veículo. A partir de uma revisão de literatura das teorias do jornalismo, traçou-se a discussão de como os postulados – objetividade, noticiabilidade e *newsmaking* – associados à função de *gatekeeper*, vêm sendo tensionados em confronto com conjuntos de práticas do jornalismo com uma perspectiva crítica que vai além das técnicas e da normatividade. Em seguida, contextualizamos as práticas e as categorias do jornalismo especializado e a perspectiva do jornalismo engajado, buscando trazer o enquadramento desses tipos ao nosso objeto. Posteriormente, fazemos um percurso Histórico da relação do movimento feminista com a imprensa e com o jornalismo, especificamente no Brasil, e como esse contexto desenhou o que hoje conhecemos como jornalismo feminista. Para a análise do objeto realizamos inicialmente um estudo exploratório da Revista AzMina, registrando a sua proposta, forma de organização, metodologias e princípios editoriais. Os procedimentos metodológicos adotados foram construídos com base na análise de conteúdo, a partir da coleta de reportagens que foram analisadas a partir da narrativa, temática e da escolha das fontes, e balizadas com informações dos "princípios editoriais" da revista. Os resultados apresentam que as reportagens produzidas pela Revista AzMina, dentro de uma perspectiva da realização de uma prática de jornalismo feminista, correspondem a sua proposta editorial e convergem com as boas práticas de jornalismo ético e profissional. Além disso, a proposta de categorização do jornalismo feminista como jornalismo especializado e engajado encontra um espaço propício já que é possível obter no jornalismo feminista praticado pela AzMina pilares que correspondem à essas duas categorias do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo feminista; jornalismo engajado; jornalismo especializado; teorias do jornalismo; práticas jornalísticas.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the feminist journalism into the perspective of specialized and engaged journalism, presenting it as a possibility legitimated by the general principles and the good practices of the profession. In order to do this, we determined the AzMina Digital Magazine as an object of analysis for the research, with strict focus on the journalistic content of this vehicle. From a literature review of the journalism theories, we lined the discussion of how the postulates – objectivity, newsworthiness and newsmaking – associated with the function of gatekeeper, have been tensioned in confront with journalism practices with a critical perspective that goes beyond the techniques and the normativity. After that, we contextualize the practices and the categories of the specialized journalism and the perspective of the engaged journalism, seeking to bring the framework of these types to our object. Afterwards, we do a Historic journey of the feminist movement's relation with the press and the journalism, specifically in Brazil, and how this context designed what we know today as feminist journalism. For object analysis we initially carry out an exploratory study of the AzMina Magazine, registering its proposal, organization method, methodologies and editorial principles. The methodological procedures embraced were built based on the content analysis, from the articles collection that were analyzed from the narrative, thematic and source choices, and based with information from the "editorial principles" of the magazine. The results shows that the articles produced by AzMina Magazine, inside a realization of a feminist journalism practice perspective, match with it's editorial proposal and converges with the good practices of professional and ethical journalism. In addition, the categorization proposal of feminist journalism as specialized and engaged journalism finds a propitious space since is possible to gain in the feminist journalism practiced by AzMina pillars that correspond to those two journalism categories.

Keywords: feminist journalism; engaged journalism; specialized journalism; journalism theory; journalistic practices.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Equipe dirigente da revista AzMina na página do “Quem Somos”..... 48
Figura 2 – Perfil de uma jornalista integrante da equipe de gestão da revista AzMina..... 49
Figura 3 – Barra de navegação do Portal AzMina em dois tempos..... 80
Figura 4 - Diagrama do Instituto AzMina..... 81
Figura 5 – Tela inicial do Portal AzMina..... 82
Figura 6 – Gráfico de monitoramento do Elas no Congresso..... 83
Figura 7 – *Ranking* com a atuação dos parlamentares da Câmara Federal brasileira..... 83
Figura 8 – Imagem ilustrativa do Aplicativo PenhaS..... 84
Figura 9 – Expediente do Portal AzMina em 2022..... 87
Figura 10 – Distribuição atual do expediente do Portal AzMina..... 87
Figura 11 – Infográfico do perfil da atual equipe..... 89
Figura 12 – Diagrama-síntese dos slogans do Instituto e da Revista AzMina..... 90
Figura 13 – Postagem colaborativa da Revista AzMina e Melted Vídeos no Instagram..... 105
Figura 14 – E-mail da Revista AzMina..... 108
Figura 15 – Barra de navegação das editorias da Revista AzMina..... 110
Figura 16 – Enquadramentos das matérias em editorias e *tags* correlatas (acima dos títulos).112
Figura 17 – Botão Indicador..... 114
Figura 18 – Etiqueta “análise” especificando a abordagem do conteúdo..... 115
Figura 19 – Mapa do Brasil com colaboradoras..... 146
Figura 20 – Estrutura dos pilares da Revista AzMina..... 147

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias “clássicas” do Jornalismo especializado..... 45
Tabela 2 – Enquadramentos editoriais da Revista AzMina..... 112-113
Tabela 3 – Frequência do uso dos botões indicadores..... 114
Tabela 4 – Eixo temático Política..... 122
Tabela 5 – Eixo temático Violência..... 130
Tabela 6 – Eixo temático Feminismos..... 133
Tabela 7 – Eixo temático Saúde..... 139-140
Tabela 8 – Perfis profissionais, habilidades e interesses das jornalistas que fazem parte da equipe fixa da AzMina..... 164
Tabela 9 – Informações gerais do *corpus* da pesquisa..... 167
Tabela 10 – Fontes humanas nas reportagens presentes na análise..... 173
Tabela 11– Fontes institucionais das reportagens analisadas..... 185
Tabela 12 – Perfil das autoras que assinam matérias no *corpus* selecionado..... 192

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 OS ESTUDOS DE JORNALISMO E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM CONFRONTO TEÓRICO 18

2.1 Principais postulados teóricos sobre as práticas do jornalismo 21

2.1.1 A objetividade em questão 21

2.1.2 Noticiabilidade e newsmaking 29

2.1.3 Gatekeeping: o processo de controle das pautas e definição das fontes 35

2.2 A "generificação" dos estudos de jornalismo 39

3 O JORNALISMO ESPECIALIZADO E ENGAJADO NAS CAUSAS FEMINISTAS 42

3.1 Jornalismo especializado 43

3.1.1 Trajetórias profissionais das jornalistas da AzMina 47

3.1.2 A construção de pautas especializadas 52

3.1.3 A ética do cuidado nas pautas feministas 55

3.1.4 A linguagem especializada e a segmentação de público 57

3.2 O jornalismo engajado 61

3.3 Da imprensa feminina aos feminismos na imprensa 69

3.4 Jornalismo feminista: uma prática especializada e engajada 76

4 FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE NA REVISTA AZMINA 79

4.1 AzMina: para além da questão de gênero 79

4.1.1 Abordagem interseccional 90

4.1.2 Abordagem Tecnológica 101

4.2 Escolhas metodológicas 106

4.2.1 Procedimentos de coleta e categorização de dados 111

4.2.2 Formatos narrativos: do textual ao transmídia 116

4.3 Do que se fala n'Azmina 119

4.3.1 Questões de gênero na política 121

4.3.2 Violências contra a mulher 128

4.3.3 Os feminismos como guarda-chuva temático 132

4.3.4 Saúde e sexo sem discriminação 139

4.4 Quem tem voz n'AzMina 142

CONCLUSÕES..... 149

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 152

APÊNDICE A – Perfis das jornalistas da equipe fixa..... 164

APÊNDICE B – Tabela geral do *Corpus*..... 167

APÊNDICE C – Fontes da Revista AzMina 173

APÊNDICE D – Perfis das jornalistas..... 192

ANEXO A – "Quem Somos" da Revista AzMina..... 201

1 INTRODUÇÃO

As ideias para esta pesquisa foram suscitadas pela necessidade de compreender o jornalismo além da sua função informativa na vida cotidiana, questionando o seu papel social. O interesse pelas questões feministas foi despertado ainda durante a graduação, a partir de discussões que ocorriam nas mídias digitais. Esse é um ponto importante na trajetória, pois foi nesse momento de ebulição da propagação das ideias feministas nas redes sociais digitais que vimos florescer movimentações públicas importantes em busca da garantia dos direitos das mulheres, com foco principalmente nas questões ligadas à violência contra a mulher. Inclusive, o período conhecido como "Primavera Feminista" que iniciou em 2015 com mobilização de mulheres em protestos por todo o Brasil, teve as redes sociais digitais como espaços de articulação e organização dos encontros. Além disso, nesses espaços também houve diversas campanhas digitais, principalmente com o uso de *hashtags*, que ecoavam problemáticas urgentes de denúncia e conscientização, como: #MulheresContraCunha, contra a PL 5069 eu dificultava o acesso de mulheres vítimas de violência sexual ao aborto; #AgoraÉQueSãoElas que questionava a ausência de mulheres em espaços de mídia; #MeuAmigoSecreto a denúncia de casos de assédio e violência praticada por homens próximos das vítimas; #NãoÉNão e #CarnavalSemAssédio conscientização para combate ao assédio no período de carnaval e outras (COSTA, 2018; BOGADO, 2018).

Mas as ideias que culminaram nessa pesquisa ganharam força após sucessivas leituras e observações dos conteúdos veiculados pela Revista Digital AzMina, sobretudo em suas redes sociais digitais, que despertaram a curiosidade de saber como ela era feita e quem estava por trás daquela proposta de jornalismo feminista. Mas até essas preocupações e interesses se transformarem em um objeto de investigação e problema de pesquisa foi um longo caminho.

A primeira proposta apresentada ao processo seletivo para o curso de Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe foi focada em compreender os possíveis impactos que a proposta de jornalismo feminista e combate à violência de gênero da AzMina poderia ter nas suas leitoras. Essa inquietação surgiu do entendimento de que as informações propagadas na Internet, principalmente nas redes sociais digitais, possuem efeitos reais nos indivíduos que têm acesso a elas. Porém, os debates fomentados nas disciplinas do curso, aliadas às reuniões de orientação, foram provocando novas reflexões que levaram a uma revisão da proposta inicial.

Foi necessário, então, dar um passo atrás e tomar distância para observar as características desse objeto com mais atenção, buscando não mais compreender os seus

impactos, mas entender como ele se constitui enquanto um projeto jornalístico e como se situaria dentro do escopo dos estudos do jornalismo. Para isso, buscou-se verificar a existência de outros trabalhos acadêmicos acerca do jornalismo feminista, que se apresenta como um fenômeno recente que se consolida nas práticas do jornalismo a partir de uma perspectiva feminista.

Os estudos que analisam este fenômeno são datados da segunda década do século XXI, entre os quais se destacam como de particular interesse para a presente pesquisa duas dissertações de mestrado: a de Márcia Veiga da Silva (2010), que investiga as rotinas jornalísticas de um veículo empresarial a partir da perspectiva de gênero, observando como elas estão cercadas de ações masculinistas que reverberam nas práticas e na abordagem dos conteúdos publicados; e de Jessica Gustafson Costa (2018), que aponta caminhos para a definição do jornalismo feminista a partir da observação das suas práticas em um veículo que possui essa proposta. Outros trabalhos acerca do tema foram analisados e explorados, entretanto esses dois funcionam como marcadores dos estudos por serem pioneiros em trazer as discussões de gênero e para compreender a forma de estruturação de rotinas jornalísticas a partir de uma perspectiva feminista.

Além das pesquisas de Márcia e Jessica, foi observado a partir das revisões bibliográficas que até o ano de 2016 as pesquisas sobre mídia e jornalismo não se detinham a trabalhar as questões de gênero, como apontam Cláudia Lago, Evelyn Kazan e Manuela Thamani (2018) em levantamentos feitos na base de artigos apresentados no Congresso anual da SBPJOR – Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e em revistas qualificadas da área de Comunicação, entre 2014 e 2016. Após esse marco é possível observar uma crescente produção de pesquisas que investigam o jornalismo a partir da perspectiva de gênero, entre dissertações como as de Francielle Esmitiz (2019), Heloisa Souza dos Santos (2019), Bibiana Garcez (2020), Jade Vilar de Azevedo (2021), Gabriela Braga Schander (2021), Camila Barros de Albuquerque (2021) – estas cinco últimas com estudos de caso sobre a revista AzMina – e Luíza Buzzacaro Barcellos (2021), a tese de doutorado de Anna Flávia Feldmann (2018), artigos e materiais publicados por meio do trabalho de grupos de pesquisas como o "Jornalismo e Gênero" coordenado pelas professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bem como o projeto de pesquisa "Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero", desenvolvido desde 2020 pela professora Daiane Bertasso, da Universidade Federal de Santa Catarina, que se debruça sobre os estudos e na produção de conhecimento do jornalismo com perspectiva de gênero. É a partir

da observação desse cenário que a presente pesquisa se justifica como um acréscimo às discussões que vêm sendo fomentadas no Brasil.

Partindo desse ponto, propomos uma contribuição diferenciada, que acrescenta/soma ao debate a abordagem do jornalismo feminista como uma prática simultaneamente especializada e engajada. É a partir dessas referências que surgem os questionamentos acerca das possibilidades de o jornalismo especializado em causas feministas ser reconhecido e legitimado como uma prática ao mesmo tempo profissional e engajada, que tensiona alguns dos principais postulados dos estudos do jornalismo, como valores-notícia, objetividade e imparcialidade. Para isso, observamos o contexto contemporâneo do "jornalismo engajado" ou "de causas", cujas práticas têm se multiplicado nos últimos anos, não apenas nos meios ditos alternativos ou independentes, como também em outras esferas da prática profissional.

A Revista AzMina, que tem como slogan "Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero", também relaciona em seus objetivos e práticas a "informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero". Trata-se de uma revista nativa digital, que surge e se consolida como uma referência, organizacional e produtiva, utilizando os recursos do ambiente tecno-midiático da Internet para difundir informações e debates e fortalecer a sua comunidade de leitoras. A publicação possui um posicionamento abertamente em defesa dos direitos das mulheres, que exerce por meio do que autodenomina "jornalismo feminista". Foi esse rótulo assumido que despertou a atenção para os questionamentos que conduziram esta pesquisa: O que esse "jornalismo feminista" quer dizer? Como ele se constitui? As práticas são as mesmas do chamado jornalismo "tradicional" ou "profissional"? Senão, o que os diferencia? Quem ele representa? Quem fala por ele? Para quem ele fala?

Dessa forma, o primeiro passo da pesquisa foi realizar um estudo exploratório do objeto para compreender como a Revista AzMina se estrutura, quais são suas diretrizes editoriais, como a revista é organizada, quais são as suas narrativas e quem são as profissionais que operam esse jornalismo diferenciado.

A partir das inquietações geradas por esse primeiro estudo exploratório formulamos o **problema de pesquisa** desta dissertação: O jornalismo engajado em causas feministas, tal como proposto e praticado pela Revista AzMina, é contraditório com os postulados e as práticas do jornalismo ou representa uma outra forma de interpretá-las?

Assim, esta dissertação tem como **objetivo geral** investigar o modo como a Revista AzMina produz conteúdos jornalísticos e mostrar possibilidades de se praticar jornalismo comprometido com uma causa e que seja legitimado pelos princípios gerais da profissão. Tal objetivo foi alcançado por meio de **objetivos específicos**, a saber: Verificar como é feita a

definição das pautas, das temáticas e publicações; Verificar como o conteúdo publicado reflete a proposta da revista e sua relação com o jornalismo; Analisar as fontes por meio das quais são feitas as apurações; Verificar se e como o postulado "informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero" é identificável nas práticas da revista; Inferir a relação da produção da Revista com as práticas do jornalismo engajado e especializado.

Para atender aos objetivos da pesquisa, o capítulo 2 apresenta uma discussão teórica com base em uma revisão bibliográfica acerca dos postulados do jornalismo – objetividade, noticiabilidade, *newsmaking* e *gatekeeper*, e proposto um tensionamento desses postulados a partir de estudos que vão olhar para as práticas e para as teorias do jornalismo além das ações mecanicistas, entendendo os atravessamentos da prática. Nesse percurso, foram priorizados o papel de senso crítico do jornalismo e a sua ação social (MORETZSOHN, 2000, 2002; SILVA, 2005; COSTA, 2018), como também o olhar crítico sobre a forma hegemônica de condução do jornalismo que "se escora" nos postulados para exercer-se da forma que é (VEIGA DA VEIGA DA SILVA, 2010, 2014 MORAES, 2019; SILVA e MORAIS, 2019). Além dessa discussão teórica relativa às práticas jornalísticas, julgou-se importante para as reflexões propostas realizar um levantamento sobre a "generificação" dos estudos de jornalismo, com o objetivo de contextualizar como esses dois campos têm se entrelaçado muito recentemente e de como as perspectivas de gênero têm se tornado presentes nas leituras das práticas do jornalismo, principalmente no movimento de evidenciar a sustentação do discurso e de valores hegemônicos. A presente pesquisa busca justamente trazer esse contraponto a partir do jornalismo feminista, onde esses valores são ressignificados.

O capítulo 3 traz uma explanação acerca do jornalismo especializado e do jornalismo engajado, propondo que o jornalismo feminista seja enquadrado e reconhecido como uma categoria dessas práticas. Para isso, recorre-se à esparsa e reduzida bibliografia sobre jornalismo especializado disponível no Brasil (ERBOLATO, 1981; TAVARES, 2007, 2009, 2012) e sobre o seu principal meio de consolidação, a revista (ABIAHY, 2005), observando a especialização dos jornalistas, a construção das pautas, o tratamento específico da informação e os métodos de apuração, redação e edição utilizados nessa prática jornalística a partir da Revista AzMina, continuando o movimento de unir a teoria a indícios encontrados no objeto.

A segunda parte do capítulo aborda o jornalismo engajado, termo que vem sendo projetado nos estudos do campo ainda de forma difusa, sendo associado a diferentes modelos de jornalismo. O movimento empreendido aqui foi o de observar como ele vem se consolidando em termos teóricos e por meio de práticas principalmente do jornalismo ambiental (AGUIAR, 2003; DORNELLES, 2008; BELMONTE, 2017, 2020; LOOSE, 2022), e nas iniciativas de

jornalismo independente (CALADO, 2019; ANDRADE e PEREIRA, 2020). Nesse contexto, observa-se que o engajamento de jornalistas em uma causa é baseado em um conhecimento específico que orienta a produção de informações úteis para o público interessado na perspectiva da causa defendida, que no nosso caso são as causas feministas. Para dar suporte à compreensão dessa convergência entre o jornalismo e os movimentos feministas, traçando uma linha de diferenciação importante sobre o jornalismo feminino e o jornalismo feminista, elaborou-se um tópico específico que aborda como essa relação vem se dando e a importância disso para os movimentos. Sinaliza-se também a apropriação das práticas jornalísticas como ferramentas pelo feminismo, a partir da ação de jornalistas profissionais, dando origem ao jornalismo feminista como uma prática especializada e engajada.

Por fim, o capítulo 4 apresenta um estudo detalhado do objeto empírico da pesquisa, a Revista AzMina, descrevendo toda a sua estrutura de editorias, equipe, os projetos paralelos da revista, como se organizam e os pilares que orientam as práticas do veículo. A partir desse estudo ficam demonstradas duas características da Revista: a abordagem interseccional, corroborada por um breve histórico dos movimentos feministas até a formulação e conceituação da interseccionalidade (AKOTIRENE, 2019; COLLINS e BILGE, 2021; HOOKS, 2015, 2019; LÉLIA GONZALEZ, 2020); e a abordagem tecnológica, intrínseca à origem nativa digital d'AzMina e de como ela é aplicada a todas as ações e produção de conteúdo.

Entendemos que esse capítulo se caracteriza como um Estudo de Caso, metodologia que permite investigar um fenômeno com base em uma situação, acontecimento ou objeto específico a fim explorar particularidades dentro de um universo de acontecimentos, porém sem a pretensão de contemplar todo esse universo, mas sim observá-lo a partir de um ponto específico e torná-lo ilustrativo para a compreensão de eventos semelhantes (DUARTE, 2005). Para realizar a análise, utilizamos de estratégias da análise de conteúdo e da análise temática (BARDIN, 2016), aplicadas em um *corpus* composto por 54 (cinquenta e quatro) reportagens extraídas do portal da Revista AzMina entre junho e novembro de 2022.

Durante a análise apontamos características temáticas abordadas na Revista, a expertise dos jornalistas fixos e colaboradores externos que produzem em parceria com a Revista e a relação d'AzMina com as fontes, variáveis balizadas pelos posicionamentos editoriais da revista apresentados em um documento institucional nomeado como "Quem Somos". A partir dessas definições, selecionamos uma amostra de reportagens para realizar a análise e observar como essas categorias estavam presentes nos conteúdos, assim como outras características de abordagem e das próprias práticas do jornalismo.

A análise foi dividida em duas fases, no primeiro momento analisamos quais são os aspectos temáticos trabalhados nas principais editorias da revista: política, violência, feminismos e saúde, por meio de uma amostra representativa. Foi possível observar uma grande variação temática em reportagens, com características próprias que vão de encontro com a proposta da AzMina. O segundo momento de análise foi sobre as vozes presentes reportagens, nesse momento analisamos as fontes humanas e institucionais, como também o perfil das jornalistas que assinam as reportagens e que integram a equipe da revista.

Com isso, identificamos, como resultados, que as reportagens produzidas pela Revista AzMina correspondem ao projeto de realização de um jornalismo feminista com base em sua linha editorial e convergente com as práticas do jornalismo ético e profissional. Além disso, a proposta de categorizar o jornalismo feminista como jornalismo especializado e engajado respaldo na análise, considerando que encontramos características da aplicação de expertises específicas dos jornalistas para a produção de um conteúdo que aborda os fatos de forma ampla e aprofundada sob a perspectiva de contribuição com uma causa específica, pilares que correspondem a essas duas categorias do jornalismo.

2 OS ESTUDOS DE JORNALISMO E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM CONFRONTO TEÓRICO

Como um campo permanentemente em construção, o jornalismo exige uma abordagem interdisciplinar que busque dar conta dos mútuos tensionamentos entre as demandas sociais e as práticas profissionais. Esse movimento nos obriga a pensar o jornalismo não apenas em seu processo de consolidação como campo de conhecimento, mas também no confronto dos seus paradigmas com os deslocamentos que acontecem na sociedade e atualizam as suas práticas, a profissão e os próprios estudos (SILVA, 2011; FRANCISCATO, 2015).

Considerando esses aspectos entre as práticas sociais e os estudos de jornalismo, a proposta deste capítulo é tensionar os paradigmas que estruturam o campo a partir de um crescente conjunto de práticas jornalísticas que se pautam pela defesa de certas "causas" ou direitos – como meio ambiente, inclusão social ou feminismo. Comumente enquadradas como "jornalismo engajado", essas práticas de jornalismo especializado são também frequentemente consideradas como incompatíveis (ou até antagônicas) com os cânones das rotinas profissionais de pauta, apuração, redação e edição. Uma busca rápida por essas palavras-chave em repositórios online[1] indica uma tendência de resultados que demonstram rejeição à possibilidade de convergência entre uma linha editorial engajada em certo recorte temático e os postulados de noticiabilidade, objetividade e neutralidade que dominam o *ethos* dos jornalistas.

Por outro lado, como evidencia o "mapa do jornalismo independente" elaborado pela Agência Pública[2], há no Brasil uma crescente variedade de iniciativas coletivas de jornalistas surgidas no ambiente digital e não ligadas a grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas, que se dedicam a uma variedade de questões sociais, como políticas públicas, migrações, comunidades periféricas, mobilidade urbana, maternidade ativa, antirracismo, inclusão e cidadania, entre outros. Essa tendência, por si só, já seria um indicador de relevância da proposta desta pesquisa, mas há um percurso histórico dessa questão que merece ser resgatado para melhor compreensão da amplitude do problema.

No Brasil, a área que mais acumula discussões acerca de um comportamento profissional engajado é a do jornalismo ambiental, que surge nos anos 1970 atrelado ao jornalismo científico e se consolida na década de 1990, após a Eco 92, conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento realizada pela ONU – Organização das Nações Unidas, na cidade

[1] A busca foi feita na plataforma do Google que aponta o termo ligado a textos de revistas especializadas e repositórios acadêmicos, como também observatórios de mídia e imprensa.
[2] Especializada em jornalismo investigativo. Disponível em: https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/sobre/

do Rio de Janeiro (BELMONTE, 2017). Antes dessa consolidação, porém, o jornalismo ambiental enfrentou muitas dificuldades para se inserir no mercado jornalístico do país (Ibid.), pois havia um olhar preconcebido sobre as práticas desses profissionais, que por reportarem uma causa específica, com a qual geralmente se identificavam, eram vistos mais como ativistas do que como jornalistas.

Em depoimento compilado por Aguiar (2003), Vilmar Berna, editor com larga experiência em publicações sobre meio ambiente, argumentou:

> Jornalista é profissão, ambientalista é atitude de cidadania (...). Logo, é perfeitamente possível ser um jornalista ambiental, e cobrir de forma profissional a área ambiental, sem ser ideologicamente engajado na causa. (...) Um jornalista precisa ouvir os vários lados de um tema, por mais que isso incomode, seja aos ambientalistas, seja aos poluidores. (...) Não que seja um mal em si ser jornalista e ambientalista, mas apenas não deve o jornalista, nesta condição, confundir-se com a causa a ponto de, em vez de jornalismo, começar a fazer panfleto ideológico ou **marketing da causa**. Porque aí deixa de ser útil como um **intérprete da verdade** (AGUIAR, 2003, p. 154 – grifo nosso).

Para o também experiente jornalista ambiental Adalberto Wodianer Marcondes, uma diferença fundamental entre o jornalista especializado e o que cobre eventualmente um tema é a sua capacidade de compreender as questões implicadas, por conta do conhecimento acumulado na prática profissional e/ou vivenciado no ativismo:

> Acho que a militância ambiental é fundamental para os processos de mudança de enfoque em relação ao tema. No entanto, o bom jornalista ambiental vai aplicar **todos os preceitos do bom jornalismo** aliado ao seu conhecimento específico e prestar um melhor serviço à sociedade, buscando ouvir todos os lados e dar voz a todos os setores sociais envolvidos (AGUIAR, 2003, p.155 – grifo nosso).

Em sua tese de doutorado, Roberto Villar Belmonte (2020), com base na autodescrição de 33 (trinta e três) veículos jornalísticos especializados e engajados na cobertura das questões ambientais no Brasil, elenca cinco funções dessa prática, que são: informar, promover, educar, mobilizar e investigar. Esse levantamento vai ao encontro das definições do papel do jornalismo engajado trazidas anteriormente pelo autor, no mesmo texto, que são: “informar, interpretar, contextualizar, investigar, instruir, educar, orientar, estimular o engajamento e reforçar a cidadania” (BELMONTE, 2020, p. 69). Ou seja, a partir desse estudo é possível evidenciar que há uma coerência entre as funções atribuídas ao jornalismo e a prática do jornalismo especializado e engajado na cobertura das causas ambientais.

É importante entendermos que o jornalismo é constituído por tomadas de decisões conscientes, regidas por postulados teoricamente sistematizados pelos estudos de jornalismo, que resultam em práticas que conduzem a atuação do jornalista. Quando essa ideia é levada

para discutir o jornalismo engajado, há uma suposição de que ele não segue esses preceitos justamente por ser guiado pelo engajamento em temáticas específicas, principalmente aquelas atreladas aos direitos humanos, questões ambientais, pautas étnico-raciais, de classe e de gênero. Cabe-nos então questionar: por que essas temáticas são tratadas como algo à parte do jornalismo? O jornalismo tido como "tradicional" não possui suas causas? As empresas jornalísticas não possuem nada a defender?

A reflexão trazida por esta pesquisa busca questionar o que está posto como "jornalismo tradicional" e desmontar essa aparente contradição ou dualidade entre formas de ler o universo de acontecimentos – que pode nos levar para um caminho que torna o jornalismo mecânico e acrítico – a partir da observação de como os postulados do jornalismo e as definições de "boas práticas" podem estar presentes no exercício do jornalismo engajado, como o jornalismo feminista da Revista AzMina, objeto empírico desta pesquisa.

Grosso modo, o jornalismo é compreendido como uma atividade profissional exercida por jornalistas habilitados (ou reconhecidos como tal), a partir da aplicação de um conjunto de técnicas, métodos e rotinas que possibilitam a produção de notícias e informação processada em variados formatos, a partir de critérios pré-estabelecidos. Comumente utilizam-se as expressões "jornalismo profissional" e "jornalismo tradicional" para designar o "jeito certo" de fazer jornalismo "de qualidade", o que excluiria práticas jornalísticas tidas como "militantes".

É notável que as duas expressões acima estejam atreladas ao fazer jornalístico das grandes empresas e conglomerados de mídia, que busca se afirmar como absoluto e é produzido a partir de uma visão hegemônica de sustentação da mesma hegemonia que o produz. No entanto, estudos recentes (VEIGA DA SILVA, 2010; MORAES, 2019; VEIGA DA SILVA e MORAES, 2019) buscam evidenciar que esse jornalismo possui raça, gênero e classe definidas e uma visão ideológica que parte desses referenciais. Assim, para diferenciar esse jornalismo produzido por grandes empresas de mídia do jornalismo feminista, objeto desta pesquisa, utilizaremos o termo "jornalismo empresarial", entendendo que para além da produção da notícia e da informação segundo cânones tradicionais da profissão, esse fazer jornalístico é orientado pela obtenção de lucro e manutenção de poder econômico e influência sobre a sociedade.

Em contraposição, utilizaremos as noções de "jornalismo engajado" para identificar práticas e veículos jornalísticos que funcionem não apenas como descritores das realidades, mas também como agentes ativos em defesa de direitos (humanos, sociais e civis), da diversidade e de igualdades de oportunidades. Porém, entendendo que esses fazeres jornalísticos não são antagônicos nem se limitam a uma disputa binária. Para esta pesquisa, o

jornalismo, enquanto prática social e profissional, comporta diversas modalidades, que não devem ser vistas como marginais em relação ao jornalismo hegemônico, o que exige um esforço teórico de compreensão do que seja o eixo paradigmático do jornalismo reconhecível em diferentes práticas e propostas.

2.1 Principais postulados teóricos sobre as práticas do jornalismo

A proposta deste tópico é discutir três postulados dos estudos de jornalismo que são tratados como pilares da prática profissional – objetividade, noticiabilidade e *newsmaking* – associados à função de *gatekeeper*, responsável por definir o processo de seleção de pautas e fontes de informação que sustentam o trabalho jornalístico. Iremos observar de que maneira as teorias estão sistematizadas e podem ser observadas nas práticas jornalísticas, considerando a perspectiva de um olhar sobre o jornalismo feminista exercido pela Revista AzMina.

Para compreender esses postulados, realizamos um levantamento bibliográfico buscando alicerçar o debate com base em leituras desses paradigmas. Dentro dessa revisão, incluímos os trabalhos das pesquisadoras Márcia Veiga da Silva (2010) e Jessica Gustafson Costa (2018), que investigam as práticas jornalísticas a partir de um olhar generificado (ou perspectiva de gênero) em distintos ambientes de produção jornalística: respectivamente, um programa jornalístico produzido e veiculado por uma emissora de TV comercial regional e um portal de notícias feministas autodeterminado como independente. Inicialmente iremos apresentar cada um dos postulados, seus aspectos, legados, práticas e novas propostas; em seguida, observamos como esses postulados são discutidos sob a perspectiva de gênero, com foco no gênero feminino. Por fim, propomos um entrecruzamento dessas teorias com o modelo de jornalismo feminista proposto e praticado pela Revista AzMina.

2.1.1 A objetividade em questão

A objetividade jornalística está presente no conjunto de conceitos que formam a base do que conhecemos como jornalismo profissional. Ao entrar em contato com as pesquisas contemporâneas acerca desse tema é possível obter diferentes perspectivas sobre a aplicação de como a objetividade está presente no que tem sido produzido no jornalismo. Inicialmente a objetividade é tida como um método para o encontro do fato, livre de visões e subjetividades de quem o relata. A ideia é a de que os “fatos pelos fatos” sejam expostos sem a interferência do narrador, pois assim se encontraria o “bem maior” do jornalismo, a verdade. Por significar

a busca de algo tão complexo, a objetividade jornalística tem sido fortemente questionada e tensionada nas rotinas profissionais e observada com olhar crítico nos estudos acadêmicos.

Com base na literatura recorrente e recente sobre o tema, propomos três dimensões de análise da noção de objetividade a serem consideradas ao longo da pesquisa e aqui apresentadas de forma sucinta: a perspectiva trabalhada pela socióloga estadunidense Tuchman (1993), que aborda a "objetividade como um ritual estratégico"; a perspectiva crítica de Moretzsohn (2000, 2002) sobre uma objetividade mecanizada, que esvazia o senso crítico do jornalismo; e a perspectiva generificada e localizada da objetividade, abordada a partir de diferentes lugares por Márcia Veiga da Silva (2010) e Jessica Gustafsson Costa (2018). Aliada a essas perspectivas, abordaremos também a dimensão ética, relativa à responsabilidade social que se espera do jornalismo e dos jornalistas em particular, tensionada quando se discute o jornalismo engajado. Ao longo da discussão, as perspectivas serão cotejadas com as práticas do jornalismo feminista da Revista AzMina e os argumentos editoriais de suas jornalistas para defender a proposta.

Embora não seja intrínseca ao jornalismo, a noção de objetividade é um dos preceitos mais caros ao exercício da profissão. A atenção dos jornalistas foi voltada para essas questões ainda no século XIX, no período de afirmação da razão e ascensão do pensamento positivista e da ciência como detentora das explicações do mundo (BRIXIUS, 2006, p. 17), tendo como horizonte uma suposta verdade absoluta. É nesse contexto, em que se dá ênfase à fidelidade aos fatos acima de qualquer visão opinativa e interpretativa, que tais pensamentos passam a se refletir nos jornais da época, influenciando a narração dos fatos de uma forma diferenciada da linguagem folhetinesca e do discurso opinativo até então dominantes.

Em busca da objetividade, os textos jornalísticos vão incorporando novos recursos narrativos, como a transcrição de falas com o uso de aspas e técnicas descritivas que permitem narrar os fatos de forma verossímil, por exemplo. A noção de objetividade fortifica-se entre o final do século XIX e o início do século XX, quando o jornalismo incorpora métodos de produção industrial e de distribuição comercial, que dão origem a novas técnicas narrativas, como o *lead* e a pirâmide invertida. Assim, o jornalismo passa a ser centrado nos fatos, estabelecendo uma divisão entre o jornalismo informativo e o opinativo, com objetivo de demarcar a separação entre o fato e a opinião de um indivíduo específico Barros Filho (2003 *apud* LEITE JUNIOR, 2017).

A partir do marco da *penny press*[3], que se apropriou de forma rigorosa da prática e trouxe de forma efetiva a preocupação com as questões que envolvem a credibilidade do jornal, como imparcialidade e equilíbrio, houve uma difusão mais ampla do conceito de objetividade jornalística no mundo ocidental. Assim, a questão central da objetividade no contexto do jornalismo passa a ser a busca pelo distanciamento do observador em relação ao fato, de modo a impedir (ou pelo menos evitar) o envolvimento das suas subjetividades no relato. Porém, como aponta Pena (2017), fazer esse jogo de oposição é um erro, pois a subjetividade é intrínseca ao indivíduo. Por esse motivo, a objetividade passa a ser entendida como um método de construção narrativa dos fatos da forma mais aproximada possível ao que ocorreu, de maneira confiável e sem interferência, ou seja, sem modificar esses fatos na narrativa (PENA, 2017; BRIXIUS, 2006).

Essa ideia da objetividade como método, ou seja, como um conjunto de procedimentos que buscam "garantir" a qualidade e a veracidade da notícia, é a base da abordagem de Tuchman (1993), da "objetividade como um ritual estratégico", tal como incorporada às rotinas profissionais do jornalismo. Essa estratégia consiste em passos efetuados pelo jornalista na construção da matéria, que são: avaliação do que é ou não notícia; apresentação de provas auxiliares que complementam a fala do repórter; uso de citações, de modo a explicitar as manifestações das fontes e abstrair a presença do profissional da notícia; a estruturação da informação em ordem hierárquica, a conhecida "pirâmide invertida" (Ibid.). Esse é o processo que, segundo a proposta da autora, vai embasar a transformação do fato em notícia.

Entretanto, as ações de construção da notícia estão permeadas por processos sociais sob os quais as leituras e interpretações de mundo são formadas, ou seja, são processos dependentes (TUCHMAN, 1993; MORETZSOHN, 2000). Como reforça Henriques (2018, p. 257 – grifo nosso), é como se...

> […] a cada acontecimento noticiado, houvesse primeiro um fato, cuja constituição é autônoma, independente e anterior aos próprios jornalistas, e somente depois, no processo de produção da notícia, entrasse em cena o interesse, ou seja, a **interpretação jornalística dos acontecimentos**, **transformando esses acontecimentos em produtos veiculados** em jornal, internet, rádio ou televisão.

Esse processo é uma ação de construção de sentido e não desconsidera os conhecimentos do jornalista, cujas experiências anteriores embasam suas leituras e interpretações, como também não desconsidera o olhar crítico do indivíduo sobre os acontecimentos. Como observa

[3] Expressão atribuída aos jornais baratos, em formato tabloide, que surgiram nos anos de 1830, nos Estados Unidos, para venda em massa, marcando a mudança da impressão artesanal para a impressão a vapor (industrial). São os ancestrais dos "jornais populares" que circulam no Brasil desde os anos de 1990, no mesmo formato, porém sem a mesma objetividade.

Liriam Sponholz (2008, p. 76), é a partir desse *background* que "o jornalista seleciona algumas informações do conjunto infinito que a realidade lhe oferece", para realizar a sua produção. A partir de um levantamento empírico, a autora explora o que os jornalistas brasileiros entendem como objetividade e como as noções sobre esse termo refletem-se nas práticas do jornalismo e na sociedade. A pesquisa aponta que os jornalistas possuem diferentes perspectivas do conceito de objetividade, porém é perceptível uma interpretação tecnicista voltada para a produção do texto e da estrutura da informação, principalmente no *lead* da notícia, como também interpretam objetividade como um "texto compreensível" para o leitor. Em relação a esse viés tecnicista no qual a objetividade tem sido posta, Moretzsohn (2002, p. 12) afirma:

> Não que essas preocupações sejam pouco significativas, mas essa perspectiva esquece a importância política do jornalismo e, por isso, acaba vítima de seus próprios pressupostos, não conseguindo romper o círculo vicioso da análise formalista. Perceber o jornalista estritamente como um "profissional" obediente a procedimentos predeterminados (nos termos em que, não por acaso, as empresas pretendem fazer) é um modo de reduzir sua importância e sua possibilidade transformadora.

Ou seja, essa perspectiva ligada apenas à técnica e ao cumprimento de procedimentos, acaba ocultando da atividade jornalística o seu caráter político e o seu potencial transformador. Se a narrativa é parte da construção social, então é papel do jornalismo fomentar debate sobre os fatos com base em informações, contextos e posicionamento crítico.

Um dos conflitos vistos no paradigma da objetividade é o confronto com a ideia de subjetividade nos relatos, como se ambas não pudessem coexistir dentro do processo de construção da notícia, que é permeado por leituras do indivíduo desde a construção da pauta. Isso nos leva a refletir sobre outras possibilidades para encarar o paradigma da objetividade de forma que se considere também as nuances marcadas pela prática da leitura das subjetividades. Moraes (2019) tem trabalhado com a perspectiva de romper com o estigma de que o jornalismo precisa ser isento de subjetividade. Tal movimento não possui a ideia de se opor à objetividade ou criar uma cena de antagonismo, mas sim levar a prática jornalística a olhar para além dos estigmas, desmontando e criticando os discursos hegemônicos já postos para ver que há vida além dos contextos espetaculares.

> A subjetividade a qual nos referimos nesse jornalismo que busca ser mais integral se situa em critérios também objetivos: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de **levar em conta a estrutura social circundante** (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender **como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas** (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (MORAES, 2019, p. 209 – grifo nosso).

Esta autora trabalha com a perspectiva de um jornalismo que vá além das práticas processuais atribuídas ao desenvolvimento do jornalismo, principalmente quando falamos dessa objetividade formulada com a ideia de neutralidade, que é comumente atrelada ao ideário de um sujeito universal: homem, cis, branco e hétero. O jornalismo precisa entender que ele funciona como um mecanismo de consolidação dessa ideia hegemônica, que produz e reproduz representações violentas e espetacularizadas dos grupos que não correspondem a ideais pré-estabelecidos, que acabam sendo lidos como "o(s) outro(s)" em contraponto ao "normal" imposto (MORAES, 2019; VEIGA DA SILVA e MORAES, 2019). Isso também se reflete na leitura do próprio jornalismo, que coloca as práticas que vão de encontro ao hegemônico como "outras", lançando-as à margem em detrimento de um "jornalismo tradicional", como pontuamos anteriormente.

Partindo da compreensão da perspectiva universalizante dessas práticas, Veiga da Silva (2010) entende que as relações de poder e desigualdade estão presentes também no ambiente das práticas jornalísticas, sendo potencialmente atravessadas pelas concepções de gênero dos profissionais, não só no campo individual, mas refletido no *modus operandi* das empresas jornalísticas. A partir disso, a autora definiu o jornalismo como "masculinista", por operar com base em uma produção e manutenção de padrões hegemônicos historicamente associados aos valores masculinos, como competitividade (da qual resulta a ideia do "furo" jornalístico), neutralidade, força, objetividade, distanciamento, enquanto características como subjetividade, delicadeza e cooperação são atribuídas ao feminino e não são valoradas pelas práticas jornalísticas. Essa valoração, entronizada nas rotinas da profissão e presente no campo da subjetividade, não é neutra, mas é aceita e recebe uma anteface de objetividade por reforçar o que está posto e não romper com ideais hegemônicos.

Por isso que…

> Ao propor um jornalismo de subjetividade, incitamos uma subversão dos modos de objetivação jornalística, capaz de implodir principalmente o racismo/sexismo epistêmico no qual também se baseia. Nesta perspectiva, subjetivo e objetivo não se excluem, mas, antes de tudo, se complementam, apesar da maior legitimidade social conferida ao último (VEIGA DA SILVA e MORAES, 2019, p. 13).

Ignorar essa movimentação é não entender que é papel da jornalista estar posicionado como sujeito "[...] central nos processos cognitivos de leitura da realidade, [e deve atuar] rompendo com a noção de neutralidade e universalidade" (Ibid. p. 14). Pensar na figura da jornalista e a sua importância no contexto de formação de sentido é entender que tanto o discurso quanto a imagem desses profissionais não são neutras, essas características estão

repletas de posicionamentos e subjetividades que vão se refletir no que é dito, publicado, divulgado e apreendido pela sociedade.

Para exemplificar como a ideia de uma ação focada apenas na notícia e de um apagamento do jornalista tem sido tensionada até mesmo pela mídia *mainstream,* trazemos o exemplo da Globo News, que ao colocar uma bancada de jornalistas brancos para discutir questões raciais sofreu duras críticas do público e dos movimentos sociais. Com isso, no dia seguinte, a emissora de TV paga protagonizou um momento histórico ao colocar seis jornalistas negros para abordar o tema e discuti-lo por meio de uma perspectiva crítica[4]. Neste caso é possível observar que houve uma priorização da figura do jornalista, despertada pela pauta abordada no programa, mas que foi além da dita objetividade, que se compromete em apenas passar a informação. O caso tocou em lugares subjetivos e críticos que vão além da notícia e chegam até a representatividade, à necessidade de uma perspectiva do olhar de pessoas pertencentes a esse grupo e à exigência de que a informação venha de uma voz posicionada.

O nosso objetivo é refletir sobre a perspectiva de um jornalismo engajado, particularmente em causas feministas, entendendo que subjetividade e objetividade não são lados opostos de uma moeda vemos que é necessário pensar outras possibilidades de compreender a objetividade e de tensioná-la. Costa (2018), por exemplo, pautou sua dissertação de mestrado pelos tensionamentos e ressignificação do paradigma dentro do campo do jornalismo profissional já partindo de uma experiência de "jornalismo independente". Para realizar esse movimento, a autora lançou mão do conceito de objetividade trabalhado por Haraway (1995 *apud* COSTA, 2018), que entende que todos os conhecimentos são localizados e que não há separação entre sujeito e objeto no qual o saber está posicionado. Ou seja, subjetividade e objetividade caminham juntas a partir de um "lugar", um "corpo", um indivíduo, através dos quais a situação é vista e interpretada, sem imparcialidade.

Como sugerem Márcia Veiga da Silva e Moraes (2019, p. 15): "Enquanto observo, não me uno, mantenho uma distância segura. Mas, quando abandonamos esse lugar [...] que não se fecha ao encontro, abro a possibilidade de meu olhar não ser o que domina, o entendido como não-contaminado, o isento, o 'objetivo', enfim". Para Costa (2018, p. 198), trabalhar com a objetividade a partir de um viés que considere as particularidades que circundam o olhar subjetivo é um "exercício de reflexão constante tanto sobre os enquadramentos das notícias quanto na relação com as fontes". Isto implica não desprezar a subjetividade, mas valorizá-la

[4] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2020/06/03/interna_diversao_arte,860818/apos-criticas-globonews-apresenta-jornal-apenas-com-negros.shtml

“ao apostar nas nuances subjetivas que são inerentes ao trabalho [das jornalistas]”. Nessa abordagem, o indivíduo é colocado no centro do processo, sabendo-se que há um significativo rompimento com a ideia de neutralidade e universalidade, pois as particularidades se sobressaem nessa construção (VEIGA DA SILVA e MORAES, 2019). Porém, os fatos permanecem no centro da atenção dessa construção noticiosa, pois mesmo com um olhar engajado, que verifica outras nuances do acontecimento, o jornalismo permanece no seu papel de divulgar o que está acontecendo, com a maior verossimilhança possível.

É interessante perceber que o jornalismo é acusado de falta de objetividade a partir do momento em que ele começa a tratar de questões atreladas ao combate ao racismo, ao extermínio dos povos originários, à violência nas periferias, à defesa dos direitos humanos e à igualdade independente de gênero, raça, classe e credo. Como aponta a jornalista Celestino (2021, p. 276), essas deveriam ser obviedades da ação dos jornalistas; entretanto, há uma “criminalização dessa agenda civilizatória”, que foi solidificada nos últimos anos. Quando o jornalismo faz a rejeição dessa agenda e se volta para a manutenção dos valores hegemônicos, é essa leitura de mundo que será transmitida para a sociedade, como Veiga da Silva (2010, p. 200) aponta em sua pesquisa de mestrado feita com a equipe de produção de um programa de televisão local:

> [...] os jornalistas demonstraram pouca ou quase nenhuma abertura para conhecer o [que lhe é] estranho e, deste modo, praticaram juízo de valor que interfere na forma como as notícias serão construídas e, em última instância, nos modos como a sociedade passa a conhecer (ou desconhecer) aquilo que é diferente do que foi convencionado como normal.

Para a pesquisadora, essas visões de mundo subjetivas estão presentes nas escolhas feitas dentro do processo de produção da notícia, da informação e de conteúdo jornalístico; a execução desses processos com base nesses fatores já se tornou uma rotina profissional que acaba produzindo e reproduzindo valores hegemônicos e heteronormativos. Valores esses que “orientam e se orientam na cultura e fazem parte do acervo dos conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos (como também as e os jornalistas) na contemporaneidade, através do jornalismo e da mídia como uma instância pedagógica” (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 201). É possível ver que mesmo uma cultura profissional que se coloca em um lugar de objetividade na narração dos fatos está permeada por traços da construção e leitura de mundo dos indivíduos que a compõem. Entretanto, esses valores subjetivos são negados e ocultados para forjar a ideia de neutralidade, mesmo sendo possível provar que ela não existe, como fez a pesquisadora.

Ao pesquisar um veículo feminista que abraça a subjetividade, sem deixar de lado as práticas jornalísticas que seguem procedimentos de apuração, definição de pauta, checagem, precisão na apuração dos fatos, Costa (2018) nos apresenta as potencialidades desse olhar corporificado que se afirma enquanto um construtor de sentido. Desse modo, é possível compreender o papel crítico do jornalismo na construção social e visões de mundo sobre fatos sociais que são lidos pela mídia tradicional com um olhar, por muitas vezes, estigmatizados. Essa ação pode ser lida como um mecanismo de subversão de um jornalismo que se distancia da consciência crítica e usa de conceitos mecanicistas para validar sua permanência em um local de neutralidade perigosa, pois quando falamos de atentados contra a democracia, machismo, racismo, corrupção, violências e destruição do meio ambiente não existe um lado neutro. Então ter um jornalismo posicionado, ético e que corresponde às práticas da profissão é uma forma de romper com a ideia de que o jornalismo "apenas informa", negando-se a ser ferramenta de mobilização e construção social permeada por subjetividades.

A Revista AzMina, objeto de análise desta dissertação, nasce em 2015, numa época em que "a mídia brasileira chamava feminicídio de 'crime passional', 'feminismo' era um palavrão e as mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia" (QUEM SOMOS, 2022, *online*). Em um mercado de trabalho dominado por homens, em um país em que as mulheres representam mais da metade da população brasileira, a Revista AzMina possui uma equipe diversa, distribuída em cinco estados de três regiões brasileiras (Nordeste, Sudeste e Centro-oeste), sendo 75% de pessoas não-brancas, 50% LGBTQIA+, 4% de pessoas não-binárias e 29% de jovens (com menos de 24 anos)[5]. Tal composição de equipe já leva a pressupor que o olhar lançado sobre as pautas vai partir de um referencial não-hegemônico e não neutro. Como exemplificam nos princípios editoriais da Revista:

> AzMina se opõe a toda forma de racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia ou qualquer outro tipo de preconceito [...] **seguimos normas de boas práticas de jornalismo e a legislação vigente**, ouvindo os outros lados quando cabível (ver mais na sessão "denúncias de violência"), **investigando e apurando** os casos de violência contra mulher **com responsabilidade** [...] **transparência, precisão e veracidade das informações publicadas** em suas matérias (QUEM SOMOS, 2022, *online* – grifo nosso).

As jornalistas da Revista utilizam o termo objetividade em um dos trechos dos princípios editoriais em que alertam sobre o uso de adjetivos nas reportagens, destacando que agem "sempre mantendo cuidado para se incluir o mínimo de julgamento possível, prezando pela

[5] Dados disponíveis em: https://azmina.com.br/revista-azmina/#diversidade-de-vozes Consulta em: 17 jan. de 2023.

objetividade" (Ibidem). Aqui, inferimos que o termo é utilizado com uma perspectiva técnica e textual, que é comum nas redações brasileiras, como abordamos anteriormente. Entretanto, há um tensionamento implícito entre a objetividade adotada como método e o posicionamento como princípio editorial.

Como foi possível observar em um artigo derivado desta pesquisa (RODRIGUES e AGUIAR, 2022), uma estratégia utilizada pelos veículos alternativos que produzem jornalismo engajado, em particular a Revista AzMina, é a das ferramentas do jornalismo de dados, a partir das quais é possível fazer uma leitura crítica das informações obtidas, trazendo contrapontos e explicando a metodologia aplicada. Assim,

> [...] as jornalistas que atuam em um veículo especializado em causas feministas são capazes de produzir informações objetivas, sem abrir mão de um posicionamento engajado na causa, o que não invalida ou desqualifica o jornalismo aí produzido por meio das mesmas técnicas de apuração utilizadas pelo jornalismo reconhecido como profissional (RODRIGUES e AGUIAR, 2022, p. 12).

2.1.2 Noticiabilidade e newsmaking

As decisões tomadas pelos jornalistas em suas rotinas também são observadas pelos estudos do jornalismo a partir do que conhecemos como critérios de noticiabilidade. Gislene Silva (2005) – uma das pesquisadoras de referência no tema – propõe pensar a noticiabilidade a partir de uma sistematização de critérios que se baseiam em três instâncias: 1) critérios de noticiabilidade na origem do fato; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos. Cada um desses conjuntos apresenta parâmetros que guiam o processo do que será selecionado para ser noticiado e como será noticiado.

A primeira instância trata dos critérios de noticiabilidade na origem do fato, ou seja, é o primeiro passo, a origem da avaliação do evento para que ele venha se tornar notícia. É nessa fase que, segundo a autora, são considerados os atributos e características que são "automaticamente" reconhecidos pelos jornalistas profissionais. Os fatores de 'atualidade e distanciamento do presente', 'continuidade e ruptura', 'normalidade e anormalidade', 'importância e interesse', 'proximidade e distância' trabalhados por Franciscato (2014, p.100-106) enquadram-se nesta instância.

Na proposta do autor, esses fatores são balizados a partir de um exercício teórico que vai trabalhar a oscilação desses critérios em dois grupos opostos, que podem ser visualizados como polos. O primeiro polo representa a presença extrema de critério/qualidade de noticiabilidade no fato, ou seja, todos os elementos necessários para uma notícia, para que ele se torne notícia; o segundo polo é o oposto, a ausência de critério e a "negação" da

noticiabilidade. O que parece ser um círculo fechado, na verdade, apresenta um quadro panorâmico de como as notícias podem possuir características dos dois polos, não negando a noticiabilidade posta, mas encontrando recursos que qualificam o fato para que ele seja noticiado. Questões de temporalidade, distância, normalidade, ruptura, importância e interesse ganham contornos diferentes se levarmos em conta, principalmente, as novas formas de acesso à informação e o formato de publicação que os meios jornalísticos seguem.

Como apontamos anteriormente, um dos recursos utilizados nos momentos de decisão são os valores-notícia, que não são neutros e nem um atributo natural da profissão, mas partem do conhecimento de mundo dos jornalistas e são moldados para atender necessidades, padronizar as rotinas produtivas, sendo considerados um "código ideológico" da profissão. Para Silva (2005, p. 99), os valores-notícia representam os atributos de um fato e da construção jornalística, "cuja ausência ou presença relativa os indica para a inclusão num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas chances de ser incluídos [nas pautas e notícias que serão veiculadas]". Porém, apesar de ser um fator importante nessa construção, a autora enfatiza que há outros processos, critérios e fatores de noticiabilidade que permeiam a efetivação e qualidade da notícia.

Podemos pensar nesse movimento a partir do "saber de reconhecimento" Ericson, *et al.(*1987 *apud* TRAQUINA, 2005), tratado como a habilidade do jornalista para identificar quais fatos e acontecimentos possuem os valores para se tornarem notícias (SILVA, 2005; TRAQUINA, 2005). Alguns autores consideram este como um saber instintivo e secreto que diferencia o jornalista de outros profissionais e de outras pessoas (TUCHMAN, 1993; TRAQUINA, 2005; CORREIA, 2012; BACCIN, 2013). Entretanto, Silva (2005) pondera que os valores atribuídos às notícias são construídos a partir de referências, que são conhecimentos compartilhados que se tornam direções claras a serem seguidas, ou seja, não é algo instintivo que surge do vazio, mas um conjunto de referências a partir da exposição a rotinas de construção de notícias dentro dos veículos de comunicação.

A partir da sua investigação imersiva na produção de um programa de televisão local, Márcia Veiga da Silva (2010) aponta como os valores-notícias são permeados pelos valores sociais, subjetividades dos jornalistas e atributos de gênero. Essa constatação foi feita a partir da observação em reuniões de pauta da equipe para discussão de matérias, onde marcadores sociais eram mais evidentes e eram analisados sob a perspectiva de juízo de valor dos jornalistas. Além disso, em sua análise ela percebeu que:

> [...] os profissionais acabavam fazendo escolhas por se identificarem com algo que lhes faça sentido, e esse sentido, no processo criativo das notícias, se revela como um

> fio condutor. [...] os marcadores sociais (classe, raça, religião, gênero, etc.), as posições de sujeito dos jornalistas, se revelaram elementos que perpassavam as escolhas tanto dos perfis das matérias quanto dos profissionais a realizá-las (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 144).

Além disso, os valores possuíam atributos de gênero correspondentes ao que é atrelado ao masculino, como força, denúncia, impacto, ativo, "furo", que se opõem ao que é lido como feminino: cooperação, cuidado, leveza, proteção, solidariedade. Durante a pesquisa, Veiga da Silva (2010) pôde constatar a emoção como um dos principais valores-notícias da redação que analisou, um elemento subjetivo no centro do processo decisório. A emoção era tratada como um gerador de sentido para a audiência e principalmente para os produtores, de acordo com o que fazia sentido para eles. "Na maioria das disputas entre fatos que poderiam tornar-se notícia, ou entre aqueles que deveriam abrir o programa, e até mesmo na definição dos contornos da matéria e do perfil do profissional para fazê-la, a "emoção" era o critério principal" (Ibid., p. 148). Entretanto, tal emoção tinha sempre duas vertentes: uma que atribuía valores masculinos a matérias de "cunho investigativo, denunciativo, de risco, de competição (como o futebol), relacionadas à legalidade/ilegalidade, poder", que caracterizavam as matérias de "peso", "quentes", de impacto, selecionadas para a abertura do programa (Ibid., p.150); outra ligada aos valores femininos, "percebidas como leves, lúdicas, destinadas a entreter e a não exigir reflexões, associadas aos atributos femininos, [que] em geral ocupavam o último bloco" (Ibidem).

Através do relato da pesquisa da autora, é possível perceber a presença de uma hierarquia na ordem de entrada das matérias no programa, onde as que sustentavam valores masculinistas recebiam destaque e encabeçavam o programa e as mais leves fechavam a edição. É possível ver esse tipo de escolhas em programas televisivos de diversos formatos, onde as matérias nomeadas como "leves" possuem esse papel de fechamento, tal fator é atribuído a questão de menor atribuição de relevância e valor a essas matérias. Escolhas e movimentações como essas, por mais que pareçam lógicas e simplistas dentro de um pensamento empresarial, reforçam leituras de mundo, pois "são justamente os valores-notícia aqueles que conjugam tanto os valores subjetivos quanto os culturais e profissionais que são acionados e tomados como parâmetro para que um fato adquira status de notícia [e sua ordem de exibição], e desse modo circule na forma de valores sociais" (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 150).

A segunda instância definida por Silva (2005) trabalha com os critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos e concentra-se na sua "seleção hierárquica" (SILVA, 2005, p. 96), como na construção estrutural da notícia: a ordem em que os fatos serão apresentados, a qualidade do material textual e fotográfico e o tipo de narrativa. Além disso,

essa seleção também é orientada pela infraestrutura e manutenção da atividade jornalística oferecida pelas organizações para a produção de conteúdo. Ou seja, uma questão de condições de produção no tocante às técnicas e formas de conceber o material jornalístico.

A terceira instância é a visão sobre os fatos determinada pelos "[...] fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, compreendendo conceitos de verdade, objetividade, interesse público, imparcialidade que orientam inclusive as ações e intenções das instâncias ou eixos anteriores" (SILVA, 2005, p. 96). Contudo, convém destacar que todas essas instâncias de noticiabilidade são operadas de forma conjunta na produção jornalística observada em jornais diários e generalizada para todo o jornalismo. Assim, é importante ressaltar que esses critérios não são únicos, pois não levam em conta, por exemplo, outras possibilidades de noticiabilidade presentes em veículos especializados em certas temáticas, que não se prendem ao fluxo cotidiano dos acontecimentos ordinários, como abordaremos mais profundamente no próximo capítulo.

Outro critério de noticiabilidade comumente levantado pelos estudos do jornalismo é o da temporalidade. Traquina (2005) aborda com muita ênfase a questão do imediatismo, que considera intrínseco ao *ethos* jornalístico, mas que pode ser questionado e funcionar de maneira diferente quando observamos outros modos do fazer jornalístico em periodicidades não diárias. O tempo não se torna inimigo quando pensamos em formatos que buscam amplificar a cobertura, quando não existe corrida contra o relógio por conta de vendas, ou quando o "furo jornalístico" não é uma premissa editorial.

Observando essas nuances, vemos que os critérios estão em constante debate e movimentos de construção, mas que seguem norteando a discussão teórica e a percepção jornalística e suas produções. É o que apontam Seixas e Alves (2017), em uma sistematização que fazem das diferentes definições e categorias de estudos e divisões dos critérios de noticiabilidade a partir de diferentes autores e combinações: Wolf (1987, 2001), com os pressupostos implícitos; Shoemaker e Reese (1996), com os níveis de análise; Traquina (2005), com a fase produtiva; além dos já citados Silva (2005), com as três instâncias, e Franciscato (2003, 2014), com os polos.

Cada um desses autores sistematiza divisões e formas de explorar e compreender os critérios de noticiabilidade e como eles definem o que será, ou não, noticiado. Entretanto, devemos considerar que apesar de parecer um processo mecânico, os fatores institucionais e sociais das escolhas não são excludentes dentro do processo produtivo da notícia, pois se esta sofre interferência do social, também é uma construção dele. Por esse motivo, como já assinalaram diferentes autores, seria reducionista, e até ingênuo, definir os critérios de

noticiabilidade e valores-notícia apenas como um mecanismo de controle utilizado pelas organizações jornalísticas nas rotinas produtivas (especialmente na definição das pautas e coberturas), ou apenas voltado para identificar o potencial de um acontecimento se tornar notícia, pois esses critérios possuem interesses internos e externos (SILVA, 2005; SEIXAS e ALVES, 2017; VEIGA DA SILVA e MORAES, 2019).

Todos os postulados presentes nos estudos de jornalismo são componentes das rotinas de produção, observadas e analisadas a partir dos estudos de *newsmaking*, do fazer notícia. Segundo Moraes Júnior e Antonioli (2016, p. 45),

> […] o newsmaking constitui uma abordagem teórica consistente sobre o jornalismo, que abrange as preocupações com as rotinas da profissão. Trata-se de um olhar que, ao buscar esclarecer pontos importantes da produção da informação jornalística, termina por lançar pistas sobre o perfil do profissional.

É através desses estudos que se faz possível compreender as rotinas jornalísticas e como ocorre a formulação da notícia a partir de uma perspectiva de observação de como cada atividade exercida no processo é executada e como os jornalistas participam disso, além de observar como o perfil, o cargo e as opiniões desses profissionais se refletem nas práticas. Observar essas rotinas é importante pois são elas que revelam as contradições que acompanham a construção da notícia, os conflitos de interesse e questões organizacionais e pessoais, como também limites do próprio trabalho jornalístico, que envolve a formulação de pautas e apuração das informações, tendo o jornalista como um dos principais agentes do processo (MORAES JÚNIOR e ANTONIOLI, 2016).

Em sua pesquisa, Costa (2018) observa a rotina produtiva de um portal de notícias que se posiciona como um produtor de jornalismo com perspectiva de gênero, nomeado pela autora como "Portal de notícias feministas" para preservar o anonimato do veículo e das jornalistas[6]. Por se tratar de um veículo independente, no sentido de sua forma de financiamento coletivo, e por não estar atrelado a uma empresa de mídia, o Portal possui diferenciais em relação aos veículos comerciais que costumam servir de referência para os estudos de *newsmaking* (notadamente os jornais diários, sites de notícias e telejornais).

O ponto de partida é a inexistência de uma rotina fixa de produção, ainda que haja regularidade das práticas e procedimentos jornalísticos, que foram entendidos pela pesquisadora como significativos, devido à ênfase dada pelas jornalistas que compõem o portal. Assim, a pesquisadora compreendeu isso como uma característica importante para observar que

[6] O anonimato é utilizado por Jessica durante a sua dissertação, que foi o material por nós consultado durante a pesquisa. Após a sua defesa o estudo foi apresentado às jornalistas do Portal e na publicação do livro "Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo" a divulgação do nome do *Portal Catarinas* foi autorizada, porém o anonimato das jornalistas citadas foi mantido.

“a não cristalização total das práticas abre espaço para a reflexão sobre as decisões, privilegiando o tempo para pensar e não a tendência ao furo jornalístico” (COSTA, 2018, p.106). Processos esses que no movimento de reflexão não excluem os “elementos consagrados na prática jornalística” (SIMÕES, 2022, p. 85). Esses elementos, que dão conta de processos e métodos realizados nas rotinas do fazer jornalístico, são: seleção de pautas; apuração rigorosa do fato; checagem de dados; escolha das fontes; pluralidade; precisão. Em um segundo bloco podemos elencar também criatividade, inteligência e sensibilidade como habilidades necessárias aos jornalistas, principalmente dentro de um contexto digital.

Contudo, é importante pensarmos que as formas de produzir notícia não estão cristalizadas no tempo, mas são ajustadas aos avanços, mudanças e transformações que perpassam o jornalismo e suas práticas, sua visão crítica e a necessidade de se posicionar como um agente social ativo que não ignora as nuances das práticas que propõe. Novas formas e novos espaços de produção e divulgação de notícias vêm transformando a maneira de pensar a veiculação dos produtos jornalísticos e as temáticas abordadas, demonstrando por vezes um comportamento que vai contra a maré.

No caso da Revista Azmina, a descrição deixa claro que em seus princípios de noticiabilidade há prioridade em abordar pautas que são “ignoradas ou que não recebam o destaque necessário na grande imprensa”, trazendo “novos recortes sobre temas explorados em geral a partir do olhar masculino ou sem recorte de gênero” (QUEM SOMOS, 2022, *online*).

> Na Revista AzMina, todo tema é considerado assunto de mulher e de pessoas trans e não existem pautas proibidas. Porém, **priorizamos o jornalismo aprofundado, crítico e investigativo** em detrimento de cobrir o hard news – ou seja, as notícias “quentes”, de última hora, que apenas registram o que ainda está acontecendo ou o que acabou de acontecer. Se algum tema quente está pautando o debate social, **buscamos ir além da notícia, trazendo análises, dados inéditos e novas visões mesmo em reportagens mais imediatas.** (QUEM SOMOS, 2022, *online* – grifo nosso).

Observamos um movimento da Revista em definir os próprios critérios do que vai ser ou não trabalhado em reportagens, não a partir de uma visão comercial de geração de lucro a partir da quantidade de acessos, por exemplo, mas sim com o propósito de trazer conteúdos amplificados, com base em dados aprofundados e que contribuam para o debate social em torno do fato que está sendo relatado e suas contextualizações, causas e consequências. Tais decisões são executadas dentro de rotinas que podem não seguir os protocolos tradicionais empresariais.

Mesmo sendo de um veículo digital, com uma redação descentralizada, com jornalistas espalhadas por três regiões do Brasil, as rotinas da Revista AzMina incluem práticas caras ao jornalismo, como as definições de pautas, a seleção criteriosa das fontes, coleta de dados,

checagem de informação, discussões acerca das ações da revista em detrimento das reportagens, como também questões administrativas e comunicacionais. Além disso, a revista baseia seu modo de produzir notícias em manuais de apuração que são pensados além da técnica: Mini manuais do jornalismo humanizado por Think Olga[7] e o Manual de Boas Práticas para Cobertura de Violência contra a Mulher do UOL[8] (QUEM SOMOS, 2022). O que fica evidente é que os critérios seguidos pela Revista no processo de construção da sua linha editorial, das reportagens e dos conteúdos diversos vão além dos postulados pelos estudos de jornalismo, pois são elaborados a partir de uma perspectiva feminista interseccional e social.

2.1.3 Gatekeeping: o processo de controle das pautas e definição das fontes

A produção noticiosa está estritamente ligada à sociedade e aos seus interesses, que são filtrados a partir de valores jornalísticos que definem a exposição das demandas. “E no meio do caminho há o jornalista, a empresa de mídia e os inúmeros interesses que elaboram o acontecido e os ditos em produto noticioso comercializável” (SILVA, 2018, p. 318). Esses acontecimentos e interesses precisam ser considerados nas tomadas de decisão, não apenas da perspectiva comercial, mas também do ponto de vista social, simbólico e crítico.

Os materiais jornalísticos que vemos veiculados cotidianamente, sejam notícias, reportagens, artigos ou notas, passam por diversos processos de seleção em todas as suas fases, desde a avaliação do fato (ou tema) e a forma como ele será trabalhado, como acabamos de abordar, até a sua veiculação final. Essas escolhas precisam ser feitas por indivíduos que nos estudos de jornalismo são denominados *gatekeeper*, em tradução livre, o “porteiro”, no sentido daquele que deixa passar determinados fatos e fontes, enquanto veta outros.

Carla d`Aiola (2003 *apud* FERNANDES, 2011, p. 6) define o *gatekeeper* como “quem determina o que atravessa o portão de entrada no jornal, o que será visto pelo leitor […] aquele que determina o que será notícia e o que não será.” Já Alsina (2009 *apud* WEBER, 2010, p. 06) propõe aportuguesar o termo para “selecionador”, que melhor corresponde à função de editores e chefes de reportagem responsáveis pelas tomadas de decisão acerca do que vai ser coberto ou não, e quem vai ser ouvido ou não (fontes privilegiadas e fontes interditadas).

Portanto, existe um tensionamento importante nos estudos de *gatekeeper* que se dá no controle das tomadas de decisão. Os estudos questionam se este controle está nas mãos do

[7] Disponível em: https://thinkolga.com/ferramentas/
[8] Disponível em: https://download.uol.com.br/files/2020/11/4273738876_cartilha-universa-violencia-contra-mulher.pdf

jornalista ou das organizações, se há uma liberdade de escolha dos profissionais a partir das suas convicções ou se é uma liberdade limitada e condicionada de acordo com as empregadoras que acabam prevalecendo nesse processo (FERNANDES, 2011; WEBER, 2010). Segundo David Manning White, apontado por Fernandes (2011) como pioneiro dos estudos sobre *gatekeeping* no jornalismo, esse processo de seleção é feito de "forma pessoal e arbitrária". Entretanto, Fernandes aponta que

> […] o jornalista decide mediante uma liberdade condicionada, sendo que as razões da decisão do que passa ou não o portão são principalmente de foro profissional e não subjectivo, decorrendo da estrutura burocrática e não das avaliações pessoais do indivíduo que exerce a actividade jornalística (FERNANDES, 2011, p. 7 – grafia em português de Portugal).

Considerando o que temos observado até agora, sabemos que os processos decisórios vão passar pelas avaliações pessoais do profissional, seja com o olhar afirmador ou crítico à posição da empresa. O que cabe questionar é o que irá prevalecer entre o olhar do jornalista, a conduta de seus superiores na cadeia hierárquica e os interesses da empresa, pois tal estrutura burocrática é fundada em interesses e os processos estabelecidos são permeados por interpretações de mundo, como vimos anteriormente.

É importante frisar que devido aos processos de transformação do jornalismo que modificaram as estruturas das redações, por vezes diminuindo o número de jornalistas, a prática de realizar a filtragem não se concentra em apenas um profissional, mas está imbricada nas rotinas dos jornalistas como um processo decisório que tem sido também posto em questão a partir da ampliação do acesso à internet e da possibilidade de produção de informação pelos usuários, o que daria à audiência prerrogativas de participar nesse processo de seleção, não em substituição do jornalista, mas com um papel de influência no que é publicado e para os temas que estão sendo debatidos e cobrados por essas audiências. Weber (2010) propõe que o usuário também age como seu próprio *gatekeeper*, pois devido ao volume de informações dispersas em diferentes plataformas o usuário faz a seleção do que consulta, o que não passa obrigatoriamente por veículos tradicionais, sendo possível desempenhar um papel mais interativo, participativo e colaborativo.

Isso torna o jornalista também um "*gatewatching*", um vigilante que irá realizar uma curadoria e construir suas pautas e abordagens a partir da observação que faz dos discursos e debates em circulação nas redes online onde os consumidores de informação se manifestam, o que está deveras presente em redes sociais digitais como o Twitter, Instagram e Facebook. O que não exclui as tradicionais observações que jornalistas fazem do que está ao seu redor nas

ruas, prédios e praças por onde passa; o que muda é que há uma nova arena pública no ambiente *online*, com uma conexão mais direta e rápida entre profissionais e público.

Compreender esse processo, os seus entraves e como isso reverbera nas redações é um elemento caro à presente pesquisa, pois é nossa intenção entender quais são os "portões" que as notícias produzidas pelo jornalismo engajado em causas feministas atravessam e como essa seleção é feita, já que existe uma demanda de conteúdo específico que, supomos, vão além de observações objetivas. Uma das questões ligadas ao *gatekeeping* no contexto do jornalismo engajado são as escolhas relativas à profundidade das matérias, o que envolve decisão acerca do padrão de cobertura de um fato ou de abordagem ampliada de um tema a partir desse fato, em uma temporalidade de produção diferenciada do jornalismo cotidiano.

É preciso refletir sobre como as diferentes possibilidades de rotinas produtivas, como abordamos no tópico sobre *newsmaking*, e os propósitos dos veículos jornalísticos possibilitam uma outra relação com o tempo dedicado à produção jornalística. Além disso, o ambiente digital e as plataformas de comunicação trouxeram outras possibilidades de aprofundamento dos assuntos das reportagens, que podem ser desmembradas (seriadas) e trabalhadas em diferentes espaços, com diversos formatos e objetivos informativos. A temporalidade acaba sendo revista dentro da perspectiva de um jornalismo que prioriza a reflexão e o impacto social das suas abordagens, buscando não focar apenas nas consequências imediatas que originam e circundam o fato, mas também observar antecedentes, olhando para as causas e seus desdobramentos, além de trazer perspectivas mais abrangentes.

Pensando no *gatekeeping* a partir de estudos de um jornalismo posicionado, vale citar um caso relatado por Costa (2018) em sua pesquisa no Portal de notícias feministas. A partir da observação da cobertura e das entrevistas com as jornalistas do veículo, a pesquisadora relata o acompanhamento dos ataques sofridos por uma comunidade indígena do Estado de Santa Catarina que luta pela demarcação de suas terras. No percurso da apuração, surgiram informações vagas sobre um caso de violência contra uma indígena mulher, que a jornalista responsável pela matéria não conseguiu apurar com precisão e decidiu não levar adiante, como explica Costa (2018, p. 162):

> A opção das jornalistas por não publicarem mais desdobramentos sobre o caso, como é possível interpretar na fala de Ângela [nome fictício da jornalista que estava acompanhando o caso], foi perpassada tanto por uma questão de respeito ao posicionamento dos indígenas, de tratar o caso pela via jurídica, mas também por uma perspectiva feminista de que ao continuar adotando o enquadramento trazido pelo movimento social estariam se eximindo de discutir as questões de gênero imbricadas na situação. [...] derrubar a pauta, mesmo tendo acesso a informações privilegiadas, foi a saída que encontraram de forma a conciliar tanto as suas motivações feministas quanto a sua adesão à luta do movimento social pela demarcação das terras indígenas.

A pesquisadora chama a atenção para a temporalidade desse processo de decisão, que abrange a reflexão ética das jornalistas sobre os fatos envolvidos no episódio, que exigiu ponderação entre a noticiabilidade do caso e as demais questões implicadas nos fatos. É possível observar, nesse caso, que a equipe jornalística considerou os impactos sociais naquela comunidade e a repercussão na causa pela qual eles lutavam naquele momento, acima da visão de um 'furo' jornalístico, pensando "na construção de uma pauta que pode estar silenciando outra" (COSTA, 2018, p. 163). Este é um caso claro de um assunto que não passou pelos portões da produção de notícias, por não ter sido avaliado apenas por procedimentos técnicos, mas também por uma ponderação em relação a escolhas editoriais norteadas por princípios éticos.

Cabe destacar, aqui, que o processo de *gatekeeping* também abrange a escolha das fontes que serão consultadas para a elaboração das matérias. A importância de olhar para esse aspecto está em refletir se as fontes reforçam discursos hegemônicos, se há espaço para o contraditório ou se fontes que representam grupos específicos da nossa sociedade continuam sendo postas à margem da construção do discurso e das leituras sociais. As fontes são primordiais para o jornalismo e a construção da notícia, mas que fontes são essas, apenas as institucionais? Quem são os personagens das narrativas? As minorias têm espaço para contar suas histórias? Como a imagem de uma fonte é construída? Os mesmos conhecimentos sobre o assunto são acionados sempre? Todas essas são questões que passam pelo *gatekeeping*, pois tanto no jornalismo empresarial quanto no especializado e engajado é possível perceber que certas fontes são privilegiadas, enquanto outras são vetadas ou silenciadas.

No caso da Revista AzMina, há a priorização de especialistas e fontes mulheres, além da busca pela pluralidade, com fontes representativas de diferentes raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros (QUEM SOMOS, 2023). Outro ponto é a busca por fontes e instituições qualificadas fora do eixo Rio, São Paulo e Brasília, dando espaço para visões e relatos que residem em outras regiões do nosso país continental, trazendo diversidade de experiências e diferentes narrativas. A revista também sempre busca trazer um olhar especializado e crítico sobre os temas abordados e dados coletados, questões que serão discutidas mais profundamente ao tratarmos do jornalismo especializado no próximo capítulo.

Por fim, é importante destacar um aspecto que atravessa os postulados das práticas jornalísticas, mas que raramente é considerado nos estudos do campo: a influência do meio social (não meramente da audiência) e as suas manifestações. Aquilo que acontece na sociedade reverbera no jornalismo, assim como o jornalismo também influencia essas movimentações. Questões políticas, econômicas, ideológicas, religiosas, étnicas, ambientais, entre outras que circulam nos debates públicos da sociedade são marcadores considerados pelo jornalismo, seus

estudos e práticas, por serem fatores que se imbricam mutuamente e não atuam de maneira isolada, mas que se sobrepõem na construção social.

Pensando nesses atravessamentos entre as teorias do jornalismo, as práticas e os olhares que vão além dos cânones, entendendo o jornalismo como uma lupa para se enxergar o mundo, é importante refletirmos sobre como o jornalismo, em meio aos enfrentamentos de suas crises, tem se colocado dentro de um cenário que constantemente tensiona o que por muito tempo foi lido como o "jeito certo" de fazer jornalismo. Estes questionamentos nos levam, agora, a pensar cenários que subvertem a hegemonia do jornalismo ao colocar suas práticas "tradicionais" na direção de um propósito que vá além da noticiabilidade cotidiana e "genérica": a "perspectiva de gênero", que tem marcado alguns estudos recentes no campo do jornalismo.

2.2 A "generificação" dos estudos de jornalismo

Até 2016 (um ano após o lançamento da revista AzMina), "pesquisas sobre a mídia em geral e o jornalismo especialmente, não se detinham de forma significativa em relação às questões de gênero", segundo Lago, Kazan e Thamani (2018), com base em sucessivos levantamentos na base de artigos apresentados no Congresso anual da SBPJOR – Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo e em revistas qualificadas da área de Comunicação, entre 2014 e 2016. De lá pra cá, observa-se uma crescente produção de pesquisas que investigam o jornalismo a partir da perspectiva de gênero – o feminino, mais especificamente –, entre elas, a tese de doutorado de Anna Flávia Feldmann (2018) e as dissertações de Jessica Gustafson Costa (2018), Francielle Esmitiz (2019), Heloisa Souza dos Santos (2019), Bibiana Garcez (2020), Jade Vilar de Azevedo (2021), Gabriela Braga Schander (2021), Camila Barros de Albuquerque (2021) – estas cinco últimas com estudos de caso sobre a revista AzMina – e Luíza Buzzacaro Barcellos (2021). De todas, apenas uma foi defendida na Região Nordeste (UFPB) e duas foram produzidas em programas de pós-graduação portugueses (Lisboa e Coimbra); as demais foram desenvolvidas nas regiões Sul-Sudeste (três na UFSC, uma na Unesp-Bauru e uma na Unisinos).

A criação do grupo de pesquisa "Jornalismo e Gênero" pelas professoras Karina Janz Woitowicz e Paula Melani Rocha, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bem como o projeto de pesquisa "Produção de sentidos no jornalismo com perspectiva de gênero", desenvolvido desde 2020 pela professora Daiane Bertasso, da Universidade Federal de Santa Catarina, são outros indicadores importantes dessa movimentação no interior dos Estudos de Jornalismo. Nessa esteira, observa-se também o aumento de artigos publicados, geralmente em

parcerias entre as autoras das pesquisas e suas orientadoras. Essa movimentação pode levar a uma visão enganosa de que o jornalismo e o feminismo nunca haviam se aproximado. Porém, há sistematizações suficientes das relações episódicas entre ambos, desde as mais remotas iniciativas a favor da emancipação feminina no Brasil, como será visto no capítulo 3.

Antes dessa onda recente, uma das pioneiras dessa aproximação dos estudos de jornalismo com a perspectiva de gênero foi a pesquisadora gaúcha Márcia Veiga da Silva (2010, 2012, 2014), que lançou um olhar *generificado* sobre os processos de produção jornalística em um programa de uma emissora gaúcha de TV, visando identificar o quanto as visões cristalizadas de "masculino" e "feminino" influenciavam os processos decisórios naquela redação. Em sua investigação, a pesquisadora identificou a presença de valores atrelados a gênero na estrutura e processos decisórios do jornalismo, tanto na hierarquização da empresa em relação a quem ocupa determinados cargos, como em todo o processo de produção das notícias. Neste caso, adjetivos associados ao gênero masculino foram identificados como atributos positivos na valoração de notícias, em contraponto aos femininos, entre os quais: forte/leve, sério/lúdico, quente/morna, sensível/firme.

Nessa linha, a autora observou também que valores masculinos imperavam nas dinâmicas da redação jornalística, como força, competitividade, oposição, postura verticalizada e demonstração de autoridade. Esses valores estavam presentes nas rotinas e eram utilizados veementemente nas decisões sobre as pautas, nas escolhas de produtor, repórter e editor para cada matéria; na definição da ordem em que as reportagens seriam exibidas e no espaço dado a cada uma delas. Se a reportagem fosse sobre uso de parques da cidade durante a noite, por exemplo, a pesquisadora observou que jornalistas que "não possuíssem características reconhecidamente associadas aos atributos masculinos [...], não eram pensados como alternativa para executar tais matérias" (VEIGA DA SILVA, 2010, p.158).

Dessa forma, a pesquisa evidenciou que os valores-notícia que regem as decisões na construção das matérias jornalísticas são permeados por um modelo verticalizado de valores sociais e subjetividades dos jornalistas em relação às questões de gênero. Tais características eram vistas como suporte ao bom funcionamento da empresa e à boa execução das rotinas jornalísticas.

> [...] uma vez que todo processo produtivo, assim como a empresa, possuía uma hierarquia cujo topo - valor, poder e prestígio - era ocupado pelos atributos de gênero convencionalmente associados ao masculino. [...] Assim como as notícias, os cargos e encargos obedeciam a uma hierarquia marcada também por uma concepção de gênero (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 163).

Assim, a autora concluiu que o "gênero é constitutivo não apenas dos sujeitos, mas também das instituições, e se intersecciona com as relações de poder e formação das hierarquias, seja entre pessoas, seja no âmbito das notícias" (VEIGA DA SILVA, 2010, p. 100). Ou seja, a construção de um jornalismo feito nos "moldes tradicionais" e lido como neutro assemelha-se à figura de um homem normativo e másculo, que apresenta os atributos já citados. Nesse sentido, se pensarmos em ações direcionadas ao jornalismo com uma proposta feminista, este vai ser lido como desviante, o outro, o diferente.

Ao repensar os parâmetros hegemônicos da produção jornalística a partir da perspectiva de gênero, Woitowicz e Rocha (2018, p. 55) destacam o fato de o ambiente das redações ter sido predominantemente masculino ao longo do século XX, o que gerou uma cultura profissional majoritariamente formada e conduzida por homens, como ocorria também em outros campos profissionais, em "um país culturalmente regido pela herança do patriarcado" (entendido como um sistema de relações sociais hierárquicas pelo qual homens submetem mulheres a controle e opressão). Em consequência, o processo de produção jornalística é guiado por critérios de noticiabilidade e valores notícias orientados pelo *ethos* masculino. "Esta é uma realidade comum, que tem sido sistematicamente investigada e criticada pelas iniciativas de monitoramento de mídia e estudos acadêmicos que analisam coberturas jornalísticas sobre temáticas relativas às questões de gênero" (Ibid., p. 58).

A partir do relato de experiência da disciplina "Jornalismo e Gênero", ministrada entre 2016 e 2017 no curso de Jornalismo da UFSC, Bertasso, Nascimento e Gustafson (2018) chamam a atenção para a responsabilidade das instituições de nível superior na consolidação desse *ethos*.

> Se o "Jornalismo é masculino", tal qual nos demonstrou Marcia Veiga da Silva (2014), a construção deste posicionamento ocorre em articulação com a sociedade na qual se insere, mas também na agência dos sujeitos que constituem o campo. E neste processo, a universidade é um espaço privilegiado nesta formação e tem, com raras exceções, reproduzido valores sociais dominantes masculinistas, racistas e cisheteronormativos (BERTASSO, NASCIMENTO e GUSTAFSON, 2018, p. 2).

O contraponto a esse processo tem vindo da perspectiva de gênero adotada por experiências inovadoras de jornalismo que vêm emergindo no ambiente digital, como a Revista AzMina, foco de pelo menos cinco pesquisas de pós-graduação nos últimos quatro anos. Ao discutir o percurso do conceito de gênero como categoria central nos estudos feministas contemporâneos, na contramão do patriarcalismo e do determinismo biológico, Schander (2021) faz uma longa travessia pelas disciplinas e correntes de pensamento das Ciências Sociais, que convergem para a questão das identidades (e, por conseguinte, da interseccionalidade), antes de chegar nos estudos sobre a visibilidade do feminismo na mídia.

Estes, porém, demoraram a tensionar o jornalismo como uma prática orientada pelo *ethos* masculino em todos os seus processos decisórios, como faz Veiga da Silva (2010, 2012, 2014).

Situada no início da segunda década deste século XXI, Schander destaca:

> [...] atualmente vivemos a quarta onda do feminismo, na qual predomina o uso da rede digital para disseminação de práticas de ativismo online, tais como o ciberfeminismo. Isso possibilita, dentre outras questões, que haja uma renovação do debate feminista e um alargamento do campo discursivo à presença feminina em redes sociais, blogs, veículos de comunicação e de jornalismo – principalmente alternativos (SCHANDER, 2021, p. 54).

Em seu próprio percurso de revisão bibliográfica, contudo, a pesquisadora catarinense inclui na discussão o jornalismo feminino, cuja distinção em relação ao jornalismo feminista foi considerada crucial nesta dissertação, como será visto no capítulo 3. Sua justificativa é o entendimento de que a revista "AzMina mobiliza atributos dessas duas imprensas que no Brasil existem desde o século XIX" (SCHANDER, 2021, p. 66), e que se somam ao "ciberfeminismo", uma prática que para a autora consiste em utilizar o "meio online para disseminação dos ideais feministas".

A leitura aqui proposta passa pela concepção de gênero oposta à ideia normativa de um ser universal vista na figura do homem branco, hétero, de classe média ou rico, enquanto o "outro" é enxergado na imagem de pessoas, principalmente mulheres, negras e negros, pobres, indígenas, grupos de diferentes etnias, pessoas com deficiência, integrantes da comunidade LGBTQIA+ e outros grupos "diferenciados". Muitas dessas referências, contudo, ainda são normalizadas nas chamadas "revistas femininas", em que pesem a incorporação de algumas pautas feministas ao longo das últimas décadas. A proposta da presente pesquisa é justamente trazer esse contraponto a partir do jornalismo feminista, onde esses valores são ressignificados.

3 O JORNALISMO ESPECIALIZADO E ENGAJADO NAS CAUSAS FEMINISTAS

No presente capítulo apresentamos uma breve trajetória do jornalismo especializado - como ele surge, cresce e se consolida – para discutir uma de suas configurações contemporâneas, o jornalismo feminista. A proposta é que este seja enquadrado como uma categoria do jornalismo especializado, assim como o reconhecido jornalismo feminino, do qual se diferencia tanto em termos de conteúdo quanto em condições de produção. Para isso, observamos as práticas que guiam esse fazer jornalístico bem como o conhecimento específico exigido em cada especialidade, editoria ou segmento.

Como já dito, partimos do pressuposto de que a prática jornalística está em constante contato com a sociedade e dela sofre influência, participando dos dois polos do processo

produtivo, simultaneamente, como fonte e consumidora da informação gerada. Pensando dessa forma, é possível deduzir que uma parcela significativa de modificações, atualizações e evoluções que acontecem no jornalismo parte da necessidade dessa sociedade usuária de informações relevantes e mantenedora do ciclo comunicacional. Particularmente no jornalismo especializado, cuja formulação e produção estão fortemente ligadas às demandas do público, sua segmentação e necessidades de informação.

3.1 Jornalismo especializado

Quando falamos sobre jornalismo especializado, é importante apresentar os termos que serão aqui utilizados. Entendemos toda a prática jornalística como uma prática especializada, visto que ela é uma profissão com técnicas e disciplinas próprias. Ao falar sobre jornalismo especializado aqui, nos referimos a uma abordagem jornalística específica que possui proposta, densidade e metodologias particulares, aplicadas por jornalistas especialistas na cobertura de determinado tema ou assunto. Não iremos contemplar a discussão em relação à formulação disciplinar ou como esse jornalismo aparece no campo em termos de conceito ou teoria. Nosso olhar valida-se por uma bibliografia descritiva e pela observação das práticas.

De acordo com Tavares (2007, 2009, 2012), o jornalismo especializado começa a se configurar no Brasil a partir da década de 1950, com uma função mais explicativa do que noticiosa, se comparado aos modelos de jornalismo informativo e opinativo consolidados até então. Ele surge no jornal impresso também como forma de organização da produção e enquadramento do noticiário em eixos temáticos, segundo Erbolato (1981), primeiro autor brasileiro a sistematizar em livro as práticas do jornalismo especializado nos jornais diários do início da década de 1980 (que ele chama de “imprensa de informações gerais”). Contudo, este autor exclui da sua abordagem veículos dedicados exclusivamente a assuntos específicos, que hoje são inseparáveis de qualquer enfoque sobre jornalismo especializado, independentemente da plataforma em que é veiculado (impressa, sonora, audiovisual e digital).

Para Tavares (2012), a consolidação dessa prática ocorre em um período de mudanças externas ao jornalismo, a exemplo da crise econômica, e internas, como as disputas por anunciantes e as questões ligadas à credibilidade informativa, sob o impacto da expansão do rádio e da emergência da televisão, entre os anos 1960 e 1970. Um dos fatores que fortalecem a consolidação da prática especializada na segunda metade do século XX é a necessidade de adequação aos novos públicos, com demandas diferenciadas de consumo e exigências

informacionais, assim como em relação aos próprios jornalistas e suas competências, que marcam a necessidade de transformação:

> [...] é nessa época que as grandes empresas de comunicação saem em busca de satisfazer a crescente demanda do público por uma cobertura mais completa, a fim de explorar outros lados dos acontecimentos ou lidar de maneira informativa e profissional com temas complexos da sociedade, sem que para isso fosse necessária a vulgarização dos mesmos (TAVARES, 2012, p. 102).

Ao listar quinze especializações[9], Erbolato (1981) baseou-se tanto na organização da produção em editorias e seções, quanto em temas que exigem do jornalista algum conhecimento específico, sem esboçar uma distinção entre essas categorias. No entanto, hoje observamos que os recortes temáticos – base do que se entende como categorias do jornalismo especializado – são trabalhados com diferentes gêneros do jornalismo em circulação, nos quais encontramos diferentes formas de leitura de mundo e produção de sentidos, sejam elas mais amplas e aprofundadas ou objetivas/factuais, pois as leituras especializadas não são feitas apenas em grandes reportagens, mas também em matérias e artigos mais concisos. Essas diferentes leituras atrelam-se a uma outra forma de se relacionar com o social e às suas manifestações, que se materializam em produções jornalísticas específicas (TAVARES, 2007).

Uma das características da prática especializada é não olhar apenas para a superfície e transmitir notícias de forma factual, mas ampliar o olhar sobre o fato, "interpretando[-o] e mostrando seus antecedentes e perspectivas" Erbolato (2002, *apud* TAVARES, 2012, p.103). O jornalismo especializado empenha-se, assim, em buscar as causas das quais derivam os acontecimentos, em um processo de ir além do fato e explorar as problemáticas que cercam certos temas relevantes para a nossa sociedade, trazendo à luz da informação fatores que por vezes não são explorados ou associados a questões que estão presentes na realidade cotidiana das populações, além de ser um agente explicador daquilo que notícia. É como se a partir desse olhar atento e especializado venham à tona "[...] certos "acontecimentos invisíveis" que permeiam a sociedade e que são fundamentais em sua constituição" (TAVARES, 2007, p. 47).

Podemos ler esses "acontecimentos invisíveis" como as causas e circunstâncias que estão por trás do fato que se tornou notícia, sendo este consequência de uma série de processos e contingências anteriores, que não encontram espaço para serem explorados em dinâmicas de relatos factuais do jornalismo diário. Esses aspectos em geral não são percebidos devido ao foco exclusivo no acontecimento presente, ou porque são realmente deixados para serem

[9] São elas (na ordem em que aparecem no livro de 1981): "o noticiário esportivo"; "crônica social"; "jornalismo científico"; "cobertura policial"; "charges e desenhos"; "cartas dos leitores"; "notas de falecimentos"; "suplementos e variedades"; "editorial"; "seções permanentes"; "educação e ensino"; "cobertura judiciária"; "economia e finanças"; "cobertura política e administrativa"; "ecologia (ou meio ambiente)".

tratados pelo jornalismo especializado. Retomando o exemplo do jornalismo ambiental: ao tratar de enchentes em grandes cidades, o jornalismo especializado não vai focar apenas no fenômeno localizado, mas também nas causas que levaram àquele fato, como por exemplo as razões meteorológicas e climáticas, eventuais alterações na geografia local que provocaram as cheias, entre outras investigações que permitem contextualizar de forma ampla o que está acontecendo e explicar isso para a população de forma clara e compreensível.

Em relação às categorias desse jornalismo, podemos encontrar um número significativo de temáticas abordadas, sintetizadas na tabela 1:

Tabela 1 - Categorias "clássicas" do jornalismo especializado.

Categorias "clássicas" do jornalismo especializado
Jornalismo Feminino – talvez a mais antiga dessas categorias, é focada no comportamento e modos de consumo femininos e suas transformações ao longo do tempo
Jornalismo Cultural – também uma das mais antigas, iniciada com as seções literárias, foi incorporando diversas manifestações culturais como teatro, cinema, música, entre outras
Jornalismo Científico – privilegia a divulgação de descobertas científicas, avanços tecnológicos e novidades em diagnósticos de doenças e promoção da saúde
Jornalismo Ambiental – originalmente um "braço" do jornalismo científico, torna-se uma categoria específica dedicada a eventos derivados da complexa relação sociedade-natureza
Jornalismo Esportivo – apesar de fortemente baseado na fatualidade das diferentes modalidades de competições esportivas, vem incorporando novas angulagens temáticas
Jornalismo Político – realiza a cobertura do mundo político, acompanhando ações de governantes, parlamentares e, mais recentemente, do Poder Judiciário
Jornalismo Econômico – acompanha as rotinas das atividades econômicas, com ênfase ao mundo dos negócios empresariais, mercado financeiro e políticas econômicas
Jornalismo Internacional – filtra os acontecimentos que viram notícias em diferentes países a partir das agências de notícias e dos correspondentes brasileiros no exterior

Fonte: Elaboração própria, baseada nas menções recorrentes na literatura consultada (2022).

O jornalista especialista compreende as dinâmicas e especificidades de cada temática que aborda, tanto a partir da experiência prática acumulada nas coberturas quanto por eventuais capacitações em cursos de atualização e especialização. No caso do jornalismo político, por exemplo, o jornalista precisa estar inteirado do cenário político presente, mas também dos seus antecedentes (*background* histórico), das articulações entre parlamentares e as negociações entre esses e governos, as divisões partidárias, entre outras ações sobre as quais o jornalista só tem conhecimento se estiver imerso nesse meio, atento ao que acontece.

Outro ponto que sustenta a concretização do jornalismo especializado é o veículo/meio onde ele passa a se expandir: a revista. A relação do jornalismo com esse meio se dá em duas vertentes: a questão da segmentação temática para o público e o espaço para tratar de

determinados assuntos de forma mais ampla e especializada, a partir de diferentes gêneros textuais jornalísticos. Como afirma Abiahy (2005), é próprio da revista dar um tratamento mais detalhado e aprofundado à informação, além de possuir um "caráter de preservação", ou seja, uma maior retenção do meio por parte dos leitores. Esse fato se dá devido à periodicidade mais longa das revistas, predominantemente semanais ou mensais.

É importante ressaltar que nesse contexto o jornal impresso diário é um veículo preferencial para notícias factuais, sendo um material que tem "[...] uma natureza volátil porque sua absorção pelo leitor é mais rápida, sendo, portanto, um veículo apropriado à condensação das matérias" (ABIAHY, 2005, p. 22), enquanto a segmentação fica por conta dos suplementos semanais[10], onde a informação é trabalhada a partir do olhar especializado. É importante destacar, aqui, que o jornalismo especializado não dá as costas para abordagens centradas nos fatos de forma nivelada e rápida, mas sim amplifica e aprofunda as temáticas, trazendo uma abordagem especializada daquilo que é noticiado de forma generalista.

Como afirma Belmonte (2020, p. 71): "o jornalista especializado precisa diferenciar a verdade factual da verdade em perspectiva [...] e conhecer o tema para produzir reportagens em profundidade". Nesse sentido, é importante refletirmos sobre o que diferencia o jornalismo especializado para além da ideia de amplitude e aprofundamento da angulagem da matéria. O principal ponto que podemos observar é o tratamento específico da informação e os métodos de apuração, redação e edição utilizados na construção da notícia. Essa produção especializada passa por etapas que são: a definição temática; a confirmação da relevância social do que é abordado; o tratamento da informação; a consulta a fontes específicas; a habilidade profissional em contextualizar o assunto de forma acessível; a transmissão da informação e os saberes de forma clara e explicativa (TAVARES, 2012).

Na execução dessas tarefas, há o empreendimento de diversas habilidades que permitem que essa estrutura se concretize. Com base na observação sistemática do portal AzMina, ao longo dos primeiros seis meses da pesquisa, e na posterior decupagem do projeto editorial da revista digital, contido na seção nomeada de "Quem somos", propomos categorizar essas habilidades a partir de três conjuntos relativos ao exercício profissional no contexto de um jornalismo especializado: trajetória e bagagem profissional acumulada pelas jornalistas da equipe; método de definição da pauta e escolha das fontes; modos de elaboração e transmissão

[10] "Os suplementos encartados nos jornais diários abrigam um grupo de notícias que se transformam em jornais à parte, como se fossem anexos do jornal matriz. Trata-se de um produto jornalístico que trabalha com material informativo especializado, que normalmente não conquista espaço nas edições diárias dos veículos." (ROCHA, 2006, p. 2).

do conteúdo. Fizemos disso um exercício experimental para compreender as nuances do jornalismo especializado e como a partir desse entendimento é possível observar as práticas.

3.1.1 Trajetórias profissionais das jornalistas da AzMina

A pesquisadora espanhola Quesada Pérez (*apud* TAVARES, 2012) afirma que a diferença do jornalista especializado para o que ela nomeia como "jornalista generalista" se dá nos aspectos da sua formação acadêmica e profissional, sua atitude frente à informação, a relação com as fontes e a metodologia de trabalho. Esses fatores correspondem ao que também temos apontado acerca do jornalismo especializado em si, mas o que queremos ressaltar neste tópico é a especialização da jornalista feminista, o seu repertório de conhecimento e a sua bagagem acumulada ao longo da carreira e, neste caso, eventual ativismo feminista. Frisamos que ao falar de especialização da jornalista, não estamos nos referindo à questão da formação restrita a certos campos de conhecimento, mas sim à jornalista que se especializa em abordar determinadas temáticas a partir do seu *background* profissional. A partir das observações sistemáticas, torna-se visível a proximidade das jornalistas com as temáticas especializadas que elas abordam, seja devido à frequência de coberturas ou a um interesse exterior/antecedente à profissão, como podemos constatar em jornalistas que abordam política, meio ambiente, ciência, tecnologia, esporte e outras temáticas.

No caso do presente objeto de investigação, a Revista AzMina, a equipe fixa é composta por 19 (dezenove) profissionais de diferentes áreas, sendo nove jornalistas e uma estudante de jornalismo (até a conclusão deste capítulo). Na presente discussão, o foco foi delimitado ao *background* apresentado pelas jornalistas (em diferentes funções) nos seus perfis profissionais expostos no site da revista, na aba "Quem somos" (Figuras 1 e 2), dentro do período da pesquisa[11]. Cabe ressaltar, aqui, que o projeto original da pesquisa previa o detalhamento desses perfis por meio de entrevistas em profundidade com parte da equipe, o que não foi possível, como será explicado no tópico que descreve a metodologia aplicada.

[11] Ressalte-se que após encerrada a coleta de dados para a pesquisa pode ter havido alterações na composição da equipe, como ocorreu em outros momentos, desde o início do curso de Mestrado.

Figura 1 – Equipe dirigente da revista AzMina na página do "Quem Somos".

Fonte: Revista AzMina – Quem Somos: https://azmina.com.br/revista-azmina/#equipe

Os perfis apresentados no site (Figura 2) revelam diferentes tipos de *background*, alguns com mais ênfase em questões pessoais, de mobilização, direitos humanos e militância, outros mais focados na trajetória profissional. Porém, todos podem ser vistos como conjuntos de referências que permitem às jornalistas executarem seu trabalho a partir de um olhar específico. Para a análise desses perfis, reunimos um conjunto de dados sobre as nove jornalistas da equipe que exercem diferentes funções, considerando as três lideranças e as seis que compõem a "departamentalização" apresentada pela revista[12]. Para cada perfil (Tabela 8 no Apêndice A) foram inseridos na tabela os seguintes tópicos: Cargo (de diretoria, gerência ou funções operacionais, como roteirista e repórter); Formação para além da graduação de jornalismo (especialização, mestrado, doutorado); experiência anterior (funções e veículos); expertise (habilidades diferenciadas valorizadas pela revista; premiações); Causas de interesse (associadas às lutas feministas e/ou à linha editorial da revista); idiomas estrangeiros.

[12] O item "Expediente da Revista" da página do "Quem Somos" lista as seguintes funções: Arte (quatro pessoas); Analista de audiências (duas); Audiovisual (uma diretora, uma *motion designer*, uma roteirista e uma editora de vídeo); Captação de parcerias (uma gerente e uma assistente); Financeiro e administrativo (uma gerente e uma assistente); e Jornalismo (duas gerentes, uma repórter e uma estagiária). A estagiária não foi incluída na análise. Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/#equipe

Figura 2 – Perfil de uma jornalista integrante da equipe de gestão da revista AzMina.

Fonte: Captura de tela (https://azmina.com.br/author/marilia-moreira/) em 11 jan. 2023.

Em relação aos cargos, quatro jornalistas são diretoras, três são gerentes e duas exercem funções de roteirista e repórter. Apenas uma jornalista não informou qualquer formação após a graduação; três possuem especialização; duas são pós-graduandas; quatro fizeram mestrado e uma cursou doutorado, mas ainda não defendeu a tese (considerando-se mais de uma opção para cada). As áreas dessas formações são diversas: Administração (duas), Antropologia, Comunicação e Cultura (duas), Filosofia e Autoconhecimento, Jornalismo Cultural, Mídias Criativas e Relações Governamentais. Duas especializações merecem destaque pela ênfase dada pela revista à relação entre Jornalismo e Tecnologias: uma em Jornalismo de Investigação, Dados e Visualização pela Universidad Rey Juan Carlos; outra em Jornalismo de Dados, Automação e Data Storytelling no Insper. Ainda no quesito formação, ressalte-se que apenas uma das jornalistas não indicou algum idioma estrangeiro. Todas as demais informaram o domínio de inglês, quatro mencionaram também o espanhol e duas acrescentaram o francês, o que aponta para a possibilidade de uma inserção internacional da revista AzMina.

Em termos de trajetória profissional chama a atenção um grupo de jornalistas da Bahia que atuaram nos dois principais jornais do estado, A Tarde e Correio*, além do portal iBahia e do telejornalístico Bahia Notícias; uma delas cruzou a fronteira como correspondente regional do Portal Terra, do Zero Hora e da Rádio Gaúcha, todos com sede em Porto Alegre. No percurso das demais, há uma variedade de veículos *mainstream*, como os jornais Folha de S.Paulo, Estadão, O Globo, El País e Valor Econômico; as TVs Bandeirantes, Record e RedeTV; as revistas Época, IstoÉ, Piauí e as femininas Marie Claire e Cláudia, Trip e TPM. Uma das gerentes de jornalismo destaca-se pelas colaborações a vários veículos nativos digitais como a AzMina: Agência Pública, Repórter Brasil, Projeto Colabora, The Intercept Brasil, Marco Zero

Conteúdo. Mas também são citados por outras jornalistas o Canal Meio, Aos Fatos e Núcleo Jornalismo.

Essas trajetórias ajudaram a construir as expertises que essas jornalistas agora aplicam nas atividades profissionais que exercem na revista. O Jornalismo de dados aparece associado ao gerenciamento de projetos e às chamadas "metodologias ágeis", tecnologia e inovação; e também ao jornalismo investigativo com uso de dados públicos abertos, transparência pública, legislação em direitos humanos e cobertura de pautas sobre questões de gênero, saúde e bioética. Nesse conjunto de expertises incluem duas premiações: o prêmio Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados e o do Global Health Reporting Contest 2018 (ICFJ) por uma reportagem sobre aborto. Um outro conjunto de habilidades converge para a crescente adoção de narrativas multimídia pela revista AzMina, que mobiliza roteirização, direção e edição de vídeo-reportagens, documentários para a internet e podcasts.

Em termos de conteúdos, destacam-se habilidades que interessam às causas femininas, como: cobertura de eleições, monitoramento de casas legislativas e gerenciamento de crises; cobertura política com foco em tecnologia e redes sociais; investigação e análise de dados relacionados a direitos humanos, combate à violência contra a mulher e violência política de gênero; sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos. Mas também chama a atenção a ausência de referências a qualquer formação ou interesse relacionado a questões de interseccionalidade.

Para ilustrar o levantamento trouxemos os perfis de algumas jornalistas como exemplo[13]. A jornalista Joana Suarez, já colaborou com reportagens para diversas empresas e organizações jornalísticas como a "Folha de São Paulo, em pautas de cotidiano e política, e fez matérias para a Agência Pública, Repórter Brasil, Projeto Colabora, The Intercept Brasil, Revista Piauí, Época, El País, Marco Zero Conteúdo, The Independent, entre outros" (QUEM SOMOS, 2023, *online*). Além disso, em 2021 participou como representante do Brasil no Feminist Journalist Project da AWID (Association for Women's Rights in Development) e do Emerging Media Leaders Fellow International Center For Journalists (ICFJ), um programa de empreendedorismo e inovação para jornalistas da América Latina, com mentoria e treinamento realizadas em Washington DC, no Estados Unidos. Além de contribuir com a revisão e atualização do plano de ação mundial para proteção dos jornalistas, realizado em 2022, durante a conferência organizada pela ONU, Unesco e Ministério Federal da Áustria sobre a Segurança de Jornalistas. Atualmente Joana é Gerente de jornalismo da Revista AzMina, trabalhando com grandes reportagens investigativas e com produções para o quadro "Mas vocês veem gênero

[13] Os perfis das demais jornalistas que assinam reportagens presentes no *corpus* estão disponíveis no Apêndice D.

em tudo?" no canal no YouTube da revista. O seu repertório profissional e especializado em diversos tipos de coberturas e parcerias com diferentes organizações jornalísticas e humanitárias a concede uma bagagem e um olhar especializado que é possível encontrar nas reportagens publicadas no portal assinadas por ela, como: "Misoprostol: o remédio que poderia salvar vidas, mas manda para a cadeia"; "90% dos abortos atendidos pelo SUS são feitos com procedimento ultrapassado"; "Medo, morte e abandono rondam defensoras do meio ambiente", reportagens essas que serão abordadas no nosso capítulo empírico[14].

A jornalista Helena Bertho, que integrou a diretoria da Revista AzMina e hoje atua como colaboradora externa, é um outro exemplo que podemos bordar aqui, em sua trajetória profissional passou por veículos como como UOL, M de Mulher, Veja São Paulo e a Revista Sou Mais Eu, realizando coberturas especializadas a partir de uma perspectiva de gênero, direitos humanos, diversidade e sexualidade. Além de ter permanecido na diretoria da revista durante um significativo período, de março de 2015 a janeiro de 2023[15], também tocou uma coluna quinzenal sobre sexo no canal de vídeos da Revista (QUEM SOMOS, 2023) e escreve reportagens com foco em gênero e sexualidade. Ou seja, todo esse conjunto de referências construído ao longo dos anos por meio de diferentes experiências jornalísticas é aplicado na produção de conteúdo jornalístico específico feito sob o olhar da especialidade adquirida durante o tempo trabalhando com tais temáticas[16].

Para além da equipe fixa, a revista AzMina conta com um grupo de profissionais que colaboram regularmente ou pontualmente na produção de conteúdos. Uma dessas parcerias é o MonitorA, um observatório de discurso de ódio, principalmente nas redes sociais digitais, contra candidatas nas eleições, uma parceria entre AzMina, InternetLab e Núcleo. Em 2022 o MonitorA contou com a colaboração de cinco veículos atuantes nas cinco regiões do país, produzindo jornalismo com recorte de território e perfil social das candidatas. (MONITORA, 2023). Jornalistas de A Lente, Abaré Jornalismo, Agência Tatu, data_labe e Portal Catarinas contribuíram com o monitoramento e utilizando de expertises jornalísticas para contextualizar como a violência política de gênero tem acontecido nas diferentes regiões do Brasil. Além da experiência como moradores das regiões sobre as quais trabalhou, as jornalistas colaboradoras, que representaram esses veículos, possuem experiências em jornalismo de dados, análise de dados públicos, redes sociais, política, feminismos, educação midiática cultura, direitos humanos, experiência em coberturas investigativas e documentais. Além disso, com

[14] Ver perfil em: https://azmina.com.br/author/joana-suarez/
[15] Segundo dados disponíveis no perfil público da jornalista na rede social LinkedIn
[16] Ver perfil em: https://azmina.com.br/author/helena-bertho/

experiências em veículos como O Globo, Le Monde Diplomatique Brasil, National Geographic, Mídia Ninja, Época e Veja.

Dentro desse projeto há a colaboração da jornalista Lu Belin, representando diretamente a Revista AzMina. Lu é jornalista de dados, mestre em comunicação e faz doutorado na Universidade Federal do Paraná, com uma pesquisa focada em feminismo, direitos reprodutivos e conversação política em redes digitais. Além de ter experiência com assessoria de imprensa e gerenciamento de mídias sociais, repórter e editora de modo freelancer (QUEM SOMOS, 2023)[17]. A colaboração se deu especificamente na edição 2022 do MonitorA, assinando reportagens como "Apesar de serem só 15% do Congresso Nacional, mulheres têm 34,4% das atuações desfavoráveis aos nossos direitos", "Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes" e "Você é uma vergonha" e "mimimi": ofensas a candidatas à presidência reproduzem falas de Bolsonaro", onde as expertises conversação política em redes digitais, direitos reprodutivos e jornalismo de dados são cruciais para o levantamento e análise de dados realizados pelo projeto, do manuseio e da forma de divulgação dessas informações em materiais jornalísticos.

Trouxemos esses exemplos, a partir do nosso objeto, para que seja possível visualizar como esse *background* está imbricado na produção de um jornalismo especializado que utiliza de conhecimentos e expertises construídas ao longo do tempo e da trajetória profissional da jornalista, lhe conferindo propriedade e aptidão para trabalhar com determinadas temáticas, com uma abordagem qualificada e com diferentes formatos narrativos.

3.1.2 A construção de pautas especializadas

Um segundo aspecto importante e que auxilia na definição dos contornos do jornalismo especializado é a definição das pautas, que em última instância são a base da linha editorial e a da construção da identidade e fidelidade da audiência. Além disso, a sua definição e seleção refletem o lugar e posicionamento social do meio e isso é visto a partir da escolha das temáticas e de como elas são abordadas. Para o professor Ijuim (2012) a produção do jornalismo deve ter o ser humano como ponto de partida e de chegada da prática, o que obriga que o olhar do profissional seja treinado para ir além das fórmulas, pois esse fazer "começa antes da pauta, na consciência de ser jornalista" (p.133); é o compromisso social do profissional com a sociedade, que deve ser anterior a profissão (FREIRE, 2021 [1979]). É na pauta que estão colocadas as

[17] Ver perfil em: https://azmina.com.br/author/luciane-belin/

intenções, propósitos, convicções, crenças e certezas do jornalista a partir do seu olhar de mundo, esteja ele na elaboração ou leitura/execução dessa pauta.

Quando falamos da produção de um jornalismo especializado, e principalmente a perspectiva de engajado, a concepção da pauta precisa ir além da cobertura superficial, como já destacamos anteriormente, e além disso é preciso colocar as pessoas como protagonista dos seus relatos a partir de um viés humanizador, que compreenda o relato dentro de um contexto, não apenas como fato isolado e reduzido: "[...] pode-se deduzir que o repórter "focado nos fatos", ao ler/compreender uma pauta por um pensamento disjuntivo e reducionista, ignora a complexidade do fenômeno; não engajado à realidade, perde em cumplicidade com o outro e, por isso, não reporta a vida" (IJUIM, 2017, p. 239). É necessário que o compromisso do profissional com a sociedade apontado por Paulo Freire esteja presente dentro dos processos profissionais da leitura e interpretação de mundo que será transmitida e reproduzida a partir da informação jornalística.

Pensando a partir de uma perspectiva humanística e considerando o objeto de análise desta dissertação, visualizamos uma especificidade dentro dessa construção, as fontes especializadas, as quais são priorizadas as mulheres, em sua diversidade, enquanto fontes principais dos materiais produzidos pela Revista AzMina. Na observação sistemática experimental da revista, nos chamou a atenção o esforço de fugir do estereótipo de uma "mulher universal", igual em qualquer parte, para trazer à tona e dar voz a diferentes mulheres, de diferentes grupos. Esse posicionamento fica claro no subtópico "Diversidade de vozes", da página "Quem Somos" da revista, que assim apresenta esse propósito: "[...] buscamos uma visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres, por isso, trazemos para o debate público **vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros**." (QUEM SOMOS, 2022, *online* – grifo nosso).

Ao fazer um levantamento nessa apresentação da revista e suas diretrizes Aguiar e Rodrigues (2022), foi observada uma frequente citação da palavra "fonte", que se repete 19 (dezenove) vezes durante o texto, com ênfase em dois tópicos específicos: "Regras básicas sobre fontes"; e "Sobre anonimato de fontes". Isso mostra uma atenção específica, que entendemos que se distancia da ideia utilitarista por vezes aplicada à fonte pelo jornalismo, como podemos ver nesse trecho publicado no tópico Política de erros: "Alterações após a publicação da matéria só são feitas em caso de erro ou em caso de retirada de informação para **garantir a segurança de fonte ou pessoa entrevistada** e serão devidamente notificadas." (QUEM SOMOS, 2022, *online* – grifo nosso). Como também no tópico sobre anonimato:

> Sobre anonimato de fontes: a Revista AzMina reconhece o valor jornalístico de fontes não anônimas, mas entendemos como prioridade não expor a mulher entrevistada quando ela correr perigo. Avaliamos caso a caso as consequências da exposição da identidade da entrevistada, bem como explicamos abertamente a ela tudo que pode estar envolvido, para que a escolha seja feita com consciência e informação (QUEM SOMOS, 2022, *online*).

Esse movimento demonstra um olhar aproximado, enxergando além da apuração e entendendo que há impactos reais envolvidos na narração dos fatos.

No tópico "Regras básicas sobre as fontes", as jornalistas da revista destacam como são feitas as escolhas das fontes, quais são priorizadas, e como buscam garantir a diversidade em termos de localização, especialização, reputação e confiabilidade. Dos cinco pontos apresentados no tópico, três citam a procura e priorização de especialistas para abordar o tema, enquanto o segundo refere-se à busca por grupos e instituições "cuja atuação, história e reputação as qualificam para tratar do tema da reportagem" (Ibidem.). Logo, também podem ser tratados como fontes especializadas de caráter institucional.

Assim, é importante sinalizar que esses movimentos da Revista AzMina, de priorização de especialistas e fontes mulheres, com diversidade, fazem parte de uma qualificação do feminismo dentro do espectro de um conhecimento especializado, no qual a leitura do que vem sendo tratado passa pelas questões de gênero e será codificado a partir dessa perspectiva, seja com base em um referencial de experiência dessa mulher, em caso de relatos que se entrecruzam com a vida, seja de olhares especializados, profissionais e acadêmicos, que fazem a leitura do que é dito a partir desse lugar específico de conhecimento e experiência de vida.

Em relação ao espaço geográfico das fontes, a Revista declara um compromisso de buscar "fontes e instituições fora do eixo Rio, São Paulo e Brasília" (Ibidem). Em termos nacionais, isso demonstra uma proposta de abrangência de visões relacionados aos temas abordados, pois em um país continental como o Brasil, com grandes desigualdades regionais e experiências sociais diversas, é importante sair dos eixos de concentração de informações e buscar olhares especializados que vão além do que é priorizado pela maior parte dos veículos de circulação nacional, inclusive pensando em um movimento que rompa com a estigmatização de algumas regiões semeada por coberturas da mídia empresarial, como podemos ver em ações colaborativas como o MonitorA. Essa barreira de localização e território também é rompida quando a Revista afirma que na busca pelas melhores especialistas no assunto tratado chega-se a fontes de outros países, realizando a entrevista em outro idioma e fazendo a tradução do conteúdo para a língua portuguesa. Tais ações são possibilitadas não apenas pela tecnologia digital, um dos braços fortes da revista, como também pela capacidade da equipe de se comunicar em pelo menos outros três idiomas estrangeiros (inglês, espanhol e francês), como

visto no tópico 3.1. Na nossa análise será possível observar como a revista coloca em prática essa proposta de abrangência de visões de acordo com as fontes que aparecem em suas reportagens.

3.1.3 A ética do cuidado nas pautas feministas

Além dos aspectos observados no tópico anterior, o processo de escolha das pautas feministas também segue critérios pertinentes à chamada ética do cuidado. Como apontam Christofoletti e Paul (2020, s/n), esse cuidado deve perpassar a atenção com "as fontes, com a informação, com o público e o autocuidado [com a profissão]". Antes de ser tratada no jornalismo, a ética do cuidado passou por diversos debates dentro da teoria feminista, como também nos campos da sociologia, filosofia e psicologia.

O trabalho que marca o início da defesa das ideias da ética do cuidado é a obra de Carol Gilligan, *In a different voice: psychological theory and women's development*[18], publicada em 1997. Segundo Tânia A. Kuhnen (2014), nesta obra Gilligan defende que há duas perspectivas para compreensão moral: a voz padrão da moralidade, que baseia as decisões morais na noção de justiça e é lida como uma perspectiva "masculina". A outra perspectiva é denominada como "feminina" ou "voz diferente" e "aponta para um modo diverso de falar sobre problemas morais, baseado na experiência da conexão com o outro, da qual resulta a atribuição de prioridade à manutenção de relacionamentos de cuidado na tomada de decisões morais" (KUHNEN, 2014, s/n).

Nesse sentido, podemos ver que há uma dualidade onde existe noção de forças entre o que é entendido por masculino e feminino. Considerando que estamos dentro de uma estrutura patriarcal, a ideia de "universal", vista como autônoma, superior e racional, tende a silenciar a "voz diferente", tida como inferior e estreitamente associada à emoção e a sentimentos Warren (1998 *apud* KUHNEN, 2014, s/n). As teorias modernas têm como base tal dualidade em sua concepção, onde se fixa a superioridade da visão universalizante "masculina" e a inferiorização do que é tido como feminino: sentimentos e emoções (Ibidem) As teorias feministas fazem o movimento de romper com ideias hegemônicas em relação ao feminino e à figura da mulher, buscando reivindicar seu espaço para ser ouvida e vista.

De acordo com Kuhnen (2014), Gilligan recebe críticas em relação à ideia conservadora que possa existir na ética do cuidado, onde se reforça a responsabilidade imaginária do papel

[18] Uma voz diferente: Teoria psicológica e o desenvolvimento feminino. (Tradução própria).

feminino no prover e cuidar. Porém, segundo a autora, Gilligan não busca reforçar essa ideia que se essencializa no gênero, ela

> [...] investiga como na sociedade patriarcal vozes diferentes são formadas, valoradas, hierarquizadas e naturalizadas. [...] diferentes sujeitos possuem vozes distintas, mas não precisam ficar restritos a essa voz, isto é, podem desenvolver outras formas de perceber e lidar com problemas morais, representa um potencial transformador da sociedade (KUHNEN, 2014, s/n).

É por meio desse ouvir, da escuta ativa e interessada, que Gilligan vê a oportunidade de uma real mudança e transformação da estrutura patriarcal que nos molda. É importante frisar que as ideias de Gilligan não pretendem reforçar uma dualidade, pois um discurso não é trabalhado em detrimento do outro, e sim contemplar a complementaridade entre as vozes e as visões das perspectivas de ética e moralidade.

> A busca pelo espaço para a voz feminina na sociedade não significa que uma ética do cuidado e da responsabilidade nas relações deva ser implementada em detrimento de uma ética de princípios e direitos. O respeitar dos direitos com base nas noções de justiça e igualdade e o importar-se com os outros devem ser integrados. A perspectiva do cuidado, por meio da **valorização de sentimentos morais, como empatia, altruísmo e reconhecimento da conexão com o outro, contribui, assim, para superar a indiferença que pode estar presente na perspectiva da justiça**, baseada essencialmente na autonomia, individualização e separação (KUHNEN, 2014, s/n – grifo nosso).

Como afirmam Gilligan (*apud* KUHNEN, 2014) e Camponez (2014), rupturas e propostas de mudança da visão sobre as perspectivas éticas e morais nos levam a pensar a ética do cuidado e a valorização da "voz diferente" como formas de conhecimento e transformação social. Correspondendo à nossa proposta de pesquisa, é importante pensarmos nesses processos atrelados à prática jornalística, em como a ética do cuidado se faz presente no processo e como isso abre possibilidade para novas formas e práticas, como o jornalismo feminista.

A ética do cuidado aplicada ao jornalismo não pretende negar os postulados da profissão, muito menos recusar o compromisso com a verdade. Pelo contrário, como afirma Carlos Camponez (2014, p. 116), a verdade é "uma condição essencial e transversal exigida pelo respeito devido aos diferentes interlocutores no quadro geral de uma ética da comunicação, a ética do cuidado eleva-a a um patamar de complexidade mais consentâneo com as exigências epistêmicas e normativas do jornalismo contemporâneo". Novamente, não é um processo de separação e dualidade, mas sim de agregar elementos às rotinas que irão enriquecer o jornalismo praticado.

A ética do cuidado que é um dos caminhos pelo qual é possível construir um jornalismo mais aberto e empático, é por esse motivo que olhamos o jornalismo feminista por meio dessa perspectiva. Além de outras características, que serão logo mais bem exploradas, o jornalismo feminista demonstra o compromisso em ouvir, ter um cuidado com a fonte, como vimos

anteriormente, que vai além da garantia da informação, é um jornalismo que se propõe a olhar para as especificidades com mais calma, com tempo para refletir, e busca exercer diversidade e pluralidade nas suas abordagens. Além disso, o jornalismo feminista se posiciona em prol de causas, não de forma neutra e imparcial, pois como afirma Esmitiz (2019, p. 6), "o jornalismo não pode ser neutro, objetivo e imparcial porque as notícias são construções de uma realidade parcial". Ou seja, não há um esconderijo que prive o sujeito de colocar no texto as suas subjetividades, é uma visão localizada sobre o fato e isso não descredibiliza a atividade que segue as premissas das boas práticas na sua realização. Dentro do jornalismo feminista, além de partir de um conhecimento localizado a partir de uma causa, a leitura da informação é feita com um olhar especializado a partir das características de apuração e narração citadas anteriormente neste capítulo.

A ética do cuidado, quando aplicada ao jornalismo, não afasta os conceitos éticos da profissão – o compromisso com a verdade, o rigor da apuração e da informação –, mas propõe a "humanização" desse processo dentro da produção das informações e da responsabilidade de contribuir com a formação da opinião pública (CARLOS CAMPONEZ, 2014).

3.1.4 A linguagem especializada e a segmentação de público

Como citamos anteriormente, o jornalismo especializado lida com as informações a partir de uma metodologia própria de trabalho. Pensando sobre tal ideia, nos propomos ao exercício de refletir quais seriam esses métodos, elaborando-os a partir da bibliografia utilizada e do nosso objeto empírico. Antes, porém, é importante demarcar aqui a diferença entre as duas vertentes do jornalismo especializado, feita por Belmonte (2020), a partir de uma leitura de autores consagrados: a especialização temática e a segmentação de público. A primeira é focada nas informações factuais pertinentes a uma temática específica, de forma a explicá-la e aprofundá-la com uma abordagem qualificada. Corresponde, tipicamente, às editorias "clássicas" dos jornais diários, que foram incorporadas pelas revistas semanais de informação e pelos portais de notícias (política, economia, cultura, esportes etc.). Já o jornalismo segmentado está ligado a recortes de públicos, seja por seus perfis demográficos (mulheres, crianças e jovens, idosos, negros, LGBTQIA+ etc.) ou por seus interesses de consumo (carros, música, cinema, games etc.). O jornalismo especializado da Revista AzMina será tratado aqui como uma convergência de ambos, porque se destina ao "segmento" demográfico das mulheres, mas, ao mesmo tempo, lida com temas específicos da perspectiva de gênero (sexualidade, direitos reprodutivos etc.).

Uma característica presente no jornalismo especializado é a diversidade da linguagem utilizada de forma não homogênea e adaptada ao seu público e temática trabalhada (ABIAHY, 2005), como também a linguagem e os recursos que o próprio texto necessita. Vamos refletir acerca da diferenciação de dois aspectos na produção de informações especializadas e como esses são, ou podem ser trabalhados: coleta de dados (apuração) e recursos de estruturação da narrativa jornalística, operados no processo de edição de cada matéria. Estes envolvem tanto questões de linguagem relacionadas aos temas que circundam e/ou embasam as causas feministas, quanto procedimentos de seleção, ordenação ou hierarquização das informações e ênfase a certos aspectos em detrimento de outros.

O primeiro ponto que levantamos acerca da elaboração e transmissão de conteúdo é em relação à coleta de dados e informações. Tal terminologia não se refere unicamente à coleta feita a partir das metodologias quantitativas, mas sim aos dados que são apurados para a construção da notícia, sejam eles numéricos ou não. No nosso objeto de observação encontramos o tópico "Regras básicas sobre dados, números e estudos", onde a equipe da Revista AzMina elenca a conduta da revista em relação ao manuseio de dados e informações, a fonte desses dados e a metodologia utilizada em sua captura. A Revista deixa claro que todas as informações publicadas são duplamente checadas pelas jornalistas e até mesmo por especialistas da área tratada na matéria, como elas atestam nesse ponto ao falar sobre fontes de dados internacionais:

> Quando não é possível localizar o estudo completo em português a tempo do fechamento da reportagem, checamos com ao menos três fontes de credibilidade socialmente reconhecida na área em questão, e atribuímos a informação a uma dessas fontes. Por exemplo: Se o especialista Fulano diz que, segundo um estudo do Ministério da Saúde, 10% das mulheres têm câncer de mama e o ministério não nos fornece o estudo no tempo necessário para publicação da reportagem, confirmamos o dado com outros dois especialistas ou instituições e não atribuímos ela ao Ministério da Saúde, mas ao especialista Fulano que é, na realidade, quem serviu de fonte de informação à revista (QUEM SOMOS, 2022, *online*).

Contudo, a revista sempre privilegia a fonte original dessas informações, ou seja, estudos e pesquisas que são consultadas durante a construção da reportagem, que também são linkados e creditados ao final da matéria, ou no decorrer do próprio texto por meio de *hiperlinks*. O mesmo critério é utilizado para referência a outras reportagens, internas e externas, que serviram de inspiração ou fonte de dados. Importante destacar a proposta de visão crítica sobre esses dados, uma característica crucial, pois é preciso além de expor as informações, trabalhá-las a partir de um viés crítico da realidade representada pelos dados coletados, como pontuamos anteriormente ao falarmos sobre a objetividade. Além disso, os dados governamentais recebem

uma leitura de “fontes alternativas, que podem subsidiá-los ou contrariá-los. Registramos isso no texto” (Ibidem).

A metodologia do levantamento de dados e da construção da reportagem especializada, como mencionamos antes, é uma característica presente e importante na tipificação de um jornalismo especializado. A Revista AzMina traz alguns pontos específicos em relação a como a equipe lida com as metodologias para captação de dados.

> Sempre explicamos a metodologia usada nos levantamentos para que o leitor e leitora possam decidir se consideram uma metodologia válida; Sempre informamos as fontes dos dados, citando também o ano do levantamento; No uso de dados públicos, mantemos registro das informações levantadas, para além dos resultados consolidados para análise; Primamos pela transparência e informações abertas. Nos levantamentos realizados pela equipe AzMina, **disponibilizamos os dados brutos e a metodologia do levantamento para uso por quaisquer interessados**; No uso de tecnologias de automação e inteligência artificial para levantamento de dados, **divulgamos também o código usado, tanto para fins de transparência, quanto para que possa ser adaptado e usado por outras iniciativas** (QUEM SOMOS, 2022, *online* – grifo nosso).

Essa transparência com as leitoras e leitores é importante para que se capte como o processo da informação se dá, mostrando a veracidade dos dados e como eles podem ser comprovados. Outro ponto que vale ressaltar é a disponibilidade para o uso de outras iniciativas, mostrando um pouco da horizontalização da produção e compartilhamento dessas informações. Uma característica que nos propomos a pontuar são os recursos de linguagem utilizados de modo a adaptar os conteúdos especializados à demanda do público.

A linguagem utilizada em cada segmento de jornalismo especializado vai diferir justamente por trabalhar com termos e linguagens de diferentes áreas do conhecimento. Por exemplo: os termos utilizados no jornalismo econômico, mesmo que haja uma explicação que abarque pessoas que não estejam familiarizadas com o assunto, vai ser direcionado para especificidades dessa especialização.

Ao falar da linguagem incluímos também os recursos narrativos utilizados no planejamento gráfico (*design*) da informação jornalística, como por exemplo o uso de infográficos, mapas, *hiperlinks*, tabelas, vídeos e outros. Observamos esses recursos como facilitadores de compreensão e acesso à informação publicada. Como afirma Lotif (2021), pesquisadora que estuda a relação do design de informação e do jornalismo com a forma que é dada às reportagens, as mídias oferecem diferentes possibilidades de gerar e apresentar os conteúdos. Em cada meio há diferentes potencialidades que os profissionais podem explorar ao definir como os dados serão expostos e como essa narrativa visual será construída. A pesquisadora dialoga com as ideias do “saber de narração” do jornalista, apresentado na obra de Traquina (2005). Esse saber consiste na habilidade de reunir e compilar as informações

dentro de “uma narrativa noticiosa, em tempo útil e de forma interessante” (p. 43). Como afirma o autor, esse saber mobiliza a linguagem jornalística e lhe atribui características específicas de construção da narração dos fatos de forma a ser identificada pelo leitor, transmitindo a informação de maneira compreensível e interessante.

Na perspectiva do jornalismo especializado e considerando as reportagens que carregam um maior volume de informações, a jornalista lança mão de artifícios de linguagem gráfica para condensar as informações de forma clara, didática e atender essas demandas apresentadas por Traquina. Na Revista AzMina constatamos o uso frequente desses recursos gráficos dentro da narrativa das reportagens para apresentação de dados numéricos, como também outros recursos como o uso de linha do tempo e mapas, que causam maior imersão nas informações, além de facilitar o entendimento de informações de maior complexidade.

Pode-se ver que…

> [...] o uso dos recursos gráficos oriundos da linguagem visual, torna os conteúdos das reportagens mais diversos visualmente e em termos de narrativa por apresentar maior variedade de estratégias para a exposição do assunto. Os elementos visuais, para além de chamarem atenção e proporcionarem maior retenção do leitor à página, também oferecem outras camadas de aprofundamento da história contada pelo repórter por usarem outros modos de representação além do verbal (LOTIF, 2021, p. 13).

A relação desses elementos com o jornalismo especializado se dá no volume de informações e na preocupação em apresentá-las de forma aprofundada, mas com uma compreensão possível, alcançando o público leitor que já conhece a temática, como também o grande público. Além disso, como afirma Lotif (2021) no trecho citado acima, esses recursos oferecem outras camadas da informação, principalmente quando o objetivo é apresentar gravidades ou longinquidade, como podemos ver nas linhas do tempo, por exemplo. Tais características são encontradas nas reportagens da Revista AzMina, como veremos no capítulo quatro.

Entender essas características associadas ao jornalismo especializado e sua forma de atuação e manutenção serve como base para compreendermos como o jornalismo feminista e sua cobertura especializada tem se construído e se fortalecido. Essa leitura e entrecruzamento com características do nosso objeto, faz parte da construção do alicerce de como construímos a nossa hipótese de que a cobertura do jornalismo feminista da Revista AzMina é especializada e engajada em uma causa específica.

3.2 O jornalismo engajado

O termo “jornalismo engajado” ainda aparece de forma difusa e dispersa em estudos sobre o jornalismo. Em alguns autores (DORNELLES, 2006, 2008; SILVA, 2012; BELMONTE, 2017), ele aparece associado a jornalismo comunitário, ao jornalismo popular, ou ao jornalismo cívico. Nessas perspectivas, o jornalismo engajado busca expor problemas sociais que atingem diretamente grupos específicos da sociedade, explicando causas e consequências que afetam essas populações, com o objetivo de levar à reflexão, orientar e mobilizar a sociedade para o fomento de ações resolutivas de tais problemáticas.

A ideia central aí contida é a de que o jornalismo deve sair de uma posição estritamente observadora e descritiva para assumir um lugar de orientação para ação e, a partir disso, buscar “centralizar os objetivos da prática da profissão no estímulo e esforço da cidadania, melhorando o debate público, revendo a vida pública e contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia” (DORNELLES, 2008, p. 123). Contudo, estudos recentes no campo da Comunicação têm associado os termos “engajamento” e “engajado” a reações de concordância ou adesão do público a certas mensagens que circulam nas mídias digitais ou a comportamentos de consumo considerados positivos para fornecedores de produtos e serviços. Ou seja, uma conotação muito diferente (e, de certa forma, até antagônica) da origem sociológica desses termos, tal como apropriados por práticas jornalísticas em prol de causas sociais e humanitárias.

Porém, é importante pontuarmos que tanto essas práticas quanto os jornalistas que se posicionam a favor de certas causas são constantemente criticados por uma parte dos próprios profissionais e estudiosos do campo, que têm uma ideia equivocada de que o jornalismo engajado é incompatível com as boas práticas da profissão, forjando assim uma falsa dualidade. Como afirmam Andrade e Pereira (2020, p. 103): “Enquanto os cânones profissionais rejeitam unir jornalismo a ativismo, é recorrendo a esses termos que muitos participantes se referem ao que fazem” em veículos independentes, engajados e ativistas. Destacamos que a intenção aqui não é reforçar essa suposta binaridade entre modos de fazer jornalismo e sim contribuir para os debates necessários no campo, buscando pensar as práticas criticamente, pois, seguindo Moraes (2022), entendemos que o jornalismo é uma tarefa que exige constante reflexão.

As discussões relacionadas ao jornalismo engajado aparecem frequentemente ligadas aos estudos sobre o jornalismo ambiental, que defende uma prática engajada (AGUIAR, 2003; DORNELLES, 2008; BELMONTE, 2017, 2020; LOOSE, 2022), bem como a iniciativas de jornalismo independente, entendido como aquele não ligado a grupos de mídia, políticos ou empresas, que se expandiu significativamente no século XXI (CALADO, 2019; ANDRADE e

PEREIRA, 2020). O nosso objetivo é agregar a esse conceito em construção a perspectiva especializada do jornalismo feminista a partir da observação e análise da Revista AzMina, que se autorreferencia como produtora de jornalismo feminista, comprometido com a luta de enfrentamento da violência contra mulher e da violência de gênero presentes na nossa sociedade.

Na literatura consultada para esta dissertação, aparecem dois conceitos recorrentes que se aproximam da construção do que pode ser entendido como jornalismo engajado e que servem como base para compreender teoricamente essa prática. O primeiro deles é a ideia de *advocacy*[19], que tem em sua base o engajamento e a mobilização social. No campo da comunicação, o termo *advocacy* remete a ações de comunicação pública com estratégias de aproximação com a sociedade a partir do estabelecimento de propósitos e objetivos em comum ao interesse público e coletivo López (2011 *apud* BELMONTE, 2017). Ações de *advocacy* pautam-se pelo interesse na transformação de determinada realidade a partir da mobilização de setores da sociedade, na qual a comunicação tem como responsabilidade possibilitar e facilitar o acesso a conhecimento e informações que fomentem as mobilizações em prol de mudanças.

O segundo conceito é o de *civic journalism*, jornalismo cívico em tradução livre, que se consolidou nos Estados Unidos a partir do final da década de 1990, embora práticas precursoras desse modelo tenham sido observadas desde dez anos antes, no Estado da Geórgia, com o jornal local *Columbus Ledger Enquirer*, que "abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade" (TRAQUINA, 2015, p. 293). Com base na conceituação proposta por Merrit, Traquina (2015, p. 299) enxerga no jornalismo cívico o papel de encorajar o envolvimento do cidadão na vida pública, o que implica, para os jornalistas, uma nova perspectiva, a de "participante justo", por meio "de um novo conjunto de instrumentos de trabalho". Entendemos esses instrumentos não como meros suportes técnicos, mas como ações e posicionamentos de jornalistas que fazem das suas práticas de leitura, apuração dos fatos e construção da notícia, instrumentos de transformação.

Para Silva (2012), o jornalismo cívico é uma proposta de interação entre os jornalistas e a população, mas que também pode ser adotada por grupos empresariais de mídia em coberturas específicas abrangendo "causas públicas". Ou seja, não é algo "exclusivo" de meios alternativos, por ser lido como um método passível de ser aplicado em diferentes contextos jornalísticos. Silva (2012) e Calado (2019), consideram que esse jornalismo busca aproximar-

[19] Termo sem tradução consolidada em português que geralmente indica a defesa de interesses de outrem em situação de vulnerabilidade ou em ameaça dos seus direitos humanos, sociais ou civis.

se da sociedade, engajando e incentivando a participação da população nos processos políticos e sociais, criando assim uma aproximação maior entre as demandas das comunidades e estreitando laços entre o jornalismo e os cidadãos.

> A intenção do jornalismo cívico é o engajamento político do jornalista e seus públicos nos processos políticos e sociais, ou seja, **os grupos sociais estimulam jornalistas ao ativismo em prol das causas justas, retirando o jornalista de sua posição de mero espectador e anunciante das injustiças no mundo.** Esse tipo de jornalismo parece ser diferente dos outros: o "jornalismo cidadão" tem seu conceito mais próximo do educacional praticado pelas empresas e organizações, enquanto o "jornalismo comunitário" tem seu conceito próximo daquilo que é produzido pelas classes populares, a partir de capacitações sobre jornalismo dado através de oficinas de bairro (SILVA, 2012, p. 55-56 – grifo nosso).

As nomenclaturas aqui apresentadas, assim como outros termos existentes para descrever o jornalismo que não é *mainstream*, fazem parte de um movimento para compreender o jornalismo que é produzido a partir do distanciamento (ou por vezes, contraponto) das práticas hegemônicas e empresariais, visando à aproximação com as questões sociais, políticas e dos direitos humanos. Embora haja, atualmente, um arcabouço de estudos sobre jornalismo independente, ativista e alternativo, não encontramos na literatura pesquisada um consenso em relação ao uso do termo "jornalismo engajado" como tipificador de uma prática específica. Na verdade, não parece haver acordo acerca de uma definição única para formas de fazer jornalismo que surgem com dinâmicas que se diferem das já estabelecidas, e muitas vezes o termo surge associado a outros, ou como acionador de engajamento de forma geral na profissão.

Assim, como forma de contribuir para esse debate, fizemos um exercício de compreender as práticas jornalísticas norteadas por algum tipo de engajamento. A nossa escolha por trabalhar com esta perspectiva parte da observação de que, ao se engajar em uma causa, jornalistas precisam embasá-la em um conhecimento específico para a produção de informações úteis ao esclarecimento público sobre as questões nela envolvidas. A partir desse entendimento, partimos da premissa de que certas especializações pressupõem o engajamento em uma causa, que implica um conhecimento especializado para essa produção jornalística. Conhecimento este que embasa a produção de informações que possuem o objetivo de gerar reflexão e estimular mudanças.

No jornalismo feminista, especialmente o praticado pela equipe da Revista AzMina, podemos encontrar essa fusão de características. Além de jornalistas graduadas na área, ou seja, com conhecimento basilar das práticas e teorias jornalísticas, as profissionais demonstram proximidade com movimentos sociais, com a teoria e os movimentos feministas, além de familiaridade com as pautas que circulam nesses movimentos, o que naturalmente as leva a um

posicionamento feminista no seu exercício profissional. É esse conhecimento específico que, atrelado às dinâmicas do jornalismo, oferece para as profissionais as ferramentas que orientam as escolhas de pauta, os formatos de narrativa, o uso de recursos visuais e outras características técnicas. Assim, conseguem dar visibilidade a pautas e angulagens que anteriormente só circulavam nos coletivos feministas e informar com clareza, a partir de uma perspectiva crítica, de modo a levantar o debate sobre questões que não costumam pautar o jornalismo empresarial.

Como podemos ver, o jornalismo engajado está constantemente nos colocando de frente a um posicionamento social por meio da apuração, produção e veiculação de informações. Tal prática rejeita o papel de restrito observador alheio e solicita que haja uma consciência social no relato dos fatos; uma consciência de que o jornalismo e sua cobertura fazem parte da construção de mundo social e de que a forma como esses fatos são narrados influencia a maneira como as histórias são lidas, como os personagens são vistos e como uma realidade pode ser modificada.

Em sua pesquisa de doutorado, Belmonte (2020) traz cinco definições da prática do jornalismo engajado: "informar, interpretar, contextualizar, investigar, instruir, educar, orientar, estimular o engajamento e reforçar a cidadania" (BELMONTE, 2020, p. 69), características vão ao encontro da autodescrição de 33 (trinta e três) veículos jornalísticos especializados e engajados na cobertura das questões ambientais no Brasil (informativo, promocional, educativo, mobilizador e investigativo). O pesquisador analisou também as funções desse jornalismo, com destaque para: informar, interpretar, contextualizar e investigar, que são práticas comumente atreladas ao exercício da profissão. Segundo a pesquisa, cada uma dessas funções vai definir a forma como serão construídas as narrativas jornalísticas com um foco específico, podendo essas características coexistirem em um mesmo veículo. É possível ver, portanto, que há uma coesão entre as funções atribuídas ao fazer jornalístico tido como "tradicional" e o que é praticado nos veículos que assumem uma posição de engajamento em prol de uma causa, que nesse caso citado é a ambiental.

Assim, defendemos mais uma vez que não se trata de uma dicotomia entre dois padrões supostamente contraditórios de jornalismo e sim de dois modelos que coexistem na sociedade com papéis e responsabilidades complementares. O que procuramos demonstrar, nesta pesquisa, é que além de cumprir com as funções basilares (informar, interpretar, contextualizar e investigar), o jornalismo engajado não rompe com as práticas legitimadas do jornalismo, pois preserva o rigor da apuração, da checagem, a construção de uma narrativa clara, baseada em múltiplas fontes que representem pontos de vista diversos, e quando cabível, fontes especializadas. Essa é uma característica observada no nosso objeto, em cujo princípios

editoriais[20] encontramos um tópico específico que deixa claro todos os procedimentos que são adotados em relação a ética, a escolha das fontes, apuração, checagem, leitura de dados, visão crítica e transparência dos processos.

Como afirma Loose (2022, p. 108), com base no pensamento de Fernandes (2019), é a partir do comprometimento que se garante a credibilidade do que é produzido:

> [...] os meios [e os modos de produção] que não são hegemônicos buscam reafirmar os princípios e os valores do jornalismo hegemônico para garantir um status de profissionalismo. Simultaneamente, atuam para se distinguir e fomentar uma outra identidade, vinculada à denúncia das injustiças sociais.

É por esse meio que o jornalismo engajado em causas sustenta a sua credibilidade, porém é na distinção de propósito que o jornalismo feminista encontra o lugar de subversão e de rompimento com a lógica hegemônica e masculinista, a partir do olhar atento ao social, com a aplicação de conhecimento específico. Coma a aproximação dos marcadores e das questões pertinentes da sociedade em suas dimensões de gênero, classe, raça e etnia, o jornalismo transpõe o tecnicismo dos seus postulados e passa a ter um olhar que permite a passagem da subjetividade, do engajamento em causas inquestionáveis como o combate ao racismo, o classismo, a violência de gênero, a violência pública, a sustentação dos direitos humanos, sociais e civis, mobilizando os valores do jornalismo a partir do próprio viés ideológico (LOOSE, 2022). Poderia o jornalismo passar como neutro em relação a esses assuntos?

Como aponta Moraes (2022, p. 158): “Essas temáticas são obviamente políticas, muito embora não sejam valoradas como tal”. Abordar de forma crítica tais situações que são resultado de feridas sociais e fruto de estruturas políticas, é considerar “o jornalismo, não apenas como um fim em si mesmo, o jornalismo pelo jornalismo, mas como um meio para alcançar determinado fim” (BELMONTE, 2020, p. 144). E o fim do jornalismo engajado é trabalhar por uma formação de consciência na sociedade acerca das problemáticas que enfrentamos e a busca de um engajamento para mudanças. Ou seja, jornalistas que a partir do seu conhecimento específico buscam provocar nos indivíduos (sua audiência) um despertar e um agir, um movimento que leva do conhecimento para a ação.

Uma das características do jornalismo engajado é seu exponencial exercício fora do *mainstream*, atrelado a veículos independentes[21]. Como observa a pesquisadora Calado (2019), a narrativa jornalística exercida por esses modelos, independentes e engajados, não possui uma preocupação final com lucro e questões comerciais (embora precisem garantir sua

[20] Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/#melhores-praticas-na-apuracao

[21] Na presente pesquisa entendemos esses veículos como independentes dos grandes conglomerados de mídia e que possuem independência de financiamento e produção.

sustentabilidade financeira), mas sim em trabalhar com a conscientização do público leitor e de trazer a informação de maneira a gerar efeito de sentido. E isso é feito na construção da notícia a partir do olhar corporificado e dotado do conhecimento específico do jornalista que produz esse conteúdo. Com isso é importante pensarmos o jornalismo como um serviço que possui a função social de informar e conscientizar a sociedade.

Dessa forma, a partir do nosso objeto de investigação podemos refletir o que orienta o jornalismo engajado. Partimos do princípio de que a diferença entre as práticas alternativas de jornalismo e o jornalismo empresarial são os seus discursos (ARAGÃO, 2022), que derivam dos conteúdos, da forma como as temáticas são abordadas, da narrativa, da maneira como as informações são distribuídas, das fontes ouvidas e, principalmente, da visão crítica posta sobre e através dos conteúdos. Em relação a isso, a Revista AzMina defende que:

> [...] todo tema é considerado assunto de mulher e de pessoas trans e não existem pautas proibidas. Porém, **priorizamos o jornalismo aprofundado, crítico e investigativo em detrimento de cobrir o hard news** – ou seja, as notícias "quentes", de última hora, que apenas registram o que ainda está acontecendo ou o que acabou de acontecer. Se algum tema quente está pautando o debate social, **buscamos ir além da notícia, trazendo análises, dados inéditos e novas visões mesmo em reportagens mais imediatas** (QUEM SOMOS, 2023, *online* – grifo nosso).

Esse posicionamento reforça alguns pontos que trouxemos anteriormente em relação a esse jornalismo que se apropria do conhecimento específico que se tem de uma causa, somado ao conhecimento profissional, para realizar a produção de pautas importantes que anteriormente ficavam fechadas à circulação apenas em grupos atrelados à causa. As reportagens fazem um mergulho nas temáticas que abordam, trazendo para superfície temas que por vezes são ignorados, como ressaltam: "Também priorizamos pautas ignoradas ou que não recebam o destaque necessário na grande imprensa e buscamos trazer novos recortes sobre temas explorados em geral a partir do olhar masculino ou sem recorte de gênero" (QUEM SOMOS, 2023, *online*). É um reforço do compromisso das jornalistas que fazem jornalismo com foco nessa saída do "lugar comum", buscando trazer abordagem e visibilidade para pautas importantes por meio da informação e dentro de uma perspectiva engajada com o feminismo. Como diz a pesquisadora Moraes (2022, p. 159):

> Ter uma prática ativista [e engajada] não significa abrir mão de ferramentas e procedimentos vitais (apuração, pesquisa, produção polifônica), mas sim empregá-los em abordagens que, bem realizadas, respeitam e potencializa aquilo que o jornalismo tem de mais poderoso: a possibilidade de iluminar o que está sob as sombras.

Citando como exemplo a causa ambiental, a pesquisadora Beatriz Dornelles (2008, p. 125) traz um contraponto ao falar sobre o questionamento dos princípios do jornalismo engajado em confronto com os da mídia hegemônica:

> [...] as matérias jornalísticas divulgadas pela imprensa [hegemônica], supostamente sob o paradigma da imparcialidade, neutralidade e objetividade, revelam uma visão empresarial que contempla a própria sobrevivência e trata o meio ambiente como algo que, se não for agenciado adequadamente, pode prejudicar o bom andamento dos negócios.

Isso nos leva a refletir sobre a ideia de neutralidade que ainda perpetua nos corredores do jornalismo. Entendemos que o jornalismo engajado rompe com esse ideário, pois sua principal característica é ser posicionado em prol de uma determinada causa social e/ou humanística. Como enfatiza a Marco Zero Conteúdo, organização sem fins lucrativos que produz e promove jornalismo investigativo e independente: "Não somos neutros porque não somos indiferentes". A afirmação foi feita no título da edição da sua *newsletter*[22] enviada a assinantes no dia 17 de junho de 2022, para expor o seu posicionamento em relação ao governo federal da época em temas como: sub-representação política de mulheres, negros e LGBTQIA+ e jovens; insegurança alimentar no país; as constantes ameaças à democracia. O "gancho" para esse posicionamento da Marco Zero foi o anúncio da sua cobertura das eleições de 2022, no qual reafirmou a defesa da "prática de um jornalismo posicionado em defesa dos direitos humanos, da democracia e do enfrentamento às desigualdade" (NÃO…, 2022, *online*).

Diferente do que se observa no jornalismo empresarial, é um movimento comum dos veículos de jornalismo engajado dar evidência aos seus interesses e posicionamentos, porém, o fato de não serem neutros frente a certas problemáticas não os impede de adotar as boas práticas do jornalismo na apuração, redação e edição dos fatos. Já o jornalismo empresarial muitas vezes usa esses mesmos recursos técnicos como tapumes dos seus interesses ocultos. Um exemplo disso é a campanha recorrente da Folha de S. Paulo contra as ações afirmativas sociais e raciais no ensino superior, as cotas.

Levantamento realizado por Ferreira (2019) nos editoriais e reportagens da Folha de S. Paulo sobre cotas, publicados entre os anos 1994 e 2014, demonstra como o jornal combateu as cotas raciais nesse período, não apenas nos editoriais, espaço adequado para as suas manifestações institucionais, como também nas reportagens e entrevistas publicadas. "Assim, o tema recebe uma cobertura tendenciosa, o que influencia a opinião pública de maneira negativa" (FERREIRA, 2019, p. 123), com o objetivo de atender aos interesses da empresa, seus mantenedores e a classe dominante, neste caso, a ideia de privar uma parcela da sociedade do conhecimento e o do saber que possibilitará outros acessos. Mesmo utilizando dos preceitos do jornalismo, sendo objetivos, ouvindo fontes especializadas, a Folha de S. Paulo deixou seu lado claro, posicionado frente aos seus interesses comerciais e sem neutralidade.

[22] Disponível em: https://mailchi.mp/729179e25001/newslettermzc38-11524567?e=e0673b863d

Nesse caso, vemos na prática algo que Loose (2022, p. 107) aborda em seu texto: o hegemônico reveste-se de uma perspectiva de neutralidade e imparcialidade, enquanto o não-hegemônico, o engajado, se posiciona e, por muitas vezes, se contrapõe, ao que é divulgado pelo veículo *mainstream* sem incumbir um discurso de agente neutro, muito pelo contrário, sendo consciente do seu papel posicionado de transformador social.

Ao refletirmos sobre a construção do jornalismo engajado é possível perceber ainda uma forte característica de horizontalidade e cooperação entre os veículos em campos correlatos. Esse sentido de colaboração está muito ligado à formação das práticas do jornalismo engajado, que pressupõe a aplicação de conhecimentos específicos, e seus propósitos sociais. Nessas colaborações é possível ver a união de expertises em determinadas temáticas e experiência no *modus operandi* de trabalho destinadas ao propósito de transmitir informação qualificada com o objetivo de trazer uma perspectiva crítica, conscientizar e transformar. É o caso da Revista AzMina, que assim justifica a colaboração e parceria com outros veículos independentes que praticam jornalismo engajado:

> Acreditamos na colaboração e construção coletiva como forma de fazer jornalismo. Buscamos trabalhar em parceria com outros veículos e profissionais, impulsionar o trabalho de colegas jornalistas e pensar a produção de conteúdo a partir de uma visão de não competição, com foco no interesse público e também no crescimento do ecossistema jornalístico (QUEM SOMOS, 2023, *online*).

A forma como essa proposta aparece nos conteúdos jornalísticos publicados na revista será vista na nossa análise empírica, no capítulo quatro. Mas é importante destacarmos que essas colaborações se dão justamente na contramão da busca frenética pelo furo jornalístico, uma característica masculinista como pudemos ver a partir da discussão norteada por Márcia Veiga da Silva (2010), ou pela disputa de audiência que sustenta a busca do lucro financeiro por meio de venda de anúncios. A colaboração, ao contrário, permite ter a informação de qualidade como o principal foco e objetivo do veículo em análise, como também de outros veículos que seguem essa mesma premissa – base da sua sustentabilidade por outros meios.

Outra forte característica que encontramos no jornalismo engajado é a atenção dada às fontes. Como é possível ver durante a nossa discussão, a escolha das fontes (personagens e especialistas) e o cuidado dedicado a elas é primordial para a construção da reportagem. Além do sentido de trabalhar as temáticas a partir de uma visão amplificada e aprofundada de um especialista, a escolha das fontes visa garantir a pluralidade de vozes, com cuidado e atenção aos seus papéis na narrativa, pois é a partir do olhar e o ouvir atentos para as realidades relatadas que se pode propiciar uma abordagem qualificada e com o foco em amplificar essas vozes e suas histórias. Como nos diz Belmonte (2020, p. 87 – grifo nosso):

> Ser sistêmico, na prática, significa que o repórter deve tentar perceber o fenômeno principal da pauta associado a outros fenômenos, e que **só assim, tentando perceber o todo, será capaz de apresentar de maneira aprofundada os problemas com causas, consequências e possíveis soluções.** Daí também a necessidade de uma diversidade de fontes. A **pluralidade de vozes** e a visão sistêmica se enquadram no que os autores citados anteriormente entendem por **jornalismo especializado, aquele que apresenta uma abordagem aprofundada e qualificada de um tema.**

Como abordamos anteriormente, a partir da perspectiva de Ijuim (2012) e Freire (2021 [1979]), o olhar humanístico que deve ser exercitado no jornalismo e pelos jornalistas, demonstrando o compromisso do profissional com a sociedade, começa na escolha e no tratamento das fontes de forma aproximada, de modo a trazer perspectivas que vão além do discurso hegemônico, mostrando diferentes faces da realidade. O propósito de se posicionar na construção da narrativa é subverter as ideias e premissas hegemônicas a partir da observação do tecido social, o que o constitui, as problemáticas que apresenta e trazer para o debate temáticas que ficam encobertas.

A partir dos posicionamentos editoriais de cada veículo e do foco de ativismo e engajamento, os profissionais vão abordar um universo específico de acontecimentos – no caso da presente pesquisa esse interesse está na causa feminista – abordando-o a partir do uso de um conhecimento específico que possibilita a compreensão das dinâmicas da área, assim como suas necessidades, contribuindo para uma cobertura especializada que tem como objetivo informar e orientar com a proposta de emancipação. Assim, o nosso movimento a partir de agora é observar e compreender a formulação do jornalismo feminista a partir do jornalismo especializado e do jornalismo engajado, buscando mostrar as possibilidades dessa abordagem, que se coloca de forma comprometida com as pautas da causa feminista, sem abrir mão princípios das boas práticas jornalísticas.

3.3 Da imprensa feminina aos feminismos na imprensa

Dentro do contexto desta dissertação, consideramos relevante destacar as diferenças entre o jornalismo feminino e o jornalismo feminista como duas vertentes de jornalismo especializado, sendo a primeira já consolidada e a segunda, emergente. Ambas têm em comum as mulheres como público-alvo privilegiado, mas com propostas de tratamento editorial bastante diferenciadas, ainda que alguns temas de pautas possam aparecer em ambas.

Até a primeira metade do século XX, publicações segmentadas para o público feminino eram veiculadas como suplementos de jornais diários e revistas voltadas para mulheres, que em sua maioria promoviam e/ou reforçavam a subalternidade da mulher na sociedade. O termo que se popularizou ao tratarmos dessas produções foi “imprensa feminina”, que segundo Buitoni

(1986) deve-se à abrangência do conteúdo publicado, que nem sempre pode ser caracterizado estritamente como conteúdo jornalístico.

A imprensa feminina aborda conteúdos relativos a um papel social que determina para mulher assuntos referentes à vida privada. Além disso, a publicidade voltada para produtos do lar, moda e beleza são predominantes nesses espaços, o que pode ser lido como uma ferramenta de manutenção das opressões, como também fomento de comportamento de consumo de produtos que movimentam uma parcela importante do mercado.

A imprensa segmentada ao público feminino surgiu na Inglaterra, no início do século XVII, mais precisamente em 1693, com o periódico *Lady's Mercury,* que abordava temas relacionados à literatura e vestuário. Já no Brasil, quem ocupa o lugar de pioneirismo é a revista *O Espelho Diamantino*, de 1827, que também trazia conteúdos voltados para política, literatura, artes, beleza e moda para mulheres (BANDEIRA 2012; BERGER e HAUSER, 2015). Apesar de abordar a temática "política", isto era feito de maneira condescendente, com objetivo "conciliador", "pacífico" e "dócil" (ESPELHO DIAMANTINO, 1827, p. 3)[23], como o editorial da revista deixa claro, enfatizando características atribuídas às mulheres e reforçadas pelos periódicos da época.

É perceptível como as temáticas abordadas e a forma como são trabalhadas sustentam a ideia do que é o sujeito feminino a partir de uma ótica conservadora, que manteve a mulher ligada unicamente a assuntos da "esfera privada", não inserindo conteúdos voltados para educação, políticas públicas e trabalho, pois esses temas eram considerados "de interesse masculino". Nesse contexto, o público-alvo do segmento era a mulher burguesa como consumidora dos produtos anunciados nas publicações. Surgia, então, uma tendência do mercado que vê o público feminino como uma grande e lucrativa engrenagem para venda e consumo de artigos de economia doméstica. Assim, a imprensa feminina torna-se uma grande vitrine para venda de produtos ligados à beleza, saúde, artigos do lar e de trabalhos manuais como artesanato, costura, crochê e afins (CABRAL, 2008; BANDEIRA, 2012).

É a partir desses marcadores que entendemos que as práticas da imprensa e do jornalismo feminino há séculos contribuem para reforçar o papel de subalternidade imposto às mulheres pelo modelo patriarcal da sociedade. Mesmo quando mostra uma mulher "moderna" como algo positivo e a coloca em contato com assuntos externos à esfera doméstica, esse jornalismo o faz como uma "concessão" necessária à evolução da sociedade, mas de forma que isso aconteça de modo controlado. Além disso, serve veementemente ao fortalecimento do

[23] Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/700312/per700312_1827_00001.pdf

capitalismo, em função dos novos hábitos de consumo fomentados por essa mulher “moderna”.

Buitoni (1986), em seu livro “Imprensa Feminina”, um marco nos estudos do tema, traz um questionamento específico sobre se a imprensa feminina pode ser considerada uma especialização ou não. No seu texto a autora não chega a uma definição, mas tende a dizer que a imprensa feminina não se encaixa como uma imprensa especializada:

> Imprensa de interesse geral, imprensa de público especializado, imprensa de assunto especializado, nenhuma definição adequada ao tipo de mídia que ora analisamos [imprensa feminina]. Interesse geral não seria, embora homens também sejam leitores de veículos femininos. Mulheres não constituem um público especializado; além disso, não dá para falar em especialização de assunto, porque a gama possível de matérias é muito grande. As leitoras de jornais e revistas femininas não têm interesse por uma série de assuntos conexos, geralmente envolvendo moda/casa/[de]coração. Há algumas classificações que seriam corretas, mas não caberiam à imprensa feminina como um todo (BUITONI, 1986, p. 15).

Podemos observar que a autora fala sobre a imprensa, o que podemos entender como o meio, o que é compreensível dado o período de escrita e da proposta da autora. Entretanto, não é válido pensar no especializado a partir da prática do que é produzido? Ao pensar em um profissional que se dedica exclusivamente para escrever sobre o universo feminino ou um suporte (blog, revista, jornal) que seja voltado especificamente para mulheres, não podemos pensá-los como medidas de um jornalismo especializado?

Considerando que os assuntos e a forma como eles são abordados no jornalismo feminino partem de um conjunto de conhecimentos específicos e especializados, é importante pontuar também que dentro desses assuntos existe, ainda, temáticas específicas que vão exigir que as expertises de produção desse jornalismo alimentem-se de outras áreas especializadas como moda, gastronomia, saúde e bem-estar, por exemplo. Dessa forma, inserimos o jornalismo feminino dentro do espectro do jornalismo especializado, pois a prática necessita de conhecimentos específicos para ser exercida, como apontamos no tópico anterior.

Entendendo o jornalismo feminino como já consolidado e vendo-o como especializado, podemos partir para outro ponto do nosso debate. Ao longo do tempo, e da consolidação dos meios de comunicação, é possível observar alguma presença do "feminismo na imprensa", ou seja, a produção e publicação de pautas sobre feminismo e a mulher feminista em veículos jornalísticos (que podem ser positivas, negativas ou “neutras”). Sarmento (2020) investiga a construção do “sujeito do feminismo no jornalismo brasileiro”, a partir do levantamento das publicações do jornal Folha de S. Paulo entre 1921 e 2016, dividido em três períodos, de acordo com os marcos das “ondas feministas”[24].

[24] “Ondas feministas” é um termo utilizado por pesquisadoras dos movimentos feministas para periodização dos movimentos. As ondas funcionam como uma linha do tempo que nos guia pela História, mostrando os

No período analisado pela autora é possível ver um crescimento gradual da abordagem do jornal aos temas ligados ao feminismo. Porém, em todas as fases da pesquisa, Sarmento encontrou a representação do que enquadrou como "feminista desviante", sempre acompanhada de outros enquadramentos mais "brandos": "feminista aceitável", "feminista organizada", "feminista individual". A partir do espectro analisado, é possível inferir que o jornal difunde uma visão estereotipada do feminismo e das mulheres feministas, apresentando-as como diferentes das "mulheres normais", e assim provocando distanciamento entre as mulheres não-militantes e as feministas (Ibid.).

Essa visão começa a ser enfraquecida a partir dos anos 1990, quando se observa a construção progressiva de um retrato mais sólido do ativismo feminista, com uma certa redução de estranhamento, se comparado aos períodos anteriores. Entretanto, a negação de certos aspectos do ativismo de mulheres permanece. A existência do que Sarmento (2020) chama de "discurso pós-feminista" ganha as páginas da Folha nos anos 1990. O termo conota a ideia de que o movimento não era mais necessário, pois tudo já havia sido conquistado, além de trazer um descolamento das conquistas das mulheres do processo de lutas feministas. Dessa forma, tentam enfraquecer o movimento, decretando seu fim para o início do século XXI[25]. Porém nos anos 2000, principalmente a partir de 2010, com a ampliação do uso da internet, as marchas e os movimentos ganharam as ruas e as redes, construindo um ativismo mais horizontal, característico do período.

Os discursos atualizam-se e acompanham o crescimento do movimento feminista e a importância das suas pautas. Entretanto, ainda é possível ver o estranhamento atribuído ao tema, até mesmo com tratamento pejorativo de algumas manifestações do feminismo com atos mais transgressores, por exemplo. É um perceptível investimento "contra o potencial de um movimento que desestabiliza uma hierarquia fundante da vida política e social" (SARMENTO, 2020, p. 28-29). Com isso, torna-se relevante pensar a história e o papel da imprensa feminista e do jornalismo feminista praticado atualmente.

Ao contrário da imprensa feminina, que parte de uma segmentação demográfica do consumo, que tem como objetivo o lucro financeiro, a imprensa feminista possui foco na transformação social, não no resultado mercadológico. Foi a partir desse novo espaço de

enfrentamentos e conquistas que marcaram cada fase, como também as transformações do próprio movimento e suas pautas. Porém as ondas são uma baliza europeia, entendemos que existem movimentações que não serão contempladas por esses marcadores. Trataremos melhor sobre isso no tópico 4.1.1. Abordagem interseccional.

[25] Trata-se de um contexto de vários movimentos reativos, relacionados ao "pós-modernismo", que tentam decretar, no plano das ideias, o fim de vários avanços do pensamento humano que orientam novas ações coletivas, como o "fim da história" e o "fim da geografia".

comunicação midiática que as mulheres passaram a se posicionar de forma política e tornaram público o que anteriormente era tratado apenas como pessoal, íntimo e subjetivo Araújo (2000 *apud* LEITE, 2003, p. 235).

As primeiras iniciativas de imprensa feminista ocorrem de forma esparsa entre o século XVIII e XIX, na França, após a revolução Francesa. Um dos primeiros periódicos publicados foi o *L'Athénée des Dames*, que era escrito por "damas francesas" e durou até 1809 (BUITONI, 1986). Em 1881 foi criado o primeiro jornal das sufragistas, que defendiam o direito da mulher ao voto, o *La Citoyenne*, criado por Hubertine Auclert e que permaneceu ativo por dez anos. Esses são dois marcos dentro da produção de periódicos com a linhagem feminista, que cresceu e se solidificou no decorrer do século XX, assumindo um papel mais reivindicatório a partir da década de 1970 (Ibid.). A atuação dessa imprensa foi importante para a construção do movimento feminista, que se apropriou do espaço para realizar a disseminação de seus ideais e proporcionar às mulheres o acesso às informações relevantes para a sua emancipação. A partir de então, algumas delas passaram a compreender o lugar no qual foram colocadas na sociedade e iniciaram a busca para romper com ele e se familiarizar com questões da esfera pública, como política, educação, voto e os seus direitos de escolha.

É interessante observar que os textos e ideias que circulavam na imprensa feminista do século XX eram, majoritariamente, produzidos por mulheres militantes e ativistas de diferentes formações, como professoras, escritoras, artistas, arte-educadoras, pesquisadoras, não apenas jornalistas ou profissionais da comunicação, ou seja, era um espaço que não estava necessariamente atrelado ao jornalismo, mas ia além dele. Assim, "imprensa feminista", nesse contexto, diz respeito às publicações que veiculavam ideias feministas, sem configurar, ainda, um "jornalismo feminista".

No Brasil, a consolidação da imprensa feminista foi marcada por disputas entre lideranças da esquerda política e o movimento feminista, que foi categorizado por Cardoso (2004) em duas gerações: a primeira, identificada entre 1974 e 1980, estava preocupada com questões sociais e de classe, ou seja, era voltada para toda a sociedade. Segundo a autora, os impressos *Nosotras* (1972-1976) e o *Brasil Mulher* (1974-1980), primeiro jornal feminista integralmente produzido em território brasileiro, foram marcos dessa primeira geração.

A segunda geração é observada de 1981 até 1999, período em que a imprensa começa a ser pautada pela questão de gênero, com temas específicos para o conhecimento e emancipação da mulher (CARDOSO, 2004). Essa ruptura aconteceu durante o II Congresso da Mulher Paulista em 1980, quando partidos de esquerda queriam trabalhar exclusivamente com questões políticas gerais e convencer que o feminismo era um movimento separatista. Já as feministas,

que após cinco anos de ativismo estavam ensaiando a adoção da categoria "gênero" e intensificando os debates acerca dessa questão, queriam um congresso apartidário, voltado especificamente para as questões das mulheres. Assim, o "Congresso entrou para a história do feminismo [brasileiro] como um momento de cisão do movimento" (Ibidem, p. 40). No ano seguinte essa divisão se aprofundou, abrindo caminho para um novo momento no movimento feminista do país e o que ele passou a comunicar por meio da sua imprensa da época.

As entidades feministas passaram, então, a se aproximar de universidades, ONGs e Conselhos da mulher. A partir dos debates que acontecem nessas instâncias, das novas ideias que emergem e da participação em novas organizações, surgiram publicações próprias para divulgar e dialogar sobre o que estava sendo desenvolvido. Essa geração foi marcada por periódicos como o *Chanacomchana*, um boletim produzido pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF 1981-1988), da cidade de São Paulo[26], e o boletim *Fêmea* (1992-2014), editado pelo CFemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, de Brasília[27]. Tais impressos eram totalmente voltados para o feminismo, com ênfase à identidade de gênero e à sexualidade da mulher, sem focar tanto nas questões abrangentes para toda a sociedade, como foi na primeira geração (CARDOSO, 2004). Esse movimento abriu portas para que o feminismo ocupasse espaço nos meios de comunicação brasileiros, mesmo que ainda dentro de modelos de imprensa alternativa e não nas grandes redações.

O período em que essas movimentações aconteceram foi atravessado pela ditadura militar brasileira, que vigorou de 1º de abril de 1964 até 15 de março de 1985. Assim como outros veículos, os da imprensa feminista sofreram com a censura e as violências do governo militar. Os impressos tiveram tiragens irregulares, circulação restrita e autoras que saíram do país para o exilio, tornando a produção ainda mais difícil, porém não impossível, pois o que marcou esse período foi a resistência da imprensa feminista para informar, fazer denúncias, lutar contra o regime autoritário e a favor da democracia, assim como continuar com a propagação das ideias feministas. A distribuição dos periódicos feministas era feita de mão em mão, por meio das sedes dos partidos de resistência e das militantes (LEITE, 2003).

A partir da entrada do feminismo nos meios de comunicação, consideramos que houve alterações na forma de produção que reverberam até os dias atuais. Entendemos que essas mudanças acompanham as transformações dos meios, então o que antes víamos em impressos,

[26] Doze edições estão disponíveis na Hemeroteca Digital do grupo Bajubá – Memória LGBT em: https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/

[27] Foram 178 edições mensais (a última circulou em dezembro de 2014), cuja coleção completa está disponível em https://www.cfemea.org.br/index.php/colecao-femea-e-publicacoes

periódicos e folhetins, hoje é visto nas mídias digitais, como portais, sites, plataformas de vídeos e nas redes sociais digitais, seguindo outras abordagens, dinâmicas e formatos.

Compreendendo como a imprensa feminista foi construída, a maneira como se solidificou e contribuiu para a disseminação dos ideais feministas, entendemos a sua importância na história do movimento e na conquista de direitos, espaço e voz. Em relação à definição de pautas, Leite (2003, p. 236) traz um apontamento relevante sobre a forma como o que seria publicado era definido: "As pautas dos jornais alternativos feministas eram definidas em reuniões bem semelhantes às dos partidos clandestinos de esquerda, através de um acirrado debate político que envolvia a discussão de temas específicos e análises conjunturais e que podia durar dias".

Tal afirmação nos faz pensar sobre a construção da informação nesses espaços, no sentido do que entendemos hoje como jornalismo feminista e as questões que envolvem a prática. Isso nos leva a refletir que a imprensa feminista não era unicamente definida como jornalismo, mas sim um meio de informação e transformação social, sem compromisso obrigatório com os cânones em que se baseia a profissão. Contudo, isso não desvaloriza ou escanteia o que foi feito, pois existiam objetivos específicos para o uso dos impressos da forma como existiram (as coleções agora disponíveis *online* ajudam a resgatar e a compreender essas experiências). Essa ressalva é importante para este trabalho por conta da diferença do que entendemos por imprensa e por jornalismo.

Nossa busca não é investigar a imprensa feminista, como objeto concreto e meio, mas sim analisar as práticas jornalísticas focadas no feminismo e no que ocorre nos bastidores do que é publicado atualmente. Por isso, o objeto de investigação é o jornalismo feminista. A escolha de fazer essa distinção foi tomada por entendermos que a ideia de imprensa diz respeito a um suporte específico e a uma história datada, enquanto o termo "jornalismo feminista" nos aproxima das práticas jornalísticas contemporâneas e da nossa proposta de compreender como elas acontecem, consolidam e qualificam o jornalismo praticado sob uma perspectiva feminista. Compreendendo o histórico das lutas feministas e a sua relação com a mídia, visualizamos o jornalismo feminista como uma conquista progressiva a partir do final do século XX e que ganha fôlego mais recentemente, a partir das plataformas digitais.

E a partir dos estudos fomentados na academia e nas movimentações sociais podemos ver emergir também a reflexão e a prática do jornalismo com perspectiva de gênero, entendo gênero aqui não como uma categoria fixa entre "homem" e "mulher", mas sim das diferentes manifestações sociais e das relações de poder (SCOTT, 2019). Ou seja, o gênero utilizado como uma categoria de análise, como proposto pela historiadora Joan Scott em seu artigo publicado

originalmente em 1986. Dito isto, vemos o jornalismo feminista realizar uma produção com foco predominante em temáticas referentes às mulheres cis e mulheres trans, entretanto abordagem de conteúdos voltados para homens trans, transmasculinos e pessoas não-binárias tem se mostrado também presente nesses espaços.

O jornalismo feminista caracteriza-se, então, por, a partir da prática profissional, dar continuidade à ideia de educar, conscientizar e contribuir para a transformação da vida das mulheres, trazendo novos olhares a partir de escolhas conscientes e intencionais sobre o que é, ou não, publicado. O jornalismo feminista vem questionar as formas como as histórias são contadas, propondo tensionar as práticas tradicionais do jornalismo, no sentido de ocupar o lugar de reflexão e ação, não apenas de mero observador e descritor da realidade. Observar e analisar se, e como, essas mudanças de fato acontecem, a partir do confronto de um estudo de caso com as teorias do jornalismo é o problema de pesquisa desta dissertação.

3.4 Jornalismo feminista: uma prática especializada e engajada

O jornalismo feminista se propõe a ser o espaço onde é possível expor ideias transformadoras que buscam romper com as concepções dominantes que colocam as mulheres em caixas e as intitulam, que violentam mulheres e que apagam a identidade feminina em prol de discursos hegemônicos patriarcais. Além disso, apresenta-se como um meio de expor e combater a violência a outros grupos, entendendo que todas as questões estão em constante atravessamentos, considerando a interseccionalidade entre as questões de gênero, raça, classe, etnia e território. O jornalismo feminista comunica e informa com o intuito de não só contribuir para a formação de uma opinião, mas também com o objetivo de provocar reflexão, educar e construir alicerces de conhecimento que vão levar a ações concretas, em diferentes escalas, e transformando as percepções da sociedade.

Isso nos leva a refletir sobre uma outra perspectiva para compreender as particularidades do jornalismo feminista: a educação. Nesta pesquisa, trabalhamos com a educação a partir das ideias de Paulo Freire (2021 [1967]), dentro do que o autor entende como uma educação para a ação, para a liberdade e emancipação. Tal perspectiva envolve a necessidade de “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política” (FREIRE, 2021 [1967], p. 117), que promove um olhar crítico sobre as demandas sociais e que busca modificar determinadas realidades.

O jornalismo feminista dentro da perspectiva que abordamos possui um papel de orientação e fomento da conscientização do indivíduo, especificamente das mulheres. Em

relação à conscientização, Weffort (2021) reflete que esse não é um processo que busca fincar ideologias, mas apresenta conteúdos e alternativas que esclarecem, de modo que seja possível expressar-se acerca das insatisfações sociais que são elementos que compõem as opressões vivenciadas. Esse processo de fazer surgir a consciência a partir do que é abordado e publicado é intrínseco ao jornalismo feminista, que trabalha com conteúdo especializado, voltado para que as mulheres e grupos minoritários reafirmem seu lugar na sociedade, que tenham apoio e voz para que amplifiquem o que deve ser dito. Esses mecanismos são os espaços abertos pelo jornalismo feminista, a abordagem trabalhada por ele, as falas de protesto, a divulgação de dados, as pesquisas e, principalmente, a escuta atenta e interessada tanto para as fontes, quanto para a necessidade do público que é parte importante do processo.

As ideias de Freire (2021 [1967]), fomentam o conceito de educação como um processo de aprendizagem a partir do reconhecimento e da tomada de consciência crítica. O autor pontua a importância de se ter um conhecimento crítico da própria realidade para que haja uma conscientização dos problemas e que eles possam ser debatidos a fundo, não de forma superficial. É nesse processo da construção de consciência que o jornalismo feminista se enquadra, pois ao retirar o jornalismo de uma posição estritamente observadora, descritiva e "neutra", o jornalismo feminista põe-se em um lugar que compreende as problemáticas sociais que envolvem a vida das mulheres e se coloca em um lugar de "orientação" e fomento de ideias críticas.

Outro ponto de convergência que encontramos entre o projeto pedagógico freiriano e o jornalismo feminista contemporâneo é o do conhecimento e, a partir dele, a noção de reconhecimento. Entendemos que são processos diferentes, porém conjuntos, pois é a partir do conhecimento que o reconhecimento se dá. Dentro do contexto analisado, o reconhecimento acontece por meio da propagação dos conteúdos que são construídos por mulheres jornalistas a partir de um olhar localizado, crítico e que compreende os desafios, as lutas e as necessidades, não só de quem absorve aquele conteúdo individualmente, mas a atenção para a urgência e dimensão do que é tratado ali e como isso reverbera em toda sociedade.

Podemos deduzir que quem absorve o conteúdo e aprende com ele o fez ao se reconhecer dentro das narrativas publicadas. Esse reconhecimento pode vir de diferentes lugares e ser atravessado por vivências, identificação, curiosidade ou experiência de quem está recebendo o que é veiculado. É dentro desse processo de reconhecimento que se dá, de fato, a aprendizagem (FREIRE, 2021 [1967]). É a partir da aprendizagem, que se formam as bases de conhecimento que vão levar às ações. Pois, "toda a compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, a ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A

natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também será." (Ibidem, p. 139). Ação essa que parte da reflexão sobre si, sobre o mundo e sobre estar no mundo para transformá-lo (FREIRE, 2021 [1979]).

O jornalismo feminista propõe ações tanto em escala macro, quanto a pressão por mudanças nas políticas públicas ou a luta pela igualdade de gênero e o fim da violência, como também em escala micro, no empoderamento de mulheres para sair de um relacionamento abusivo, por exemplo, e entre as duas escalas existem diversas outras causas imbricadas que também fazem parte dessa proposta de ação. Assim, a presente proposta de enquadrar o jornalismo feminista como especializado justifica-se na medida em que tal prática jornalística exige conhecimentos específicos sobre diversas questões sociais, políticas, econômicas, jurídicas, de saúde, entre outras, que devem ser levadas em conta nas pautas que tenham as mulheres como foco principal.

Por outro lado, por tudo o que foi discutido em relação à ética do cuidado aplicada ao jornalismo em geral, e ao jornalismo feminista em particular, trata-se de um jornalismo engajado em causas, que busca expor problemas sociais e, por meio da informação, mobilizar a sociedade na luta em prol de projetos que propiciem transformações (DORNELLES, 2008; BELMONTE, 2017). Ou seja, ao se engajar em uma causa, o jornalismo sai da posição de observador e se torna um orientador para a ação. É o jornalismo que vai além da notícia e não fica na superfície dos acontecimentos cotidianos, aplica criticidade aos fatos, contextualiza decisões, processos, a partir do trabalho com dados, análises e desdobramentos sociais de casos e assuntos que atendem à população e, principalmente, às mulheres e grupos minoritários.

Toda essa trajetória nos alicerça para observar o jornalismo feminista como uma prática especializada e engajada do jornalismo, pois possui características presentes nesses dois métodos de observação do universo de acontecimentos, oferecendo coberturas a partir de uma ótica especializada, que vai aplicar o olhar a partir dos ideias dos feminismos em um tratamento específico da informação para transmitir os fatos e os saberes de forma clara e explicativa (TAVARES, 2012), com um viés de engajamento claro e posicionado dentro da perspectiva específica de um feminismo interseccional.

Com base nessas concepções, no próximo capítulo iremos explorar o modo como a Revista AzMina produz jornalismo, visando investigar as peculiaridades desse jornalismo especializado e engajado, legitimado pelos princípios gerais das práticas da profissão e pelo ativismo feminista.

4 FEMINISMO E INTERSECCIONALIDADE NA REVISTA AZMINA

Com base nas discussões travadas nos tópicos anteriores, este capítulo apresenta a análise de uma prática de jornalismo profissional que emerge no ambiente digital orientada por uma causa: a defesa dos direitos das mulheres sob a perspectiva interseccional, ou seja, dos atravessamentos de gênero, raça e classe social. A partir de incursões exploratórias iniciais, foi possível perceber que a Revista AzMina orienta os seus princípios editoriais não apenas pelo já reconhecido jornalismo feminista como também pelas intersecções do ser social, cultural e político. Além disso, o uso dos recursos tecnológicos digitais apresenta-se como intrínseco às suas produções jornalísticas, desde a configuração da redação em rede até as escolhas narrativas multimídia.

Nesse sentido, empreendemos uma análise de conteúdo a partir dos marcadores editoriais estabelecidos pela própria revista, visando confrontá-los tanto com os postulados jornalísticos que orientam o exercício profissional quanto com os princípios do jornalismo engajado, norteado pela ética do cuidado. Porém, antes de discorrer sobre os resultados da pesquisa empírica, é fundamental situar o objeto da investigação e os movimentos de aproximação que compuseram o percurso metodológico desta dissertação.

4.1 AzMina: para além da questão de gênero

Como pontuado nos capítulos anteriores, o veículo jornalístico escolhido para ser observado durante esta pesquisa foi a Revista Digital AzMina, fundada em 2015 por um grupo de mulheres jornalistas, a partir do suporte de um financiamento coletivo. Nativa digital e posicionada como independente, por não pertencer a nenhum grupo de mídia ou instituição pré-existente, a Revista adota como slogan a máxima “Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero”, como missão, a de combater o machismo e a violência de gênero por meio de uma luta pela igualdade. Essa missão materializa-se por meio da produção jornalística de informações que são propagadas pela revista em seu portal principal, como também em outras plataformas on-line, como veremos a seguir.

Esta foi a impressão inicial sobre a AzMina que guiou a primeira versão do projeto de pesquisa submetido ao PPGCOM-UFS. Entretanto, ao aprofundar a navegação pelo portal em que a revista está ancorada, foi possível perceber que para além do veículo jornalístico há um grande projeto, um sistema com diversos braços, que serão apresentados mais adiante, e do qual

a Revista é a mola mestra e o carro-chefe, já que o jornalismo é a principal ferramenta da missão e da visão desse projeto, assim explicitados, respectivamente:

> Dar ferramentas para que a sociedade enfrente as desigualdades de gênero e outras opressões por meio da informação de qualidade e independente. Acreditamos que um dos deveres do jornalismo é colaborar para a construção de uma sociedade mais justa. Ao produzirmos reportagens noticiosas factualmente precisas, justas e completas, visamos alimentar debates que livrem as mulheres de todos os tipos de violência, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. (QUEM SOMOS…, 2023, *online*)
> [...]
> A Revista AzMina é uma **publicação jornalística feminista**, ou seja, baseada na ideia de equididade (sic) entre as pessoas. Sonhamos com um mundo em que pessoas de todas as raças, classes, religiões, orientações sexuais e identidades de gênero tenham acesso a informações que as permitam lutar por (e conquistar) uma vida livre de violência e opressão. Que possam desenvolver seu máximo potencial pessoal, profissional, político, espiritual e emocional sem impedimentos (QUEM SOMOS…, 2023, *online* – grifo nosso).

Ao se apresentar como um veículo de jornalismo feminista, a Revista suscita alguns questionamentos para além dos que já foram debatidos até aqui: O que esse "jornalismo feminista" quer dizer? Como ele se constitui? Em que as práticas desse jornalismo se diferenciam? Quem fala por ele? Para quem ele fala? Quem ele representa? Para responder estas e outras questões realizamos, inicialmente, um estudo exploratório do "sistema" AzMina, a partir da barra de navegação principal do Portal (Figura 3), atualizada de tempos em tempos, o que permitiu identificar todos os eixos de atuação que se desdobraram da Revista, sintetizados em um diagrama (Figura 4).

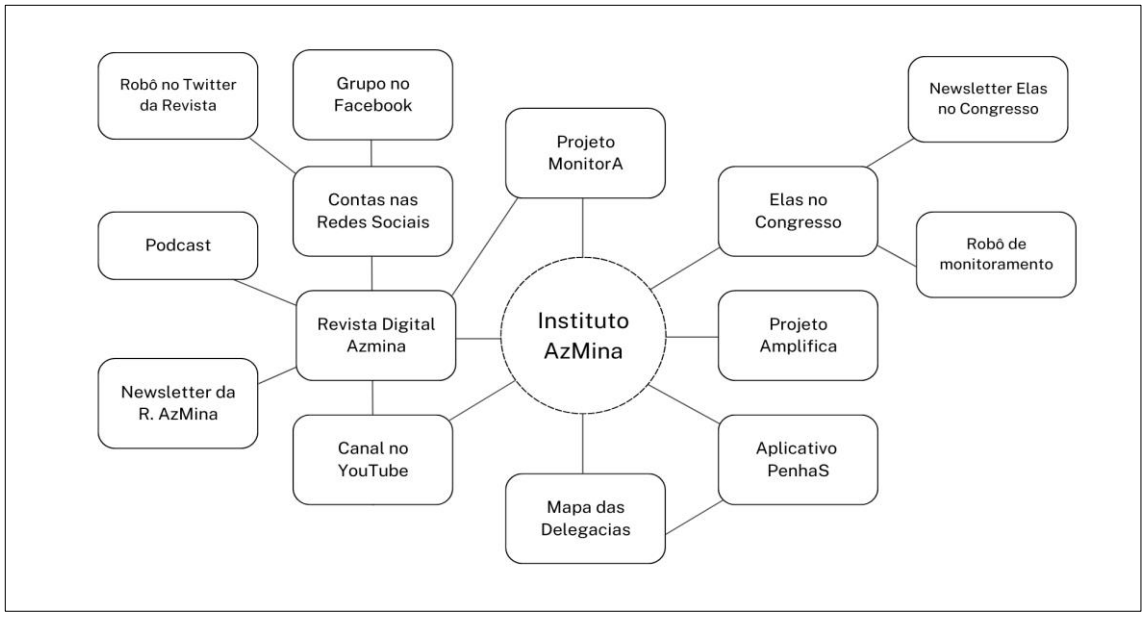
Figura 3 – Barra de navegação do Portal AzMina em dois tempos.

Fonte: Barra de navegação capturada em 04/03/2021 e em 05/08/2022, respectivamente.
A última atualização permaneceu até a finalização da coleta da presente pesquisa.

Na Figura 4, o Instituto AzMina foi localizado no centro do diagrama porque representa a base institucional de todas as ações da organização (uma espécie de *holding* do grupo AzMina), embora tenha sido criado um ano após a Revista, juntamente com dois outros

"braços", o educacional e a consultoria de *marketing*[28]. Cada braço diretamente ligado ao centro representa um projeto e/ou áreas de atuação do Instituto: Revista AzMina; Elas no Congresso; Aplicativo PenhaS; Mapa das Delegacias; uso das plataformas de Redes Sociais; Canal no YouTube; *Newsletters;* Projeto Amplifica*;* Robôs utilizados dentro de outras redes, como o twitter, por exemplo. Cada um desses eixos faz parte da proposta de utilização de recursos de "informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero" (AZMINA, 2021). Conectados aos eixos estão membros secundários que fazem parte das conexões entre a Revista AzMina e outros ambientes onde o conteúdo jornalístico da revista é propagado.

Figura 4 - Diagrama do Instituto AzMina.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no portal AzMina (https://azmina.com.br/) 2022.

Para situar essas interrelações do "grupo" AzMina, segue a descrição de cada um desses braços apresentados no diagrama, segundo as apresentações institucionais:

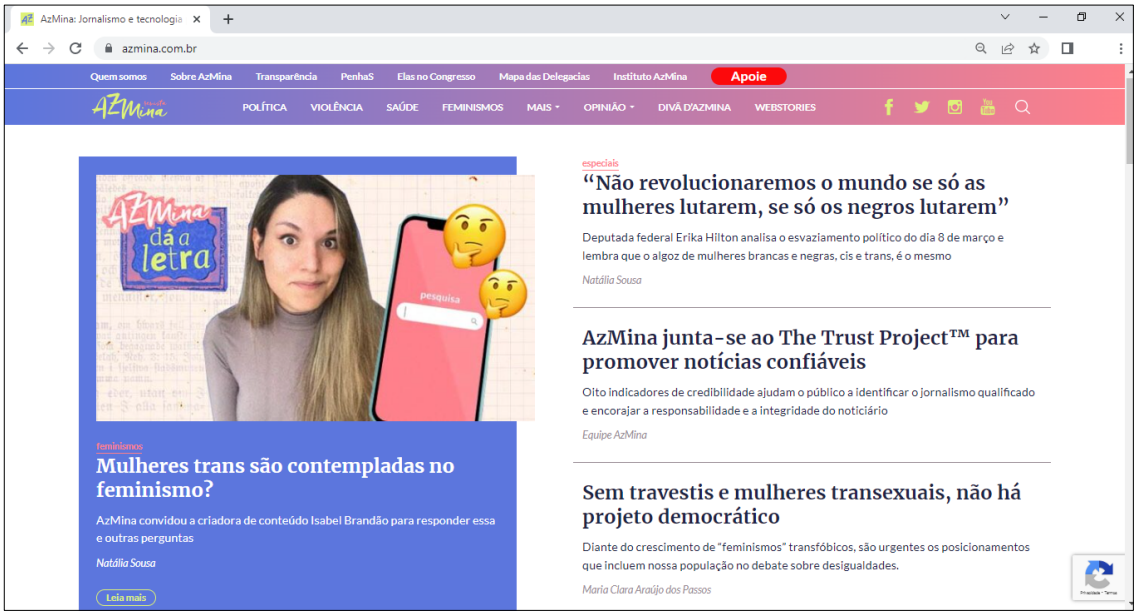
Instituto AzMina - "Uma organização sem fins lucrativos que luta pela igualdade de gênero. Produzimos uma revista digital, um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, uma plataforma de monitoramento legislativo dos direitos das mulheres, além de palestras e consultorias" (AZMINA, 2021, *online*).

Revista AzMina - O portal da Revista foi o início de tudo, em 2015, a partir de um grupo de jornalistas com o apoio de um financiamento coletivo. É nesse espaço no ambiente digital que todas as ações do Instituto são expostas e a partir dele somos encaminhadas para os outros

[28] De acordo com o "Relatório de Atividades 2016: AzMina para mulheres de A a Z". Disponível em: https://azmina.com.br/wp-content/uploads/2021/05/2016-AzMina-Relat%C3%B3rios-de-atividades-Portugu%C3%AAs-1.pdf

braços da organização. É no portal que encontramos os conteúdos jornalísticos desenvolvidos pela Revista AzMina, expostos em onze editorias e subeditorias: Política; Violência; Saúde; Feminismos; Comportamento; Cultura; Dinheiro; Esporte; Maternidade; Opinião; Divã D'AzMina. Além do vasto conteúdo dentro das editorias, é possível assinar a ***newsletter*** para receber textos e reflexões exclusivas e complementares diretamente no e-mail, além de um apanhado de matérias sobre o tema gênero que circularam nos principais veículos de comunicação durante a semana.

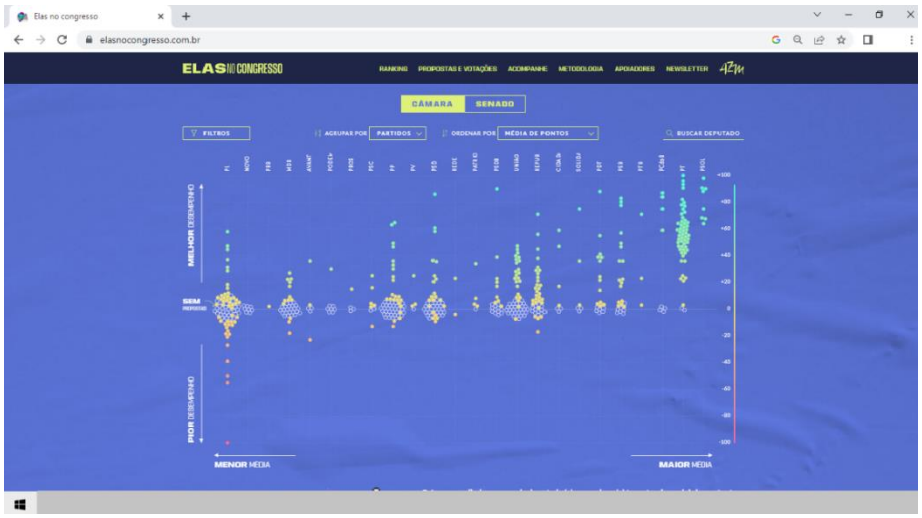
Figura 5 – Tela inicial do Portal AzMina.



Fonte: Captura de tela (https://azmina.com.br/) em 18 de março de 2023.

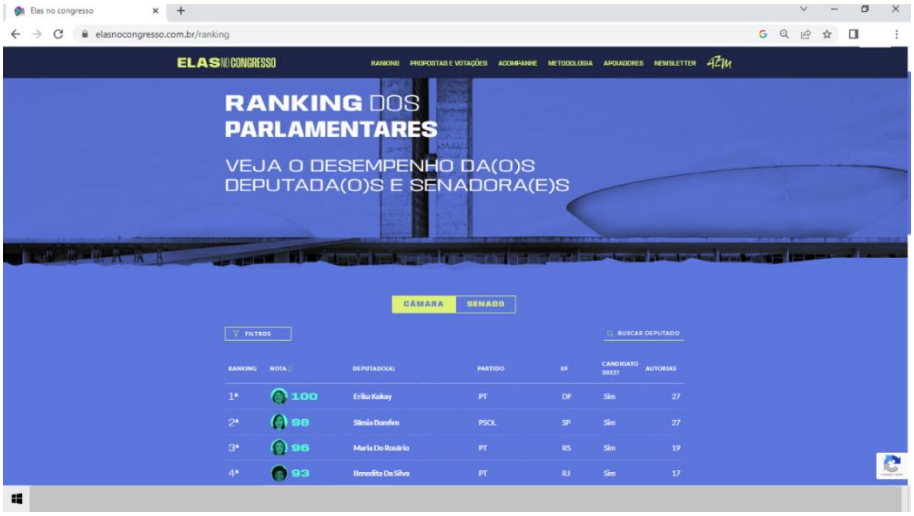
Elas no Congresso (Figuras 6 e 7) - Projeto que utiliza dados públicos para realizar o monitoramento dos direitos das mulheres nas discussões e propostas pelo Poder Legislativo Federal (Câmara e Senado). As informações estão disponíveis em um site interativo onde é possível consultar um *ranking* com a atuação de cada parlamentar nas temáticas de gênero. Para realizar esse trabalho a equipe utiliza uma metodologia específica de ranqueamento. Além disso, as tramitações diárias dos projetos de leis sobre temas de gênero podem ser acompanhadas na conta do Elas no Congresso no Twitter, onde a **robô** que realiza o monitoramento deposita as informações. A "terceira frente" do projeto é o envio de ***newsletter*** semanal com conteúdos sobre direitos das mulheres e igualdade de gênero, além dos conteúdos sobre política disponíveis no portal AzMina. O projeto é mantido em parceria com outras organizações feministas e apoio de instituições internacionais.

Figura 6 – Gráfico de monitoramento do Elas no Congresso.



Fonte: Elas no Congresso (https://www.elasnocongresso.com.br/) em 24 de março de 2023.

Figura 7 – *Ranking* com a atuação dos parlamentares da Câmara Federal brasileira.

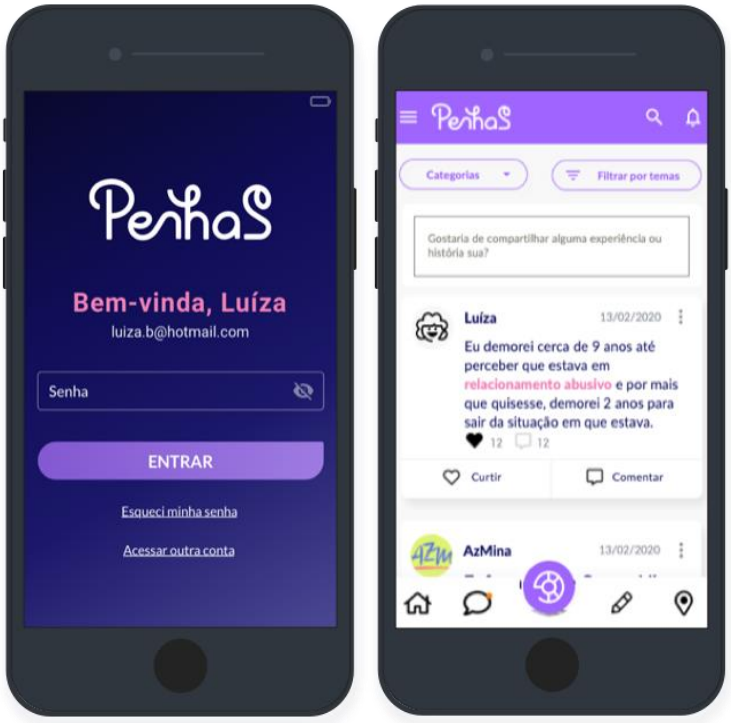


Fonte: Elas no Congresso (https://www.elasnocongresso.com.br/ranking). Acesso em: 24 mar. 2023.

PenhaS (Figura 8) - Aplicativo de informação, espaço de escuta e suporte para mulheres vítimas de violência. Dentro do app é possível ter acesso a conteúdos informativos sobre violência doméstica e direitos das mulheres, além de orientações sobre como detectá-la e como agir. No espaço de escuta ativa e diálogo, as conversas são anônimas e seguras, tanto em um *feed* como também de forma individualizada no *chat*. O aplicativo também conta com o Mapa das Delegacias, que indica às mulheres os pontos de apoio mais próximos da sua localização, gravador de áudio que capta o som ambiente, possibilitando a produção de provas da violência, como também um botão de pânico, que aciona contatos de confiança previamente

cadastrados. Segundo o Relatório de atividades da AzMina[29], o app PenhaS cresceu mais de 30% em número de usuárias e interações em 2022 e hoje alcança mais de 11 mil usuárias.

Figura 8 – Imagem ilustrativa do Aplicativo PenhaS.



Fonte: Revista AzMina (https://azmina.com.br/projetos/penhas/).

Mapa das delegacias - O mapa mostra, por meio da busca, onde estão localizadas as delegacias da mulher e os postos de atendimento especializados dentro de delegacias comuns em cada Estado do Brasil. Também é possível, manualmente, localizar as delegacias tradicionais.

Amplifica - É um projeto em parceria com o Núcleo Jornalismo[30] que foi selecionado pelo Desafio da Inovação da *Google News Initiative* na América Latina para desenvolvimento de uma ferramenta de escuta e interação da comunidade leitora da AzMina, visando compreender o que essa comunidade tem consumido em termos de informação para uma reorientação do fluxo de conteúdo a partir desse consumo (AZMINA, 2022; PARANHOS, 2022). A formação da comunidade é feita a partir da inscrição da usuária em um formulário disponibilizado pela AzMina e o monitoramento se dá por meio de uma robô no Twitter que faz a coleta dos assuntos a partir das *hashtags* indicadas.

[29] Disponível em: https://azmina.com.br/wp-content/uploads/2023/01/AzMina-Relatorio-de-Atividades-2022-PT_site.pdf

[30] Uma iniciativa incubada pela agência Volt Data Lab, lançada em 6 de janeiro de 2020 pelos jornalistas Sérgio Spagnuolo e Alexandre Orrico, que se define como "Jornalismo inteligente sobre redes sociais". Disponível em: https://nucleo.jor.br/

MonitorA - Observatório de violência política online nas redes sociais (Twitter, Instagram e YouTube) contra candidatas a cargos eletivos, desenvolvido em conjunto com o InternetLab e o Núcleo Jornalismo. O projeto surgiu em 2020 e acompanhou as disputas para os cargos municipais de 123 candidatas das diferentes regiões do Brasil. Em 2022 a cobertura contemplou 200 candidaturas estaduais e federais e produziu cinco reportagens especiais a partir dos dados coletados. Participaram do programa veículos das cinco regiões do Brasil: A Lente (Centro-Oeste), Abaré Jornalismo (Norte), Agência Tatu (Nordeste), Data_Labe (Sudeste) e Portal Catarinas (Sul). Assim como o Elas no Congresso, o MonitorA está dentro do conjunto de iniciativas de jornalismo de dados da Revista que visam influenciar o agendamento de pautas feministas e interseccionais no país. Segundo o Relatório de atividades de 2022 da AzMina, os dados coletados pelo projeto foram utilizados em mais de 50 matérias em veículos jornalísticos de todo o Brasil e foram citados pela então candidata Soraya Thronicke durante um dos debates presidenciais do pleito de 2022, além de estarem circulando pelo ambiente jurídico em debates jurídicos e ações judiciais.

Canal no YouTube - O canal consiste em conteúdos jornalísticos em vídeo com temas voltados ao universo das questões de gênero. Dentro desse ambiente há reportagens, entrevistas, documentários (exemplo da série documental Elas.lab) e conteúdos educativos, como os publicados no quadro "AzMina dá a letra" (ver Figura 5). Outros quadros fixos no canal que recebem atualizações frequentes são: "Exausta com tesão", que traz entrevistas com especialistas para discutir pautas relacionadas a sexo e relacionamento; "Gênero em tudo", programa de vídeo-reportagens que abordam diversas temáticas e questões importantes para o feminismo a partir de entrevistas com especialistas, protagonismo das personagens e pesquisas, trazendo informações de forma direta e simplificada.

Podcast - AzMina possui duas séries jornalísticas nas plataformas de áudio: Futurar e Corpo Especulado. A série Futurar é uma produção da Revista AzMina em parceria com o Podcast Conversa de Portão (Nós, Mulheres da Periferia) e financiada pelo primeiro edital Narremos a Utopia, uma iniciativa do Fundo Puentes[31]. Publicada em 2021, a série foi construída com três episódios e aborda como "as mulheres negras seguem imaginando e criando futuros possíveis no meio ambiente, economia do cuidado e tecnologia" (FUTURAR…, 2023, *online*). A Futurar rendeu ainda uma reportagem especial com informações extras da apuração e ainda conquistou

[31] Disponível em: https://azmina.com.br/colunas/podcast-dazmina-com-nos-mulheres-da-periferia-vence-premio-99-de-jornalismo

o segundo lugar da categoria Profissionais do Jornalismo do Prêmio 99 de Jornalismo[32]. A série Corpo Especulado[33] possui seis episódios de podcast e foi publicada semanalmente entre os meses de agosto e setembro de 2022. A iniciativa é uma parceria da AzMina com a 37 Graus Podcast e apoio do Instituto Serrapilheira, e aborda a relação entre a ciência e corpo feminino, uma relação que se mostra conflituosa e, por vezes, não tão científica. Esses conteúdos são encontrados também no portal da Revista em matérias curtas com textos de apoio.

Redes Sociais Digitais - A Revista AzMina possui perfis e páginas nas principais plataformas de redes sociais digitais - Facebook, Twitter, Instagram e TikTok -, sendo este exclusivamente de vídeos curtos produzidos a partir de 2022. Nesses ambientes é realizada a divulgação e disseminação dos materiais jornalísticos da Revista digital. Além disso, também podemos encontrar conteúdos exclusivos nesses canais, como pequenos vídeos para o Instagram e TikTok, sequências de cards informativos, "fios" com informações adaptadas para o ambiente do Twitter e *tweets* com mensagens "informais". Ainda no Twitter, o "grupo" AzMina possui a **Penha, uma assistente virtual** que foi desenvolvida pelo Instituto AzMina em parceria com o Twitter Brasil e pode ser acionada na caixa de mensagens no perfil da Revista na plataforma. A Penha foi criada para, por meio do diálogo, ajudar mulheres e meninas a identificar se estão ou não em relacionamentos abusivos e como podem proceder para sair dele. No Facebook a Revista possui um **grupo privado com os apoiadores** financeiros, que participam das campanhas anuais de arrecadação. Este espaço funciona como uma espécie de "conselho editorial", cujos participantes são consultados sobre determinadas pautas e informados sobre novos conteúdos, podendo contribuir de uma forma mais direta com a Revista.

Como é possível observar, a AzMina é um grande "sistema" de informação e comunicação, que abrange diferentes atuações, todas elas com foco na divulgação de dados, informações e conteúdos multimídia voltados para conscientização do público leitor, com apoio de recursos tecnológicos atualizados. Considerando que o objetivo da presente pesquisa é observar o jornalismo feminista produzido sob a ótica de conhecimento para ação, o foco da análise será a Revista AzMina sem, contudo, desconsiderar todo o sistema, pois além de essas ações estarem imbricadas e resultarem em material para a revista, também são cruciais para compreender as particularidades deste jornalismo feminista e seus conteúdos.

O segundo passo desse contato direto com o objeto foi a observação da composição do expediente e corpo editorial da Revista AzMina (Figura 9). Em coleta de dados realizada em

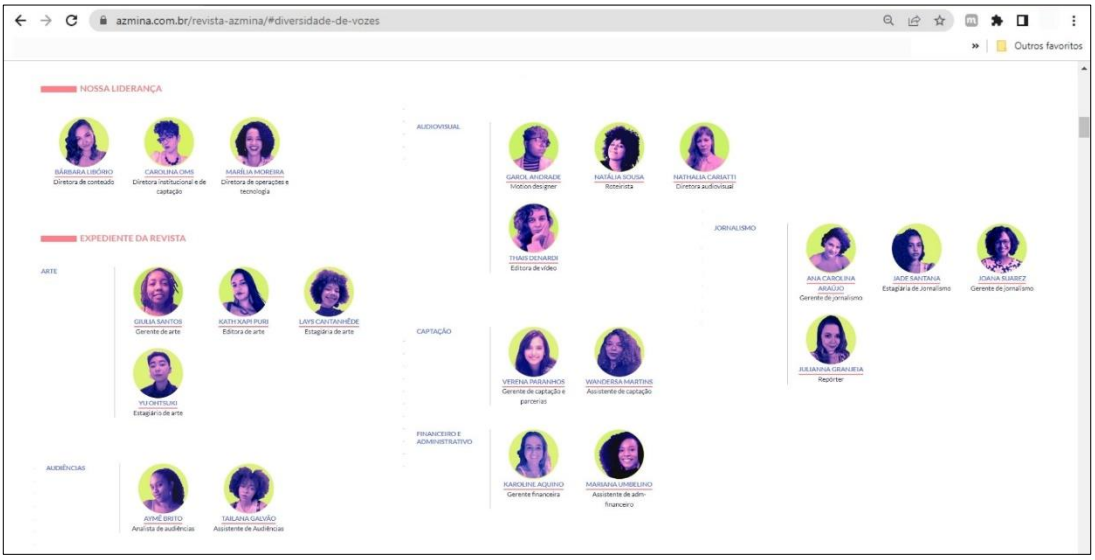
[32] Disponível em: https://99app.com/newsroom/premio-99-de-jornalismo-abre-inscricoes-para-todos-os-profissionais-de-comunicacao/
[33] Disponível em: https://azmina.com.br/projetos/corpo-especulado/

20 de abril de 2022, a equipe da revista era composta por 37 (trinta e sete) membros, divididos entre direção, equipe, colunistas, voluntárias e conselho. Entre os membros havia apenas um homem, especialista em tecnologias da informação e participante do Conselho do veículo. Das 36 (trinta e seis) mulheres, 18 (dezoito) eram jornalistas e as demais possuíam formação em áreas diversas, como: artes, design e ciências sociais; educação; advocacia; RH e especialidades relacionadas a Tecnologias da Informação (TI).

Figura 9 – Expediente do Portal AzMina em 2022.

Fonte: Revista AzMina (*print* coletado em 20 de abril de 2022).

Figura 10 – Distribuição atual do expediente do Portal AzMina.



Fonte: Revista AzMina. Acesso em: 16 mar 2023.
(Adaptado para melhor exibição).

Em um novo levantamento, em agosto de 2022, observamos mudanças significativas na equipe da revista em relação à coleta anterior. Para manter a atualidade da pesquisa em relação

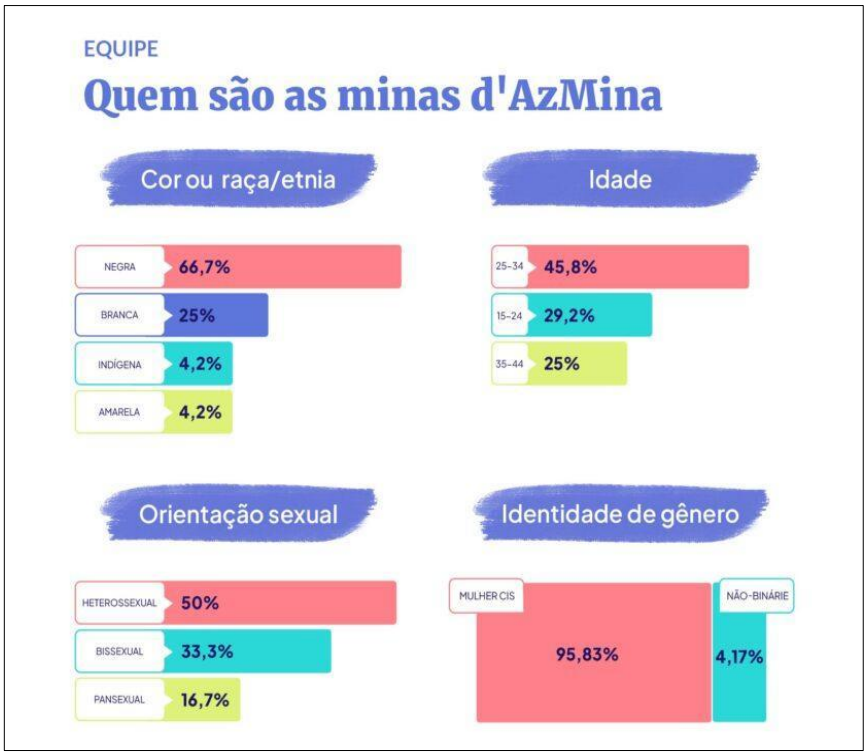
ao objeto, revisitamos o expediente da revista no mês de março de 2023 e percebemos novas mudanças, desta vez mais sutis, mas que serão consideradas. Isso nos mostra que estamos trabalhando com um objeto dinâmico, o que nos levou a fazer o congelamento de uma temporalidade do que está disponível no portal para que possa ser extraída uma amostra analisável, tanto das informações sobre os produtos, quanto do material jornalístico, como será explicitado mais à frente.

A equipe fixa atualmente é composta por 19 (dezenove) pessoas distribuídas por cinco estados do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Maranhão) e o Distrito Federal. Destas, três ocupam posição de liderança e 16 (dezesseis) integram o expediente da Revista em diferentes categorias: arte, audiências, audiovisual, captação, financeiro e administrativo e jornalismo. Nesta última, observamos que a equipe é composta por 9 (nove) profissionais com formação e especializações em Jornalismo, 1 (uma) estudante de jornalismo. Além da formação acadêmica, as integrantes têm histórico de envolvimento com produções coletivas, ONGs e ações sociais, o que é coerente com a construção de um jornalismo especializado em feminismo e interseccionalidade, como vimos anteriormente.

Os assuntos abordados nos textos e as contribuições de cada uma delas geralmente têm proximidade com essas vivências, mas também as ultrapassam. Segundo dados[34] de novembro de 2022, disponibilizados pela revista (Figura 11), a equipe é composta por 95% de mulheres *cis* e 4% "não-binárie", com idades entre 15 e 44 anos, sendo 29% de jovens com menos de 24 anos, 66% são negras e 50% LGBTQIA+[35] (QUEM SOMOS, 2023). É importante destacar que esse é o expediente da equipe fixa da revista, pois existem reportagens que são assinadas por colaboradoras externas, devido às parcerias concretizadas pela AzMina com outros veículos, como também a editais para produção de reportagens independentes.

[34] Valores arredondados para melhor leitura. Os valores completos estão no infográfico da Figura 11.
[35] Dados disponíveis em: https://azmina.com.br/revista-azmina/. Acesso em: 17 jan. 2023.

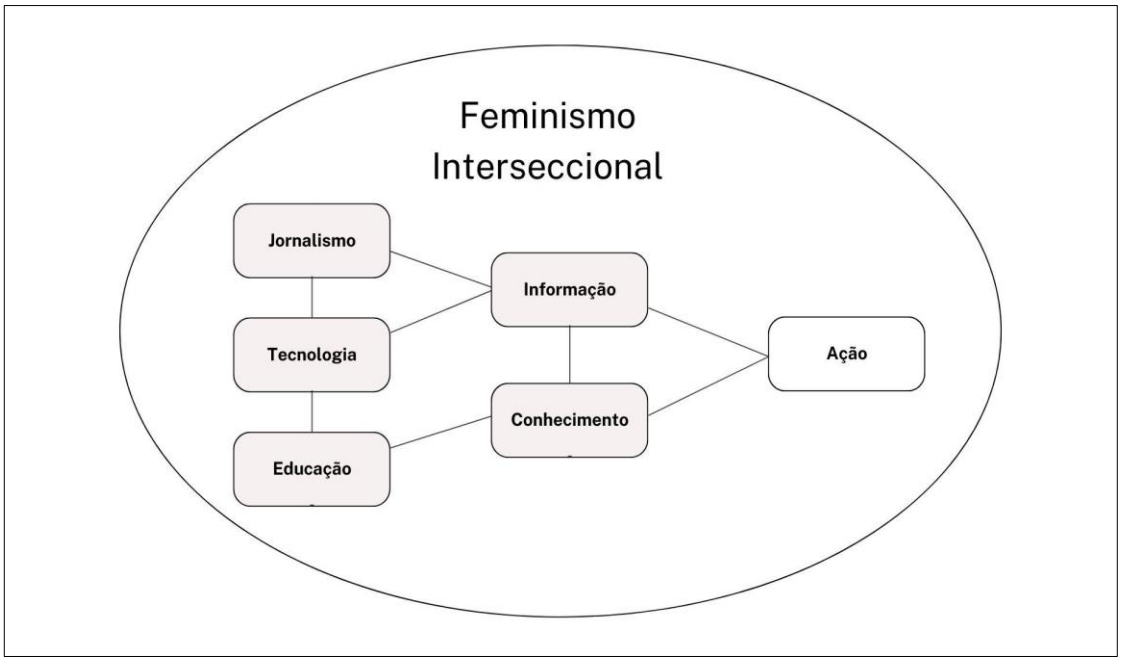
Figura 11 – Infográfico do perfil da atual equipe.



Fonte: Revista AzMina (https://azmina.com.br/revista-azmina/#diversidade-de-vozes) Acesso em: 17 jan. 2023.

Outro aspecto que ajuda a compreender as particularidades desta Revista é o seu *slogan* "Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero", complementado por uma outra frase, utilizada para descrever todo o projeto e *slogan* do Instituto AzMina: "Informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero". Ao analisar esses enunciados norteadores, é possível observar que existe uma forte ligação entre eles, como um caminho traçado, onde cada um dos recursos apresentados torna-se ponto de um percurso que leva a um propósito específico. O diagrama da Figura 12 sintetiza a inter-relação entre esses enunciados.

Figura 12 – Diagrama-síntese dos *slogans* do Instituto e da Revista AzMina.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no portal AzMina (https://azmina.com.br/).

Esse percurso exploratório deixou claro que existe um movimento proposital em busca de um determinado objetivo/ação. As bases para esse sistema estão no jornalismo e na tecnologia, por meio dos quais os diferentes braços produzem e disponibilizam informação, funcionando como verdadeiras plataformas por onde o percurso se inicia. Outra base importante é a visão educacional, norteada pela proposta de que aquilo que é produzido precisa ser compreendido, ou seja, conteúdos que possam ser consumidos e compreendidos por diferentes pessoas que os acessam. Esse braço educacional é por onde se promove a geração de conhecimento a partir da informação acessada, ou seja, o conhecimento que gera compreensão do que é exposto. Após todos esses passos, há a ação que é a aplicação do conhecimento gerado para agregar ou modificar algo. No caso do objetivo proposto pela Revista AzMina, a ação aqui é o combate à violência de gênero e a busca pela igualdade de gênero. No tópico de análise iremos observar como esses elementos funcionam dentro da produção do material jornalístico da Revista.

4.1.1 Abordagem interseccional

A AzMina se declara como produtora de jornalismo feminista e específica esse feminismo como interseccional. Tal posição foi reforçada em um editorial assinado pela antiga editora de conteúdo Helena Bertho e publicado pela Revista AzMina no dia 27 de outubro de

2021 (BERTHO, 2021). A leitura do texto nos instigou a verificar se, e como, esse posicionamento – tomado como um marcador editorial – está presente no processo de produção dos conteúdos da Revista.

Buscando compreender o que modula a ideia de um feminismo interseccional, faremos um breve percurso pela história dos movimentos e estudos feministas para compreender o que é esse conceito de interseccionalidade, como ele se estabeleceu e quais debates contempla. Os estudos dos movimentos feministas guiam-se por períodos que são chamados por pesquisadores do campo de ondas, vagas ou gerações. De forma simplificada, essa divisão é baseada nas discussões que permeiam os movimentos de mulheres e feministas em cada período, de acordo com categorias estabelecidas a partir de uma visão eurocentrada dos movimentos. Frisamos isso para demarcar que existem movimentações que não serão contempladas por essas ondas, principalmente as experiências de países colonizados, como no caso das mobilizações de indígenas mulheres, ou o pensamento das feministas e teóricas negras (AKOTIRENE, 2019). Portanto, nesta pesquisa, utilizamos as ondas como marcos temporais, um mecanismo de linha de tempo para organizar os avanços, recuos e alcance das pautas de cada época. Contudo, entendemos que elas não são um limitador da análise desses movimentos, pois como o plural do termo deixa explícito, eles são plurais e estão presentes de diferentes formas a partir dos contextos de cada país e sua história (RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021; PEREZ e RICOLDI, 2019).

Com base nesses contextos, os movimentos feministas possuem diferentes vertentes que são baseadas em processos teórico-conceituais, que apresentam um esforço para a construção de uma teoria feminista, e nos marcadores sociais (gênero, raça, sexualidade, classe ou localidade). Como afirma Costa (2015, p. 469), “A noção de feminismo move-se [...]”. Novos debates irão distinguir formas associativas organizadas sob notáveis contradições” São essas contradições que tensionam a estrutura dos feminismos, possibilitando uma esfera de constante debate que modifica a forma como esses movimentos se estruturam e se ramificam.

Essas ramificações originaram diversas nomenclaturas para os movimentos: feminismo universal (ou liberal), feminismo operário, feminismo marxista, feminismo negro, ecofeminsimo, feminismo radial, como também movimentos mais recentes como o feminismo interseccional. Para o escopo deste trabalho entendemos não ser necessário abordar todas essas categorias em profundidade, por isso apresentamos apenas um breve resgate histórico de como o feminismo foi se modificando até adotar a interseccionalidade como uma de suas bandeiras.

O feminismo como movimento organizado surge na Europa, com a luta pela cidadania para mulheres, carregando em si uma perspectiva ocidental e eurocêntrica. Esse é um marcador

importante, pois nos ajuda a compreender as críticas feitas a um feminismo que continua a prospectar as raízes desse berço do movimento e a tratá-lo como universal. No início do século XX, temos um marco da primeira onda do feminismo, a luta pelo sufrágio universal, que visava a inclusão plena das mulheres no exercício da cidadania. O movimento sufragista lutava pela extensão do voto a todas as pessoas, pois por muito tempo esse direito foi restrito a uma figura específica: homens brancos e detentores de bens (KARAWEJCZYK, 2015). Por isso passou por diversas fases, mas o período que contempla a luta das mulheres pelo voto começou na Inglaterra e teve sua primeira vitória em 1918, quando esse direito foi concedido às mulheres inglesas.

No Brasil essa conquista só aconteceu quatorze anos depois, em 24 de fevereiro de 1932, quando as mulheres receberam o direito de votar e serem votadas, sem exceção (MARQUES, 2019). Porém, essa parte do sufrágio relativa ao direito de as mulheres serem eleitas como representantes da população ainda não foi plenamente alcançada. Prova disso é que no último pleito, de 2022, foram eleitas apenas duas governadoras e somente 18% das cadeiras nas assembleias estaduais (incluindo a do Distrito Federal) foram ocupadas por mulheres a partir de 2023. A desproporção de gênero repete-se na Câmara dos Deputados, na qual 32% são mulheres negras e 4% indígenas. No Senado, são apenas 14 (catorze) mulheres entre 67 (sessenta e sete) homens (MULHERES…, 2022; MAIS…, 2022). Ainda que represente um avanço em relação ao governo anterior (2019-2022), os dados revelam que a paridade de gênero no Congresso Nacional e na política brasileira em geral está distante de ser alcançada.

A obra “O segundo sexo”, da filósofa Simone de Beauvoir publicado em 1949, um marco teórico do movimento feminista, assim como o livro “A mística feminina”, da escritora Betty Friedan, publicado em 1963, apontado como a obra precursora do feminismo contemporâneo, demarcam o início da “segunda onda do feminismo”. Contudo, segundo Hooks, a discussão trazida por Friedan ignora as mulheres que estão à margem da sociedade e dá protagonismo ao “drama de um seleto grupo de esposas brancas das classes média e alta, com nível superior – mulheres do lar, entediadas pelas horas de lazer, atividades domésticas, crianças e compras, e que esperavam mais da vida” (HOOKS, 2019, p. 27). Esse “mais da vida” seria a carreira profissional dessas mulheres, ou seja, uma perspectiva classista e individualista que, apesar de ser um marcador do início da chamada “explosão feminista”, não contempla as questões da coletividade, desconsidera as mulheres lésbicas, mulheres negras, brancas pobres, trabalhadoras domésticas, operárias e outros grupos de trabalhadoras, reforçando um unilateralismo sobre a realidade das mulheres (HOOKS, 2019). Assim, mesmo se apresentando como um “feminismo universal”, essa segunda onda contemplava apenas um perfil específico:

a mulher europeia, branca e de classe média/alta que buscava a oportunidade de se emancipar, ser independente dos homens e estar em pálio de igualdade com esse grupo.

Entretanto, é nesse mesmo período que os debates sobre gênero começam a ganhar visibilidade, por conta da aproximação do movimento feminista com a academia, a partir da qual o movimento recebe críticas e outros fatores começam a ser pautados, como as questões de identidade e a formação de um *corpus* teórico-conceitual. Como aponta Sarmento (2020), é nessa fase que se fomenta uma discussão mais estruturada, autônoma e amplificada considerando as questões de gênero, raça, classe, etnia e sexualidade. "A produção acadêmica foi se movendo de um universalismo de tratar as mulheres como um grupo coeso e unitário para um debate cada vez mais forte por questões de raça, classe, geração, etnia e sexualidade" (SARMENTO, 2020, p. 4). É nessa fase que o movimento encontra as ciências sociais e as pesquisas dos estudos culturais.

No campo dos estudos culturais, o feminismo foi um abalo que modificou a visão que se tinha sobre as pesquisas. É através dos tensionamentos propostos pelo movimento feminista que há o deslocamento da categoria classe como mecanismo primário de dominação e a categoria gênero passa a ser vista como um lugar relevante (ESCOSTEGUY, 2020). Porém, esse movimento foi cercado pela "existência de relações de força, disputas externas e internas, demonstrando, no caso, que a formação e o reconhecimento da perspectiva feminista não foram pacíficos no âmbito dos estudos culturais" (Ibid. p. 13).

Uma das primeiras produções que revela uma associação do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), em Birmingham, com a temática feminista é o *Images of women in the media*, de 1974, que foca em estudar como a figura da mulher é abordada na mídia publicitária, jornalística e de entretenimento. O que se constata é que a homogeneização das mulheres na mídia descarta os "atravessamentos das identidades de gênero com outros marcadores identitários, como os de classe, etnia/raça, geração, sexualidade" (ESCOSTEGUY, 2020, p.14). Esse primeiro estudo abriu espaço para debates e outras pesquisas acerca do tema, mas apenas quatro anos depois o Centro produziu a primeira antologia exclusivamente centrada no estudo de mulheres, *Women take issue: aspects of women's subordination* (1978), que iria delimitar o campo. É também a partir desse estudo que o gênero passa a ser trabalhado como categoria analítica, ligada a uma produção simbólica sócio-histórica que vai definir o olhar a partir das convenções de feminilidade e masculinidade.

Essa leitura passa a ser baseada nas relações e comportamentos a partir de "um conjunto de valores e ideias relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e

recriam essas mesmas convenções em suas práticas" (BONETTI, 2012, s/n). Então podemos perceber que, neste sentido, a categoria gênero busca dar conta de "relações socialmente constituídas, que partem da contraposição e do questionamento dos convencionados gêneros feminino e masculino, suas variações e hierarquização social" (VEIGA e PEDRO, 2015, p. 305). Entretanto, devemos frisar, como apontam Veiga e Pedro (2015), que é importante tratar gênero como um conceito que nos oferece fluidez para pensarmos as relações sociais. Por isso há estudos que trabalham gênero como modo de significar as relações de poder, como meio discursivo ou como produto e processo de representação, em diferentes estudos pensando em categorias e intersecções (Ibid.).

Como aponta Escosteguy (2020), a pesquisa de 1978 traz dois pontos importantes que marcam as discussões dentro dos Estudos Culturais Feministas: a dicotomia entre o pessoal e o político, trabalhado por Charlotte Brunsdon; e a experiência de meninas da classe trabalhadora, debatida no texto de Angela McRobbie. Esses são objetos que levantam discussões para entender como as questões atribuídas ao gênero são permeadas por outras categorias e que as discussões precisavam, e precisam, tensionar e questionar diferentes esferas sociais. Porém, uma crítica feita ao estudo é que não há a presença de questões sobre raça e racismo. Apesar dos avanços, as pesquisas do período possuem uma visão eurocêntrica e branca remetida ao feminismo universal.

Mas é nesse mesmo período que se começam a levantar os questionamentos: sobre qual feminismo falamos? Quem tem voz nesse movimento? Esses questionamentos necessários são feitos pelas feministas, pesquisadoras e ativistas negras. Hooks (2015)[36] tece críticas acerca da visão homogeneizada das ideias do movimento feminista e a ausência de pluralidade nas discussões. Seu ponto de vista é o de onde partem as lutas das mulheres oprimidas, que criam consciência das suas opressões a partir da vivência, em um movimento que parte do cotidiano para o movimento político, não o contrário:

> [...] as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência (mesmo que não consigam resistir de forma sustentada e organizada) (HOOKS, 2015, p. 213).

A autora relata que ao ingressar nos estudos sobre o feminismo era tratada de forma condescendente dentro de grupos de que participou e que também vivenciou o racismo nos espaços de discussão acadêmica acerca do tema. É a partir das críticas, tensionamentos e

[36] Este é o primeiro capítulo do livro "Teoria feminista: da margem ao centro", publicado no Brasil em 2019. Entretanto, a versão de 2015, aqui citada, foi publicada pela Revista Brasileira de Ciência Política, com tradução diferente da obra de 2019, por isso as diferentes referências.

questionamentos das mulheres e feministas negras que o movimento começa a discutir pautas que vão além de gênero, considerando as questões de diferença, diversidade, identidade, localidade e principalmente de classe e raça. As pesquisadoras Akotirene (2019), Collins e Bilge (2020) e Lélia Gonzalez (2020) também apontam para esses mecanismos de exclusão que acontecem no movimento feminista universal/branco, igualmente presentes nos movimentos étnico-raciais, onde há uma reprodução das práticas sexistas dominantes por parte dos homens. Ou seja, as mulheres negras não encontravam espaço para as complexidades das dores originadas das discriminações por elas sofridas tanto em relação à raça quanto ao gênero.

Hooks (2019) nos convida a examinar os sistemas de dominação, em busca de acabar com padrões de opressão sexista e fazê-lo sem um olhar simplista, que considere a relação entre sexo, raça e opressão de classe. É importante compreender que a luta feminista possui foco na transformação social e deve ser baseada nisto.

> Seu objetivo não é beneficiar apenas um grupo específico de mulheres, uma raça ou classe social de mulheres em particular. E não se trata de privilegiar a mulher em detrimento do homem. Ele pode transformar nossas vidas de um modo significativo. E o mais importante: o feminismo não é um estilo de vida, nem uma identidade pré-fabricada ou um papel a ser desempenhado em nossas vidas pessoais (HOOKS, 2019, p. 59).

Um terceiro marco nos estudos e no movimento feminista acontece no final dos anos 1980 e início da década de 1990, período que ficou conhecido como "a terceira onda do feminismo". É nesse contexto que os debates sobre feminismo a partir de uma perspectiva de gênero, raça e classe começam a ganhar mais impulso, pela participação das feministas negras, resultando, inclusive, em um termo próprio: feminismo interseccional (COLLINS e BILGE, 2021). A pesquisadora em Direito e ativista estadunidense Kimberlé Crenshaw é considerada a formuladora do termo interseccionalidade, ao abordá-lo inicialmente no texto *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*[37], de 1989. Para a autora, é necessário entender como os fatores vão além do gênero e formam o todo que compõe a vivência do indivíduo. Não é apenas tratar sobre um fator isolado, pois todas as outras questões permeiam o debate: "[...] isso não pode ser feito isolando as "variáveis" ou pensando causalidades entre elas, e sim a partir de como esse todo se constrói diante dos cruzamentos de marginalizações" (SARMENTO, 2020, p. 6).

[37] "Desmarginalizando a interseção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra à doutrina antidiscriminatória, teoria feminista e política antirracista" (Tradução própria).

Cabe ressaltar, contudo, que a ideia de interseccionalidade começou a ser elaborada pelas pensadoras feministas negras bem antes do termo ser cunhado. Foi o movimento dessas mulheres que trouxe à tona a necessidade de um debate que contemplasse a tríade de gênero, raça, classe, como também a expansão do olhar para outras categorias. As pensadoras Collins e Bilge (2020) trazem a perspectiva do uso da interseccionalidade como uma ferramenta analítica para observar de forma ativa os desafios impostos dentro de diferentes esferas, situações e problemáticas sociais:

> A interseccionalidade, ao reconhecer que a desigualdade social raramente é causada por um único fator, adiciona camadas de complexidade aos entendimentos a respeito da desigualdade social. Usar a interseccionalidade como ferramenta analítica vai muito além de ver a desigualdade social através de lentes exclusivas de raça ou classe; em vez disso, entende-se a desigualdade social através das interações entre as várias categorias de poder (COLLINS e BILGE, 2020, p. 43).

Não consideramos o feminismo interseccional como um aglutinador e resumidor de lutas, mas como movimento que faz uso da interseccionalidade como ferramenta analítica e de intervenção social, que busca compreender as intersecções do ser social, cultural e político e os atravessamentos de gênero, raça e classe. Nesse movimento podemos incluir também identidade de gênero, localidade, etnia, e sexualidade, pelas quais é possível analisar e compreender as problemáticas sociais e categorias de poder, o econômico, por exemplo, que se entrelaçam a tais marcadores. É a quebra da ideia da existência de uma mulher universal e a consideração de diferentes experiências de mulheridades.

Pensando nisso, vimos a necessidade destacar a produção de pensadoras brasileiras para a formação das ideias dos feminismos. Lélia Gonzalez (2020), possui uma produção sobre os feminismos no Brasil e na América Latina, atrelado à questão da identidade racial e as atividades políticas das mulheres negras. Lélia faz um mergulho profundo nessas questões, escancarando os sofrimentos e os racismos sofridos pelas mulheres negras, quando formula a sua proposta da construção de um feminismo afro-latino-americano que considera o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região da América do Sul e discute como as opressões de raça e de gênero se interseccionam nesses espaços. A pesquisadora Sueli Carneiro, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, a primeira organização negra e feminista independente de São Paulo[38], soma à discussão sobre gênero e raça demarcando o peso que a questão racial tem na configuração social atrelada às políticas públicas e demográficas, promovendo um olhar antirracista para o movimento feminista, ou como a própria autora

[38] Informação disponível em: https://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/

coloca, há uma proposta de "enegrecer o movimento feminista brasileiro" (CARNEIRO, 2019, p. 316).

> O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, 2019, p. 315).

As mulheres negras sul-americanas têm movimentado as estruturas sociais a partir das suas articulações, em um processo marcado por diversas lutas e reivindicações de mudanças efetivas nas estruturas sociais. Como foi dito por Guacira César de Oliveira na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras: "[Os movimentos] Não almejam a mera inversão dos papéis, mas um novo marco civilizatório" (OLIVEIRA, 2000 *apud* CARNEIRO, 2019, p. 285). Ou seja, a busca e necessidade de romper com os ciclos de opressões e violências que cercam os corpos e as vivências das mulheres, e outros grupos minoritários, e demarcar uma nova forma de conduzir a sociedade.

Como abordamos no início do tópico, o feminismo se inicia como um movimento branco e europeu, mas que não atende a pluralidade dos corpos e das vivências de distintas expressões de gênero e mulheridades, são essas propostas de movimentações estruturais que pluralizam o movimento teoricamente e politicamente. No século XXI, a defesa e a luta por essas diferentes expressões de gênero e mulheridades considera também as mulheres trans, travestis, transexuais e transgêneras, agregando aos feminismos os questionamentos à cisnormatividade e reconhecendo as diferentes expressões, performances e experiências de gênero (NASCIMENTO, 2021).

Trazemos essa demarcação para o texto, pois tanto compreendemos esta como uma luta também pertencente aos movimentos feministas, como vimos em nosso objeto de pesquisa e análise que enfatiza a sua postura interseccional com a inclusão de temáticas que impactam os grupos de pessoas trans.

Ao refletirmos sobre essas performances e experiências, é importante pontuar que as questões da sexualidade também foram um importante objeto de debate no feminismo, um exemplo disso é o intenso debate e crítica do feminismo lésbico sobre a heteronormatividade. Debates esses que circulavam nos movimentos, nas ONGs e na imprensa feminista, como no periódico *Chanacomchana*, um boletim produzido pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF 1981-1988), como abordamos anteriormente no tópico 3.3. Ou seja, essas questões estão

presentes nos movimentos e é importante considerar todos esses marcadores quando pensamos em propostas que promovem a reflexão a partir da interseccionalidade.

A partir da breve revisão apresentada é possível compreender que as categorias elencadas nos estudos sobre interseccionalidade são categorias de relações de poder interconectadas, que se intercruzam em uma intensa relação das desigualdades sociais em um mesmo corpo social. Segundo a pesquisadora Akotirene (2019, p. 24): “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem”. Para ela, o projeto feminista negro não valida a ideia de um somatório, hierarquização ou comparativos entre as opressões; em vez disso, considera a teia formativa desses corpos na estrutura social e cultural num processo que é modelado pela “interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade” (AKOTIRENE, 2019, p. 27). É uma proposta que se afasta de uma “hierarquização de sofrimentos”, entendendo-a como algo que está imbricado pelas estruturas de poder que vai atuar nas diferenças impostas à formação de determinadas identidades. A interseccionalidade ajuda a enxergar a complexidade das opressões a fim de combater as matrizes dessas desigualdades, mas reconhecendo que elas não são comparáveis ou equivalentes.

> O projeto feminista negro adota coalização e solidariedade políticas em prol dos oprimidos por classe, sexualidades ou território, dentre diferentes marcações. A interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas (AKOTIRENE, 2019, p. 56).

Como citamos anteriormente, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são figuras importantes na construção dos feminismos e se destacam na produção brasileira que também tem nomes como a professora Guacira Lopes Louro, a escritora Heloísa Buarque de Hollanda, a historiadora Debora Diniz, a jornalista Amelinha Teles, além de outras importantes pesquisadoras da área que se engajam em uma produção que conceitua e populariza o conhecimento acerca dos movimentos feministas e suas diferentes manifestações que agregam e fortalecem o movimento.

Como apontamos no capítulo 3, a relação da imprensa e do jornalismo com os movimentos feministas não é recente, há episódios de aproximação entre ambos ao longo do século XX, inclusive no processo de consolidação das ações dos movimentos no Brasil. Nesse segundo momento nos propomos a refletir sobre a interação entre o jornalismo e a interseccionalidade. O jornalismo é uma ferramenta que opera na construção e circulação de

representação de temas, grupos, identidades e sujeitos, é um espaço que pode trazer visibilidade para determinadas temáticas e grupos, como também promover invisibilização de pautas (LAGO, KAZAN e THAMANI, 2018), fazendo-se necessário refletir como transformar esse cenário. Como pontuamos anteriormente, existe um movimento crescente de pesquisas que analisam o jornalismo a partir da perspectiva de gênero. Dentro delas aparecem discussões que propõem a prática de um jornalismo interseccional, visando promover a reflexão acerca do papel do jornalismo na sociedade e de como a interseccionalidade pode ajudar a olhar para como o jornalismo tem pautado a sociedade e os entrecruzamentos das identidades dos indivíduos que a compõem (CABRAL *et al*.,2021; SANTOS, 2022).

E as pesquisas parte justamente da observação do esforço feito pelas profissionais do jornalismo em produzir e fomentar projetos de jornalismo feminista que tenham o foco em uma produção de notícias com base em uma visão interseccional. Para além do nosso objeto de análise, Revista AzMina, temos o Portal Catarinas[39], o Nós Mulheres da Periferia[40], que não possui tal definição na sua descrição, mas ao observar os conteúdos publicados é possível verificar esse olhar interseccional, a organização Think Olga[41] e a Gênero e Número[42], são exemplos de iniciativas e práticas de jornalismo feminista que apresentam propostas que contribuem com as reflexões a respeito das estruturas do nosso jornalismo, como temos abordado ao longo dos nossos capítulos.

Olhar as práticas jornalísticas por meio de uma perspectiva interseccional é repensar a forma como as representações são construídas. As noções de gênero, classe, raça e território[43] devem ser ativadas no cerne do jornalismo, em um movimento de compreender como os mecanismos de opressão que se intercruzam nesses marcadores operam na sociedade e debater como o jornalismo tem participado da manutenção do *status quo* dessas opressões. Compreender esses mecanismos é crucial para que o jornalismo tenha ferramentas capazes de romper com um ciclo que reforça estereótipos e possa "reelaborar formas de dizer e ver" (MORAES, 2022, p. 162), enxergando além do que está posto, ampliando as discussões e as pautas, aprofundando e tensionando as contradições da nossa sociedade, dando voz aos "outros" e cumprindo com o seu papel de transformador social.

[39] https://catarinas.info/
[40] https://nosmulheresdaperiferia.com.br/
[41] https://thinkolga.com/
[42] https://www.generonumero.media/
[43] É possível observar que mais recentemente a noção de território vem sendo introduzida nos debates feministas, em especial, com os estudos feministas sobre atuação das mulheres indígenas e das mulheres quilombolas.

A Revista AzMina deixa claro o seu projeto de jornalismo feminista interseccional em pelo menos dois documentos: o editoria publicado em outubro de 2021[44] e na página do "Quem Somos", na qual explicita os seus princípios e linha editorial: "A Revista AzMina é um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero. Mas **não tratamos mulher como uma categoria universal e consideramos sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero** [...]" (QUEM SOMOS…, 2023 – grifo nosso). Nos dois documentos essas afirmativas são reiteradas, inclusive na missão, visão e valores da revista, que se compromete a trazer para o debate público os relatos jornalísticos com base em uma perspectiva interseccional, que vai ler os fatos e narrar as histórias considerando as questões de raças, classes, etnia, ideologias, orientações sexuais e gêneros (QUEM SOMOS…, 2023). Como a análise apresentada adiante evidenciará, a cobertura das pautas é feita considerando os processos sociais e culturais que se entrelaçam, postura que as lideranças da Revista e as jornalistas da equipe evidenciam em suas narrativas.

Ao propor a prática de um jornalismo com visão interseccional é necessário ter uma equipe que representa essa pluralidade e possua tal perspectiva, como mostramos anteriormente. Ter essa diversidade permite que a proposta de interseccionalidade da revista se consolide, pois a partir disso é possível construir discursos que partem de uma "[...] visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres, por isso, trazemos para o debate público vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros" (QUEM SOMOS…, 2023). Entendemos que a interseccionalidade funciona como um balizador e uma ferramenta pela qual a revista trabalha para abordar diferentes assuntos dentro das categorias temáticas propostas, levando esse olhar para um movimento de amplitude e aprofundamento.

Entretanto, assim como fizemos com os postulados e as práticas jornalísticas, nos cabe questionar: Como a interseccionalidade proposta pela revista se desenvolve em seus conteúdos? No tópico a seguir buscamos identificar, a partir da análise empírica, o repertório temático da revista, observando como a proposta de jornalismo feminista interseccional aparece e se concretiza na escolha dos temas e pautas, seleção das fontes e abordagens adotadas na elaboração das reportagens.

[44] Disponível em: https://azmina.com.br/colunas/nosso-feminismo-nao-e-so-para-mulheres/

4.1.2 Abordagem Tecnológica

Por ser um veículo nativo digital, a Revista AzMina possui uma forte relação com o uso de tecnologias, que para elas são estruturantes de todas as suas atividades, como é possível observar na Figura 12, e se destaca como uma das suas principais frentes de atuação e projetos dentro do Instituto AzMina. Como o Quem Somos destaca, a equipe da Revista utiliza tecnologias digitais, de automação e inteligência artificial tanto como ferramentas do trabalho jornalístico (levantamento, sistematização e análise de dados, por exemplo), quanto como ferramentas de engajamento do público nas causas feministas, por meio das chamadas mídias sociais e dos projetos viabilizados por plataformas e aplicativos próprios, como PenhaS, Mapa das delegacias, Elas no Congresso, MonitorA e Assistente virtual Penha (Robô no Twitter).

A comunicação e as tecnologias digitais têm sido fundamentais para a expansão e diversificação dos movimentos feministas, pois é por meio delas que é possível se organizar, expor e mobilizar as pessoas que se identificam na busca de defender seus interesses (PERUZZO, 2013). Dentro desse contexto, o ambiente digital tornou-se um ponto de convergência desses movimentos, que encontram mais espaço e estrutura para realizar a comunicação de forma ampla e com maior alcance. Dessa maneira, há a possibilidade de não depender unicamente dos meios convencionais (televisão, rádio e impressos) para dar voz às suas pautas, alcançando, assim, a capacidade de produzir e divulgar seus conteúdos, causas e informações sem depender das instituições comerciais da "grande mídia".

> Essa tendência de empoderamento dos canais de comunicação faz parte da história das organizações e movimentos sociais porque a necessidade de comunicar é parte constitutiva da dinâmica social. [...] agregam-se formas e canais comunicativos como parte dos processos de consciência, organização e ação para fortalecer laços internos, tornar pública sua situação, defender seus interesses e dar visibilidade às suas reivindicações e conquistas (PERUZZO, 2018, p. 47).

Considerando que a agenda feminista da AzMina acompanha as transformações dos movimentos que a inspiram, as evoluções tecnológicas ligadas à comunicação também interferem no modo de atuação do movimento, sendo esta, inclusive, o marcador do que se tem entendido como a quarta onda do feminismo no Brasil. Nessa fase, tem sido intensa a utilização das tecnologias digitais e das redes sociais digitais (Facebook, Twitter, Instagram e mais recentemente o TikTok) e os recursos ofertados por essas plataformas, exercendo um ativismo digital que amplifica o debate, no sentido de dar voz a mais pessoas, e implica em uma mudança na forma de se mobilizar, pois a partir desses recursos há uma ampliação do alcance com maior rapidez e eficiência (RIBEIRO, NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2021; PEREZ e RICOLDI, 2019). Além disso, a quarta onda também apresenta maior horizontalidade e autonomia do

movimento em relação a instituições e/ou partidos políticos (PEREZ e RICOLDI, 2019). Relação essa que passou por fases de proximidade de distanciamento entre ONGs feministas, Instituições e Estado, até mesmo em âmbito internacional[45].

Neste tópico, é importante frisar que, como aponta Matos (2014), para além dessa proximidade e apropriação dos recursos tecnológicos digitais de comunicação, durante os últimos anos tivemos uma horizontalização de mobilizações que vão contemplar diferentes pautas em "múltiplos espaços sociais e culturais", como uma transversalização dos campos, atuando a partir de diferentes forças em uma grande rede de atuações que vai incluir a demanda por direitos humanos e justiça social, a luta pelo fim da violência de gênero, emancipação das mulheres, pelas demandas vinculadas às questões de raça, classe e localidade. Podemos pensar, então, que estamos vivendo um período de aprofundamento da interseccionalidade no movimento feminista.

A influência da tecnologia na mobilização dos movimentos sociais não é recente, mas um destaque para esse uso aconteceu em 2013, nas denominadas "Jornadas de Junho" no Brasil. Essas mobilizações começaram na cidade de São Paulo e em pouco tempo foram replicadas por todo País. Essas jornadas se fazem um marco, pois toda a organização foi feita por meio de eventos organizados na plataforma do Facebook por páginas de representantes de coletivos e grupos sociais e se tornaram mobilizações efetivas nas ruas, evidenciando a potência das organizações em rede.

Pouco tempo após essa leva de protestos mais acentuada que mostrou, com veemência, a potencialidade das redes, começamos a ver uma efervescência e a criação de diversos portais de comunicação e jornalismo independentes, entre eles os projetos com proposta feminista: Gênero e Número, 2016; AzMina, 2015; Portal Catarinas, 2015; Nós mulheres da periferia, 2014; Capitolina Revista, 2014; Think Olga, 2013, entre outras iniciativas com propósito de produzir informações com perspectiva de gênero. Nesses casos específicos, temos a união de outro campo à tecnologia da qual o movimento feminista se apropria: o jornalismo. Essa proximidade ocorre com o objetivo de destrinchar fatos e disseminar informações com uma perspectiva engajada e humanizada, com o foco na transformação por meio do acesso a narrativas que serão posicionadas de modo a subverter premissas hegemônicas.

O jornalismo sempre esteve imbricado com as tecnologias de comunicação (impresso, rádio, televisão) e foi se adaptando a elas ao longo do tempo, criando novas linguagens e aplicações. Entretanto as modificações na forma de produzir e consumir informação propostas

[45]Ver: MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político, 2014.

pelos aparatos tecnológicos trazem complexidade e novas possibilidades para a produção jornalística e a disseminação da informação, que encontra um ambiente muito mais volátil, amplo e participativo onde trabalhar. O uso das tecnologias estrutura processos, produtos e relação sociais, como aponta Franciscato (2014). Com o crescente uso de ferramentas tecnológicas e digitais para coleta e armazenamento de dados, formação de redes, interligação entre grupos, comunicação, automação, velocidade de circulação etc., essas características do digital se tornam estruturantes para o jornalismo, na forma de apuração, processamento, consumo e compartilhamento das informações (Ibid.).

Dentro das possibilidades despertadas pelo digital, um dos recursos crescentemente utilizados em veículos nesse ambiente é o jornalismo guiado por dados, ou jornalismo de dados, inclusive sendo fortemente utilizado por veículos que praticam jornalismo engajado, como é o caso da Revista AzMina. Após a disseminação e popularização dos computadores e do acesso à internet a partir dos anos 2000 nas redações de jornalismo, a coleta de dados públicos[46] e o seu uso nos processos de apuração passou a ser uma das bases para a produção jornalística. Essa produção está atrelada ao uso de tecnologias de *softwares* para realização de coleta, organização e exposição das informações produzidas a partir desses dados (GEHRKE, 2017).

Segundo Marília Gehrke, esse modelo de jornalismo encontra-se ligado à objetividade como também à ciência, devido às ideias de aplicação de métodos precisos que buscam trazer informações concretas e objetivas sobre determinada questão, em parte dos casos acompanhados de informações numéricas. Como vimos anteriormente, essas ferramentas de dados podem ser lidas como uma estratégia utilizada pelos veículos alternativos que produzem jornalismo engajado a partir das quais é possível fazer uma leitura crítica das informações obtidas, trazendo contrapontos e explicando a metodologia aplicada.

O jornalismo de dados se apresenta como uma ferramenta que hoje é estruturante do jornalismo praticado pela Revista AzMina, como podemos ver nos projetos "Elas no Congresso" e "MonitorA", que utilizam dados públicos para produção de reportagens sobre o legislativo, tramitação no congresso, direito das mulheres, violência política e assuntos referentes aos processos políticos, como as eleições. Além de utilizar tecnologia de dados para formação de um rastreamento dos assuntos que estão sendo consumidos pela comunidade da revista com o Amplifica. Assim como o PenhaS, aplicativo de informação, espaço de escuta e suporte para mulheres vítimas de violência, uma das primeiras e mais expoentes ações da AzMina com tecnologia, que não é necessariamente jornalismo de dados, mas utiliza dados

[46] Facilitada pela Lei de acesso a dados públicos Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

tanto no seu desenvolvimento, quanto na sua função informativa para as mulheres que utilizam o aplicativo que conta também com o Mapa das delegacias, outra ferramenta de apoio para mulheres vítimas de violência. Além de fazer o uso das plataformas de redes sociais digitais para levar o jornalismo feminista para mais pessoas, como apresentamos anteriormente no início do capítulo 4. Pontuamos isto para que se tenha uma noção da amplitude e da proximidade da Revista AzMina com a tecnologia em suas ações.

Nos últimos anos, principalmente em 2022, foi possível notar uma melhor estruturação na apropriação dos canais e redes sociais digitais da Revista AzMina. Nas redes sociais, por exemplo, a Azmina tem produzido materiais informativos de fácil acesso e compreensão, como também conteúdos interativos. Nesse ano, a AzMina também concretizou colaborações com diversas páginas de grande alcance no Instagram, como também agora está presente no TikTok, uma rede social que suporta exclusivamente vídeos curtos que ficou conhecida como a "rede das dancinhas", por ter conteúdos que viralizam rapidamente. Segundo o relatório de atividades de 2022[47], a Revista AzMina já alcançou mais de 600 mil visualizações em cinco meses presentes na plataforma.

Já no jornalismo audiovisual, que usa como suporte a plataforma de vídeos YouTube, a AzMina tem feito um grande investimento em conteúdos fixos com periodicidade definida. "Exausta com tesão", "AzMina dá a letra" e "Gênero em tudo", são três quadros/programas nos quais a revista investiu no último ano, sendo esses dois últimos permanentes, até o momento, e com novos episódios frequentes, funcionando sozinhos ou sendo complementares a reportagens publicadas no site da Revista. Isso nos mostra um movimento da equipe de ocupar essas plataformas externas a favor dos seus propósitos, visando dar visibilidade para os seus conteúdos e, principalmente, para o jornalismo praticado por elas.

Outra característica que nos chamou atenção na relação da Revista com as tecnologias é a manutenção da horizontalidade e cooperação proposta pelo jornalismo feminista e engajado, que visa à transformação social acima do lucro, com já debatemos anteriormente, ao disponibilizar os códigos dos seus projetos tecnológicos para que possam ser replicados:

> É uma prática e política d'AzMina desenvolver projetos de tecnologia com código aberto e documentado, para que eles possam ser usados e replicados por outras organizações. A Penha é uma experiência compartilhável, com código aberto disponível no GitHub[48] do Instituto AzMina (PENHA, 2023, *online*).

[47] Disponível em: https://azmina.com.br/wp-content/uploads/2023/01/AzMina-Relatorio-de-Atividades-2022-PT_site.pdf Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

[48]De acordo com a Wikipédia: "GitHub é uma plataforma de hospedagem de código-fonte e arquivos com controle de versão usando o Git. Ele permite que programadores, utilitários ou qualquer usuário cadastrado na plataforma contribuam em projetos privados e/ou Open Source de qualquer lugar do mundo."

Ou quando elas utilizam as possibilidades das ferramentas das redes sociais digitais para potencializar suas ações em conjunto com outros veículos. Em 2022 a AzMina colaborou em postagens com páginas de grande alcance e engajamento no Instagram, como *Obvious*, Mídia Ninja, Quebrando Tabu, Planeta Ella e Melted Vídeos, com o objetivo de "furar a bolha" e fazer as informações da Revista chegarem ao público dessas outras mídias. Segundo o relatório de atividades, a postagem com o Melted (@meltedvideos), uma página de memes de humor (Figura 13), alcançou mais de 700 mil pessoas, mostrando a potencialidade das colaborações nesses espaços.

Figura 13 – Postagem colaborativa da Revista AzMina e Melted Vídeos no Instagram.

Fonte: Captura de tela do Instagram (https://www.instagram.com/p/CkRNbZmPrHR/?next=%2F). Acesso em: 6 fev. 2023.

Além disso, a campanha #IssoTemNome, que produziu conteúdo de denúncia de como a violência política de gênero afasta mulheres desses espaços, a AzMina colaborou com veículos que tem foco em política: Politize!, Vamos Juntas, Meu Voto Será Feminista, A Tenda, Instituto Update e Impulsa, divulgando os dados coletados para mais um público e ampliando o debate. Isso reforça o movimento de apropriação e do uso de expertises para entender o funcionamento dessas plataformas, as dinâmicas sociais estabelecidas nesses espaços e se utilizar isso para conseguir construir uma rede/comunidade consolidada dentro dessas plataformas digitais e assim alcançar ainda mais pessoas e causar um impacto positivo.

Podemos observar como a tecnologia digital é, de fato, estruturante no trabalho executado pela Revista AzMina e como o seu uso está presente em diversos pontos do todo que

compõem o projeto, seja como suporte (site, servidores e redes), fonte de dados, divulgação, consumo ou como ferramentas acesso à informação e de combate direto a violência de gênero.

4.2 Escolhas metodológicas

> *Se alguém quer saber a distribuição de cores num jardim de flores, deve primeiramente identificar o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2008, p. 24).*

Como pontuado durante os capítulos anteriores, a presente pesquisa é caracterizada como um estudo de caso da Revista AzMina, com o intento de explorar a parte estritamente jornalística do portal, de acesso por meio do endereço principal: azmina.com.br[49]. A nossa escolha pelo estudo de caso se dá por ser um método que permite investigar um fenômeno com base em uma situação ou acontecimento específico. A análise é realizada de forma intensiva sobre um objeto que apresente peculiaridades e forneça dados sociais que auxiliem na compreensão dos eventos. O uso dessa metodologia permite explorar um caso dentro de um universo de acontecimentos, porém sem a pretensão de contemplar todo esse universo, e sim de observá-lo a partir de um ponto específico e torná-lo ilustrativo para a compreensão dos eventos (DUARTE, 2005).

A escolha do objeto de investigação foi feita a partir da observação do modo como os princípios editoriais e os procedimentos jornalísticos são descritos no editorial de apresentação da Revista, nomeado de "Quem somos", que pode ser lido como um "manual de redação" do veículo, já que detalha as regras de produção e orientações éticas aplicadas coletivamente pelas jornalistas que nele atuam, sejam integrantes da equipe fixa ou colaboradoras externas com contribuições eventuais.

Seguindo a proposta de Bauer, Gaskell e Allum (2008) de "campo de ação" e de "observação sistemática", definimos a Revista AzMina como "campo de ação" de jornalistas feministas e "campo de observação sistemática" desta pesquisa de mestrado, buscando "[...] estudar o campo de ação e perguntar que acontecimentos estão no campo [de observação] do objeto de estudo" (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2008, p. 18). Nesse processo, propomos observar, a partir da perspectiva crítica, a relação entre o que as profissionais se propõem a fazer a partir do projeto da Revista e o que é apresentado nos produtos finais, buscando

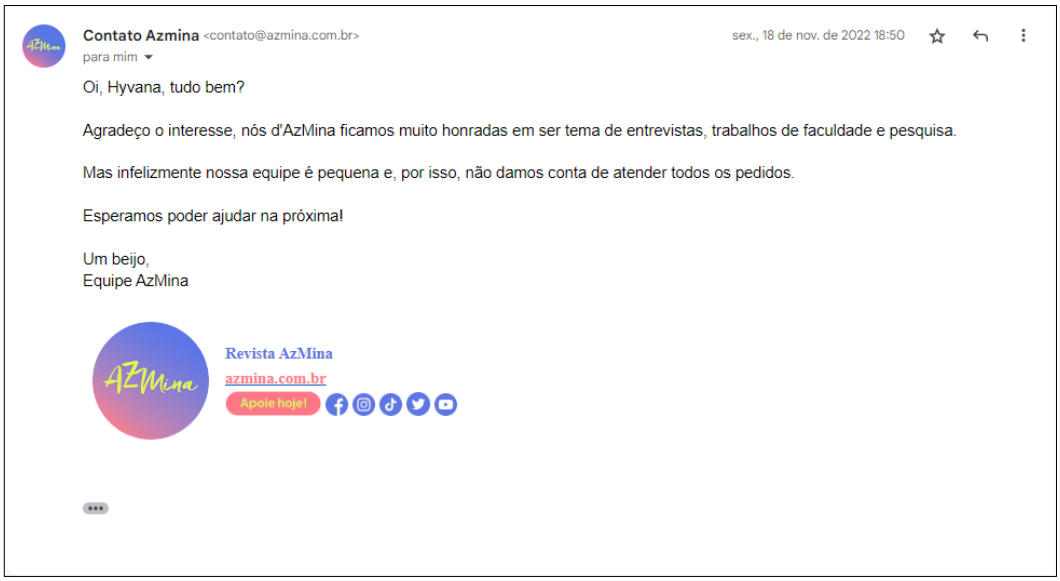
[49] Disponível em: https://azmina.com.br/

interpretar os “vestígios materiais que foram deixados pelos atores” (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2008, p.19) em sua ação no campo, que neste caso são as ações das jornalistas que apuram, escrevem, analisam, explicam, entrevistam, roteirizam e apresentam (áudio e vídeo) os conteúdos da Revista AzMina. Assim, fomos em busca de compreender como o jornalismo feminista da AzMina valida-se nessa equação como uma prática profissional especializada que, como tal, segue os princípios e técnicas fundamentais e as boas práticas do jornalismo, diferenciando-se nos processos de seleção de pautas e fontes comprometidas com o feminismo interseccional, o que também atribui características próprias à abordagem da Revista, desde as escolhas editorias até os formatos de narrativa e a linguagem (repertório vocabular) utilizada.

Os procedimentos inicialmente adotados para a pesquisa foram a análise temática dos conteúdos de uma amostra de reportagens veiculadas na Revista e uma análise de trajetória da equipe a partir de entrevistas em profundidade com viés etnográfico. Tais procedimentos foram escolhidos por visarem tanto a exploração das vivências e argumentos das entrevistadas quanto o aprofundamento das questões trabalhadas (DUARTE, 2005). Entretanto, o processo de pesquisa está em frequente movimento e depende também de fatores externos que estão fora do nosso controle, como no caso das entrevistas.

A nossa proposta inicial seria a realização de entrevistas com a diretoria da Revista AzMina atuante em 2022 e com uma das gerentes de jornalismo. Porém, ao entrar em contato com a Revista por e-mail, apresentando o projeto e solicitando a contribuição da equipe por meio das entrevistas, a serem posteriormente agendadas, recebemos a resposta de que essa contribuição não seria possível naquele momento, com a seguinte justificativa (Figura 14): “Agradeço o interesse, nós d'AzMina ficamos muito honradas em ser tema de entrevistas, trabalhos de faculdade e pesquisa. Mas infelizmente nossa equipe é pequena e, por isso, não damos conta de atender todos os pedidos. Esperamos poder ajudar na próxima!” (EQUIPE AZMINA, 2022).

Figura 14 – E-mail da Revista AzMina.



Fonte: Captura de tela de e-mail enviado pela revista AzMina.

Posteriormente, entramos em contato individualmente, por e-mail e mensagem em redes sociais digitais, com as jornalistas cujos depoimentos considerávamos relevantes para a pesquisa, mas até o fechamento da coleta empírica não obtivemos respostas. Entendemos que imprevistos como esse podem ocorrer dentro do processo, obrigando a novos direcionamentos no percurso. Dessa forma, mantivemos a técnica de análise temática junto à análise de conteúdo, que foram feitas a partir do material das reportagens selecionadas e balizadas com informações disponíveis no "Quem Somos" da revista, que também pode ser identificado como "princípios editoriais". Um estudo comparativo desse documento com dois outros equivalentes dos jornais O Globo e Folha de São Paulo[50] permitiu detectar a consistência das informações ali contidas, em termos do seu posicionamento a interesses e linha editorial (como fazem os dois diários da chamada "grande imprensa"), para dar suporte à análise planejada. Assim, foi observando e absorvendo os escritos da Revista que fomos buscar as respostas ao problema de pesquisa que formulamos, pois...

> [...] assim como as pessoas expressam seus pontos de vista falando, elas também escrevem – para fazer relatos, [...], para estabelecer normas e regras, e para discutir sobre temas controvertidos. Deste modo, os textos, do mesmo modo que as falas, referem-se aos pensamentos, sentimentos, memórias, planos e discussões das pessoas, e algumas vezes nos dizem mais do que os seus autores imaginam (BAUER, 2008, p. 189).

O material de análise da pesquisa foi coletado em um recorte temporal de seis meses, entre junho e novembro de 2022, em todas as páginas enquadradas pela própria revista sob a

[50] Ver: AGUIAR e RODRIGUES, 2022.

etiqueta (*tag*) "reportagens", o que resultou em 54 (cinquenta e quatro) materiais produzidos em diferentes formatos (texto, vídeo, áudio) e publicados em diferentes editorias, como explicaremos mais à frente durante na descrição dos processos. Logo, é preciso destacar que este é um *corpus* robusto, não pela quantidade de materiais, mas pelas características das reportagens coletadas, os diferentes formatos e tipos de narrativas utilizadas. Com isso, frisamos que o *corpus* não é constituído de uma amostragem estatística, mas sim de uma amostra qualitativamente representativa dos conteúdos jornalísticos da Revista, seguindo a concepção de Bauer e Bas Aartes (2008, p. 22): "Os dados formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social". No caso, o grupo social é formado pelas jornalistas da Revista AzMina e a realidade social representada é feminismo interseccional; o nosso caminho consistiu, então, em - através dos dados extraídos do *corpus* - indicar se, e como, essas jornalistas aplicam os princípios e técnicas reconhecidos "universalmente" como jornalísticos para representar essa realidade.

A análise de dados foi realizada e descrita por meio de um conjunto de procedimentos propostos pelo método da análise de conteúdo em seus aspectos temáticos (com a análise temática) e contingencial (que preza por uma estrutura de classificação e análise). A abordagem da análise de conteúdo proposta por Bauer (2008) observa os tipos, qualidades e distribuição no texto antes de focar em alguma quantificação, pois são essas qualidades que tornam possível definir categorias às quais o texto será submetido e observar com qual frequência determinadas características aparecem, compondo assim o "cenário" da análise sistemática do material.

Como afirma Lopes (2003), esta é uma fase de construção e reconstrução da pesquisa que se dá em etapas com o objetivo de articular, descrever e interpretar os processos e as informações obtidas, assim como estabelecer um diálogo entre o quadro teórico e o empírico. Neste caso, nos guiamos pelas etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2016), que são: pré-análise; exploração do material coletado; coleta e organização dos dados para investigação; tratamento dos resultados obtidos, inferência e interpretação. Cada etapa faz parte do profundo mergulho nas informações, prezando pela aplicação correta das técnicas, a clareza na apresentação dos dados e transparência em cada passo da análise.

No caso desta pesquisa, a pré-análise do material coletado consistiu em uma leitura geral dos documentos do *corpus* para organização das ideias. Foi o momento de escolha dos componentes da análise a partir dos critérios de seleção que tratam da exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência desses dados (BARDIN, 2016), que foram avaliados, selecionados e organizados seguindo esses critérios. A partir disso, elaboramos os indicadores, que são: enquadramentos editoriais e temáticas das reportagens; fontes e

personagens das narrativas; procedimentos jornalísticos (elencados no manual da Revista) e *expertises*[51] das jornalistas que assinam as matérias da amostra.

Nessa fase foi feito o recorte das unidades de registro, classificação das categorias e codificação, para que fosse possível atingir "uma representação do conteúdo, ou da sua expressão" (BARDIN, 2012, p.133). Fazer essa 'tabulação' para verificar frequência temática, perfil das fontes e das jornalistas, assim como observar as práticas de forma norteadora, abriu caminho para a fase da análise interpretativa de todas as informações coletadas. Cada etapa de coleta, leitura, descrição e análise dos dados fez parte da observação das informações, em um esforço de aplicação correta das técnicas, clareza e transparência na apresentação dos dados.

Durante a imersão no objeto empírico para a coleta dos dados foi possível perceber, primeiramente, que o conteúdo jornalístico da Revista AzMina é organizado em nove editorias: Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade. Posteriormente, percebemos que a barra de navegação dava destaque a quatro rubricas permanentemente visíveis – Política; Violência; Saúde; Feminismos – enquanto as demais ficavam ocultas sob um menu suspenso nomeado de "Mais" (ver Figura 15)[52]. Para a configuração do *corpus* desta pesquisa foram consideradas as reportagens veiculadas nas quatro editorias de destaque mais as de Comportamento e Cultura, por serem as seis editorias que mais receberam atualizações no período analisado.

Figura 15 – Barra de navegação das editorias da Revista AzMina.

Fonte: Barra de navegação capturada em 14/03/2021 (https://azmina.com.br/).

[51] Aqui entendidas como um conjunto de habilidades e especializações adquiridas tanto na prática profissional quanto em processos de capacitação formal (de cursos de curta duração a pós-graduação).

[52] Três outras rubricas constantes da mesma barra de navegação foram desconsideradas por extrapolarem a produção jornalística: Opinião, com textos de colunistas e integrantes da equipe; Divã d'azmina, espaço dedicado a relatos pessoais das leitoras; e Webstories, que utiliza a linguagem e recursos gráficos das mídias sociais em narrativas de caráter persuasivo.

Vale destacar que duas das nove editorias d'AzMina destoam das demais, no sentido de não serem usuais nos veículos jornalísticos empresariais (como o são Política, Saúde, Comportamento, Cultura, Esporte e Dinheiro – este como metáfora de economia). Mesmo que a palavra "Violência" seja costumeiramente utilizada para enquadrar certas coberturas de cunho policial, no caso da AzMina ela sintetiza matérias que abordam a "violência contra a mulher" e a violência de gênero em geral. E até "saúde" tem tratamento diferenciado na Revista, sendo utilizada para enquadrar a relação entre "saúde e sexo". Já a editoria "Feminismos" é o ponto fora da curva em relação ao jornalismo "tradicional", pois possui grande relevância dentro do eixo temático central do jornalismo feminista aqui analisado. Assim, mesmo quando utiliza enquadramentos aparentemente naturalizados no jornalismo *mainstream*, o jornalismo especializado e engajado da AzMina os subverte com outras temáticas.

4.2.1 Procedimentos de coleta e categorização de dados

A coleta das reportagens ocorreu dentro do período de junho a novembro de 2022, exclusivamente nas seis editorias pré-selecionadas. A definição do recorte temporal buscou evitar "contaminação" de dois períodos de cobertura temática concentrada, que atravessaram o curso de Mestrado: a pandemia de Covid-19 e a campanha eleitoral de 2022 para cargos do Executivo e Legislativo federal e estaduais. No segundo caso, a coincidência foi inevitável, mas a temporalidade estabelecida permitiu coletar material antes, durante e pós-período eleitoral. Entre 7 de junho de 2022 e 30 de novembro de 2022, foram coletadas 54 (cinquenta e quatro) materiais categorizados pela Revista como "reportagens"[53], produzidas em diferentes formatos (texto, vídeo, áudio). Em relação à frequência de publicações, observamos que não há um fluxo regular no site oficial da Revista. No período analisado, houve um mínimo de 6 (seis) e máximo de 13 (treze) reportagens publicadas por mês, considerando os meses de julho e setembro, respectivamente, como marcadores dessas duas pontas.

Note-se que várias matérias recebem múltiplos enquadramentos com "tags" acima dos seus títulos principais, sendo que a primeira palavra sempre corresponde à editoria em que a reportagem foi arquivada e as demais, a etiquetas de remissão a temáticas correlatas ou complementares (Figura 16). As editorias "Política" e "Feminismos" aparecem como os dois enquadramentos editoriais mais importantes, com 23 e 21 materiais respectivamente, de forma isolada ou combinada com outras editoriais (Tabela 2).

[53] Endereço raiz: https://azmina.com.br/reportagens/

Figura 16 – Enquadramentos das matérias em editorias e *tags* correlatas (acima dos títulos).

Foto: Captura de tela da Revista AzMina (https://azmina.com.br/reportagens/).

A rubrica "Política" aparece sozinha em 13 materiais coletados e combinada com outras rubricas[54] em dez, da seguinte forma: Política e Violência (6); Política, Saúde e Feminismos (2); Feminismos e Política (1); Feminismos, Política e Cultura (1). A rubrica "Feminismos" aparece sozinha em seis materiais coletados e combinada com outras rubricas em 15, da seguinte forma: Política, Saúde e Feminismos (2); Saúde e Feminismos (8); Feminismos e Comportamento (1); Feminismos e Política (1); Feminismos, Comportamento e Cultura (1); Feminismos, Política e Cultura (1); Feminismos e Cultura (1). Essa quantificação considera a sobreposição de enquadramentos que aparece na maior parte dos materiais.

Tabela 2 – Enquadramentos editoriais da Revista AzMina.

Editorias	**Quantidade de classificações**
Política	13
Violência	3
Saúde	9
Feminismos	6
Comportamento	1
Cultura	0

[54] A ordem em que as rubricas aparecem não foi considerada, apenas a sua presença como marcador da editoria na qual a reportagem está hospedada.

Política e Violência	6
Política, Saúde e Feminismos	2
Saúde e Comportamento	1
Saúde e Feminismos	8
Feminismos e Comportamento	1
Feminismos e Política	1
Feminismos, Comportamento e Cultura	1
Feminismos, Política e Cultura	1
Feminismos e Cultura	1

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Revista AzMina (de junho a novembro de 2022).

Com essa observação é possível definir que a forma de organização dos conteúdos da Revista AzMina é um reflexo, por um lado, da sua natividade digital e do seu uso intensivo de tecnologias no seu *modus operandi*, com o uso de "tagueamento" como recurso de múltiplos enquadramentos, o que não é possível em meios impressos. Por outro lado, essa multiplicidade é fruto também de uma visão não estanque das questões feministas, que permite múltiplas leituras do mesmo fenômeno, acontecimento ou problema.

Entretanto, mesmo com essa possibilidade de multiplicidade, a Revista adota uma "hierarquização" dos seus conteúdos, por meio das diferentes formas de identificar, separar, rubricar e inter-relacionar suas produções. Inicialmente, detectamos que todos os materiais coletados estão armazenados pela Revista sob a rubrica "reportagem", como pontuamos anteriormente. Porém, ao abrir qualquer uma das reportagens, encontramos alguns "botões" acima do título, que vão conter "arquivo", um indicador do enquadramento da reportagem em editorias e uma classificação da função do conteúdo (análise, explicador, entrevista e notícias), como veremos abaixo.

Figura 17 – Botão Indicador.

Fonte: Captura de tela de reportagem da Revista AzMina (https://azmina.com.br/reportagens/a-historia-da-laqueadura-no-brasil/).

Utilizamos o termo "botão indicador" (Figura 17) para evitar confusão com o termo "editorias", consolidado no jornalismo impresso, que possui uma conotação mais estática de enquadramento. No caso d'AzMina, tal botão indica uma dominância do enquadramento temático em relação a outros possíveis para a mesma matéria, que podem ser atribuídos por meio de *tags* complementares. Ao clicar no botão, a leitora é direcionada para reportagens que possuem o mesmo indicador, porém, a ação também pode levar a matérias com as *tags* correspondentes, por conta dos múltiplos enquadramentos. Contudo, não foi possível ter acesso direto ao modo como essas *tags* são atribuídas no site, nem aos critérios da sua atribuição[55].

Para fins metodológicos, em vez de considerar as classificações das editorias, vamos considerar o mecanismo de categorização dos botões que elegem a predominância de enquadramento da reportagem. Isso se dá por dois motivos: as matérias são classificadas em mais de uma editoria, enquanto o botão apresenta apenas um enquadramento editorial, o que é mais preciso para a análise de conteúdo (Tabela 3). Além disso, entendemos que é o enquadramento do botão que domina, sendo um referencial predominante tanto para quem acessa a reportagem navegando no site da Revista AzMina, quanto para quem o acessa por meio de links externos.

Tabela 3 – Frequência do uso dos botões indicadores.

Botões Indicadores	Frequência
Política	19
Feminismos	17
Saúde e sexo	9
Comportamento	4
Violência contra a mulher	3
Cultura	2

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Revista AzMina (junho-novembro, 2022).

[55] Esta é uma das questões que poderiam ter sido dirimidas por meio de entrevistas.

Uma outra categoria de “botão” utilizada pela AzMina no topo das reportagens diz respeito tanto à função informativa da reportagem (análise, explicador) quanto a dois gêneros narrativos consolidados no jornalismo, entrevista e notícias. Ao posicionar o controle de navegação (*mouse*) sobre o botão, encontramos uma breve explicação do sentido atribuído a cada termo pela revista. A “Análise” (Figura 18) indica que o conteúdo, além da contextualização com base em dados e evidências contemporâneas e/ou históricas, “incorpora a experiência do (*sic*) jornalista e pode oferecer interpretações e conclusões”. O “Explicador” é encontrado em reportagens que têm o propósito de explicar determinada temática, apresentando contextos, destrinchando assuntos e explicando termos específicos de forma didática.

Figura 18 – Etiqueta “análise” especificando a abordagem do conteúdo.

Fonte: Captura de tela de reportagem da Revista AzMina (https://azmina.com.br/reportagens/como-autoridades-potencializam-ataques-misoginos-e-racistas-contra-jornalistas-nas-redes/).

O “botão” “Entrevista” é utilizado em reportagens em que predomina a narrativa dialógica, seja em vídeo ou texto transcrito. Essa entrevista pode ser unilateral (a maioria), em que apenas as respostas da entrevistada aparecem dentro do texto ou roteiro; ou dialógica, conhecida também como *ping-pong*, onde se estabelece uma conversa e a espectadora tem acesso às perguntas da jornalista e as respostas da entrevistada. Em “Notícia”, as jornalistas sinalizam um conteúdo baseado em fatos verificados em primeira mão e/ou por fontes conhecedoras da temática, trazendo diferentes pontos de vista sobre o fato, mediante o alerta: “As notícias não incorporam a opinião do autor”.

Podemos perceber que as categorias contidas nesses botões secundários da AzMina apresentam algumas inconsistências, pois além de serem excludentes, cada reportagem só vai comportar uma dessas especificações, e algumas definições acabam sendo restritivas e confusas. A categorização de reportagens como notícias por conterem informações verificadas,

por exemplo, leva ao seguinte questionamento: todos os conteúdos jornalísticos não são verificados com consulta direta às fontes? Além disso, o uso de "notícias" acaba nos levando a pensar sobre abordagens factuais que correspondem a instantaneidade na internet e focam em informar o fato de forma objetiva, como aliás definem os compêndios jornalísticos sobre esse gênero narrativo. Contudo, a própria Revista se autodefine como uma vertente jornalística que trabalha com reportagens mais amplas, como fica claro em seu posicionamento editorial: "[...] priorizamos o jornalismo aprofundado, crítico e investigativo em detrimento de cobrir o *hard news* – ou seja, as notícias "quentes", de última hora, que apenas registram o que ainda está acontecendo ou o que acabou de acontecer." (QUEM SOMOS, 2023, *online*)[56].

4.2.2 Formatos narrativos: do textual ao transmídia

Além dessas questões de enquadramento editorial das reportagens, percebemos que há diferenças importantes de formatos narrativos utilizados, que se apresentam em quatro tipos diferentes: texto, vídeo, áudio e infografia – este último comumente atrelado aos textos e utilizado para ilustrar informações numéricas em vídeos. Como apontamos no tópico sobre jornalismo especializado, essa é uma característica dessa prática jornalista que se utiliza de diferentes formatos para tornar os conteúdos mais acessíveis, visuais e dinâmicos, por muitas vezes contemplando informações que vão além do texto e utilizando-se do "saber de narração" (TRAQUINA, 2005) para compilar as informações e reuni-las no formato de narrativa adequado. No caso da Revista AzMina, esse uso apresenta um caráter inovador na sua prática jornalística que se dá, justamente, por ser um veículo nativo digital que explora os recursos que esse espaço dinâmico oferece, de forma múltipla, tanto pela comunicação em rede e o jornalismo de dados, quanto pela adoção de um duplo viés de comunicação formal e informal – audiovisual, sonoro e textual, ainda predominante no jornalismo, mesmo em se tratando de veículos nativos digitais.

A comunicação informal é uma modalidade de expressão que "[...] possui algumas poucas regras explícitas: as pessoas podem falar, desenhar ou cantar do modo que queiram [...]" (BAUER, GASKELL e ALLUM, 2008, p. 21), e aparece na Revista AzMina principalmente em vídeos, como podemos ver no quadro "Exausta e com Tesão", que utiliza um vocabulário "sexualizado" normalmente interditado no jornalismo empresarial, bem como no quadro "AzMina dá a letra", que lança mão do humor para contar alguma história ou explicar conceitos.

[56] Mais uma questão que a equipe da AzMina poderia esclarecer por meio de entrevistas.

Por outro lado, a Revista possui uma comunicação formal baseada em uma competência que "exige um conhecimento especializado". Mas, como lembram Bauer, Gaskell e Allum (2008), esse conhecimento também pode ser subvertido para outros fins: "[...] Uma pessoa competente pode ter estudado as regras do comércio [ou do jornalismo], muitas vezes para modificá-las a seu proveito, o que se chama de inovação" (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2008, p. 21). No caso d'AzMina, a inovação é em proveito do feminismo e de ações de combate à violência de gênero.

Sobre as narrativas, todas as reportagens do *corpus* desta pesquisa possuem texto escrito, mas alguns com função complementar a vídeos, fotos e infográficos. Geralmente, conteúdo majoritariamente audiovisual ou sonoro corresponde aos programas semanais e mensais veiculados no canal da Revista no YouTube, assim como os podcasts, que costumam ser projetos fechados em séries publicadas ocasionalmente. A publicação desses produtos audiovisuais e sonoros é feita acompanhada de um texto, assinado pela roteirista do vídeo publicado, ou por colaboradora (no caso do podcast presente no *corpus*).

Considerando o acesso feito a partir da página inicial do site da Revista AzMina, nota-se que em alguns casos o texto tem uma função transmídia, ou seja, ele apenas introduz a temática e conduz a leitora para acessar o produto e conferir o material na íntegra (hospedados em plataformas externas). A narrativa transmídia interliga diferentes suportes midiáticos para contar uma história, que pode ser vista no cinema, *games*, telenovelas, publicidade e no jornalismo, possibilitando a exploração de diferentes plataformas, transpondo o conteúdo nesses espaços com o objetivo de ampliar a história contada.

Essas remissões transmidiáticas acontecem tanto internamente, com os conteúdos da própria revista, quanto externamente, com produções de outros veículos que fazem parte da temática abordada na reportagem. Como por exemplo a reportagem "Recomendamos que você aborte", das jornalistas piauienses Aldenora Cavalcante, Jade Araújo e Ananda Omati, sobre mulheres com deficiência que são orientadas a interromper a gestação, que ao final remete para o Malamanhadas Podcast, série especial sobre justiça reprodutiva com mentoria da Revista AzMina, para a versão em vídeo no Canal do Youtube do Malamanhadas[57] e para uma campanha educativa associada por meio de *hiperlinks*. O conteúdo é descrito da seguinte forma:

> Em quatro episódios, quatro mulheres com deficiência que vivem em diferentes regiões do país compartilham sobre suas vivências na maternidade e experiências sobre sexualidade, aborto e violência obstétrica, além da luta pelo exercício dos direitos reprodutivos. [...] A produção faz parte da campanha Nem Presa, Nem Morta, que luta pela descriminalização do aborto no Brasil, sob o selo do Futuro do Cuidado (CAVALCANTE, ARAÚJO e OMATI, 2022, *online*).

[57] Disponível em: https://www.malamanhadas.com/

Essa variedade de formatos narrativos e suportes midiáticos utilizados pela Revista AzMina tem a ver com o domínio pela equipe das ferramentas do ambiente digital - da interatividade à expertise de articular dados por meio das quais estabelece uma conversação entre as narrativas, dando abrangência ao seu conteúdo. Essa competência é um dos pilares da revista, desde a sua origem (Figura 2), e visa promover conhecimento através do jornalismo, com diferentes narrativas, atingindo assim públicos de diferentes faixas etárias, classes sociais e localidades, com o foco em ações de combate à violência de gênero e contra a mulher.

Um exemplo dessa competência é a Reportagem Especial Ameaçadas, que tem como título: "Medo, morte e abandono rondam defensoras do meio ambiente", publicada em 21 de julho de 2022 e assinada pela gerente de jornalismo Joana Suarez, que traz um levantamento sobre mulheres ativistas que sofrem ameaças e violências em conflitos no campo. A reportagem apresenta uma formatação multimídia contendo texto, interatividade, vídeo (que pode ser assistido dentro ou fora da reportagem, pois está hospedado no YouTube), fotos, infográficos e os *hiperlinks*, comuns nas reportagens da Revista. A reportagem é baseada no depoimento das mulheres que estão na linha de frente dessas lutas e pessoas que agem em defesa desses povos, seja por meio de organizações, institutos ou instituições, e um levantamento de dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), evidenciando o uso do jornalismo de dados e documental.

Além da base de dados da CPT, a reportagem aborda questões legais e utiliza várias fontes documentais, tais como: um artigo científico, dossiê do Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, pesquisa e guia de proteção do Instituto Igarapé, dados percentuais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e do relatório da organização Terra de Direitos e Justiça Global. Além de relatos de caso, artigos e reportagens de veículos jornalísticos como Carta Capital, Folha de S. Paulo, El País, G1 e até da própria Revista AzMina, que aparecem em *hiperlinks* e são acionadas como contextualizadoras de assuntos abordados na reportagem. Esse movimento de trazer conteúdos de outros veículos e da própria revista pode ser encontrado em diversas reportagens, principalmente nas coberturas mais amplas e especiais. Articular documentos, categorizar as informações e trazer isso para o público de leitoras é uma competência tecnológica das jornalistas d'AzMina.

Toda essa variedade de narrativas trouxe uma complexidade maior para o nosso *corpus*, o que obrigou, para fins metodológicos, realizarmos um refinamento na caracterização dos formatos na coleta de dados (Tabela 9, disponível no Apêndice B -- nas quais as reportagens são identificadas por números que serão sinalizados nas análises). Neste sentido, optamos por restringir a codificação temática aos materiais em texto escrito, para que haja uma unidade nas

análises, pois as narrativas em vídeo, áudio e imagética nos exigiriam outros recursos de categorização e análise. Além disso, mesmo sendo classificadas como "reportagens" pela Revista, nem todas as narrativas em vídeo podem ser categorizadas como tal, por não se aterem às técnicas jornalísticas de apuração e estruturação das informações.

Os textos compilados na amostra foram analisados a partir das temáticas que formam os principais eixos de enquadramento editorial da Revista: Política, Violência (contra a mulher), Saúde (e sexo) e Feminismos. Os eixos Comportamento e Cultura, apesar de constarem da coleta de dados e estarem disponíveis nas tabelas inseridas nos apêndices da dissertação, foram descartados da análise por não se mostrarem relevantes no período pesquisado. Entretanto, é importante ressaltar que dentro do *corpus* há uma amostra de reportagens em que o texto é o recurso prioritário da narrativa, enquanto vídeos, áudios e outros recursos são secundários ou complementares. Para fins de caracterização do jornalismo especializado e engajado d'AzMina, também foram consideradas na análise a estrutura narrativa e as fontes utilizadas.

4.3 Do que se fala n'Azmina

Como o texto é a base das nossas análises, iremos iniciar observando a estrutura narrativa empregada nas reportagens de formato textual publicadas pela Revista AzMina no período selecionado. De modo geral, elas seguem os princípios jornalísticos ao apresentarem a contextualização do tema, os personagens, localidade, fontes e dados. Mas não seguem a clássica "estrutura da notícia", ou seja, não partem, necessariamente, de um *lide* formal, sustentado na pirâmide invertida do 'quem', 'quando', 'onde', 'como' e 'porque' no primeiro parágrafo do texto, visto que não trabalham com coberturas factuais cotidianas e sim com reportagens aprofundadas de temas relevantes para a linha editorial da Revista. Então, se não há tratamento "*hard news*" das informações, questionamos: Qual é o padrão do princípio de atualidade utilizado pela AzMina? As reportagens partem de "ganchos" jornalísticos? Qual o critério de noticiabilidade?

Ao consultar o posicionamento editorial que guia o jornalismo praticado pela Revista AzMina, o "Quem Somos", encontramos pistas de respostas para esses questionamentos. A missão da revista é: "Dar ferramentas para que a sociedade enfrente as desigualdades de gênero e outras opressões por meio da informação de qualidade e independente [...] visamos alimentar debates que livrem as mulheres de todos os tipos de violência" (QUEM SOMOS, 2023, *online*). Nesse sentido, há uma orientação editorial clara de como o jornalismo deve ser utilizado para alcançar essa "missão": seleção de assuntos que promovam debate aberto; transparência e

veracidade das informações; uso de linguagem acessível e simples; não uso de termos preconceituosos, capacitistas ou que reforcem estereótipos; diálogo respeitoso e acolhedor com fontes e personagens; entre outras.

Em relação ao princípio de atualidade, a equipe d'AzMina costuma fazer um balanço do que circula na mídia e no debate público sobre os temas que prioriza, sob a ótica da sua especialidade e engajamento. Nas eleições de 2022, por exemplo, a revista manteve-se atualizada ao extrair dos debates que ocorriam naquele período pautas que interessavam a uma cobertura jornalística feminista interseccional, com destaque a mulheres e pessoas trans, a partir de uma perspectiva crítica e de profundidade, como veremos na análise das temáticas[58]. Neste caso, encontramos reportagens sobre violências e ataques misóginos, xenofóbicos e transfóbicos sofridos por candidatas durante a campanha eleitoral, em diferentes regiões do país, dando ênfase a fatos que muitas vezes são apenas pontuados no jornalismo empresarial. Assim, o imediatismo e a periodicidade regular, geralmente considerados como parte do *ethos* do jornalismo, perdem força quando pensamos em um modo de fazer jornalismo que não prioriza a corrida contra o relógio ou o "furo de reportagem", mas sim a profundidade, o tratamento e expansão dos dados e o olhar investigativo sobre o que será veiculado.

Outra característica que se torna definidora dos critérios de noticiabilidade apresentados pela Revista é a prioridade dada a fatos e temas que não recebem espaço no jornalismo empresarial, mas que podem ser utilizados como os "ganchos" jornalísticos que questionamos anteriormente, ao serem tratados com recorte de gênero a partir de uma perspectiva feminista (QUEM SOMOS, 2023). Além desse posicionamento estar presente no "Quem somos", é possível observá-lo no material analisado, como na citada reportagem especial "Ameaçadas" (Tabela 9, 13).

A Revista AzMina se utiliza de processos, critérios e fatores de noticiabilidade específicos e próprios para realizar as suas coberturas. Nesse sentido, nossa análise seguiu a proposta da pesquisadora Silva (2005), de observar a noticiabilidade como critério na origem do fato, no tratamento dos fatos e na visão dos fatos, onde cada "etapa" terá características que serão levadas em consideração, como os valores-notícia no processo de avaliação do fato, a forma como esse fato será narrado e qual será a visão de mundo depositada e construída sobre ele. Como apontamos na discussão teórica sobre noticiabilidade e valores-notícia, percebemos que essas ferramentas vão além das fronteiras técnicas e normativas, também são guiados por

[58] Publicações: 23, 25, 26, 28, 31, 32, 34, 35, 38, 41, 42-47 na tabela geral do levantamento.

intenções e, no caso da Revista, de princípios que unem os critérios e a prática jornalística aos ideais do feminismo interseccional.

O processo da análise se deu a partir da leitura das reportagens do *corpus*, nas quais identificamos e tabulamos as temáticas trabalhadas no texto, não apenas com uma visão geral indicada pelo título e subtítulo, mas todo o desenvolvimento da ideia inicial. Assim, foi possível observar como uma única reportagem pode ser ampla e expressiva na abordagem de diferentes ideias, temáticas, abordagens e pensamentos importantes. A partir dessa tabulação, já contemplando os eixos priorizados pela Revista – Política; Saúde, Violência e Feminismos –, sistematizamos os conteúdos focando nos termos e abordagens que sinalizam temáticas endereçadas às mulheres e com uma identificação feminista. A partir do quadro da segunda verificação, passamos à análise da predominância das temáticas e em quais contextos elas foram abordadas em cada eixo.

4.3.1 Questões de gênero na política

O primeiro eixo coletado foi o do indicador "Política", que reúne reportagens que trabalham a perspectiva política a partir de diferentes vieses. Cabe destacar que a temporalidade da nossa coleta de dados incluiu os períodos pré e pós-eleitoral de 2022, ambos monitorados pela AzMina, tanto pelo projeto Elas no Congresso, em vigor desde 2020, quanto pelo MonitorA, projeto sazonal que realiza o monitoramento de discurso de ódio contra candidaturas femininas a partir de uma abordagem investigativa e de análise. Em consequência dessas duas ações simultâneas, era previsível que houvesse um volume maior de reportagens na categoria "Política". A Tabela 5 sistematiza (em ordem alfabética), as temáticas identificadas na análise de conteúdo das reportagens enquadradas pela AzMina nessa rubrica.

Para realizar essa análise, agruparmos os termos utilizados nas reportagens que refletem os quatro principais eixos temáticos na nossa amostra selecionada, o que ajuda a ter a dimensão do conjunto dos temas abordados em cada categoria de análise em relação às pautas da Revista AzMina. A partir dos termos coletados no eixo "Política", foi possível identificar algumas sub temáticas ligadas a questões políticas de interesse das mulheres, sob a perspectiva dos ideais feministas. Dentre esses termos, observamos o conjunto de reportagens que tratam da tipificação das violências associadas a política de gênero: assédio; assédio judicial; assédio online; ataques misóginos e racistas; capacitismo; danos morais; discurso de ódio sexista; insultos; ofensas e deslegitimação; violência moral, que consideramos proeminente dentro do período da nossa coleta, como veremos adiante.

Outro conjunto temático que podemos identificar é o de enfrentamento dessas violências e os processos de empoderamento político das mulheres, com abordagens sobre: bancada feminina; candidatas à presidência; candidatas indígenas; candidatas trans e travestis; candidaturas feministas, antirracistas e *lgbtinclusivas*; corrida eleitoral; direitos; mandatos coletivos; mulheres na política; paridade de gênero; participação feminina; representatividade feminina; voto feminino. Além disso, é possível observar a proposta de interseccionalidade ao encontrarmos a presença da perspectiva de diferentes grupos nas pautas: mulheres negras; mulheres indígenas; mulheres negras e indígenas; pessoas trans [e] ou travestis; população indígena, LGBTQIA+, pessoas periféricas e com deficiência (Tabela 5). A temática dominante na amostra do eixo "Política" foi a violência política de gênero, ou seja, a violência contra as mulheres cis, trans e travestis que disputam ou exercem cargos legislativos e executivos, nas três esferas de poder, federal, estadual e municipal.

Tabela 4 – Eixo temático Política.

POLÍTICA		
- Aborto	- Desumanização das candidatas	- Mulheres na política
- Afastamento de mulheres dos espaços de poder	- Direito das mulheres	- Mulheres no comando
- Ameaças	- Direitos políticos das mulheres	- Negligência [às pautas femininas]
- Ameaças de morte	- Direitos sexuais e reprodutivos	- Ofensas e deslegitimação
- Assédio judicial	- Discriminação	- Ofensas morais
- Assédio online	- Discurso de ódio sexista	- Paridade de gênero
- Assédio sexual	- Discussão sobre gênero	- Participação feminina
- Assistência social	- Disputa ideológica	- Pessoas trans [e] ou travestis
- Ataques contra jornalistas mulheres negras ou indígenas	- Eleições	- Polarização política
- Ataques e ameaças nas redes sociais	- Empoderamento feminino	- População indígena, LGBTQIA+, pessoas periféricas e com deficiência
- Ataques misóginos e racistas	- Enfrentamento [das violências]	- Povo indígena
- Bancada feminina	- Escolha de candidatas	- Preconceito
- Combate à violência contra a mulher	- Espaços de poder	- Produtividade legislativa sobre gênero
- Candidatas [geral: deputadas, senadoras e governadoras]	- Estereótipos sexistas	- Pronome
- Candidatas à presidência	- Feminilidade na política	- Racismo
- Candidatas indígenas	- Feminismo	- Realidade socioeconômica
- Candidatas trans e travestis	- Feministas radicais	- Representatividade
- Candidatura laranja	- Feminização da pobreza	- Sobrecarga das mulheres
- Candidaturas feministas, antirracistas e LGBTinclusivas	- Garantia de direitos	- Transfobia
- Capacitismo	- Hierarquias de gênero	- Violência contra a mulher
- Controle sexista	- Igualdade de gênero	- Violência contra jornalistas mulheres
- Corrida eleitoral	- Insultos	- Violência de gênero
- Danos morais	- Interseccionalidade	- Violência Institucional
- Definição de gênero	- Intimidação	- Violência moral e psicológica
- Descriminalização do aborto	- Lei Maria da Penha	- Violência nas plataformas [online]
- Desigualdade de gênero na política	- Liberdade de expressão	- Violência obstétrica
- Desigualdade no acesso aos recursos	- Luta por direitos	- Violência política de gênero
- Desqualificação das mulheres	- Machismo	- Violências públicas
	- Mandatos coletivos	- Voto feminino
	- Manifestações de apoio	- Xenofobia
	- Medo	
	- Militância política	
	- Misoginia	
	- Mulheres negras	
	- Mulheres e pessoas trans	
	- Mulheres indígenas	

- Xingamentos

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* com as reportagens da Revista AzMina (2023).

A abordagem utilizada pela revista é investigativa, com bases de dados produzidas através do monitoramento dessas violências nas redes sociais digitais, especificamente Twitter e Instagram, que ocorreram em forma de ataques, ameaças, insultos, xingamentos e assédio, retratando casos de forte misoginia. Nesses espaços virtuais, os indivíduos fazem movimentos de desumanização das candidatas, por meio de ofensas racistas, capacitistas, transfóbicas e xenofóbicas, que por vezes extrapolam o ambiente digital com agressões presenciais com o objetivo de ofender, causar medo e parar as candidatas. Para ilustrar essa predominância, trazemos as reportagens textuais: "Louca, doida, maluca: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições" (23), publicada em 9 de setembro de 2022, e "Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes" (41) publicada em 19 de outubro de 2022, ambas assinadas pela jornalista Lu Belin, colaboradora da AzMina no projeto MonitorA.

De início, todas as reportagens que apresentam os conteúdos de ofensas e insultos recebem o seguinte aviso:

> ***Atenção:*** *A reportagem abaixo mostra trechos explícitos de conteúdo misógino e racista. Optamos por não censurá-los porque achamos importante exemplificar como o debate é violento na internet, como a violência política contra mulheres se espalha pelas redes e é sexista em suas formas, quais termos são frequentemente direcionados às candidatas ofendidas e como podemos identificá-la* (BELIN, 2022, *online* – grifo nosso).

Eventualmente, o texto é levemente alterado para especificar grupos abordados na reportagem, como por exemplo: "[...] como podemos identificá-la e quais termos foram direcionados *às candidatas trans e travestis ofendidas*" (BELIN, 2022, *online* – grifo nosso). Além de ser uma demonstração de cuidado com as fontes e personagens da matéria e alerta para as leitoras, que preferem ser informados quando há tal abordagem nesses conteúdos, esse é um gesto que reforça um posicionamento da revista, explicitado em seu editorial, de expor esse tipo de discurso apenas para fins jornalísticos: "Por estatuto e princípio, não apoiamos e nem divulgamos discursos de ódio contra nenhum grupo – eventualmente os reproduzimos apenas para fins jornalísticos" (QUEM SOMOS, 2023, *online*). Entendemos que esse tipo de reforço é um movimento de afirmação da AzMina como um veículo jornalístico que se pauta por uma causa e não como um movimento político ou campanha eleitoral.

Na reportagem "Louca, doida, maluca: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições" (23), a revista traz os primeiros resultados do levantamento do MonitorA, com dados

da primeira semana da corrida eleitoral de 2022, que mostram uma realidade que está difusa nas redes:

> Os resultados da primeira semana de avaliações mostram que a histórica **atribuição de estereótipos de loucura e histeria** a mulheres que levantam a voz segue sendo uma das principais ferramentas de tentativas de **controle sexista**. Adjetivos como "maluca" e "descontrolada" e questionamentos como "você esqueceu de tomar seu remedinho hoje?" aparecem para **candidatas dos mais diferentes espectros políticos** (BELIN, 2022, *online* – grifo nosso).

A reportagem demonstra que o que pauta essas ofensas não é a crítica política ou posicionamentos ideológico-partidários, mas sim um ataque direto às candidatas mulheres, caracterizando uma violência política de gênero. A reportagem é amplamente baseada nos dados do MonitorA, tanto os estatísticos, quanto as coletas de frases publicadas no Twitter, além de ouvir mulheres especialistas no assunto (psicóloga, antropóloga, jornalista e doutora em ciência política) para trazer a contextualização e o olhar crítico sobre esses dados. É uma típica reportagem do jornalismo de dados que traz a base para uma discussão posicionada sobre a temática da violência de gênero contra mulheres na política, no espaço das redes sociais.

Na reportagem "Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes" (41), a Revista traz a análise para a vivência dessa violência política de gênero pela comunidade trans, a partir do monitoramento de candidatas mulheres trans e travestis, observando onde as violências se concentram e como isso afetou a rotina das candidatas. A reportagem relata que as agressões, neste caso, são concentradas em atacar a identidade de gênero dessas mulheres, principalmente por meio de recursos de linguagem, como o uso de pronomes errados e ações mais agressivas.

É possível, por meio dos dados e da constatação feita pela reportagem, estabelecer parâmetros que permitem a cobrança de ações específicas dessas plataformas para inibir essas violências, sendo uma proposta de ação da revista que traz essas informações que podem ser levadas a movimentações concretas de combate à violência contra as candidatas. Abordar a perspectiva de candidatas mulheres trans e travestis faz parte do posicionamento editorial da AzMina, que não se fecha na abordagem de um único grupo. Ter essas pessoas representadas nesse debate corrobora a abordagem interseccional proposta pela revista como um dos métodos de combate aos preconceitos e violências de gênero. Para realizar a reportagem, além do monitoramento das interações dos perfis das candidatas trans e travestis[59] nas eleições de 2022,

[59] "Foram monitoradas as seguintes candidatas: Alexya Salvador – São Paulo – PT – Suplente; Atena Roveda – Rio Grande do Sul – PDT – Suplente; Benny Briolly – Rio de Janeiro – PSOL – Suplente; Bianca Nunes – Alagoas. – MDB – Suplente; Duda Salabert – Minas Gerais – PDT – Eleita por QP; Erika Hilton – São Paulo – PSOL – Eleita por QP; Linda Brasil – Sergipe – PSOL – Eleita por QP; Paula Benett – Distrito Federal – PSB – Não Eleita; Rafaela Esteffans – Amapá – MDB – Suplente; Robeyoncé Lima – Pernambuco – PSOL – Suplente; Thabatta Pimenta – Rio Grande do Norte – PSB – Não Eleita" (BELIN, 2022, *online*).

a jornalista também ouviu duas candidatas, Duda Salabert (PDT-MG) e Thabatta Pimenta (PSB-RN), e duas especialistas (cientista política e antropóloga). Além disso, utilizou dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e do relatório da Transgender Europe, utilizando a expertise de consulta e tradução de materiais produzidos no exterior.

A Revista traz à tona essas temáticas, pautando e expondo a violência política contra as mulheres no Brasil, que parece estar presente nos processos eleitorais de uma forma sistemática e naturalizada. Ao dar visibilidade a esses fatos com dados contundentes e análises que ajudam a entender a dimensão do problema, a AzMina contribui para o debate público e para mobilizar a sociedade por meio da divulgação dessas informações. Principalmente quando consideramos que esta foi a primeira disputa eleitoral sob a vigência da Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher (Lei 14.192/2021), que oferece ferramentas para combater as agressões contra mulheres e estimular a participação delas na política (BELIN, 2022).

Além de cobrir essas ações de parte da sociedade contra essas mulheres no exercício dos seus direitos, as reportagens da amostra também abordam a violência institucional sofrida pelas candidatas por parte do próprio aparelho dos partidos políticos. Violência que está na falta e no atraso de recursos para campanhas, na priorização de candidaturas masculinas, nas candidaturas laranjas de mulheres. Para ilustrar esse aspectos, selecionamos as seguintes reportagens textuais: “Mulheres negras e indígenas resistem à violência política no estado mais branco do Brasil” (32), de 26 de setembro de 2022, assinada pela jornalista Fernanda Pessoa, do Portal Catarinas; “Conflitos de terra e ataques de grupos bolsonaristas: a violência política de gênero no Centro-Oeste” (36), de 5 de outubro de 2022, assinada por Ahmad Jarrah, Bruna Obadowski e Juliana Arini, jornalistas do A Lente; “Ofensas nas redes sociais reforçam misoginia e xenofobia contra candidatas nordestinas” (42), de 21 de outubro de 2022, assinada pelas jornalistas Graziela França e Karina Dantas, da Agência Tatu.

Importante ressaltar que todas são reportagens do projeto MonitorA, produzidas por veículos jornalísticos parceiros, e cujas temáticas vão se entrelaçando dentro das reportagens, porém, cumprindo a proposta de horizontalidade d’AzMina ao trazer perspectivas de diferentes regiões do Brasil sobre as violências políticas de gênero. Contudo, alguns relatos enfatizam alguns tipos de violência em detrimento de outros.

Na reportagem sobre as mulheres negras e indígenas (32), a jornalista do “Portal Catarinas entrevistou quatorze candidatas a deputada estadual e federal do Estado do Paraná através de um formulário direcionado a candidaturas feministas, antirracistas e LGBTinclusivas (PESSOA, 2022, *online*). Além disso, ouviu quatro candidatas pelo Estado de Santa Catarina (sede do Portal), que relataram as violências institucionais sofridas, entre as quais a demora na

liberação de verbas e dos repasses financeiros para as campanhas de mulheres, pessoas LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas e juventude, além da ausência de uma equidade nesses valores e uma distribuição igualitária em relação ao início das atividades eleitorais. Por meio da compilação e análise de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2010, Plataforma 72horas, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do MonitorA, a reportagem demonstra a prioridade a candidaturas masculinas, brancas e heteronormativas, que se refletem em outras regiões do Brasil.

A reportagem assinada pelas jornalistas da Agência Tatu (42), de Alagoas, aponta que além das dificuldades da campanha como o subfinanciamento e as violências, incluindo a xenofobia contra as candidatas, ainda existe um lugar de tutela das mulheres na política, que só conseguem ocupar espaços quando são de determinada família ou casadas com determinado político (FRANÇA e DANTAS, 2022). Essas condições são tratadas como "principal atributo" das candidatas, conforme exemplificado na reportagem: "[...] na Câmara de Vereadores [de Maceió], [...] a Galeria Lilás reúne fotografias das vereadoras eleitas, e, entre elas, uma é descrita apenas como 'esposa de fulano'. A gente não sabe o nome dela, só sabe que ela é esposa de alguém, conta." (FRANÇA e DANTAS, 2022, *online*).

Esse é um tipo de violência institucional porque não abre espaço para que as mulheres exerçam seus mandatos de forma independente, além de criar um clima de embarreiramento para mulheres que não estão nesse lugar de herdar um lugar político por histórico familiar. Por isso é necessário repensar como as instituições alimentam esses ciclos de violência que se estabelecem de forma mais velada para a sociedade. Para realizar o levantamento, as jornalistas consultaram dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do TSE, como também ouviram uma vereadora e uma deputada de Alagoas, além de três especialistas em política: duas cientistas políticas que também são professoras universitárias e um professor de Antropologia.

Outro tópico abordado nessa matéria (42) foi o das candidaturas laranja de mulheres. Em 2018 a Revista AzMina produziu uma reportagem aprofundada sobre o tema[60], mostrando como esses esquemas funcionam, o seu efeito no cenário político e social. Essa temática ainda aparece nas discussões como um aspecto da violência institucional. A reportagem (36) analisada nesta pesquisa envolve ataques de grupos bolsonaristas ligados ao agronegócio no Centro-Oeste, a falta de acesso aos recursos financeiros pelas candidatas na região e a prática de candidaturas laranja, o que caracteriza uma dupla violência: um falso atendimento ao uso da

[60] Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-anteriores-elas-sao-candidatas-em-2018/

cota obrigatória de 30% de candidatas mulheres em um partido e o não repasse de verbas. A matéria concentra-se nos dados do projeto MonitorA e traz a visão especializada de uma cientista política, uma candidata ao cargo de deputada estadual não eleita e a primeira prefeita na história da cidade de Sinop (MT). Também traz o caso de ameaças sofridas por uma vereadora e candidata não eleita a deputada estadual, citando uma matéria do jornal local PNB online e outra do UOL online. Porém, não ouve a vereadora diretamente, limitando-se à inclusão de *hiperlinks* para essas matérias no texto, conforme compromisso da Revista de sempre disponibilizar o acesso às fontes 'não-humanas'. Um aspecto interessante dessa reportagem é que ela é a única do *corpus* que possui a colaboração de um jornalista homem.

Um terceiro aspecto temático encontrado nas matérias do eixo "Política" é o que aborda projetos de Lei propostos ou em tramitação nas duas casas legislativas federais (Câmara e Senado) que afetam direitos das mulheres, como pautas sobre a descriminalização do aborto, a falta de diversidade feminina na política, questões de representatividade, os direitos políticos, sexuais e reprodutivos das mulheres, da população indígena, LGBTQIA+, pessoas periféricas e com deficiência. São todas questões que interseccionam temáticas atravessadas por gênero, raça, classe e território. Até o papel da primeira-dama, uma figura que por muito tempo não teve protagonismo na política, foi incorporada à discussão sobre gênero.

As reportagens textuais "Prender homens e armar mulheres: as soluções do Congresso para a violência de gênero no Brasil" (25), publicada em 12 de setembro de 2022, e "Apesar de serem só 15% do Congresso Nacional, mulheres têm 34,4% das atuações desfavoráveis aos nossos direitos" (28), de 15 de setembro de 2022, assinadas por Lu Belin, colaboradora da AzMina no projeto MonitorA, ilustram esse aspecto temático.

A primeira reportagem utiliza como fonte documental o levantamento de dados e do ranking do projeto Elas no Congresso, e como fontes especializadas: uma médica ginecologista e obstetra, uma mestra em direito e uma doutora em ciência política. As soluções que o Congresso aponta para a violência contra mulher, em sua maioria, segue uma vertente de punitivismo e a defesa do porte de arma para as mulheres, em vez do fortalecimento das leis já existentes, como a Lei Maria da Penha, que nesses processos recebe constantes propostas de alterações.

Outra segmentação que a reportagem traz é como o Congresso Nacional tem deliberado sobre o aborto no Brasil, também com propostas punitivistas que buscam retroceder nas conquistas já consolidadas. A reportagem ainda constata a negligência da discussão racial, reflexo da ausência da representatividade de pessoas negras e indígenas nas casas, e aponta o quanto a baixa representação de mulheres, sobretudo as alinhadas com políticas públicas

favoráveis à categoria, afetam essas pautas. Todos esses exemplos permitem verificar a multiplicidade de temáticas que a revista aborda em uma só reportagem, onde um tema puxa o outro e vai criando amplitude e profundidade a partir do ponto de partida.

A segunda reportagem (28) selecionada neste bloco temático aborda justamente a reduzida representação feminina na Câmara, em contraponto à atuação negativa de certas parlamentares em relação aos direitos das mulheres. Os dados da matéria têm como fonte o ranking da plataforma Elas no Congresso, que monitora e classifica as ações dos congressistas como melhores e piores atuações sobre tramitações, projetos de lei e propostas que pautam os direitos das mulheres, com base em dados públicos. A reportagem faz um apanhado desses dados, explicando de quais parlamentares partem essas ações e como essas discrepâncias têm se apresentado, a partir de uma perspectiva crítica da atuação e do papel das parlamentares mulheres, que inclui a fala especializada de uma cientista política.

A reportagem também faz uma reflexão acerca do voto em mulheres, o que nos leva a fazer um *link* com outro material, dessa vez um vídeo, que apresenta um conteúdo explicativo e didático sobre de quais mulheres estamos falando quando defendemos o voto em uma mulher. "Mulher vota em mulher? Isso pode não ser suficiente" (34), de 29 de setembro de 2022, assinada por Natalia Sousa, jornalista e roteirista na AzMina. O papel pedagógico é assumido pela Revista ao propor esse tipo de questionamento e sustentar uma reflexão acerca dessas escolhas tão importantes em um processo eleitoral. E isto é feito por meio de dados e fontes confiáveis, apuração, transparência e precisão nas informações, escrita clara e olhando para diferentes contextos e realidades, ou seja, fazendo jornalismo.

A partir da análise das reportagens do eixo temático "Política" foi possível identificar essas e outras premissas do jornalismo, em especial o uso e à checagem de dados públicos, sejam institutos, órgão públicos, estudos, projetos, além de fontes humanas que possuem propriedade na temática abordada, sempre privilegiando o interesse público.

4.3.2 Violências contra a mulher

O enquadramento "Violência" ou "Violência contra a mulher" é um dos eixos temáticos centrais d'AzMina, justamente por trazer conteúdos atrelados a uma das missões da Revista. Como vimos anteriormente, a maior parte das reportagens do eixo "Política" aborda um tipo de violência particular, que é a violência política de gênero. Dessa forma, como a nossa coleta incluiu o período eleitoral, essa cobertura sobre violência com foco no processo eleitoral ficou mais intensa e o volume maior ficou centrado no eixo política que analisamos anteriormente.

O MonitorA – "Observatório de violência política" interliga a temática Política com a de Violência, segunda analisada nesta pesquisa. Por se tratar de um projeto em parceria com veículos das cinco regiões do Brasil, as matérias deste eixo temático caracterizam-se pela multiterritorialidade e pela horizontalidade produtiva, além da interseccionalidade de gênero, raça e classe social. Esse *modus operandi* colaborativo está explícito nos princípios editoriais d'AzMina:

> Acreditamos na **colaboração e construção coletiva** como forma de fazer jornalismo. Buscamos trabalhar em parceria com outros veículos e profissionais, **impulsionar o trabalho** de colegas jornalistas e pensar a produção de conteúdo a partir de uma **visão de não competição, com foco no interesse público** e também no crescimento do ecossistema jornalístico. (QUEM SOMOS, 2023, *online* – grifo nosso).

Tal aspecto vai ao encontro da proposta de distanciamento das práticas universalizantes e "masculinistas" do jornalismo que operam com base na competitividade (VEIGA DA SILVA, 2010) e até mesmo das "regras" do mercado, que valoram os aspectos de exclusividade em detrimento de fatores de cooperação e união de forças em prol do fortalecimento do jornalismo. Além d'AzMina e data_labe, pela Região Sudeste, são parceiros do MonitorA: A Lente, do Centro-Oeste; Abaré Jornalismo, do Norte; Agência Tatu, do Nordeste; e Portal Catarinas, da Região Sul.

Cada um desses veículos produziu reportagens que retratam a violência política de gênero em suas regiões, utilizando os dados do observatório e empregando o discurso de quem vive nessas localidades e conhece a realidade e as individualidades de cada território. É uma abordagem descentralizadora, que não mantém o foco apenas na Região Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e no Distrito Federal, mas se pauta pela diversidade e multiplicidade territorial. Como na reportagem "A violência faz parte da nossa realidade, mas vivenciar isso como candidata me assustou", diz Vanda Witoto, candidata indígena no Amazonas[61] (38), publicada em 10 de outubro de 2022. Assinada pela jornalista Jullie Pereira, da Abaré Jornalismo, a matéria relata as violências sofridas por candidatas indígenas mulheres no Norte do Brasil, especificamente no Amazonas, que se intensificam quando elas "ousam" se candidatar a cargos políticos.

> As expectativas eram altas e incertas, mas de algo ela tinha certeza: precisaria enfrentar a **violência** cotidiana que a acompanha desde a infância. Mesmo com esse entendimento, Vanda [uma das personagens da reportagem] se assustou com o que viu. Foram homens que desacreditaram de seu potencial, pessoas na rua que abordaram sua equipe em tom vexatório, **comentários preconceituosos** em **redes sociais** e tentativas de **silenciamentos** na internet e na vida real (PEREIRA, 2022, *online* – grifo nosso).

[61] Houve alteração no título após a coleta: "Vivenciar a violência como candidata me assustou", diz Vanda Witoto

O discurso de ódio que atinge os povos originários fica evidente com dados do MonitorA e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), como também das fontes humanas: Vanda Witoto candidata indígena no Amazonas; Perpétua Suni, do povo Kokama, candidata não eleita a deputada estadual; Anne Mura, candidata a vice-governadora do Amazonas; além de uma participante de comitê político que não quis se identificar e uma especialista doutoranda em Ciência Política. A reportagem ainda aborda a proposta de formação de uma bancada indígena nas casas de poder e reforça a importância da ocupação desse espaço.

A amostra do eixo temático "Violência contra a mulher" contém três reportagens que remetem a cerca de 30 (trinta) termos que compõem a tônica da abordagem adotada pela Revista AzMina (Tabela 5). Diferentemente da abordagem da violência política de gênero, as matérias que tratam das violências contra a mulher dão ênfase ao contexto da vida cotidiana e das relações pessoais em que são geradas. Lançando mão de abordagens didáticas e com orientações, principalmente a partir da perspectiva jurídica, as reportagens abordam temas, como: assistência jurídica; denúncias de violência; garantia dos direitos e da segurança das crianças; medida protetiva; processo judicial; revitimização institucional. Também traz explicações sobre as tipificações das diferentes violências: abuso; ameaças de morte; feminicídios; violência contra a mulher; violência doméstica; violência ou violação dos direitos da criança; vítimas de violência; vitimização secundária; xingamentos. É perceptível o foco em uma conscientização e um espaço de ajuda a partir de uma orientação respaldada por fontes especializadas, como veremos a seguir.

Tabela 5 – Eixo temático Violência.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
- Abuso	- Medida protetiva
- Alienação parental	- Movimento feminista
- Ameaças de morte	- Processo judicial
- Assistência jurídica	- Proteção dos filhos
- Código penal	- Redes sociais
- Crianças	- Revitimização Institucional
- Crime	- Sair de casa
- Denúncias de violência	- Separação [do agressor da vítima]
- Distorções de fala	- Violência contra a mulher
- Divisão da guarda	- Violência doméstica
- Feminicídios	- Violência ou violação dos direitos da criança
- Garantia dos direitos e da segurança das crianças	- Vítimas de violência
	- Vitimização secundária
- Machismo e patriarcado	- Xingamentos
- Mães	

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* com as reportagens da Revista AzMina (2023).

Curiosamente, todos os títulos das matérias identificadas nesse eixo são enunciados interrogativos: "Amber Heard e Johnny Deep (sic): quais os impactos que esse caso tem na luta das mulheres?" (2), de 10 de junho de 2022, "Você sabe o que é revitimização institucional?"

(15), de 3 de agosto de 2022, ambas assinadas por Natália Sousa da AzMina, e "Violência doméstica e filhos: como proteger as crianças na divisão da guarda?" (49), publicada em 9 de novembro de 2022, assinada pela jornalista Joana Suarez, a estudante de jornalismo Erika Artmann e Jade Santana, estagiária de jornalismo da AzMina.

As reportagens 2 e 15 são vídeos dos quadros fixos do canal no YouTube, divulgados no corpo da Revista por meio de um texto que também contém informações sobre o tema abordado. A primeira traz um caso de repercussão internacional, no qual a atriz Amber Heard, vítima de violência doméstica, passou também a ser ré, acusada de difamação pelo seu ex-marido. A acusação mobilizou um "tribunal da internet", no qual Amber foi condenada como uma vilã. O texto faz uma introdução ao caso, mas a resposta para a pergunta inicial "quais os impactos que esse caso tem na luta das mulheres?" só aparece no vídeo, o qual conta com a presença de uma antropóloga analisando o tema.

O tratamento desse caso a partir da repercussão do "julgamento" de Amber na internet segue a orientação da Revista de, nesses casos, ir além do mero relato do caso, questionando o impacto das denúncias de violência e os processos de vitimização, sobretudo quando extrapolam para o debate público. Essa orientação está prevista nos princípios editoriais expressos no Quem Somos (2023), sob a premissa de trazer aprofundamento e criticidade para os fatos, ligando-os a um problema estrutural maior que o caso em si.

A segunda reportagem aborda a "revitimização institucional", um termo que não é muito difundido. Trata-se de uma vertente de violência institucional que se dá a partir da desconfiança sobre a denúncia da vítima, que coloca em dúvida a própria existência do crime relatado, desqualificando, assim, seu depoimento e sua denúncia. A reportagem tem como "gancho" o caso de Mariana Ferrer, que teve fotos suas expostas em um julgamento pelos advogados do réu, visando justificar a violência sexual por ela sofrida. A fonte principal da matéria é uma especialista em direito, segunda a qual o procedimento antiético gerou uma alteração no código penal em respeito à garantia do zelo da integridade física e psicológica da vítima durante audiências e proibindo exposição de material com o intuito de ofender a vítima (SOUSA, 2022, *online*).

A reportagem sobre violência doméstica e filhos (49) trata de mães que passam ou passaram por situações de violência doméstica e querem proteger os seus filhos, além de se protegerem do abusador. Com base em dados da Pesquisa do anuário brasileiro de segurança pública 2021 e no Estatuto da criança e do adolescente, a matéria usa uma história verídica para dar orientações a outras mulheres que possam vivenciar situações semelhantes. O relato é de uma mulher (mantida em anonimato) que sofreu violência doméstica e precisou de assistência

jurídica para negociar na Justiça a guarda da filha. A jornalista também ouviu advogadas especialistas no assunto para esclarecer dúvidas e formular as orientações, organizadas como um passo-a-passo, de maneira bem didática, desde procedimentos legais para a saída do lar até questões sobre alienação parental.

Cada um desses tópicos traz orientações sobre como a vítima pode ou deve proceder para se proteger e proteger seus filhos e filhas, com atitudes preventivas ou ações urgentes que precisem ser tomadas em momento de ameaça ou risco, mas tudo legalizado, para que não haja complicações durante possíveis disputas judiciais, principalmente pela guarda dos filhos e filhas. Todas as orientações são dadas por meio de uma linguagem acessível e respaldadas pelas advogadas consultadas pela reportagem, trazendo segurança e fidedignidade para as informações divulgadas. Assim, o jornalismo agrega conhecimento acerca dos direitos das mulheres à responsabilidade social, ao ajudá-las a identificar cenários de violência, seja em situações domésticas ou institucionais, o que pode salvar vidas.

4.3.3 Os feminismos como guarda-chuva temático

Um primeiro aspecto que chama a atenção nos enquadramentos editoriais da Revista AzMina é o termo "feminismo" no plural, pois deixa explícito o entendimento a respeito da pluralidade dos movimentos feministas e a diversidade de pessoas contempladas nas suas pautas e formas de representação. Tal perspectiva corresponde à pluralidade de leituras que os movimentos feministas foram incorporando ao longo do tempo, o que faz do indicador "Feminismos" um grande guarda-chuva temático que abarca diferentes assuntos, desde questões de sexualidade até pautas relacionadas à defesa do meio ambiente. Essa multiplicidade semântica fica evidente na variedade de termos inventariados nas reportagens publicadas sob esse indicador (Tabela 6).

As temáticas abordadas no eixo "Feminismos" representam essa pluralidade tratada dentro das reportagens da editoria/indicador. Assim como no eixo "Política", aqui também é possível observar alguns agrupamentos temáticos, identificados nas reportagens analisadas. Em primeiro lugar, chamam a atenção os termos relacionados às adversidades e antagonismos enfrentados por mulheres, individualmente, e pelos movimentos feministas e sociais: agressões físicas; ameaças de morte; desinformação; difamação, calúnia e ataques contra a honra [da mulher]; conservadorismo; machismo; controle patronal; conflitos agrários; crimes e conflitos no campo; violências múltiplas e específicas.

Em contraponto, temáticas que abordam o protagonismo feminino também entram em

pauta, mostrando os enfrentamentos como ativistas em diversas frentes de luta política e da relação entre política e feminismo. Também nota-se um conjunto de termos que se referem às diferentes *mulheridades* representadas nas pautas: mulheres ativistas; mulheres marisqueiras; mulheres negras; mulheres protagonistas; mulheres quilombolas; mulheres com deficiência, mulheres evangélicas; feministas evangélicas. Isto não significa que as pautas negligenciem a capacidade das mulheres de cuidar [e se cuidar]; sua capacidade reprodutiva; seus direitos sexuais e reprodutivos, entre os quais o de serem mães; entre outras questões relativas ao corpo feminino. Também foi possível identificar os vários desafios enfrentados na busca pelo protagonismo feminino, boa parte deles relacionada ao direito de decidir sobre a maternidade: situações de aborto; aborto legal; aborto seguro; clínica clandestina; curetagem uterina; maternidade; sobrecarga materna; exaustão; menopausa precoce. Um outro agrupamento remete a questões mais existenciais e de conhecimento: relação entre a ciência e corpo feminino; relação da ciência com corpos intersexo; teologia feminista; rompimento [com a igreja]; relacionamentos amorosos; separação [matrimonial]; solidão [das mulheres na frente da luta]; tabu; vida social [ausência].

Tabela 6 – Eixo temático Feminismos.

FEMINISMOS		
- Aborto forçado	- Gestação	- Raça, classe e sexualidade
- Aborto legal	- Ginecologia natural	- Recorte de gênero
- Aborto seguro	- Identidade da mulher	- Recorte social
- Agressões físicas	- Infância e juventude	- Recusa [a realização do aborto]
- Ameaças de morte	- Intimidade	- Rede de apoio
- Amor romântico	- Luta política	- Relação da ciência com corpos intersexo
- Ativistas	- Machismo	- Relação entre a ciência e corpo feminino
- Capacidade de cuidar	- Maternidade	- Relacionamentos
- Capacidade reprodutiva	- Meio ambiente	- Relacionamentos amorosos
- Características biológicas	- Medo	- Rompimento [com a igreja]
- Comunidade evangélica	- Menopausa precoce	- Saúde
- Conflitos agrários	- Morte	- Separação [matrimonial]
- Conservadorismo	- Movimento político de esquerda	- Sexo
- Controle patronal	- Mulher religiosa	- Sobrecarga materna
- Corpo feminino	- Mulheres ativistas	- Solidão [das mulheres na frente da luta]
- Crimes e conflitos no campo	- Mulheres com deficiência	- Tabu
- Curetagem uterina	- Mulheres evangélicas	- Teologia feminista
- Depressão pós-parto	- Mulheres marisqueiras	- Terapia
- Desinformação	- Mulheres negras	- Trabalho
- Diagnóstico	- Mulheres protagonistas	- Valores tradicionais da família
- Difamação, calúnia e ataques contra a honra [da mulher]	- Mulheres quilombolas	- Vida social [ausência]
- Direito de serem mães	- Partos e cesáreas	- Violência doméstica
- Direitos sexuais e reprodutivos	- Perspectiva de gênero e raça	- Violência física
- Esterilização	- Pessoas intersexo	- Vítimas
- Estupro	- Política e feminismo	
- Exaustão	- Prazer	
- “Feministas cristãs”	- Procedimentos	
- Gênero	- Profissionais de saúde	
	- Puerpério	

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* com as reportagens da Revista AzMina (2023).

Como visto anteriormente, certas matérias da AzMina podem ter múltiplos enquadramentos, como é tipicamente o caso da intitulada “Recomendamos que você aborte” (4), sobre mulheres com deficiência que são orientadas a interromper a gestação por suposta ameaça à sua condição física. Publicada em 15 de junho de 2022 e assinada pelas jornalistas colaboradoras Aldenora Cavalcante, Jade Araújo e Ananda Omati, a reportagem possui saúde e violência como eixos temáticos dominantes, mas recebeu o indicador “feminismos” como seu enquadramento principal e está hospedada nas editorias “Saúde” e “Feminismos”.

Do ponto de vista da angulagem jornalística, a reportagem aborda a perspectiva dos direitos reprodutivos das mulheres com deficiência, apresentando pesquisa científica sobre o tema e um artigo da Convenção das Nações Unidas. Essa perspectiva também é embasada pelo depoimento de quatro mulheres com deficiência e pelos esclarecimentos de uma professora que integrou uma pesquisa voltada para avaliar a acessibilidade de maternidades no Brasil. Além disso, a reportagem também aborda a ausência de dados acerca de tópicos como: a questão da maternidade, a capacidade de cuidar, o direito de ser mãe, o direito ao próprio corpo e a violação desses direitos, principalmente pela família dessas mulheres. Essas são temáticas e discussões acolhidas pelos movimentos feministas, o que é coerente com o enquadramento definido pela Revista.

Dentro desse eixo temático, foi possível observar que as reportagens dão voz a diferentes “mulheridades” - mulheres religiosas, ativistas, com deficiência, negras e indígenas, quilombolas - para que elas falem sobre as temáticas a partir das suas próprias experiências de vida. A Revista traz os relatos dentro de dois contextos: histórias grandes ou representativas de um problema estrutural e/ou casos individuais que são apresentados como exemplo em coberturas maiores (QUEM SOMOS, 2023). A predominância das temáticas trabalhadas no eixo “Feminismos” está ligada aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, frente a diferentes perspectivas.

Para ilustrar esse aspecto temático, vamos analisar duas reportagens publicadas no dia 21 de setembro de 2022, que podem ser lidas de forma complementar: “90% dos abortos atendidos pelo SUS são feitos com procedimento ultrapassado” (29) e “Misoprostol: o remédio que poderia salvar vidas, mas manda para a cadeia” (30), ambas assinadas pela jornalista Joana Suarez, gerente de jornalismo da AzMina, mas escritas com a colaboração das jornalistas Natália Sousa, Bárbara Libório e da estudante de jornalismo Érika Artmann.

A primeira reportagem (29) possui caráter transmídia[62] e aborda os procedimentos pelos quais os abortos são feitos no Brasil, sendo que a maior parte utiliza uma técnica considerada ultrapassada porque pode causar riscos à saúde e à vida da mulher: a curetagem uterina. Além disso, também aborda outros métodos abortivos, como a aspiração manual intrauterina e o método farmacológico (com os medicamentos mifepristone e misoprostol). A reportagem tem como fontes documentais os dados disponíveis nas plataformas e materiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do DataSUS, do Ministério da Saúde, além de pesquisas acadêmicas e notas técnicas. Também ouviu médicos e médicas especialistas na temática, a exemplo de um ginecologista e obstetra líder do grupo Global Doctors For Choice[63], coordenadoras de instituições voltadas às mulheres e um profissional de saúde que pediu para não ser identificado. A reportagem ainda traz relatos de mulheres que passaram pelo processo de aborto e compartilham suas experiências.

A reportagem adquire um caráter investigativo e de denúncia ao relatar a ausência de equipamentos no SUS para realizar a aspiração manual intrauterina, um dos métodos recomendando pela OMS e profissionais médicos, além de expor o quanto o preconceito, o julgamento moral e os entraves da legislação têm prejudicado a vida das mulheres que passam tanto pelo aborto espontâneo, quanto pelo aborto autônomo/induzido. Em termos de narrativa, a reportagem conta com infográficos com dados numéricos (assim como a reportagem 30) e um vídeo explicativo de como é feito um aborto seguro, tornando assim parte das informações acessíveis por outros canais e com uma linguagem didática.

A segunda reportagem (30), pode ser lida de forma complementar à primeira, pois vai tratar do método farmacológico de aborto com uso dos medicamentos misoprostol e mifepristone, um dos métodos recomendados pela OMS. A reportagem traz um apanhado histórico do misoprostol, que hoje é um medicamento de uso hospitalar restrito, não disponível em farmácias ou drogarias. Por esse motivo, como aborda a reportagem, muitas mulheres buscam adquirir a medicação por meio de vias ilegais, correndo o risco de serem punidas judicialmente, pois no Brasil o abortamento induzido é criminalizado, exceto em casos de estupro, gestação de risco à vida da mulher gestante e em casos de fetos com anencefalia.

A reportagem d'AzMina consultou documentos, notas técnicas, artigos científicos, legislação, dados e protocolos do Ministério da Saúde, DataSUS, OMS, Anvisa e o periódico Journal of Public Health Policy. Também ouviu especialistas em Direito e médicos especialistas

[62] Está hospedada em duas plataformas diferentes e o percurso de leitura pode ser feito a partir do texto de apresentação da reportagem, na mesma página ou em link externo.
[63] Rede Médica pelo Direito de Decidir.

no tema, além de conversar com quem já fez uso da medicação, no caso, a mesma personagem com nome fictício da reportagem anterior. A reportagem apresenta experiências de mulheres brasileiras nesse processo tão repleto de julgamento, estigmas e medo, e perspectivas de outros países da América Latina, onde as mulheres não precisam recorrer ao comércio ilegal para conseguir a medicação.

Outro ponto de questionamento jornalístico foi em relação à ausência do mifepristone no Brasil, um potencializador dos resultados do primeiro medicamento. Para saber o porquê dessa ausência, a Revista questionou à Anvisa se já houve pedido de farmacêuticas para fazer o registro no país. Mesmo tendo sido feito por meio da Lei de acesso à informação e trocas de e-mails, pedido de informação sobre o medicamento foi negado e a resposta reproduzida na íntegra na reportagem[64], conforme o princípio da clareza nas informações (QUEM SOMOS, 2023). Vale ressaltar que a apuração em fontes estrangeiras é facilitada pelo fato de a maior parte das jornalistas da equipe da Revista dominar ao menos um idioma além do português.

"A história da laqueadura no Brasil" (37), publicada em 6 de outubro de 2022 e assinada por Nathalia Cariatti, jornalista e diretora audiovisual da AzMina, recupera a criação da Lei de planejamento familiar, a partir de uma CPI do Congresso Nacional, que no começo dos anos 1990 investigou a esterilização em massa de brasileiras, sobretudo de mulheres pobres, negras e indígenas. A reportagem faz um percurso histórico que mostra como a laqueadura foi uma ferramenta de violação dos direitos sexuais e reprodutivos de muitas brasileiras, pois o procedimento era apresentado como a única alternativa anticoncepcional para essas mulheres, e inúmeras vezes o processo de laqueadura era feito por decisão de médicos, sem o consentimento delas, o que alterou muitas vidas.

Esse método de esterilização feminina, de caráter irreversível, no Brasil, recebia intervenção e financiamento dos Estados Unidos, como aponta o relatório da Biblioteca do Senado, uma das fontes documentais da reportagem. Os dados também apontam que a expansão do procedimento de laqueadura foi um dos fatores para o aumento do número de cesarianas no país, pois normalmente são feitos juntos. Apesar da Lei, muitas mulheres continuaram a ser submetidas ao procedimento sem autorização, durante o parto cesáreo, ao mesmo tempo em que mulheres que queriam realizar a laqueadura encontravam dificuldades para realizar os procedimentos pelo SUS. O foco da reportagem é alertar para os efeitos danosos dessa

[64] "Por meio da Lei de Acesso à Informação (pedido enviado em abril de 2022), solicitamos trocas de e-mails da Anvisa com a palavra mifepristone, mas recebemos a seguinte resposta: "O pedido requerido tem o condão de prejudicar as atividades primárias do órgão, acarretando dano à coletividade, uma vez que a Anvisa ainda sofre sequelas de sobrecarga laboral de demandas oriundas da Covid-19" (SUAREZ, 2022, *online*).

permissividade, que durou até março de 2023 quando as alterações legislativas que regulamentaram a laqueadura de trompas no Brasil entraram em vigor (o lide da matéria anuncia que isso ocorreria em "alguns meses").

Essas três reportagens abordam os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres por meio de diferentes formatos narrativos, utilizando-se de texto, imagem/infográficos e vídeo para transmitir informações oriundas de fontes especialistas e qualificadas nas temáticas (humanas e documentais), com foco na informação e não nos tabus que cercam essas temáticas tão importante nas vidas das mulheres. A consulta a dados de instituições como a OMS, DataSUS, estudos e artigos de pesquisadores e médicas reforçam o compromisso jornalístico da revista de trazer informação segura, transparente e confiável.

O segundo aspecto dentro dessa temática é a abordagem de vertentes dos movimentos feministas geralmente invisíveis, como na reportagem "Feministas evangélicas se organizam para combater o fundamentalismo religioso" (20), de 22 de agosto de 2022, e a que questiona "Por que feminismo não é suficiente pra luta das mulheres indígenas?" (40), de 18 de outubro de 2022, ambas assinadas por Natalia Sousa, jornalista e roteirista da AzMina.

A primeira mostra como certas mulheres conciliam questões políticas e fé, a partir de dados de pesquisa de opinião do DataFolha e de investigações científicas do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da UFRJ. Além de ouvir especialistas, a reportagem traz o relato de mulheres evangélicas que entraram em contato com o feminismo e viram essa relação se chocar com as instituições religiosas que frequentavam. Elas começaram, então, a criar mecanismos para aproximar esses dois mundos de forma coerente, como no caso do "Coletivo Bereia", um portal de informação e checagem de notícias, com o objetivo de combater as desinformações atreladas às questões morais e religiosas associadas às causas feministas, que se intensificam em períodos eleitorais.

Como destacamos, esse é um movimento plural em que há confrontos de ideias e inevitáveis conflitos de visões de mundo em relação a temas controversos como: aborto e o próprio conceito de gênero (tido pelos conservadores como "ideologia"); o protagonismo feminino (relativizado pelos conservadores) e a busca por um lugar no feminismo; o lar cristão; a relação das igrejas com a política e com políticos conservadores; a aproximação entre as evangélicas feministas e a esquerda. Na reportagem há o relato de uma mulher que, ao ser expulsa da igreja devido ao seu posicionamento, criou uma comunidade chamada "Feministas Cristãs", pois além de ter perdido a sua igreja, não se sentia acolhida nos grupos de feminismo de que participava devido a sua religião. Assim, passou a buscar diálogo com quem parte do mesmo contexto e luta pelo mesmo objetivo no espectro dos direitos e da fé.

Há também outros relatos de mulheres que passaram por esses processos de descobrimento e iniciaram ações que unem o feminismo ao Evangelho. Nesse sentido, vale destacar que foi nesta matéria que apareceu a única correção de toda a amostra da pesquisa (de acordo com política de erros da Revista AzMina), por meio de um texto inserido ao final da reportagem: "**23 de agosto de 2022 12:00** [data da atualização, o material foi publicado no dia anterior] *A reportagem foi atualizada para, ao contrário do que dizia anteriormente, incluir a informação de que o feminismo evangélico não é 'homogêneo*'" (SOUSA, 2022, *online* – grifo nosso).

A política de erros da Revista constitui um tópico específico da página "Quem Somos", que inclui um compromisso com a "transparência, precisão e veracidade" das informações que publica, inclusive reforçando os seus processos de checagem e revisão/edição dos conteúdos por pelo menos duas profissionais. Por isso, estabelece uma escala de gravidade de erros que guia os procedimentos de correção e prevenção de novos erros. O processo se dá a partir da notificação ou percepção interna do erro, o qual será verificado pelas editoras que, após a avaliação, decidem se e como o erro será corrigido. O grau de gravidade do erro é avaliado pela equipe editorial, repórteres, editoras e diretora de conteúdo.

Uma questão problemática é que a AzMina não identifica a informação errada, apenas a sua correção, sob a alegação de que é para evitar a repetição do erro. Desse modo, a Revista só produz erratas em duas situações: a) em caso de retirada de informação para garantir a segurança de fonte ou de erro que não esteja ligado ou prejudique o conteúdo central da reportagem, a nota de correção ou atualização é inserida ao final do texto; b) em caso de erros graves, a errata entra no início da reportagem; e de erros muito graves a reportagem é republicada com a notificação do erro. De qualquer forma, ter uma política de erros consolidada, detalhando os procedimentos de checagem dos conteúdos e correção dos erros, reforça o compromisso do veículo com a informação correta, prezando pela consistência, "transparência, precisão e veracidade das informações publicadas em suas matérias" (QUEM SOMOS, 2023, *online*).

Um outro conjunto de três matérias enquadradas em "Feminismos" demonstra que as lutas por empoderamento não são incompatíveis com questões existenciais tipificadas como femininas. Não por acaso, todas receberam títulos interrogativos: "O amor romântico existe para as mulheres negras?" (3) e "Por que é tabu falar de menopausa precoce?" (5), publicadas dia 14 e 21 de junho de 2022, respectivamente e assinadas por Aline Oliveira, antiga colaboradora da Revista AzMina; e "Interseccionalidade: você sabe o que isso tem a ver com o seu feminismo?" (50), assinada por Natália Sousa e publicada em 17 de novembro de 2022.

Todas fazem parte de dois programas fixos do canal da Revista no YouTube, o quadro “Gênero em tudo” e “AzMina dá a letra”.

Embora as narrativas em vídeo tenham sido excluídas da análise da pesquisa, por exigirem ferramental metodológico específico, chama a atenção o caráter didático das publicações, em forma de questionamentos, propondo desde o título um movimento de reflexão nas leitoras, despertando uma dúvida para em seguida apresentar a discussão do tema. As reportagens apresentam uma linguagem explicativa, com pesquisas e análises para embasar o assunto, mas ao mesmo tempo informal, com exemplos do cotidiano, casos e referências que facilitem a compreensão.

Também de caráter didático, mas com outra estrutura narrativa, a reportagem em texto “Aborto: 9 mitos que podem ficar no passado” (33), igualmente assinada por Natália Sousa e publicada em 28 de setembro de 2022, lista em tópicos e responde perguntas que contêm mitos sobre o aborto, de forma clara e direta. As respostas apresentam como fonte um artigo científico e uma ginecologista-obstetra e ativista de direitos sexuais e reprodutivos, especializada no tema. Essa abordagem didática é uma característica da proposta editorial da Revista que abrange desde a estrutura da informação até os recursos visuais que facilitam a leitura e compreensão das temáticas.

4.3.4 Saúde e sexo sem discriminação

A editoria “Saúde”, que recebe o enquadramento “Saúde e sexo”, aborda temáticas relacionadas a questões do corpo feminino, corpos trans e intersexo, como também questões sexuais e reprodutivas, apresentadas a partir de uma abordagem didática e explicativa. Tais questões podem ser identificadas pelos seguintes agrupamentos de termos (extraídos da Tabela 8): a) mercado [da beleza]; prazer no corpo feminino; clitóris; ciclos hormonais; gerar e parir amamentação; b) cisgênero; divisão binária; estereótipos de gênero; descoberta; identidade; diversidade de corpos; homens trans; mulheres trans; cirurgias plásticas; tratamento hormonal; c) sexualidade humana; vida sexual; aparelho reprodutor; orientação sexual; autoestima.

Tabela 7 – Eixo temático Saúde.

SAÚDE E SEXO	
- Absorventes	- Histeria
- Amamentação	- História da cirurgia plástica
- Aparelho reprodutor	- Homens que têm útero
- Atestado de loucura	- Homens trans
- Auto Comparação	- Identidade
- Autoestima	- Intersexo
- Biológica	- LGBTQIA+
- Calcinha ou cueca menstrual [inclusivo]	- Libido

- Ciclos hormonais	- Machismo
- Ciência	- Médicos
- Cirurgias plásticas	- Mercado [da beleza]
- Cisgênero	- Método seguro [de absorvente]
- Clitóris	- Mulheres trans
- Coletor, calcinha menstrual ou absorvente de pano	- Orientação sexual
	- Paternidade trans
- Corpos	- Peso
- Descoberta	- Pesquisas
- Diagnósticos	- Prazer no corpo feminino
- Diferença entre os sexos	- Procedimentos estéticos
- Discursos machistas	- Puerpério
- Disforia	- Recortes de sexo, gênero, raça e classe
- Divisão binária	- Reprodução
- Engravidar	- Sangue menstrual
- Esponja menstrual	- Sexo
- Estereótipos de gênero	- Sexualidade humana
- Exclusão de mulheres	- Transgênero
- Fisiologia	- Tratamento hormonal
- Fluxo	- Tratamentos para loucura aplicados em mulheres
- Gênero	
- Gerar e parir	- Vida sexual

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* com as reportagens da Revista AzMina (2023).

Todos os materiais da nossa amostra referente ao eixo “Saúde” possuem a característica transmídiática da Revista AzMina, em que os conteúdos da mesma reportagem estão distribuídos em diferentes formatos narrativos e podem ser acessados por meio de diferentes plataformas. No caso, os textos de introdução remetem para os quadros do canal no YouTube “Exausta e com tesão”, “AzMina dá a letra” e “Gênero em tudo”, e para a série em podcast “Corpo Especulado”, hospedado no Spotify.

Em alguns casos, o texto vai além da apresentação da matéria e inclui informações contidas no vídeo ou no podcast, como na reportagem “A diferença entre sexo, gênero e orientação sexual” (18), publicada em 16 de agosto de 2022, assinada por Nathalia Cariatti, jornalista e diretora audiovisual da AzMina. A Revista convidou a professora e produtora de conteúdo Rita Von Hunty para explicar os conceitos reunidos na sigla LGBTQIA+, em um vídeo do quadro “AzMina dá a letra”. Contudo, essas explicações também aparecem no texto, divididas em tópicos explicativos sobre os conceitos de sexo (intersexuais), gênero (transgênero, queer, agênero), mulher trans e travestis, e orientação sexual (lésbicas, gays, bissexuais, assexuais e pansexuais). O texto traz ainda hiperlinks para reportagens e artigos de opinião da AzMina que apresentam exemplos e ajudam a contextualizar os termos. Além disso, a linguagem utilizada é simples e direta, com característica didática, pois o objetivo é justamente apresentar e explicar os conceitos de uma forma facilitada, de modo que sejam compreendidos pelo maior número de leitoras.

Outra reportagem que está ligada a temáticas de interesse da comunidade LGBTQIA+ é "Paternidade trans: "você está grávido"" (16), veiculada no dia 9 de agosto de 2022, no quadro "Gênero em tudo" do YouTube. Assinada por Natália Sousa, traz a história de dois homens trans que decidiram gerar os seus filhos, como também ouviu um ginecologista para falar sobre as mudanças no corpo, sintomas que podem surgir no período da gravidez e sobre amamentação.

Trazer histórias de pessoas trans masculinas faz parte da linha editorial da Revista, como fica claro em uma publicação de outubro de 2021, com a seguinte chamada: "Nosso feminismo não é só para mulheres. A cobertura d'AzMina inclui homens trans e pessoas não-binárias - e isso não apaga a violência contra mulheres cis" (AZMINA, 2021, *online*). Essas ações fazem parte da proposta interseccional da Revista, com pautas e temáticas que não se fecham em apenas abordar mulheres cis, mas também compreender os atravessamentos nas existências das mulheres e homens trans, trazendo essas existências para as suas pautas, seus conteúdos e para a sociedade.

Em termos de estrutura narrativa, chamou a atenção a forma como que os quatro episódios do podcast "Corpo Especulado"[65] são apresentados na Revista. São eles: "O que define sexo masculino ou feminino?" (17), assinada por Helena Bertho, ex-diretora de conteúdo da AzMina; "Histéricas, lobotomizadas e medicalizadas" (21) e "A cereja do bolo: a história por trás das cirurgias plásticas" (27), assinadas por Bia Guimarães, jornalista e apresentadora no podcast 37 graus; "Complicadas demais para serem estudadas?" (22), assinada por Sarah Azoubel, bióloga e jornalista, apresentadora no podcast 37 graus; "Cadê o clitóris que estava aqui?" (24), assinada por Joana Suarez, gerente de jornalismo na AzMina.

Todos contam com o box de acesso ao episódio no Spotify, um link para a transcrição e audiodescrição do episódio, uma introdução ao que será abordado e tópicos com a identificação das fontes entrevistadas para o episódio, as referências citadas com documentações e informações do Conselho Federal de Medicina (CFM), Conselho Nacional de Justiça, Associação Brasileira Intersexo, Fiocruz, MOGIlab e SexLab – grupo de estudos em sexualidade humana de Portugal. Além disso, inclui um "saiba mais", com links para livros, estudos e pesquisas complementares sobre o tema abordado. Trata-se de mais um projeto colaborativo entre a Revista AzMina e jornalistas externas, como destaca Sarah Azoubel:

> A série Corpo Especulado é uma parceria entre a revista AzMina e o podcast 37 Graus, produzida com o apoio do Instituto Serrapilheira. Esse episódio foi apresentado por **Helena Bertho** e **Sarah Azoubel**. A produção é de Sarah Azoubel. A equipe de

[65] Veiculados em: 10, 17, 24 e 31 de agosto e 7 e 14 de setembro de 2022.

> pesquisa, produção e roteiro da série completa também conta com **Bia Guimarães, Joana Suarez e Marília Moreira.** A edição de som é de Bia Guimarães, a trilha sonora é de **Marianna Romano**, e as artes de capa são de **Bárbara Miranda** e **Giulia Santos**. A transcrição é de **Renata Zioli Dias**. (AZOUBEL, 2022, *online* – grifo nosso).

Em "Cadê o clitóris que estava aqui?" (24), o caráter narrativo transmidiático da AzMina na ligação entre o episódio do podcast e um vídeo do quadro "AzMina dá a letra", com um conteúdo em vídeo complementar ao que é trabalhado no podcast, que vai abordar questões da anatomia do corpo feminino relacionadas ao prazer sexual, abordando assim a proposta do enquadramento que é tratar de saúde e sexo.

Na reportagem "Saúde? O IMC é um cálculo machista e racista" (53), de 30 de novembro de 2022, assinada pela jornalista Natália Sousa, é abordada a questão do cálculo que tem como objetivo avaliar o índice de massa corporal (IMC), por meio de uma perspectiva feminista de questionar sobre a prática desse cálculo que, apesar de ser algo voltado para às exatas, segundo a reportagem não é tão objetivista assim. O texto traz a história de quem criou a fórmula e para que ela foi criada, como o IMC se tornou uma régua que dita padrões de corpos e como isso afetou, e afeta, a vida de mulheres e pessoas pretas.

Nos é caro observar como a Revista AzMina reinventa, no seu modo de fazer jornalismo, as pautas nichadas como do enquadramento saúde, trazendo sempre uma visão que se cruza com o pensamento feminista, abordando as temáticas sob uma perspectiva não apenas científica, mas também social. Outro fator a destacar é a aplicação dos procedimentos que correspondem ao jornalismo de forma comprometida e aprofundada, consultando fontes especialistas, estudos e pesquisas com credibilidade, agregando informação de forma transparente e responsável, assim como se propõe fazer.

4.4 Quem tem voz n'AzMina

Nossa proposta é também analisar a relação da AzMina com as fontes, a partir das escolhas e a formas como aparecem no texto. Durante a análise foi perceptível que a Revista faz uso de fontes institucionais, fontes especialistas e fontes personagens, além dos dados coletados por meio de ações da própria revista, como é o caso dos dados do Elas no Congresso e do MonitorA, parceria com outros projetos jornalísticos e que aparece como base de dados e informações para boa parte da nossa amostra, como pontuamos anteriormente.

Ao analisar nossos quadros de fontes (Tabela 10 e 11 no Apêndice C), percebemos fatores que nos permitem fazer inferências e relacionar a postura da revista com aquilo proposto em seus princípios editoriais. Assim como a Revista se propõe a fazer, a maioria das fontes

consultadas é de mulheres, sejam elas personagens ou especialistas que trazem maior respaldo para reportagem com informações específicas das áreas em que atuam. Em relação à pluralidade dessas mulheres, podemos apontá-la a partir das temáticas abordadas que trazem pautas focadas em mulheres negras, indígenas, trans e travestis, assim como também fala sobre pessoas intersexo e das diferentes expressões de gênero, mulheres ativistas, com deficiência, de diferentes credos religiosos e de diferentes regiões do Brasil também estão presentes nas abordagens da revista.

Como abordamos no tópico sobre ética do cuidado (3.1.3), as vozes que não correspondem ao padrão hegemônico do homem, branco, hétero, são lidas como a "voz diferente" (KUHNEN, 2014) e por muitos menorizadas. Ao proporcionar espaço para múltiplas vozes, principalmente pensando em uma valorização da "voz diferente", a AzMina realiza um movimento potencializador e transformador da sociedade, ao trazer para os seus conteúdos as histórias de mulheres a partir das suas realidades, experiências e visões de mundo. Em relação ao cuidado com as fontes, o "Quem somos" possui um tópico específico sobre o anonimato das fontes:

> A Revista AzMina reconhece o valor jornalístico de fontes não anônimas, mas entendemos como prioridade não expor a mulher entrevistada quando ela correr perigo. Avaliamos caso a caso as consequências da exposição da identidade da entrevistada, bem como explicamos abertamente a ela tudo que pode estar envolvido, para que a escolha seja feita com consciência e informação (QUEM SOMOS, 2023, *online*)

Conseguimos identificar esse anonimato (sempre a pedido das fontes) em quatro reportagens da nossa amostra (29, 30, 38, 49), que abordam aborto, violência política de gênero e violência doméstica. Duas entrevistadas receberam nomes fictícios e duas outras foram identificadas apenas por suas funções (profissional de saúde e participante de comitê político). Além de ser um cuidado e preservação das fontes que, por vezes, contam histórias muito delicadas sobre si, ou contribuem com denúncias, essa ação também está prevista no Código de ética dos jornalistas brasileiros[66], sendo mais um indicador da nossa investigação sobre as práticas jornalísticas da Revista AzMina frente às "boas práticas do jornalismo". Com isso, é possível ver ao fazer uso da ética do cuidado no jornalismo, como aponta Camponez (2014), a Revista propõe um processo humanizado das práticas jornalísticas, que não prescinde dos procedimentos de apuração e checagem, visando à obtenção de informação de qualidade para a formação de uma opinião pública comprometida com mudanças sociais.

[66] Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf

Ainda sobre a identificação e descrição das fontes, a Revista possui algumas regras sobre o uso de termos, adjetivos e linguagem, apresentadas no tópico: “O que dizemos e o que não dizemos (e o que isso diz sobre nós)”. Entretanto, por receber colaboração de jornalistas externas, o descumprimento dessas instruções pode acontecer, como observamos em uma reportagem que não seguiu a recomendação de se referir a “pessoas com deficiência”[67]. Contudo, foi o único caso de descumprimento dessas regras de redação (como existem nos manuais de veículos empresariais) em um *corpus* de 54 (cinquenta e quatro) matérias lidas e analisadas.

A Revista AzMina também realiza consultas a instituições, pesquisas e estudos, como pudemos observar nas descrições das análises. Em relação a isso, a revista pontua que a busca é sempre por instituições e grupos consolidados “cuja atuação, história e reputação as qualificam para tratar do tema da reportagem”, assim como também buscam os melhores especialistas no assunto abordado, sejam eles brasileiros ou estrangeiros, e que possuam “boa reputação e reconhecimento na área em questão são consideradas fontes confiáveis” (QUEM SOMOS, 2023, *online*). Além disso, busca fontes fora do “Rio-São Paulo-Brasília”, o que pode ser constatado nas nossas tabelas de especialistas de outras regiões, principalmente ligados às universidades. Mas não foi possível ter um quadro geral consistente, pois nem todas as fontes são identificadas por instituições cuja sigla identifique o Estado.

Também fizemos uma compilação das especialidades das jornalistas que assinam as reportagens do *corpus*, que inclui membras da equipe fixa, como expomos detalhadamente no tópico 3.1.1, colaboradoras internas e externas (Tabela 12 no Apêndice D). Além da qualificação como jornalistas, foi possível observar nos dados coletados as experiências em veículos da mídia hegemônica, mídia alternativa e internacional, repertório acadêmico em mestrados, doutorados e especializações, experiências com organizações internacionais e com produções para outras mídias como livros, podcasts e audiovisual. Também são relevantes para o trabalho na AzMina as especializações em jornalismo de dados, investigativo e científico, expertises que aparecem nas descrições dos perfis disponibilizados pela revista e se apresentam como a construção do *background* profissional dessas profissionais. Além disso, feminismo e gênero também são destaques em alguns desses perfis, porém, tratando-se de um veículo de jornalismo feminista, entendemos que esse interesse está intrínseco à presença da jornalista nesse espaço.

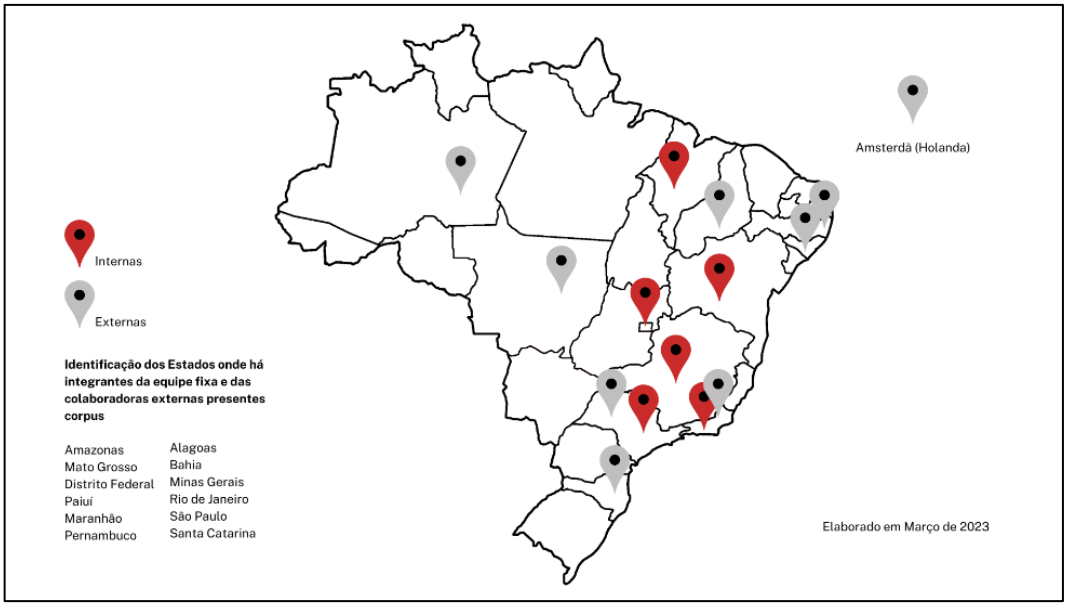
[67] “Quando tratamos de deficiências, dizemos “pessoa com deficiência” e não “pessoa portadora de deficiência”. Jamais usamos “necessidades especiais” ou “deficientes”, pois são considerados termos capacitistas” (QUEM SOMOS, 2023, *online*).

Para alguns estudiosos do jornalismo especializado (ERBOLATO, 1981; TAVARES, 2012; BELMONTE, 2020), essas experiências permitem a compreensão das dinâmicas e especificidades de cada temática que o veículo aborda, bem como os métodos de apuração, redação e edição utilizados na construção das reportagens. Como apontado por Tavares (2012), essas etapas consistem na definição temática; a confirmação da relevância social do que é abordado; o tratamento da informação; a consulta a fontes específicas; a habilidade profissional em contextualizar o assunto de forma acessível; a transmissão da informação e os saberes de forma clara e explicativa. A partir da nossa análise foi possível verificar como essas etapas são cumpridas com êxito, dentro daquilo que a revista se propõe, utilizando dessas especialidades que permitem que a jornalista produza reportagens com a profundidade e amplitude necessárias para o seu público (BELMONTE, 2020).

Um exemplo da nossa amostra é o perfil da jornalista Juliana Arini, que colaborou na reportagem "Conflitos de terra e ataques de bolsonaristas: a violência política de gênero no Centro-Oeste", junto a Ahmad Jarrah, Bruna Obadowski, do site de jornalismo independente *A Lente*. A jornalista Juliana possui experiência como repórter investigativa e fotógrafa com especialização em reportagens socioambientais, energia e crise climática na Amazônia brasileira. Além disso, trabalha como *freelancer* para National Geographic Brasil, Mongabay, Le Monde Diplomatique Brasil, DW-Brasil, jornal O Globo, Channel 4, entre outros. Possui experiência de trabalho em veículos consagrados no Brasil, como Época, Veja e G1, e na área acadêmica como mestre em teoria da comunicação social.

Essa união de múltiplas competências é potencializadora, pois além de promover uma ampliação e colaboração temática e de conhecimentos, que faz parte das práticas do jornalismo engajado e da proposta da própria AzMina de um jornalismo feminista interseccional, permite a ampliação do raio de cobertura em termos de território. No mapa (Figura 18) é possível observar essa ampliação da cobertura nos estados brasileiros, dentro da nossa coleta e *corpus*, a partir da colaboração das jornalistas da equipe fixa (pin na cor vermelha), com colaboradoras externas (pin na cor cinza).

Figura 19 – Mapa do Brasil com colaboradoras.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados na pesquisa (2023).

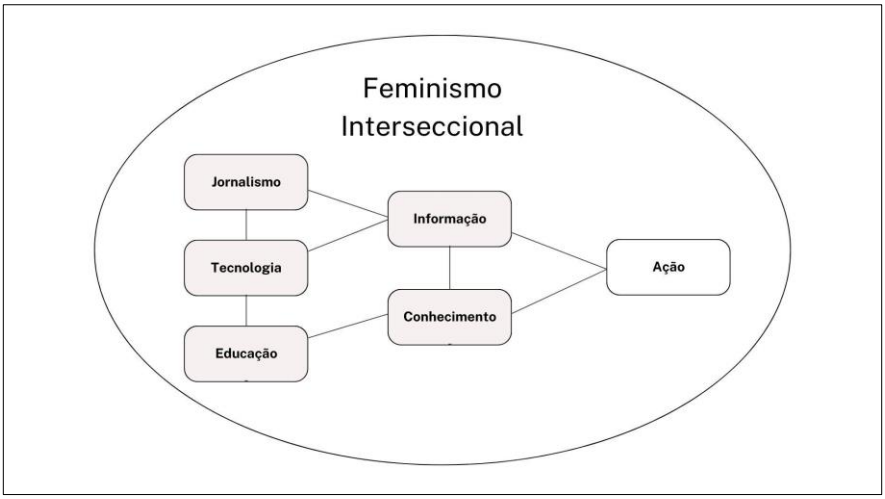
Essa amplitude da cobertura geográfica em diferentes regiões do nosso país propicia leituras localizadas de vivências dessas regiões, o que fica claro quando observamos as reportagens do MonitorA que, ao abordar a violência política de gênero sofrida pelas candidatas, inclui nessa leitura aspectos do que acontece em cada localidade, como: a misoginia e a xenofobia no Nordeste; o racismo no Sul; os conflitos de terra no Centro-Oeste; a violência e o preconceito contra os povos indígenas no Norte[68]. É a constituição da informação com base na leitura de fatos e dados, mas também do *background* construído a partir da vivência e do conhecimento desses espaços, aplicando o olhar crítico a partir desse conhecimento prévio na construção das narrativas sobre esses locais, exercendo o papel de jornalismo de fomentar debate sobre os fatos com base em informações, contextos e posicionamento crítico a partir de diferentes localidades.

A partir da análise, observamos e constatamos que o comportamento da Revista AzMina na elaboração das pautas, escolhas temáticas, tratamento com as fontes, as abordagens, linguagem e narrativas, a partir do trabalho de jornalistas especializados, caracteriza a Revista como produtora de **jornalismo**, pois segue as regras das boas práticas universais da profissão. Jornalismo esse que pode ser classificado como **especializado e engajado**, pois utiliza de expertises específicas dos jornalistas para a produção de um conteúdo que aborda os fatos de forma ampla e aprofundada sob a perspectiva de contribuição com uma causa específica.

[68] Reportagens 42, 32, 36 e 38, respectivamente, na tabela geral.

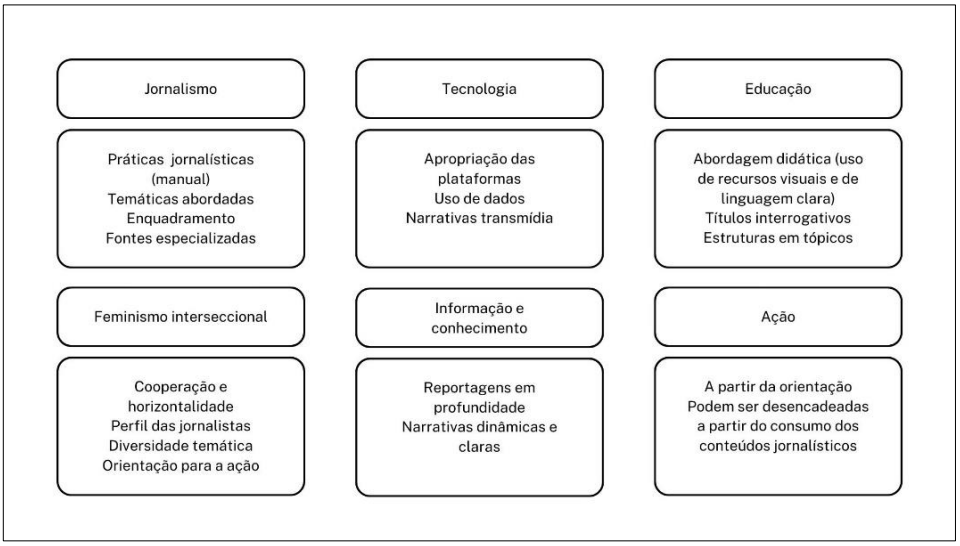
Além disso, a Revista confirma sua linha editorial **feminista interseccional**, pois do seu posicionamento às temáticas abordada vão ao encontro das ideias do feminismo e contêm características presentes na perspectiva da interseccionalidade ao entender os atravessamentos que nos formam, abrindo espaço para narrativas que contemplam diferentes gêneros, raças, classes, identidades, credos e localizações. Em sua empreitada de uma busca para proporcionar acesso à informação para contribuir para uma transformação na vida das mulheres por meio dos seus mecanismos estruturantes: jornalismo, tecnologia e educação. Isso se mostra presente na revista em características que encontramos durante a análise e reunimos em um quadro na Figura 19, que corresponde às estruturas principais apresentadas na Figura 12, presente na página 90 e replicada abaixo:

Figura 12 – Diagrama-síntese dos *slogans* do Instituto e da Revista AzMina.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados no portal AzMina (https://azmina.com.br/)

Figura 20 – Estrutura dos pilares da Revista AzMina.



Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa (2023).

A esquematização dessas características nos ajuda a visualizar de forma ordenada os atributos presentes nos conteúdos das reportagens que foram catalogadas por meio das análises. Compreendemos que essa descrição dos três eixos estruturantes, mais o feminismo interseccional, nos apresentam os principais pontos de força e atuação da Revista AzMina, seu propósito e posicionamento, nos auxiliando na compreensão desses fatores e como eles podem ser agrupados dentro de cada pilar, nos mostrando a cisão entre aquilo que é proposto e o que é possível coletar a partir da produção jornalística do veículo.

CONCLUSÕES

Toda a trajetória da presente pesquisa foi efetuada com o objetivo de investigar o modo como a Revista AzMina produz conteúdos jornalísticos e mostrar possibilidades de se praticar jornalismo comprometido com uma causa, sendo reconhecido e legitimado pelos campos profissional e acadêmico. A partir do estudo de caso da Revista AzMina foi possível observar a concretização da proposta de produção do jornalismo feminista com base nos princípios e nas práticas do jornalismo.

Assim, foi possível obter mais aproximações que distanciamentos entre as hipóteses levantadas e os resultados da análise, visto que ficou demonstrado que o jornalismo feminista praticado pela Revista AzMina não se contradiz com os postulados e as práticas do jornalismo entendido como "profissional". Ou seja, o engajamento do veículo e de sua equipe em uma "causa", no caso, o feminismo interseccional, não impede que sejam utilizadas as consagradas técnicas de formulação de pautas, prospecção de fontes (humanas e documentais), apuração, checagem, construção e edição de narrativas em diferentes formatos (textuais, audiovisuais, sonoros e transmidiáticos). Observa-se que as rotinas produtivas da Revista AzMina orientam-se pelo exercício desses procedimentos que aparecem nos Estudos de Jornalismo associados aos critérios de objetividade, noticiabilidade e *newsmaking* bem como a estratégias de *gatekeeper* na seleção de temas e fontes pertinentes à perspectiva feminista adotada pelo veículo.

A proposta de enquadrar o jornalismo feminista da Revista AzMina como uma prática de jornalismo especializado e engajado foi demonstrada por meio da análise de reportagens da revista que confirmam os estudos sobre essas formas de fazer jornalismo. A análise da relação desse projeto jornalístico com as competências específicas das jornalistas da AzMina para a produção de um conteúdo que aborda os fatos de forma ampla e aprofundada, também corrobora uma característica dominante do jornalismo especializado, sob a perspectiva de contribuição com uma causa específica a partir da produção jornalística, a principal característica do jornalismo engajado.

Em relação à aplicação dos postulados pela Revista AzMina, tanto os seus princípios editoriais quanto a análise de seus conteúdos deixam evidente que a equipe jornalística possui uma forma específica de trabalhar, que não é a da cobertura de fatos cotidianos, com notícias imediatas – o formato *hard news*. Por se tratar de um veículo de jornalismo especializado e engajado, os critérios de noticiabilidade e objetividade, bem como os procedimentos de *newsmaking* e *gatekeeper* são adaptados a uma dinâmica de pautas temáticas, que tratam a

atualidade como "gancho", ou seja, oportunidade para abordar certos temas jornalisticamente. A objetividade, como discutimos e tensionamos no tópico 2.1.1, é tida como o grande guia do jornalismo. Porém, as formas narrativas propostas pela Revista AzMina permitem observar que existem diferenças na aplicação desse postulado, pois não são construídas de forma mecanicista, mas são resultantes do exercício da função social do jornalismo, da criticidade posta sobre os relatos, dados e acontecimentos coletados no processo de apuração e nos modos de organizar e narrar as informações.

A prática da criticidade faz parte de conhecimentos localizados, o que se relaciona com a escolha das fontes que vão 'atravessar os portões' e contribuir com a contextualização, ampliação e aprofundamento das informações de forma coerente ao que a Revista produz e representa. Na AzMina foi perceptível a presença da "voz diferente", pessoas que não correspondem ao padrão masculinista, branco e heteronormativo, como fontes das reportagens (ver Apêndice C), isso feito com base na "ética do cuidado" (KUHNEN, 2014) aplicada à essas fontes, aliada à responsabilidade e o "compromisso do profissional com a sociedade" (FREIRE, 2021[1979]). Dessa forma, é possível propor a prática de um olhar crítico e social às informações circulantes e sobre as práticas jornalísticas, sem comprometer os procedimentos de apuração e checagem, visando informar com qualidade e criticidade, de modo a contribuir para a construção de um processo de mudanças sociais.

Essas inferências foram possíveis graças às escolhas metodológicas de interação entre o estudo de caso e a análise temática, um "braço" da análise de conteúdo. Entendemos que ter acesso aos bastidores da Revista AzMina por meio de entrevistas poderia acrescentar uma outra camada de compreensão às análises e incrementar os resultados. Porém, não consideramos que essa ausência tenha prejudicado os resultados obtidos, tendo em vista que os produtos dos processos (as reportagens) nos possibilitaram coletar e analisar informações que trouxeram as respostas pertinentes ao problema de pesquisa. Com isso, concluímos que os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram atingidos.

Trabalhar com a perspectiva do jornalismo generificado nos trouxe o suporte para observar a construção do jornalismo hegemônico e apontar lugares onde é possível tensionar o que tem sido posto como o "correto" e "tradicional", podendo compreender que o jornalismo também se estrutura sobre questões de gênero que precisam ser consideradas em um esforço de romper com os ideais já postos que reforçam padrões de exclusão. Precisamos continuar com o olhar atento sobre o jornalismo a partir dessa perspectiva para que seja possível contribuir com a construção de uma profissão que vá além de uma figura masculina, branca e rica e que tenha como característica o cuidado, a cooperação, a inclusão e o olhar atento, dedicado e minucioso

com os processos da produção jornalística, que seja um jornalismo que represente, ouça e que seja produzido por pessoas com diferentes expressões de gênero, raça e classe a partir de uma escuta e observação atenta à nossas questões sociais.

A partir da reflexão e dessas observações traçamos as nossas críticas e contribuições para que, em um esforço conjunto, possamos consolidar o jornalismo crítico, humanizado e comprometido com a sua função social, sem se revestir de uma perspectiva de neutralidade e imparcialidade para esconder interesses, mas sendo consciente do seu papel posicionado de transformador social. Que o tecnicismo não oculte o caráter político e potencial transformador do jornalismo e que a narrativa que contribui com a construção social seja embasada em dados, fatos e informações, mas que por ela permeie a compreensão, a representatividade e presença de diferentes vozes, a imagem de diferentes rostos e cores, que o texto jornalístico não seja mais uma arma que reforça estereótipos e marginaliza corpos e localidades, mas que seja uma arma de combate, como propõe a pesquisadora Moraes (2022), e retrate os fatos com sensibilidade, criticidade e responsabilidade de quem ajuda a construir contextos.

Contudo, é importante destacar que os temas abordados e o objeto de análise se mostram espaços amplos para investigações futuras no campo, pensando a partir das perspectivas de inovação na aplicação das práticas da profissão, como também nas possibilidades comunicacionais e das práticas do jornalismo no espaço *online*. O jornalismo tem muito o que nos ofertar, que sejamos fortes para explorar esses espaços e contribuir com a reflexão sobre nossas práticas e a consolidação do nosso campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. Ensaio (Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo). Universidade Federal da Paraíba, 2005. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=856. Acesso em: 12 jun. 2022.

AGUIAR, Sonia. Formação da cidadania: comunicação e informação da sociedade. In: LOUREIRO, Carlos Frederico. **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003, p.131-164.

AGUIAR, Sonia; RODRIGUES, Hyvana. Princípios editoriais de um jornalismo engajado: o caso da revista digital feminista AzMina. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/principios-editoriais-de-um-jornalismo-engajado-o-caso-da-revista-digital-femini. Acesso em: 04 jan. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

ALBUQUERQUE, Camila Barros de. **A produção digital feminista**: uma análise dos conteúdos e das estratégias de divulgação da revista AzMina nos seus canais de comunicação online. Dissertação (Mestrado em Novos Media e Praticas Web). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Portugal, 2021. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/129599/1/DISSERTAÇÃO_arquivo_final.pdf

ANDRADE, Samária; PEREIRA, Fábio. Mídia Ninja: engajamento, emoção e vínculo na arena da comunicação. Dossiê: Cidade, imagem e emoções. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, 2020, v. 19, n. 55, pp. 99-117. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Art-6_Dossie_Resumo_RBSEv19n55abril2020.pdf. Acesso em: 30 dez 2022.

ARAGÃO, Wagner de Alcântara. Muito ou pouco? A recorrência de teses e dissertações sobre jornalismo alternativo. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/muito-ou-pouco-a-recorrencia-de-teses-e-dissertacoes-sobre-jornalismo-alternativ?lang=pt-br. Acesso em: 12 fev. 2023.

AZEVEDO, Jade Vilar de. **Quando AzMina falam**: um estudo de caso sobre o jornalismo feminista, digital e interseccional na revista AzMina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFPB. João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22002 Acesso em: 10 mar. 2023

AZMINA, Equipe. Nosso feminismo não é só para mulheres. **Revista AzMina** [online], São Paulo, 27 out. 2021. Disponível em: https://azmina.com.br/colunas/nosso-feminismo-nao-e-so-para-mulheres/ Acesso em: 03 jul. 2022

AZMINA, Revista Digital. **Revista Digital AzMina**. São Paulo, Brasil (Online). Disponível em: https://azmina.com.br/. Acesso em: 18 jan. 2022.

BACCIN, Alciane Nolibos. Mudanças estruturais no jornalismo: resgatando os clássicos para entender a construção dos acontecimentos nas redes. **Anais** do 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Brasília, Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: https://cutt.ly/ZJOLMWc. Acesso em: 6 jun. 2022.

BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. **Jornalismo feminino em Santa Catarina**: uma análise do suplemento Donna DC, do Diário Catarinense. 2012. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

BARCELLOS, Luíza Buzzacaro. **"Não é ativismo, é jornalismo"**: os feminismos do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Unisinos, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9760 Acesso em: 10 mar. 2023

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BAUER, Martin; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – Evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 17-36.

BAUER, Martin; AARTES, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.39-63

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica, uma revisão. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7ª ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p.189-218

BELMONTE, Roberto Villar. **O Jornalismo ambienta**l: três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRGS, Porto Alegre, 2020.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira da História da Mídia**, v. 6., n. 2. jul./dez. 2017, p. 110-125. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656. Acesso em: 25 set. 2021.

BERGER, Christa. HEUSER, Vanessa. Imprensa Feminista. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p. 373-378.

BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, e58720, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n258720. Acesso em: 10 mar. 2023

BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. **labrys, études féministes/ estudos feministas,** jul /dez 2011 - jan /jun 2012. Disponível em: https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm Acesso em: 30 ago. 2022.

BRIXIUS, Leandro José. **Objetividade jornalística:** Um estudo a partir das rotinas de produção das editorias de política de Zero Hora e Correio do Povo. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2006.

BUITONI, Dulcília S. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CABRAL, Eugênia Melo. **Primeiras histórias –** O surgimento das imprensas feminina e feminista no Brasil. v. 14, n. 10, 2008. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/cabral-eugenia-primeiras-historias.pdf. Acesso em: 03 mai. 2022.

CABRAL, Lucas Santo Carmo; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani; AMARAL, Muriel Emílio P. Para pensar um jornalismo interseccional: propostas epistemológicas. **Âncora – Revista Latino-Americana De Jornalismo**, v. 8, p. 40-59, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ancora/article/view/60870 Acesso em: 10 mar. 2023

CALADO, Karolina. **Narrativas jornalísticas na mídia independente**: vozes, temáticas e estratégias argumentativas. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, UFPE, 2019.

CAMPONEZ, C. Entre verdade e respeito – por uma ética do cuidado no jornalismo. **Comunicação e Sociedade**, *[S. l.]*, v. 25, p. 110-123, 2014. DOI: 10.17231/comsoc.25(2014).1863. Disponível em: https://revistacomsoc.pt/index.php/revistacomsoc/article/view/873. Acesso em: 20 mai. 2022.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. Imprensa feminista brasileira pós-74**. Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, (N.E), p. 37-55, set-dez. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/dJmTbJTv3BGrsLfbTGgfsqF/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 03 mai. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org). **Pensamento feminista**: conceito fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 271-289.

CELESTINO, Helena. Diversidade na pauta e nas redações. In: COSTA, Caio Túlio; et al. **Tempestade Perfeita**: sete visões da crise do jornalismo profissional. Rio de Janeiro: História Real, 2021. p. 271-348.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; PAUL, Dairan. O jornalismo cuidadoso salva vidas. **Revista Coletiva** (Online), nº 29, Dossiê Cuidado, set-dez 2020. Disponível em: https://www.coletiva.org/dossie-cuidado-n29. Acesso em: 23 mai. 2022.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade? In*:* COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 14-19.

CORREIA, João Carlos. A construção social da realidade e o jornalismo como profissão especializada. In*:* CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro (Orgs.). **Pesquisa em Media e Jornalismo - Homenagem a Nelson Traquina.** Covilhã: Livros LabCom, 2012, p. 80-105. Disponível em: https://labcom.ubi.pt/ficheiros/20121127-jorgepedrosousa_homenagem_traquina.pdf#page=88 Acesso em: 6 jun. 2022.

COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Explosão Feminista**: arte, cultura, política e universidade. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista**: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos Feministas. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p.468-473.

DORNELLES, Beatriz. Imprensa "engajada" en movimientos comunitários. **Redes.com:** revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación, 2006, n. 3, p. 369-376. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3664957 Acesso em: 12 jul. 2022

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. **Brazilian Journalism Research** (Versão em português), v. 1, n 1, jul./dez. 2008, p. 121-131. Disponível em: https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167/166. Acesso em: 25 set. 2021.

DUARTE, Márcia Yukiko Matsuuchi. Estudo de Caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ERBOLATO, Mário. **Jornalismo Especializado**. São Paulo, Atlas. 1981

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. Estudos culturais feministas: a importância de afirmar uma nomeação. **LÍBERO**, n. 46, p. 10-25, 2020. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1207/1109. Acesso em: 07 jul. 2022.

ESMITIZ, Francielle. Jornalismo feminino e feminista: uma análise do Portal Catarinas. **Anais...** 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2019. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1849-1.pdf. Acesso em: 25 mai. 2022.

ESMITIZ, Francielle. **Jornalismo feminista:** uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

FELDMANN, Anna Flávia. **Feminismo em pauta**: um estudo sobre mulheres e jornalismo alternativo. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, ECA-USP, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-27122018-101749/publico/AnnaFlaviaFeldmann.pdf Acesso em 09 mar. 2023

FERNANDES, Bruno. **A Teoria Clássica do Gatekeeper e do Newsmaking na Rádio**: O caso da RDP. 2011. Dissertação (Mestrado em Jornalismo), Universidade da Beira Interior, Corvilhã, 2011. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1311/1/Tese_Bruno_Fernandes.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FERREIRA, Nara Torrecilha. Ações afirmativas raciais e a atuação do Jornal Folha de S. Paulo. **Cadernos de Pesquisa** [online], 2019, v. 49, n. 171. p. 110-128. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053145467>. Acesso em: 30 dez 2022.

FRANCISCATO, Carlos E. Inovações tecnológicas e transformações no jornalismo com as redes digitais. **Revista GEINTEC** - Gestão, Inovação e Tecnologias, São Cristóvão, v. 4, n. 4, 2014. Edição especial. Disponível em: <http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/558>. Acesso em: 03 fev. 2023.

FRANCISCATO, Carlos. Limites teóricos e metodológicos nos estudos sobre noticiabilidade. In: SILVA, Gislene; SILVA, Marcos Paulo da; FERNANDES, Mario Luiz (Org.). **Critérios de noticiabilidade**: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular, 2014. p.85-113.

FRANCISCATO, Carlos. Novas perspectivas para uma sistematização das teorias do jornalismo. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 658–676, 2015. DOI: 10.19132/1807-8583201534.658-676. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58516. Acesso em: 7 jun. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Ed. 49. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2021 [1967].

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Ed. 47. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2021 [1979].

FUTURAR: tecnologias negras e novos imaginários. Revista Digital AzMina, São Paulo, 20 jul. 2021 (Online). Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/futurar-tecnologias-negras-e-novos-imaginarios/. Acesso em: 17 jan. 2023.

GARCEZ, Bibiana. **O jornalismo alternativo atento às mulheres**: Uma análise dos portais brasileiros Revista AzMina e Gênero e Número. Dissertação (Mestrado), Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Mestrado em Jornalismo e Comunicação, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2020. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/93648 Acesso em 09 mar. 2023

GEHRKE, Marília. O resgate da objetividade como método aplicado ao jornalismo guiado por dados. *In*: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - 15º SBPJor, 2017. **Anais** [...] São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354582269. Acesso: 19 de jan. de 2022.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.139-150.

HENRIQUES, Rafael Paes. O problema da objetividade jornalística: duas perspectivas. **Griot** : Revista de Filosofia, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, p. 256–268, 2018. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.796. Disponível em: http://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/796. Acesso em: 26 jul. 2022.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 193-210, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt. Acesso em: 08 jul. 2022.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IJUIM, Jorge Kanehide. Humanização e desumanização no jornalismo: algumas saídas. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 7, n. 2, p. 117–137, 2012. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/290. Acesso em: 9 jan. 2023.

IJUIM, Jorge Kanehide. Por que humanizar o jornalismo (?). **Verso e Reverso** v. 31 n. 78, p. 235-243, 2017. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07 Acesso em: 09 jan. 2023.

KARAWEJCZYK, Mônica. Sufragismo/Sufragetes. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p.611-615.

KUHNEN, Tânia Aparecida. A ética do cuidado como teoria feminista. In: III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. **Anais...** (online). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 27-29 mai. 2014. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf. Acesso em: 23 mai. 2022.

LAGO, Claudia; KAZAN, Evelyn; THAMANI, Manuela. Jornalismo e Estudos de Gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: **Anais...** 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville (SC), 2018. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1779-1.pdf Acesso em 09 mar. 2023

LEITE JUNIOR, Edson Francisco. A Necessidade da Atualização do Conceito de Objetividade Jornalística: do mito ao método. In: **Anais**… IV Conferência do Pensamento Comunicacional Brasileiro, 2017, São Paulo. São Paulo, Intercom, 2017. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/pensacom2017/lista_area_gt1.htm. Acesso em: 28 de jan. 2022.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-41, jun. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext&tlng=es#back3. Acesso em: 03 mai. 2022.

LOOSE, Eloisa Beling. Jornalismo engajado? A cobertura das greves pelo clima em veículos não hegemônicos do Brasil. **Revista Interin** [online], 2022, v. 27, n. 1. p. 101-119. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/i/article/view/2714>. Acesso em: 30 dez. 2022.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação**. 7ed. São Paulo: Edições Layola, 2003

LOTIF, Juliana. Linguagem gráfica na construção da narrativa visual das reportagens. In: 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2021, Virtual. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Intercom, 2021. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/lista_area_DT6-PE.htm. Acesso em: 30 nov. 2022.

MAIS mulheres, mais negros, menos avanço. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 4 de outubro de 2022 (Online). Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/mais-mulheres-mais-negros-menos-avanco/. Acesso em: 26 jan. 2023.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *In*: **Anais** do 38º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2014. Disponível em: https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file Acesso em: 01 fev. 2023.

MONITORA- Eleições 2022. **Revista Digital AzMina**. São Paulo. Projetos. Disponível em: https://azmina.com.br/projetos/monitora-eleicoes-2022/ Acesso em: 18 mar 2023.

MORAES JÚNIOR, Enio Moraes; ANTONIOLI, Maria Elisabete. Jornalismo e newsmaking no século XXI: novas formas de produção jornalística no cenário online. **Revista ALTERJOR,** Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP), ano 07, v. 02, ed. 14, jul.-dez. 2016. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/download/121436/118330/226493. Acesso em: 28 de jul. 2022.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Editora Arquipélago. Porto Alegre, 2022.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, *[S. l.]*, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. DOI: 10.11606/extraprensa2019.153247. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153247. Acesso em: 19 dez. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **"Profissionalismo" e "objetividade"**: o jornalismo na contramão da política. BOCC: Biblioteca on-line de ciências da comunicação. LabCom–Laboratório de

Comunicação On-Line: Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, p. 1-14, anual 2002. Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylvia-profissionalismo-jornalismo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2022.

MORETZSOHN, Sylvia. **A velocidade como fetiche**–o discurso jornalístico na era do "tempo real". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2000. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-2.html Acesso em: 13 jun. 2022.

MULHERES vão ocupar apenas 18% das cadeiras nas assembleias dos estados. **Gênero e Número**, Rio de Janeiro, 8 de outubro de 2022 (Online). Disponível em: https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-vao-ocupar-apenas-18-das-cadeiras-nas-assembleias-dos-estados/. Acesso em: 26 jan. 2023.

NÃO somos neutros porque não somos indiferentes. Marco Zero Conteúdo (*newsletter online*). Recife, 17 de junho de 2022. Disponível em: https://mailchi.mp/729179e25001/newslettermzc38-11524567?e=e0673b863d. Acesso em: 14 fev 2023.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PARANHOS, Verena. **AzMina quer te ouvir! Participe da nossa comunidade Amplifica**. Revista AzMina, São Paulo, Brasil, 11 abr. 2022 (Online). Disponível em: <https://azmina.com.br/colunas/amplifica-azmina-e-nucleo-lancam-ferramenta-de-escuta-social-para-se-conectarem-com-suas-comunidades/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo no Brasil - após 1950**. Felipe Pena, 2017. Artigos. Disponível em: http://www.felipepena.com. Acesso em: 25 de jan. de 2022.

PENHA. Revista Digital AzMina. São Paulo, Brasil (Online). Disponível em: https://azmina.com.br/projetos/assistente-virtual-penha-twitter/. Acesso em: 05 fev. 2023.

PENHAS: criando conexões contra a violência. Revista Digital AzMina. São Paulo, Brasil (Online). Disponível em: https://azmina.com.br/projetos/penhas/. Acesso em: 05 fev. 2023.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10ª, Monterrey, Nuevo León, México, 2019. **Anais** [...]. s. l.: ALACIP; Asociación Mexicana de Ciencias Políticas A.C. (AMECIP); Tecnológico de Monterrey, 2019. Disponível em: https://alacip.org/cong19/25-perez-19.pdf. Acesso em: 13 out. 2021.

PERUZZO, Cicilia. Cidadania comunicacional e tecnopolítica: feições do midiativismo no âmbito dos movimentos sociais populares. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Midiativismo**: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. p. 43-61.

PERUZZO, Cicilia. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporanea**: comunicação e cultura, Salvador/BA, v. 11, n. 1, p. 138-158, jan./abr. 2013.

QUEM SOMOS. Revista Digital AzMina. São Paulo, 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/ Acesso em: 8 nov. 2022

QUEM SOMOS. Revista Digital AzMina. São Paulo, 2023. Disponível em: https://azmina.com.br/revista-azmina/ Acesso em: 15 jan. 2023

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista Sul-Sul**, v.1, n. 3, p. 57-76, 2021. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/136148. Acesso em: 26 jan. 2023.

ROCHA, S. Suplementos Jornalísticos e Universidade: Informação ou Imagem. **E-Compós**, [S. l.], v. 7, 2006. DOI: 10.30962/ec.120. Disponível em: https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/120. Acesso em: 5 jan. 2023.

RODRIGUES, Hyvana; AGUIAR Sonia. Objetividade e engajamento no jornalismo feminista: uma convivência possível? In: **Anais eletrônicos** [...] 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022, João Pessoa. São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0719202214294262d6ea0683de9. Acesso em: 30 dez. 2022.

SANTOS, Heloisa Souza dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista**: análise do Think Olga e Revista AzMina. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Unesp, Bauru, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/190669/santos_hs_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y Acesso em 09 mar. 2023

SANTOS, Letícia de Faria Ávila. Interseccionalidade no jornalismo: potencialidades do jornalismo com perspectiva de gênero. In: **Anais...** 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2022). João Pessoa, UFPB, 2022. Disponível em: https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0425202209183962669l9f7768b Acesso em 09 mar. 2023

SARMENTO, Rayza. O feminismo no jornalismo. **Cadernos Pagu** [*online*]. 2020, n. 58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202000580002>. Acesso em: 09 jul 2022.

SCHANDER, Gabriela Braga. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo**: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista AzMina. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229100 Acesso em 09 mar. 2023

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica . In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org). **Pensamento feminista**: conceito fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

SEIXAS, L. F.; ALVES, J. B. Do que se trata noticiabilidade. **Intexto**, Porto Alegre, n. 38, p. 157–172, 2017. DOI: 10.19132/1807-8583201738.157-172. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/61947. Acesso em: 27 jul. 2022.

SILVA, Gislene. A engrenagem da noticiabilidade no meio do redemoinho. **Revista Observatório**, v. 4, n. 4, p. 308-333, 29 jun. 2018. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/5502. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **MATRIZes**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 197-212, 2011. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v3i1p197-212. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38248. Acesso em: 6 jun. 2022.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em jornalismo e mídia**, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830. Acesso em: 15 jun. 2022.

SILVA, Ricardo. O papel social do jornalismo cívico e a interação midiática entre o jornalista e as minorias sociais. **Revista de Ciências Humanas**, 2012, v. 12, n. 1, p. 52-65. Disponível em: https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/13169/1/artigo5vol12-1.pdf. Acesso em: 30 dez. 2022.

SIMÕES, Antonio. **Jornalismo de soluções.** Curitiba: Appris, 2022.

SPONHOLZ, Liriam. As objetividades do jornalista brasileiro. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 69-77, jun./2008. Disponível em: https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/602 Acesso em: 12 jun. 2022.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. O Jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 41–56, 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/1990. Acesso em: 2 ago. 2022.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. A especialização jornalística como teoria e objeto: contornos e limites. **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.1, p.96-116, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/view/160/104. Acesso em: 17 out 2022.

TAVARES, Frederico. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Revista Estudos em Comunicação**, 2009, nº 5, pp. 115-133. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf Acesso em: 02 jan 2023

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo Cívico. In: PEIXINHO, Tereza et.al (org.). **20 anos de Jornalismo contra a Indiferença.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 293-306.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, v. 2, n. 2, 2005

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalism**o: teorias, questões e "estórias". Lisboa: Vega, 1993. p. 74-90.

VEIGA DA SILVA, Marcia. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 9, p. 490-505, 2012

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: um estudo sobre os modos de produção das notícias. Dissertação (Mestrado). Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. In: MAROCCO, Beatriz, ZAMIN, Angela, VEIGA DA SILVA, Marcia. (Org.). **Livro de Repórter**: autoralidade e crítica das práticas. 1ed. Santa Maria/RS: FACOS/UFSM, 2019, v. 1, p. 201-232.

VEIGA DA SILVA, Márcia; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **ANAIS...** 28° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: https://proceedings.science/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora. Acesso em: 19 abr 2022.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. p.304-307.

WEBER, Carolina Teixeira. Gatekeeper e gatewatching – repensando a função do selecionador no webjornalismo. In: **Anais eletrônicos** [...] Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 11, 2010, Novo Hamburgo. São Paulo: Intercom, 2010. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-0493-1.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

WEFFORT, Francisco Correa. Educação e política; Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade. *In*: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Ed. 49. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2021[1967]. p. 07-39.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo: a perspectiva de gênero na produção jornalística e na formação profissional. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica (orgs.). Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo. São Paulo: Intercom, 2018. pp. 53-68. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/352227653_Desigualdades_Relacoes_de_Genero_e_Estudos_de_Jornalismo Acesso em: 10 mar. 2023.

Reportagens com citação direta na análise:

AZOUBEL, Sarah. **Complicadas demais para serem estudadas?** Revista AzMina [online], São Paulo, 31 ago. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/complicadas-demais-para-serem-estudadas/ Acesso em: 15 mar 2023

BELIN, Lu. **Louca, doida, maluca**: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições. Revista AzMina [online], São Paulo, 06 set. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/monitora-2022-misoginia-ofensas-candidatas/ Acesso em: 15 mar 2023

CAVALCANTE, Aldenora; ARAÚJO, Jade; OMATI, Ananda. **“Recomendamos que você aborte”**. Revista AzMina [online] Piauí, 15 jun. 2022. Disponível em

https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-com-deficiencia-sao-orientadas-a-interromper-gestacao/ Acesso em: 15 mar 2023

FRANÇA, Graziela; DANTAS, Karina. **Ofensas nas redes sociais reforçam misoginia e xenofobia contra candidatas nordestinas**. Revista AzMina [online], Alagoas, 21 out. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/ofensas-nas-redes-sociais-reforcam-misoginia-e-xenofobia-contra-candidatas-nordestinas/ Acesso em: 15 mar 2023

PEREIRA, Jullie. **"Vivenciar a violência como candidata me assustou", diz Vanda Witoto**. Revista AzMina [online], Amazonas, 10 out. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-e-realidade-para-candidatas-indigenas/ Acesso em: 15 mar 2023

PESSOA, Fernanda. **Mulheres negras e indígenas resistem à violência política no estado mais branco do Brasil**. Revista AzMina [online], Santa Catarina, 26 set. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-e-indigenas-resistem-a-violencia-politica-no-estado-mais-branco-do-brasil/ Acesso em: 15 mar 2023

SOUSA, Natália. **Feministas evangélicas se organizam para combater o fundamentalismo religioso**. Revista AzMina [online], São Paulo, 22 ago. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/feministas-evangelicas-se-organizam/ Acesso em: 15 mar 2023

SOUSA, Natália. **Onde começa a transição de gênero?** Revista AzMina [online] São Paulo, 28 jun. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/onde-comeca-a-transicao-de-genero/ Acesso em: 15 mar 2023

SOUSA, Natália. **Você sabe o que é revitimização institucional?** Revista AzMina [online], São Paulo, 03 ago. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/voce-sabe-o-que-e-revitimizacao-institucional/ Acesso em: 15 mar 2023

SUAREZ, Joana. **Misoprostol**: o remédio que poderia salvar vidas, mas manda para a cadeia, Revista AzMina [online] Minas Gerais, 21 set. 2022. Disponível em: https://azmina.com.br/reportagens/misoprostol-o-remedio-para-aborto-que-poderia-salvar-vidas/. Acesso em: 15 mar 2023.

APÊNDICE A – Perfis das jornalistas da equipe fixa

Tabela 8 – Perfis profissionais, habilidades e interesses das jornalistas que fazem parte da equipe fixa da AzMina
* Legendas: S.I. = Sem informação

Setor	Cargo	Formação	Experiência anterior	Expertise	Causas de interesse	Idiomas
Diretoria	Diretora de conteúdo	Especializada em jornalismo de investigação, dados e visualização pela Universidad Rey Juan Carlos; Mestrado em Mídias Criativas (ECO-UFRJ)	Aos Fatos, Época, Canal Meio, IstoÉ, iG e Folha de S.Paulo	Jornalismo de dados, gerenciamento de projetos, metodologias ágeis (é Scrum Master), tecnologia e inovação. Prêmio de Jornalismo Gabriel García Márquez e Cláudio Weber Abramo de Jornalismo de Dados	S.I.	Inglês; Espanhol
	Diretora institucional e de captação	Mestranda em Administração Pública e Governo na FGV-SP	Cobriu economia, política e judiciário para o Valor Econômico em SP e DF	Jornalismo, captação, economia	Maternidade, direitos humanos	Inglês; Espanhol
	Diretora de operações e tecnologia	Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA)	Cobriu cidade e cultura no Bahia Notícias, iBahia e no Jornal Correio	Jornalismo, comunicação e cultura	Combate à violência contra a mulher (coordena o PenhaS)	Inglês

Audiovisual	Diretora audiovisual	Pós-graduanda em Antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP)	revistas Trip e TPM; colaborações para Marie Claire, Cláudia e Piauí.	Videomaker: repórter, roteirista, diretora e montadora de vídeo-reportagens e documentários para a internet	sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos; violência	Inglês; Espanhol; Francês
	Roteirista	Pós-graduanda em Filosofia e Autoconhecimento na PUC-RS	TV Bandeirantes, Record TV, RedeTV e Estadão	Saúde e comportamento; autora do podcast de autoconhecimento "Para dar nome às Coisas"	S.I.	--
Captação	Gerente de captação e parcerias	Especializada em administração pela Faculdade (sic) Getúlio Vargas (FGV)	repórter de cultura (A Tarde e Correio - BA)	Jornalismo, administração, comunicação institucional, marketing	S.I.	Inglês; Espanhol; Francês
Jornalismo	Gerente de jornalismo	Mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA); Doutoranda...	repórter e editora A Tarde, Correio; correspondente regional do Portal Terra, do Zero Hora e da Rádio Gaúcha	Jornalismo de Dados e a cobertura de pautas sobre mulheres (doutorado); uso de dados públicos abertos; transparência pública; legislação em direitos humanos	Direitos humanos, violência política de gênero	Inglês;
	Gerente de jornalismo	S.I.	8 anos em mídia impressa e rádio de Belo	Reportagem, podcast, jornalismo investigativo,	Direitos sexuais e reprodutivos, violência contra	Inglês

			Horizonte; freelancer para Folha de São Paulo, Agência Pública, Repórter Brasil, Projeto Colabora, The Intercept Brasil, Revista Piauí, Época, El País, Marco Zero Conteúdo, The Independent, entre outros.	questões de gênero, pautas de saúde e bioética; prêmio do Global Health Reporting Contest 2018 (ICFJ) por uma reportagem sobre aborto	a mulher, encarceramento feminino, direitos humanos	
	Repórter	Especializada em Jornalismo Cultural na PUC-SP; MBA em Relações Governamentais pela FGV-SP; pós-graduanda em Jornalismo de Dados, Automação e Data Storytelling no Insper	Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, Câmara dos Deputados e Câmara Municipal de São Paulo; Núcleo Jornalismo	Reportagem política, cobertura de eleições, monitoramento de casas legislativas e gerenciamento de crises; cobertura política com foco em tecnologia e redes sociais; investigação e análise de dados	S.I.	Inglês

* Até 10/03/2023. Fonte: Elaboração própria com base na página do Quem Somos" e links para os perfis da equipe (https://azmina.com.br/revista-azmina/)

APÊNDICE B – Tabela geral do *Corpus*

Tabela 9 -- Informações gerais do *corpus* da pesquisa

N	Data	Título	Formato	Indicador	Seção	Abordagem a partir da análise	Endereço
1	07/06/2022	Como lidar com a falta de tesão?	Vídeo – Youtube (programa mensal)	Saúde e sexo	“Exausta e com tesão”	Entrevista dialógica / Informal	https://azmina.com.br/reportagens/como-lidar-com-a-falta-de-tesao/
2	10/06/2022	Amber Heard e Johnny Deep: quais os impactos que esse caso tem na luta das mulheres?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Violência contra a mulher	"Gênero em tudo"	Análise de caso de grande repercussão	https://azmina.com.br/reportagens/amber-heard-e-johnny-deep-quais-os-impactos-que-esse-caso-tem-na-luta-das-mulheres/
3	14/06/2022	O amor romântico existe para as mulheres negras?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	"Gênero em tudo"	Análise didática	https://azmina.com.br/reportagens/o-amor-romantico-existe-para-as-mulheres-negras/
4	15/06/2022	“Recomendamos que você aborte” (JE)	Texto (com links de Leia Mais) + Link para podcast externo	Feminismos	-	Denúncia	https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-com-deficiencia-sao-orientadas-a-interromper-gestacao/
5	21/06/2022	Por que é tabu falar de menopausa precoce?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Didática e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/por-que-e-tabu-falar-de-menopausa-precoce/
6	28/06/2022	Comunicação para todes, todos e todas	Texto (Leia Mais)	Comportamento	Manual resumido de linguagem	Contém instruções / Didática	https://azmina.com.br/reportagens/manual-para-comunicacao-neutra/
7	28/06/2022	Onde começa a transição de gênero?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Política	“Gênero em Tudo"	Entrevista unilateral / Didática / Relato de experiência	https://azmina.com.br/reportagens/onde-comeca-a-transicao-de-genero/
8	01/07/2022	O que é dororidade?	Texto	Comportamento	-	Didática - Explicação de um termo	https://azmina.com.br/reportagens/o-que-e-dororidade/
9	06/07/2022	Como funciona o aborto legal no Brasil?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Didática - Esclarecimento de direitos	https://azmina.com.br/reportagens/como-funciona-o-aborto-legal-no-brasil/

10	06/07/2022	Como autoridades potencializam ataques misóginos e racistas contra jornalistas nas redes	Texto + Infográfico + Prints	Política	-	Investigativa	https://azmina.com.br/reportagens/como-autoridades-potencializam-ataques-misoginos-e-racistas-contra-jornalistas-nas-redes/
11	14/07/2022	Você sabe o que é pegging?	Vídeo – Youtube (programa mensal) + Transcrição	Feminismos	“Exausta e com tesão”	Entrevista dialógica / Informal	https://azmina.com.br/reportagens/voce-sabe-o-que-e-pegging/
12	19/07/2022	Depressão pós-parto: “Eu achei que era normal”	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Entrevista unilateral / Informativa	https://azmina.com.br/reportagens/depressao-pos-parto-eu-achei-que-era-normal/
13	21/07/2022	Medo, morte e abandono rondam defensoras do meio ambiente	Texto + Interatividade + Vídeo + Fotos + Infográfico	Feminismos	"Ameaçadas" + "Gênero em Tudo"	Investigativa	https://azmina.com.br/reportagens/medo-e-abandono-rondam-defensoras/
14	03/08/2022	Sabedoria ancestral em potinhos	Texto + Leia Mais + Fotos	Comportamento	-	Informativa e didática	https://azmina.com.br/reportagens/autocuidado-ancestral-em-potinhos/
15	03/08/2022	Você sabe o que é revitimização institucional?	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Violência contra a mulher	"AzMina dá a letra"	Didática e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/voce-sabe-o-que-e-revitimizacao-institucional/
16	09/08/2022	Paternidade trans: “você está grávido”	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Saúde e sexo	“Gênero em Tudo"	Relato de experiência	https://azmina.com.br/reportagens/paternidade-trans-voce-esta-gravido/
17	10/08/2022	O que define sexo masculino ou feminino?	Episódio de Podcast	Feminismos	"Corpo Especulado"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/o-que-define-sexo-masculino-ou-feminino/
18	16/08/2022	A diferença entre sexo, gênero e orientação sexual	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Saúde e sexo	"AzMina dá a letra"	Didática e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/a-diferenca-entre-sexo-genero-e-orientacao-sexual/
19	17/08/2022	Como a ginecologia explorou o corpo feminino ao longo da história?	Episódio de Podcast	Feminismos	"Corpo Especulado"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/como-a-ginecologia-explorou-o-corpo-feminino/

20	22/08/2022	Feministas evangélicas se organizam para combater o fundamentalismo religioso [contém errata]	Texto + Vídeo + Fotos	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Informativa/ Relato de experiência	https://azmina.com.br/reportagens/feministas-evangelicas-se-organizam/
21	24/08/2022	Histéricas, lobotomizadas e medicalizadas	Episódio de Podcast	Saúde e sexo	"Corpo Especulado"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/histericas-lobotomizadas-e-medicalizadas/
22	31/08/2022	Complicadas demais para serem estudadas?	Episódio de Podcast	Saúde e sexo	"Corpo Especulado"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/complicadas-demais-para-serem-estudadas/
23	06/09/2022	Louca, doida, maluca: misoginia domina ofensas a candidatas nessas eleições	Texto + Infográfico + Prints	Política	"MonitorA"	Investigativa	https://azmina.com.br/reportagens/monitora-2022-misoginia-ofensas-candidatas/
24	07/09/2022	Cadê o clitóris que estava aqui?	Episódio de Podcast + Vídeo -- YouTube (programa quinzenal)	Saúde e sexo	"Corpo Especulado" + "AzMina dá a letra"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/ciencia-clitoris/
25	12/09/2022	Prender homens e armar mulheres: as soluções do Congresso para a violência de gênero no Brasil	Texto + Infográfico	Política	"Elas no Congresso"	Informativa e Investigativa	https://azmina.com.br/reportagens/elas-no-congresso-violencia-de-genero-armas-punitivismo/
26	13/09/2022	Como a violência política de gênero acontece na prática	Vídeo – Youtube	Política	"MonitorA"	Didática e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/como-acontece-violencia-politica-de-genero-exemplos/
27	14/09/2022	A cereja do bolo: a história por trás das cirurgias plásticas	Episódio de Podcast	Saúde e sexo	"Corpo Especulado"	Introdutória / Didática e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/a-cereja-do-bolo/
28	15/09/2022	Apesar de serem só 15% do Congresso Nacional, mulheres têm 34,4% das atuações desfavoráveis aos nossos direitos	Texto + Infográfico	Política	"Elas no Congresso"	Investigativa e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/congresso-nacional-mulheres-atuacoes-direitos/
29	21/09/2022	90% dos abortos atendidos pelo SUS são feitos com procedimento ultrapassado	Texto + Infográfico + Vídeo – Youtube	Feminismos	"AzMina dá a letra"	Investigativa e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/abortos-atendidos-pelo-sus-sao-feitos-com-procedimento-ultrapassado/

			(programa quinzenal)				
30	21/09/2022	Misoprostol: o remédio que poderia salvar vidas, mas manda para a cadeia	Texto + Tabela + Infográfico	Feminismos	-	Contextualizadora, investigativa e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/misoprostol-o-remedio-para-aborto-que-poderia-salvar-vidas/
31	22/09/2022	“Você é uma vergonha” e “mimimi”: ofensas a candidatas à presidência reproduzem falas de Bolsonaro	Texto + Infográfico + Prints	Política	"MonitorA"	Investigativa e de análise	https://azmina.com.br/reportagens/monitora-vergonha-mimimi-ofensas-candidatas-presidencia/
32	26/09/2022	Mulheres negras e indígenas resistem à violência política no estado mais branco do Brasil	Texto + Infográfico	Política	"MonitorA"	Informativa e com relatos	https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-e-indigenas-resistem-a-violencia-politica-no-estado-mais-branco-do-brasil/
33	28/09/2022	Aborto: 9 mitos que podem ficar no passado	Texto	Feminismos	-	Didática em tópicos	https://azmina.com.br/reportagens/aborto-9-mitos-que-podem-ficar-no-passado/
34	29/09/2022	Mulher vota em mulher? Isso pode não ser suficiente	Vídeo – Youtube	Política	"Elas no Congresso"	Didático e com dicas	https://azmina.com.br/reportagens/mulher-vota-em-mulher-isso-pode-nao-ser-suficiente/
35	30/09/2022	Quase 60% dos congressistas que são candidatos em 2022 não defenderam mulheres no último mandato	Texto + Infográfico	Política	"Elas no Congresso"	Informativa	https://azmina.com.br/reportagens/elas-no-congresso-candidatos-congressistas-atuacao-mulheres/
36	05/10/2022	Conflitos de terra e ataques de grupos bolsonaristas: a violência política de gênero no Centro-Oeste	Texto + Prints + Banner	Política	"MonitorA"	Informativa	https://azmina.com.br/reportagens/conflitos-de-terra-e-ataques-de-grupos-bolsonaristas-a-violencia-politica-de-genero-no-centro-oeste/
37	06/10/2022	A história da laqueadura no Brasil	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Contextualizadora, explicativa e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/a-historia-da-laqueadura-no-brasil/

38	10/10/2022	“A violência faz parte da nossa realidade, mas vivenciar isso como candidata me assustou”, diz Vanda Witoto, candidata indígena no Amazonas [Houve alteração no título após a coleta]	Texto + Fotos + Prints	Política	"MonitorA"	Apresentação de casos/relatos e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-e-realidade-para-candidatas-indigenas/
39	11/10/2022	Por que o feminismo também deve lutar pelas crianças?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Chamada p/ vídeo / Casos com abordagem histórica	https://azmina.com.br/reportagens/por-que-o-feminismo-tambem-deve-lutar-pelas-criancas/
40	18/10/2022	Por que feminismo não é suficiente pra luta das mulheres indígenas?	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Feminismos	“Gênero em Tudo"	Análise e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/por-que-feminismo-nao-e-suficiente-pra-luta-das-mulheres-indigenas/
41	19/10/2022	Transfobia e violência sequestraram debate sobre candidatas trans e travestis nas redes sociais	Texto + Infográfico + Print	Política	"MonitorA"	Análise	https://azmina.com.br/reportagens/transfobia-e-violencia-debate-sobre-candidatas-trans-e-travestis-nas-redes-sociais/
42	21/10/2022	Ofensas nas redes sociais reforçam misoginia e xenofobia contra candidatas nordestinas	Texto + Infográfico + Print	Política	"MonitorA"	Análise	https://azmina.com.br/reportagens/ofensas-nas-redes-sociais-reforcam-misoginia-e-xenofobia-contra-candidatas-nordestinas/
43	24/10/2022	“Basta ser mulher para sofrer violência política”, avalia candidata à vice-presidência, Mara Gabrilli	Texto + Infográfico + Print	Política	"MonitorA"	Análise e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/basta-ser-mulher-para-sofrer-violencia-politica-avalia-candidata-a-vice-presidencia-mara-gabrilli/
44	25/10/2022	Macho ou murcho: o que a masculinidade frágil de Bolsonaro representa?	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Política	"AzMina dá a letra"	Análise	https://azmina.com.br/reportagens/o-que-a-masculinidade-fragil-de-bolsonaro-representa/
45	27/10/2022	Macumbeira e Micheque: nas redes sociais, violência da corrida presidencial sobra também para Janja e Michelle	Texto + Infográfico	Política		Análise	https://azmina.com.br/reportagens/monitora-primeira-dama-ataques-janja-michelle/

46	02/11/2022	Lula é presidente! E agora, mulheres?	Texto (Transcrição da entrevista)	Política	"Elas no Congresso"	Entrevista dialógica e análise	https://azmina.com.br/reportagens/lula-e-presidente-e-agora-mulheres/
47	03/11/2022	“Nem toda primeira-dama exerce o primeiro-damismo”: historiadora analisa a função das esposas de presidentes	Texto (Transcrição da entrevista)	Política	-	Entrevista dialógica, contexto histórico e análise	https://azmina.com.br/reportagens/nem-toda-primeira-dama-exerce-o-primeiro-damismo-historiadora-analisa-a-funcao-das-esposas-de-presidentes-eleitos-no-brasil/
48	08/11/2022	Coletor, calcinha menstrual ou absorvente de pano?	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Saúde e sexo	"AzMina dá a letra"	Chamada p/ vídeo / Didático e explicativo	https://azmina.com.br/reportagens/coletor-calcinha-menstrual-ou-absorvente-de-pano/
49	09/11/2022	Violência doméstica e filhos: como proteger as crianças na divisão da guarda?	Texto	Violência contra a mulher	-	Didática e explicativa/ Orientação	https://azmina.com.br/reportagens/como-proteger-criancas-na-divisao-de-guarda/
50	17/11/2022	Interseccionalidade: você sabe o que isso tem a ver com o seu feminismo?	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Feminismos	"AzMina dá a letra"	Didática e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/interseccionalidade-voce-sabe-o-que-isso-tem-a-ver-com-o-seu-feminismo/
51	18/11/2022	“A cultura é onde o povo preto se refaz”, diz Laura Santos, mestra de Jongo	Texto + Fotos +Infográfico (mapa) + Vídeos	Cultura	-	Histórica, explicativa e informativa	https://azmina.com.br/reportagens/a-cultura-e-onde-o-povo-preto-se-refaz/
52	21/11/2022	Artistas negras para seguir e indicar	Texto + Fotos	Cultura	-	Informativa e de Entretenimento	https://azmina.com.br/reportagens/artistas-negras-para-conhecer-e-indicar/
53	22/11/2022	Saúde? O IMC é um cálculo machista e racista	Vídeo – Youtube (programa semanal)	Saúde e sexo	“Gênero em Tudo"	Análise e didática	https://azmina.com.br/reportagens/saude-o-imc-e-um-calculo-machista-e-racista/
54	30/11/2022	A história de como o vibrador virou artigo sexual	Vídeo – Youtube (programa quinzenal)	Comportamento	"AzMina dá a letra"	História e explicativa	https://azmina.com.br/reportagens/a-historia-do-vibrador/

Fonte: Elaboração própria com base no *corpus* da pesquisa (2023).

APÊNDICE C – Fontes da Revista AzMina

Tabela 10 – Fontes humanas nas reportagens presentes na análise

INDICADOR	Nº	Nome da fonte	Apresentação	Qualificação
POLÍTICA	7	Liel Marín	[sem idade], jornalista [homem trans]	Sem identificação
		Patrícia Borges	[sem idade], produtora cultural	Sem identificação
		Flora Matheusa	[sem idade], historiadora em formação	Sem identificação
		Ariel Albuquerque	[sem idade], publicitária	Sem identificação
	23	Giovana Durat	[sem idade], psicóloga	Pesquisou recentemente os impactos das questões de gênero na formação das subjetividades das mulheres.
		Fernanda Martins	[sem idade], antropóloga	Diretora do InternetLab e uma das responsáveis pela pesquisa
		Ana Carolina Araújo	[sem idade], gerente de projetos de Jornalismo de Dados d'Azmina	Sem identificação
		Cristiane Brum Bernardes	[sem idade], doutora em Ciência Política	Sem identificação
	25	Vanessa Fogaça Prateano	[sem idade], mestra em Direito	Integra o Núcleo de Pesquisa em Criminologia e Política Criminal do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR.
		Cristiane Brum Bernardes	[sem idade], doutora em Ciência Política	Docente do mestrado profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOR)
		Rosaura de Oliveira Rodrigues	[sem idade], médica ginecologista e obstetra	presidenta do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres de Santa Catarina (CEDIM/SC) e integrante da Rede Feminista dos Direitos Sexuais e Reprodutivos

	28	Danusa Marques	[sem idade], cientista política	diretora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.
	31	Fernanda Martins	[sem idade], antropóloga	Diretora do InternetLab e uma das responsáveis pelo estudo.
		Simone Tebet Via assessoria de imprensa	[sem idade], senadora e candidata à presidência da república	Sem identificação
		Soraya Thronicke	[sem idade], senadora e candidata à presidência da república	Sem identificação
	32	Bia Vargas (PSB) -	[sem idade], única negra a concorrer em chapa majoritária, disputando a cadeira de vice-governadora pela Frente Democrática.	Sem identificação
		Vanda Pinedo (PT) -	[sem idade], da candidatura estadual coletiva Nossa Força, Nossa Voz com outras duas mulheres negras	Sem identificação
		EuniceAntunes Kerexu (PSOL-SC)	[sem idade], única indígena disputando uma vaga na Câmara Federal	Ativista pela educação indígena
		Kerexu	[sem idade], da etnia Mbya Guarani, teve a candidatura anunciada ao lado de outras duas lideranças indígenas femininas no Brasil	Sem identificação
		Fabiana Pinto	[sem idade], coordenadora de incidência e pesquisa no Instituto Marielle Franco	Sem identificação

		Lirous K'yo Fonseca Ávila (PT)	[sem idade], candidata a deputada federal por SC, mulher transgênero, preta e bissexual	Ativista dos direitos da população LGBTQIA+
		Vanda Pinedo (PT)	[sem idade], A professora aposentada pela Rede Estadual de Educação de SC e candidata estadual à Alesc	Militante do MNU compõe a candidatura coletiva Nossa Força, Nossa Voz.
		Kerexu (PSOL)	[sem idade], candidata a deputada federal	Sem identificação
		Carla Ayres (PT)	[sem idade], primeira vereadora lésbica a assumir um mandato em Florianópolis, em 2020. Atualmente, disputa uma cadeira na Câmara Federal.	Sem identificação
		Flávia Biroli	[sem idade], cientista política	Doutora em História pela Unicamp
		Lirous Ávila (PT)	[sem idade], candidata	Sem identificação
		Cíntia Moura Mendonça (PSOL-SC)	[sem idade], co-vereadoras da Coletiva Bem Viver. Disputa o cargo a deputada estadual pelo coletivo Mandata Feminista do Bem Viver. São nove mulheres – entre indígenas, trans, negras, imigrantes, periféricas – que vivem em diferentes localidades de Santa Catarina.	Sem identificação

POLÍTICA	34	S.I. de fontes humanas	-	-
	36	Gabrielle Alves	[sem idade], cientista política	pesquisadora na Plataforma CIPÓ
		Eliane Xunakalo (PT-MT)	[sem idade], candidata a deputada estadual não eleita no estado, Representante do povo Kurâ Bakairi.	Bacharel em Direito e integra o movimento nacional por mais representatividade indígena na política, liderado pela Associação de Povos Indígenas do Brasil (Apib) […] foi diretora da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso (Fepoimt), que encabeça a luta pelos territórios indígenas no estado.
		Rosana Martinelli (PL-MT)	[sem idade], foi a primeira prefeita da história de Sinop. Suplente de Wellington Fagundes, recém-eleito para o Senado Federal pelo partido de Jair Bolsonaro (PL)	Sem identificação
	38	Vanda Witoto	[sem idade], candidata indígena no Amazonas	Militância política em Manaus.
		Participante de comitê político Não quis se identificar	Sem identificação	Sem identificação
		Perpétua Suni,	[sem idade], do povo Kokama, candidata não eleita a deputada estadual	Sem identificação
		Anne Mura,	[sem idade], candidata a vice-governadora	Sem identificação
		Luciana Santos	[sem idade], advogada quilombola	Integrante do coletivo Odaras, que presta consultoria em direito antidiscriminatório

	41	Duda Salabert (PDT-MG)	[sem idade], Deputada Federal	Sem identificação
		Rafaela Sinderski,	[sem idade], doutoranda em Ciência Política pela UFPR	Responsável pelos monitoramentos de ataques e violência de gênero contra jornalistas na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)
		Fernanda K. Martins,	[sem idade], antropóloga	Diretora do InternetLab e uma das responsáveis pelo MonitorA.
		Thabatta Pimenta (PSB)	[sem idade], vereadora do município de Carnaúba dos Dantas (RN) e candidata não eleita a deputada federal	Sem identificação
	42	Teca Nelma	23 anos, vereadora, foi candidata a deputada estadual pelo PSD	Sem identificação
		Cibele Moura	25 anos, deputada estadual reeleita pelo MDB	Sem identificação
		Priscila Lapa	[sem idade], cientista política	professora na Faculdade de Ciências Humanas de Olinda
		Luciana Santana	[sem idade], cientista política	Professora da Universidade Federal de Alagoas (Ufal)
		Bruno César Cavalcanti	[sem idade], professor de Antropologia da Ufal	Professor de Antropologia
		Madalena Gonçalves Castro	[sem idade], cientista política	Secretária executiva da Rede Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais (RedeGen) mestra e doutoranda em Ciência Política pelo IESP/UERJA
		Camila Valadão (PSOL-ES)	[sem idade], vereadora	Assistente social e Doutora em Política Social
INDICADOR	**Nº**	**Nome da fonte**	**Apresentação**	**Qualificação**
VIOLÊNCIA	2	Beatriz Accioly	[sem idade], Doutora em antropologia social	Doutora em antropologia social pela Universidade de São Paulo

	15	Mariani Bortolotti Fiumari	[sem idade], advogada	Advogada
	49	Juliana *Nome fictício	[sem idade], viveu na pele a dificuldade de lidar com a violência tendo uma criança em casa.	Sem Identificação
		Margareth Senna	[sem idade], advogada	Membra da Comissão da Mulher Advogada da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco, integrante da ONG Tamo Juntas e da Coletiva Mana a Mana
		Letícia Ferreira	[sem idade], advogada e co-diretora da ONG Tamo Juntas	Advogada
INDICADOR	**Nº**	**Nome da fonte**	**Apresentação**	**Qualificação**
SAÚDE	16	Eduardo França	Sem identificação [homem trans]	Sem identificação
		Rodrigo Bryan	Sem identificação [homens trans]	Sem identificação
		Nícolas Cayres	[sem idade], ginecologista	Ginecologista
	18	Rita Von Hunty	[sem idade], professora e produtora de conteúdo	Professora
	21	Jéssica Barbosa	[sem idade], atriz premiada	Mestranda na Universidade Federal do Rio de Janeiro e criadora da peça “Em busca de Judith”.
		Eliza Toledo	[sem idade], doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz	Estudiosa da área de gênero e saúde mental pela perspectiva histórica.
		Melissa de Oliveira Pereira	[sem idade], professora universitária	Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, militante da luta antimanicomial e pesquisadora de saúde mental e gênero

		Christiane Ribeiro:	[sem idade], psiquiatra	Mestre e doutoranda em Medicina Molecular pela Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora da saúde mental da mulher.
	22	Jeffrey Mogil	[sem idade], neurocientista e professor da Universidade de McGill, no Canadá.	Estuda os mecanismos fisiológicos e comportamentais da dor.
		Mariana Arias Avila	[sem idade], fisioterapeuta	Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisadora na área de dor crônica e saúde da mulher.
		Bárbara Paes	[sem idade], uma das integrantes do podcast de divulgação científica Dragões de Garagem. Foi diagnosticada com fibromialgia em 2017	Doutora em biologia molecular
		Lucas Vasconcelos Lima	[sem idade], cientista	Pós-doutorando na Universidade de McGill
		Rita Cássia Dornelles	[sem idade], professora	Pesquisadora da Universidade Estadual Paulista
		Alessandra Braz	[sem idade], reumatologista	Reumatologista
	24	Florence Poznanski	[sem idade], cientista política que imprimiu o clitóris 3D	Cientista política
		Margareth Rago	[sem idade], historiadora	Pesquisadora feminista, professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
		Mariana Carrito	[sem idade], investigadora	Doutoranda da Universidade do Porto, em Portugal, e integrante do SexLab
		Alexandra Pereira	[sem idade], mestre em Psicologia pela Universidade	Pesquisa sobre a sexualidade feminina

			Federal Rural do Rio de Janeiro	
	27	Fabíola Rohden	[sem idade], antropóloga e professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Faz pesquisas relacionadas a gênero e transformação corporal, entre outros assuntos.
		Jéssica Brandt da Silva	[sem idade], doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	Fez pesquisas relacionadas a cirurgias plásticas na graduação e no mestrado.
		Emília Sato	[sem idade], médica reumatologista	Professora da Universidade Federal de São Paulo e ex-presidente da Sociedade Brasileira de Reumatologia
		Larissa de Almeida	[sem idade], presidente da ACEITA – Associação de Conscientização sobre Explante, Implante, Toxicidade e Adjuvantes.	Sem identificação
	53	Pabyle Flauzino	[sem idade], doutoranda em Saúde Coletiva	Doutoranda em Saúde Coletiva
INDICADOR	**Nº**	**Nome da fonte**	**Apresentação**	**Qualificação**
FEMINISMOS	3	Fabiane Albuquerque	[sem idade], escritora	Sem identificação
		Cláudia Kathyuscia	[sem idade], doutora em sociologia	Doutora em sociologia
	4	Vitória Bernardes	37 anos, psicóloga, deficiente física (sic)	Militante dos direitos humanos; conselheira nac. de saúde

		Márcia Gori	58 anos, possui deficiência física	Militante dos direitos das mulheres com deficiência; fundadora da ONG Essas Mulheres (extinta)
		Sayaka Fukushima	51 anos, deficiente (sic) auditiva	Sem identificação
		Érika Thomaz	[sem idade], pesquisadora	Professora do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); integrou pesquisa voltada para avaliar a acessibilidade de maternidades no Brasil
		Fatine Oliveira	[sem idade], tem deficiência física	Mestra em Comunicação (UFMG); estuda afeto e mulheres com deficiência
	5	Sheylli Caleffi	Menos de 40 anos, professora de comunicação	Sem identificação
		Manuela Alves	menos de 40 anos, criadora de conteúdo	Sem identificação
		Isabel Esposito Sorpreso	[sem idade], médica	Professora de ginecologia da Faculdade de Medicina da USP
	13	Celiane Pinheiro	[sem idade], faz parte do sindicato da categoria [quebradeiras]	Sem identificação
		Maria Correa	[sem idade], iniciaram o movimento de resistência das quebradeiras de coco	Sem identificação
		Pedrolina Pinheiro dos Santos (Pedrinha)	[sem idade], iniciaram o movimento de resistência das quebradeiras de coco	Sem identificação
		Claudelice Santos	40 anos, há mais de dez anos na defesa da floresta em pé na Amazônia. uma das fundadoras do Instituto Zé Cláudio e Maria	Sem identificação

		Renata Giannini.	[sem idade], pesquisadora do Igarapé	
		Eliete Paraguassu	42 anos, quilombola	Está sempre à frente das denúncias e dos protestos contra a destruição do seu território.
		Antônia Cariongo	42 anos, quilombola maranhense	Atua fazendo levantamentos para pedir regularização de terras e denunciando conflitos com fazendeiros.
		Herbert Barros	[sem idade], diretor de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos	Sem identificação
		Maria Leusa Munduruku	[sem idade], presidente da associação de mulheres indígenas Munduruku (Wakoborün)	Sem identificação
	17	Thais Emília de Campos dos Santos	[sem idade], escritora e doutora	Doutora em educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e mãe de Jacob
		Dionne Freitas	[sem idade], Diretora de Direitos Humanos e Ativismo da ABRAI	Sem identificação
		Magnus Régios Dias da Silva	[sem idade], doutor em endocrinologia	Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), parte do atendimento multiproffisional e transdisciplinar para pessoa Trans e Intersexo da Unifesp
		Ana Arnt	[sem idade], bióloga	Doutora em educação, é professora do departamento de genética, evolução, microbiologia e imunologia, do Instituto de Biologia (DGEMI/IB) da UNICAMP
	20	Thayô Amaral	28 anos, expulsa da igreja Cristã Evangélica do Brasil	Publicitária [dado do vídeo]. Criou o grupo “Feministas Cristãs” para falar sobre a luta por igualdade com quem compartilha

				da mesma fé.
		Simony dos Anjos	[sem idade], secretária executiva da Rede de Mulheres Negras Evangélicas	Antropóloga
		Magali Cunha	[sem idade], editora geral do Coletivo Bereia – Informação e Checagem de Notícias.	Pesquisadora do Instituto de Estudos da Religião
		Agnes Alencar	34 anos, feminista e evangélica	Historiadora
		Izabel Lourenço	[sem idade], faz parte da coordenação do grupo [Evangélicas pela Igualdade de Gênero] em Minas Gerais	Sem identificação
		Odja de Barros	54 anos, pastora	Doutora em teologia e pesquisadora na Igreja Batista do Pinheiro, em Maceió, no Estado de Alagoas
	29	Manoela Fontenelle	34 anos, teve um aborto espontâneo	Sem identificação
		Cristião Rosas	[sem idade], ginecologista obstetra	Há mais de 20 anos tenta explicar o óbvio no Brasil sobre abortamento seguro, direitos sexuais e reprodutivos. Ele lidera aqui o grupo Global Doctors For Choice (Rede Médica pelo Direito de Decidir).
		Profissional de saúde que pediu para não ser identificado	Sem identificação	Sem identificação
		Olímpio Moraes	[sem idade], obstetra pernambucano	Referência em aborto legal no Estado de Pernambuco
		Esther Vilela	[sem idade], foi coordenadora-geral de Saúde	Sem identificação

			das Mulheres do Ministério da Saúde entre 2011 e 2018	
		Mariana Carvalho	[sem idade] a coordenadora de enfrentamento à violência doméstica no estado do Piauí	Sem identificação
		Luciene Ozarias	[sem idade], teve um aborto espontâneo na sétima semana de uma gestação planejada	Sem identificação
		Amália* Nome fictício	[sem idade], adquiriu de maneira clandestina o medicamento para interromper uma gravidez indesejada	Sem identificação
FEMINISMOS	30	Mariana Prandini	[sem idade], graduada em direito e PHD em Política.	Doutora em política
		Cristião Rosas	[sem idade], ginecologista obstetra	Há mais de 20 anos tenta explicar o óbvio no Brasil sobre abortamento seguro, direitos sexuais e reprodutivos. Ele lidera aqui o grupo Global Doctors For Choice (Rede Médica pelo Direito de Decidir).
		Laura Gil	[sem idade], diretora de um Centro de Aborto legal em Bogotá, uma das médicas à frente da defesa da descriminalização no país.	Sem identificação
		Helena Paro	[sem idade], responsável pela criação do serviço de aborto legal por telemedicina durante a pandemia, em agosto de 2020, em Uberlândia	Ginecologista

		Amália* Nome fictício	[sem idade], adquiriu de maneira clandestina o medicamento para interromper a gravidez indesejada na nona semana de gestação	Sem identificação
		Esther Vilela	[sem idade], coordenou a área de Saúde das Mulheres do Ministério entre 2011 e 2018	Sem identificação
	33	Brunely Galvão	[sem idade], ginecologista, obstetra e ativista de direitos sexuais e reprodutivos	Ginecologista e ativista
	37	Elisabeth Meloni Vieira	[sem idade], professora da Faculdade de Saúde Pública/USP	Professora da Faculdade de Saúde Pública
		Emanuelle Góes	[sem idade], doutora em Saúde Pública	Doutora em Saúde Pública
	40	Taily Terena	[sem idade], ativista indígena	Sem identificação
		Val Munduruku	[sem idade], do município de Jacareacanga no Alto Tapajós, no Estado do Pará	Sem identificação
		Myrian Krexu	[sem idade], ativista	Sem identificação
	50	Karina Vieira *Parceria	[sem idade], ativista	Sem identificação

Fonte: Elaboração própria com base nas análises (2023)

Tabela 11 - Fontes institucionais das reportagens analisadas

Nº	**Origem/Instituição**	**Tipo de material**
2	Sem identificação	Sem identificação

3	Sem identificação	Sem identificação
4	Professora - Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Pesquisa /Artigo científico [ligada à fonte humana]
	Unicef – Nações Unidas	Artigo da Convenção das Nações Unidas
5	Sem identificação	Sem identificação
7	Sem identificação	Sem identificação
13	Comissão Pastoral de Terra	Dados sobre conflitos no campo
	Legislação	Leis
	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu	Dados sobre as quebradeiras de coco
	Conselho Indigenista Missionário	Artigo
	Front Line Defenders	Relatório/ Histórico de caos
	Professora - Universidade Federal da Bahia	Artigo científico - de Tatiana Emilia Dias Gomes, professora de direito agrário na Universidade Federal da Bahia.
	Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos	Dossiê – Vidas em Luta
	Instituto Igarapé	Pesquisa
		Guia de proteção
	VideoSaúde Distribuidora e UFRJ	Documentário Mulheres das Águas
	Blog Racismo ambiental	Nota de repúdio e de solidariedade
	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH)	Dados percentuais
	Terra de Direitos e Justiça Global	Relatório – Começo do fim?
	Observatório de olho nos ruralistas	Artigo
	Folha de S. Paulo	Reportagem
	Carta Capital	
	EL País	
	Band Jornalismo	
	Portal R7	

	G1	
	Nexo	
	Agência Pública	
	AzMina	
15	The Intercept Brasil	Reportagem
	AzMina	Artigo de opinião
16	AzMina	Vídeos
17	Sem identificação	Livro - Sexying the Body, de Anne Fausto Sterling
	Associação Brasileira Intersexo	Sem identificação
	Conselho Federal de Medicina (CFM)	Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM), Nº 1.664/2003, sobre atendimento a pessoas intersexo
	Conselho Nacional de Justiça	Provimento do Conselho Nacional de Justiça de 2021 sobre o campo “sexo ignorado”
	Sem identificação	Livro - Jacob(y), “entre os sexos” e cardiopatias, o que o fez Anjo, de Thais Emília
18	AzMina	Reportagens (Vídeo e Podcast) e Artigo de opinião
20	Folha de S. Paulo	Reportagens
	G1	
	Época – Negócios [traz contexto]	
	UOL [traz contexto]	
	Coletivo Bereia	
	Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde	Relatório – Caminhos da desinformação
21	Fiocruz	Tese de doutorado - de Eliza Toledo

	Fiocruz	Tese de doutorado - de Melissa de Oliveira Pereira
	Fantástico	Reportagem investigativa
	Sem identificação	Artigos científicos sobre medicalização
22	MOGIlab	Pesquisas [em inglês]
	Sociedade Brasileira de Reumatologia	Informações sobre a fribromialgia
	Sem identificação	Artigo de Bárbara Paes [em inglês]
23	MonitorA	Dados
	AzMina	Reportagem
	Legislação	Lei
24	Jornalistas Livres	Reportagem + Vídeo
	Sem identificação	O Relatório Rite
	El País	Reportagem
	Sem identificação	Artigo científico – de Alexandra Pereira
	SexLab – grupo de estudos em sexualidade humana de Portugal	Sem identificação
	Sem identificação	Artigo científico – de Margareth Rago
25	Elas no Congresso	Dados do ranking
	AzMina	Reportagens
		Artigo de opinião
	Legislação	Lei
	Carta Capital	Reportagem
	BBC News	
27	National Army Museum	Artigo - A história do desenvolvimento da cirurgia plástica nos hospitais de guerra [em inglês]

	Sem identificação	Artigo científico - de Fabíola Rohden e Jéssica Brandt da Silva
	Sem identificação	Artigo científico - de Fabíola Rohden e Marcelle Schimitt
	UFRGS	Dissertação de mestrado - da Jéssica Brandt da Silva
	FDA	Explicações do FDA sobre riscos e complicações de implantes mamários [em inglês]
	Sociedade Brasileira de Reumatologia	Nota da Sociedade Brasileira de Reumatologia sobre a doença do silicone
28	Elas no Congresso	Dados do ranking
	Ministério da Saúde	Portaria [contexto]
29	Organização Mundial da Saúde	Recomendações e diretrizes
	Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia	Artigo
	DataSUS	Dados
	Ministério da Saúde	Dados
	Global Doctors For Choice (Rede Médica pelo Direito de Decidir)	Nota técnica de posicionamento
		Cartilha
	AzMina	Reportagem
30	Ministério da Saúde e SUS	Protocolo Misoprostol
	Sem identificação	Relação Nacional de Medicamentos Essenciais
	Organização Mundial da Saúde	Recomendações e diretrizes
	Sem identificação	Artigo científico – de Jefferson Drezett
	Portal Catarinas	Reportagem
	Legislação	Lei
	Maternidade Candido Marinho	Protocolo – Uso do misoprostol
	Anvisa	Consulta pública
	Global Doctors For Choice (Rede Médica pelo Direito de Decidir)	Coletânea de artigos
		Nota técnica
	National Libary of Medicine – Journal of Public Health Policy	Artigos científicos [em inglês]
	Ipas México	Artigo [em espanhol]
		Artigo de perguntas e repostas [pt-br, inglês, espanhol e francês]

	AzMina	Reportagem
		Mapa do aborto legal
	International Federation of Gynecology and Obstetrics	Apresentação do comité [em espanhol]
	Universa UOL [contexto]	Reportagem
	G1	
	Medical Abortion Commodities Database	Dados
	Legislação	Lei
	Sem identificação	Artigos científicos
31	MonitorA	Dados
		Artigo científico – de Sarah Sobieraj, presidente do Departamento de Sociologia da Universidade de Tufts, nos Estados Unidos, e professora associada do Berkman Klein Center for Internet and Society, de Harvard.
32	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2021	Dados
	Portal Catarinas	Pesquisa
		Reportagem [Contexto]
	Folha de S. Paulo	
	Legislação	Lei
	Upiara online	Matéria
	Censo 2010 - IBGE	Dados
	72 horas - organização	
	TSE	
	MonitorA	
33	AzMina	Reportagens
	Sem identificação	Artigo científico [em inglês]
34	TSE	Dados
	AzMina	Reportagem
36	MonitorA	Dados
	AzMina [contexto]	Reportagem
	PNB online	Matéria

	UOL online	(Com Graciele (PT), professora, vereadora e candidata não eleita a deputada estadual)
	G1	Reportagem
37	Legislação	Lei
	Biblioteca do Senado	Relatório - CPI
	CPI	Documento da CPI [em inglês]
	G1	Reportagem
	Agência Brasil	
38	AzMina	Reportagem
	Coletivo abaré	Reportagem
	Infoamazônia	Reportagem
	MonitorA	Dados
	Conselho Indigenista Missionário	Dados
	Legislação	Lei
		Código Eleitoral
40	Instituto Socioambiental	Dados
	AzMina	Vídeo
41	MonitorA	Dados
	Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra	
	AzMina	Vídeo
		Reportagem
	Politize!	
	Núcleo jornalismo	
	BDF	
	Folha de S. Paulo	
	Transgender Europe	Relatório
42	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Dados
	TSE	
49	Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021	Dados

	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Princípios
	AzMina	Reportagens
	Legislação	Lei
50	TED - Vídeo	Palestra - The urgency of intersectionality | Kimberlé Crenshaw [em inglês]
	AzMina	Reportagem
	Sem identificação	Discurso de Sojourner Truth
53	Sem identificação	Sem identificação

Fonte: Elaboração própria com base na análise (2023)

APÊNDICE D – Perfis das jornalistas

Tabela 12 – Perfil das autoras que assinam matérias no *corpus* selecionado

JORNALISTAS DA AZMINA (ATUAL EQUIPE FIXA)
Ana Carolina Araújo é jornalista e mestra em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, onde investigou a Transparência Pública Municipal e o uso de Dados Públicos Abertos nas capitais brasileiras. Sua pesquisa foi apresentada em eventos dentro o fora do Brasil, e publicada em revista científica internacional. No doutorado, pesquisou o uso do Jornalismo de Dados e a cobertura de pautas sobre mulheres. Agora, falta defender a tese. [...] Ao longo de 22 anos, foi repórter e editora em A Tarde, Correio* e Metrópole (rádio e jornal), em Salvador. Nesses caminhos, entrevistou Bono Vox, Steve Wonder e Gilberto Gil (algumas vezes), além de investigar denúncias de corrupção milionária em prefeituras do interior da Bahia e esquemas de fraude no Prouni, entre outras. Atuou ainda como correspondente regional do Portal Terra, do Jornal Zero Hora e Rádio Gaúcha. Função: **Gerente de Jornalismo** Localidade: Salvador (BA) Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/lula-e-presidente-e-agora-mulheres/ **Joana Suarez** – [...] Trabalhou por 8 anos em mídia impressa e rádio de Belo Horizonte, e, entre 2018 e 2021, produziu e sugeriu reportagens como freelancer, com publicações e prêmios em âmbito nacional e internacional, como o Global Health Reporting Contest 2018 (ICFJ) por

uma reportagem sobre aborto. Colaborou para a Folha de São Paulo, em pautas de cotidiano e política, e fez matérias para a Agência Pública, Repórter Brasil, Projeto Colabora, The Intercept Brasil, Revista Piauí, Época, El País, Marco Zero Conteúdo, The Independent, entre outros.
Função: **Gerente de jornalismo.**
Localidade: Belo Horizonte (MG)
Link para uma das matérias: https://azmina.com.br/reportagens/medo-e-abandono-rondam-defensoras/

Marília Moreira é jornalista e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. É de Salvador e como repórter já atuou no Bahia Notícias, iBahia e no Jornal Correio, onde cobriu as editorias de cidade e cultura. No Instituto AzMina, coordena o PenhaS, projeto de enfrentamento à violência contra a mulher.
Função: **Diretora de operações e tecnologia**
Localidade: Salvador (BA)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/como-a-ginecologia-explorou-o-corpo-feminino/

Natália Sousa - Jornalista formada em 2010 com passagens pela TV Bandeirantes, Record TV, RedeTV e Estadão – onde ganhou prêmio de melhor produtora de hard news e assinou reportagens importantes, como a venda de diplomas universitários. No programa Superpoderosas da Band foi repórter e coapresentadora. [...] É também autora do livro "Tua Vida em Mim" e do podcast de autoconhecimento "Para dar nome às Coisas", exclusivo do Spotify e integrante do Spotify Academy Podcast, atualmente entre os vinte mais escutados no Brasil. É dela, também, o projeto online "Me dá uma notícia boa?", que teve repercussão nacional abordando o luto de forma leve e em primeira pessoa. Faz pós-graduação em Filosofia e Autoconhecimento na PUC- RS. Foi speaker no Tedx em 2022.
Função: **Roteirista** .
Localidade: São Paulo (SP) .
Link para uma das matérias: https://azmina.com.br/reportagens/amber-heard-e-johnny-deep-quais-os-impactos-que-esse-caso-tem-na-luta-das-mulheres/

Nathália Cariatti é jornalista e videomaker. Já atuou como repórter, roteirista, diretora e montadora de vídeo reportagens e documentários para a internet com foco em comportamento, sociedade, direitos humanos e gênero. Passou pelas redações das revistas Trip e TPM, e já

colaborou com as revistas Marie Claire, Cláudia e Piauí. É pós-graduanda em Antropologia na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP).
Função: **Diretora Audiovisual**
Localidade: São Paulo (SP)
Link para uma das matérias:
https://azmina.com.br/reportagens/como-funciona-o-aborto-legal-no-brasil/

JORNALISTAS COLABORADORAS INTERNAS

Integraram a equipe por um período determinado, mas no momento do levantamento não se encontram no quadro de colaboradoras. Ver Imagem 8.

Aline Oliveira é jornalista formada pela Universidade Metodista, mestranda na PUC-SP e roteirista. Tem mais de 10 anos de experiência em comunicação e já colaborou para diversos veículos, como revista Rolling Stone Brasil e jornal Folha de S.Paulo. Especializou-se em roteiro na Academia Internacional de Cinema, ESPM e B_arco Cultural. Já atuou em produtoras de vídeo e foi curadora do Prêmio Cabíria de Roteiro 2021.
Função: **Roteirista.**
Localidade: São Paulo (SP)
Link para uma das matérias: https://azmina.com.br/reportagens/por-que-e-tabu-falar-de-menopausa-precoce/

Helena Bertho é jornalista formada pela USP e com pós-graduação em roteiro pela FAAP. Já atuou em diversos veículos, como UOL, M de Mulher, Veja São Paulo e a Revista Sou Mais Eu. Especializada em cobertura de gênero, direitos humanos, diversidade e sexualidade, é editora chefe da Revista AzMina e também escreve a coluna quinzenal sobre sexo.
Função: **Ex-diretora de conteúdo**
São Paulo (SP)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/o-que-define-sexo-masculino-ou-feminino/

Lu Belin - Jornalista, mestre em Comunicação e doutoranda pela Universidade Federal do Paraná, na linha de Comunicação e Política. Pesquisa feminismo, direitos reprodutivos e conversação política em redes digitais. Atuou como assessora de imprensa e gerente de mídias sociais em agência de comunicação e como repórter e editora freelancer na revista HAUS.

Função: **Jornalista de dados**
Localidade: São Paulo (SP)
Link para uma das matérias:
https://azmina.com.br/reportagens/monitora-2022-misoginia-ofensas-candidatas/

JORNALISTAS COLABORADORAS EXTERNAS

Ahmad Jarrah é bacharel em Comunicação Social e mestre em Estudos de Cultura Contemporânea, jornalista, fotógrafo documental premiado e contador de histórias. Documenta temas culturais, etnográficos, relacionados aos direitos humanos e ao meio ambiente, especialmente Amazônia, Pantanal e Cerrado. Tem trabalhos publicados em veículos como O Globo, National Geographic, Repórter Brasil, BBC Brasil e Mídia Ninja. É membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e idealizador do site de jornalismo independente A Lente (alente.com.br), com produção de conteúdos transmídia acerca de fenômenos socioculturais da contemporaneidade. [Único homem colaborador dentro do corpus selecionado]
Localidade: Cuiabá (MT)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/conflitos-de-terra-e-ataques-de-grupos-bolsonaristas-a-violencia-politica-de-genero-no-centro-oeste/

Aldenora Cavalcante é jornalista, podcaster e pesquisadora. Trabalha com jornalismo focado em cultura, direitos humanos e questões de gênero. Atualmente escreve na revista cultural Revestrés e é co-fundadora do Malamanhadas Podcast, além de produzir outros podcasts no Nordeste. Pesquisa mulheres negras na podosfera brasileira. Jornalista formada pela Universidade Federal do Piauí e mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade do Porto (Portugal). Redes Sociais (Instagram e Twitter): @aldecavalcante.
Localidade: Teresina (PI).
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-com-deficiencia-sao-orientadas-a-interromper-gestacao/

Ananda Omati é jornalista, podcaster e editora de áudio. Atua como produtora e apresentadora do programa Esporte na Área da TV Assembleia-PI. Co-fundadora do Malamanhadas Podcast, além de produzir outros podcasts no Nordeste. Redes Sociais (Instagram e Twitter): @anandaomati.
Localidade: Teresina (PI).
Link para a matéria:

https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-com-deficiencia-sao-orientadas-a-interromper-gestacao/

Bia Guimarães: jornalista com mestrado em divulgação científica e cultural. É produtora e apresentadora do podcast 37 Graus e editora do site Cochicho. Instagram: bz.guimaraes Twitter: bzguimaraes
Localidade: Campinas (SP)
Link para uma das matérias:
https://azmina.com.br/reportagens/histericas-lobotomizadas-e-medicalizadas/

Bruna Obadowski é [...] criadora do site de jornalismo independente A Lente e do Laboratório de Comunicação e Cultura A Lente – LabCom. É membro da Federação dos Jornalistas FENAJ e do Sindicato dos Jornalistas Sindjor-MT, e jornalista com DRT nº 0002914/MT. Ela fez parte da equipe de cobertura oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas 2021 com a Mídia Ninja, e também atua como Assessora de Comunicação Sindical. Como fotógrafa, publicou trabalhos na National Geographic, Info Amazônia, Repórter Brasil, Mídia Ninja, BBC, entre outros. Bruna é mãe de Adam, feminista e defensora da consciência de classe.
Localidade: Cuiabá (MT)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/conflitos-de-terra-e-ataques-de-grupos-bolsonaristas-a-violencia-politica-de-genero-no-centro-oeste/

Fernanda Pessoa, do Portal Catarinas
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-negras-e-indigenas-resistem-a-violencia-politica-no-estado-mais-branco-do-brasil/

Graziela França - Jornalista formada pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e pós-graduanda em Jornalismo de Dados pelo Insper, conheceu o Jornalismo de Dados a partir de curso realizado pelo Centro Knight para Jornalismo nas Américas, em 2015. É apaixonada por conectar histórias reais aos dados públicos. Entusiasta do Jornalismo Científico e da divulgação de toda forma de conhecimento, mas também fascinada por política e assuntos do judiciário. Conquistou várias premiações no jornalismo alagoano.
Localidade: Maceió (AL)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/ofensas-nas-redes-sociais-reforcam-misoginia-e-xenofobia-contra-candidatas-nordestinas/

Giovana Fleck é jornalista. Como repórter, narra histórias em diferentes mídias sobre direitos humanos. Em 2019, decidiu se especializar em jornalismo de dados e jornalismo político nos Estados Unidos e na Europa. Como pesquisadora de mídia, foca em desinformação e jornalismo construtivo.
Localidade: Amsterdã (Holanda)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/como-autoridades-potencializam-ataques-misoginos-e-racistas-contra-jornalistas-nas-redes/

Glória Maria tem 22 anos, é mãe da Emanuele, moradora de Paraisópolis, SP. Cofundadora da Batalha do Paraisópolis, jornalista com foco no território e produtora audiovisual. Atuo no jornalismo/conteúdo e sou produtora audiovisual. Atualmente também estou começando a me aventurar em edições de vídeos. Instagram: @gloriamariacomunica
Localidade: Paraisópolis (SP)
Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/o-que-e-dororidade/

Jade Araújo é jornalista, podcaster e editora de áudio. Atualmente escreve para o portal A10+ e também é repórter na Rádio Assembleia. É membro do Malamanhadas Podcast, além de produzir outros podcasts no Nordeste. Jornalista formada pela Universidade Federal do Piauí. Redes Sociais (instagram: @jade.oa e Twitter: @asjades).
Localidade: Teresina (PI).
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/mulheres-com-deficiencia-sao-orientadas-a-interromper-gestacao/

Juliana Arini é repórter investigativa e fotógrafa com mais de 18 anos de experiência, especializada na cobertura de reportagens socioambientais, energia e crise climática na Amazônia brasileira. Ela mora em Mato Grosso, onde trabalha como freelancer para National Geographic Brasil, Mongabay, Le Monde Diplomatique Brasil, DW-Brasil, jornal O Globo, Channel 4, entre outros. Trabalhou como repórter das revistas brasileiras Época e Veja, e do site G1. Arini é formada em jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso no Brasil e mestre em teoria da comunicação social pela Universidade Cásper Libero.
Localidade: Cuiabá (MT)
Link para a matéria:

https://azmina.com.br/reportagens/conflitos-de-terra-e-ataques-de-grupos-bolsonaristas-a-violencia-politica-de-genero-no-centro-oeste/

Julliana de Melo - Jornalista profissional com mais de 20 anos de experiência, e ênfase no jornalismo online e produções multimídia. Atuou no Sistema Jornal do Commercio de Comunicação como repórter e editora-assistente do Portal NE10/ JC Online, de 2000 a 2020. Possui mais de 30 prêmios nacionais e internacionais em jornalismo, entre eles o Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, o Tim Lopes de Jornalismo, e o prêmio Gabo, da Fundação Gabo (antiga Fundación Nuevo Periodismo). É uma das idealizadoras e coordenadoras do projeto coletivo #UmaporUma, que contabilizou todos os assassinatos de mulheres ocorridos em Pernambuco no ano de 2018 e acompanha a fase processual de todos os casos até a etapa final do julgamento. Redes sociais: Twitter: https://twitter.com/JullianaM Linkedin: https://www.linkedin.com/in/julliana-de-melo-67899859/
Localidade: Olinda (PE)
Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/autocuidado-ancestral-em-potinhos/

Julianna Granjeia - Editora de eleições do Núcleo Jornalismo. Jornalista com especialização em Relações Governamentais pela FGV-SP, cursando pós-graduação em Jornalismo de Dados, Automação e Data Storytelling no Insper. Tem passagem pelos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, na Câmara dos Deputados e na Câmara Municipal de São Paulo.
Localidade: São Paulo (SP)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/transfobia-e-violencia-debate-sobre-candidatas-trans-e-travestis-nas-redes-sociais/

Jullie Pereira, de Abaré Jornalismo - Jornalista formada na Universidade Federal do Amazonas. Como repórter tem passagem por veículos como Amazônia Real, InfoAmazonia e Estadão. É uma das fundadoras da Abaré – Escola de Jornalismo, coletivo voltado para educação midiática e debate do jornalismo local em Manaus, no Amazonas.
Localidade: Manaus (AM)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-e-realidade-para-candidatas-indigenas/

Karina Dantas, da Agência Tatu - Jornalista, formada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e pós-graduanda (Lato sensu) em Assessoria de Comunicação na Ufal. Repórter na Agência Tatu de Jornalismo de Dados e assessora de comunicação e imprensa na Associação dos Docentes da Ufal (Adufal). Entusiasta do jornalismo de dados, feminismos e política.
Localidade: Maceió (AL)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/ofensas-nas-redes-sociais-reforcam-misoginia-e-xenofobia-contra-candidatas-nordestinas/

Laís Martins é jornalista pela PUC-SP e mestra em comunicação política pela Universidade de Amsterdam. Suas reportagens focam em direitos humanos, política e tecnologia. No Núcleo, atua como repórter.
Localidade: São Paulo (SP)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/como-autoridades-potencializam-ataques-misoginos-e-racistas-contra-jornalistas-nas-redes/

Sarah Azoubel é doutora em biologia e jornalista de ciência. É produtora e apresentadora do podcast 37 Graus e editora do site Cochicho.
Instagram: @37podcast
Localidade: Campinas (SP)
Link para a matéria:
https://azmina.com.br/reportagens/complicadas-demais-para-serem-estudadas/

COLABORADORAS NÃO JORNALISTAS INTERNAS (EQUIPE FIXA)

Tailana Galvão é baiana, artista e canhota. Estuda Comunicação Organizacional na Universidade de Brasília e mora no Distrito Federal desde que tinha 4 meses de vida. É subcelebridade do TikTok e adora fazer piadas em momentos errados. Redes sociais: @tailanja em tudo
Função: **Estagiária de Audiências**
Localidade: Brasília (DF)
Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/manual-para-comunicacao-neutra/

Jade Santana é estudante de jornalismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fez estágio no jornal A Tarde. Gosta de escrever. [Estudante de Jornalismo]
Função: **Estagiária de Jornalismo**

Localidade: Salvador (BA) Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/como-proteger-criancas-na-divisao-de-guarda/ https://azmina.com.br/reportagens/artistas-negras-para-conhecer-e-indicar/
COLABORADORAS NÃO JORNALISTAS EXTERNAS
Edilana Damasceno é graduanda em jornalismo pela UFRJ e repórter no data_labe. Colabora no PerifaConnection e atua como social media. [Estudante de Jornalismo] Localidade: Rio de Janeiro (RJ) Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/basta-ser-mulher-para-sofrer-violencia-politica-avalia-candidata-a-vice-presidencia-mara-gabrilli/ **Erika Artmann** é mato-grossense e estudante de Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Saiu do interior, onde vivia em uma cidade com pouco mais de 20 mil habitantes, para estudar e conhecer de perto as lutas sociais nas metrópoles, mesmo ainda querendo contar histórias da Amazônia Legal. Para ela, as reportagens que escreve servem como fonte de conhecimento sobre si e sobre o mundo. [Estudante de Jornalismo] Link para a matéria: https://azmina.com.br/reportagens/como-proteger-criancas-na-divisao-de-guarda/

Fonte: Elaboração própria com base em informações da Revista AzMina. (2023)

Anexo – "Quem Somos" da Revista AzMina

Revista AzMina

Usamos informação, tecnologia e educação para combater a violência de gênero

QUEM SOMOS
EQUIPE
QUEM FINANCIA O NOSSO JORNALISMO
DIVERSIDADE DE VOZES
O QUE GUIA O JORNALISMO D' AZMINA
POLÍTICA DE ERROS
MELHORES PRÁTICAS NA APURAÇÃO
DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA
QUESTÕES LEGAIS
ACESSIBILIDADE
REPUBLICAÇÃO
INTERAÇÃO COM LEITORAS E LEITORES

Quem somos

A Revista AzMina é um veículo jornalístico focado na cobertura de temas diversos com recorte de gênero. Mas não tratamos mulher como uma categoria universal e consideramos sempre as perspectivas de raça/etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero (incluímos homens trans, transmasculinos e pessoas não binárias na nossa cobertura).

Quando a Revista AzMina nasceu em 2015, a mídia brasileira chamava feminicídio de "crime passional", "feminismo" era um palavrão e as mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia. Não nos sentíamos representadas pelas definições estreitas de feminilidade e gênero em voga na mídia e na sociedade. Entendemos que esse posicionamento da mídia em relação às mulheres não apenas reflete, mas também reforça, a violência contra a mulher, além de manter ideias sexistas e estereótipos nocivos.

Nascemos em 2015 com um financiamento coletivo. Com a ajuda de quem sonhou junto, criamos nosso site, estrutura burocrática e financiamos nossas primeiras reportagens. De lá para cá, nossos projetos e matérias informam e conscientizam cidadãos e lideranças sobre a importância de promover e proteger os direitos das mulheres, ampliam o autoconhecimento e a autoestima de mulheres e produzem evidências para mudanças voltadas à equidade de gênero e raça. Tudo que produzimos é gratuito, com o objetivo de chegar a cada vez mais pessoas.

Atingimos milhares de pessoas em todo o Brasil diretamente em nosso site e outros milhões com nossas reportagens sendo republicadas pelas maiores mídias do país. Trazemos para o debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros.

Em 2017, diante da expansão de nossas atividades, a Revista AzMina passou a ser parte do Instituto AzMina, uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a igualdade de gênero. Além

da revista digital e outros projetos de jornalismo (Elas No Congresso, MonitorA e Mapa das Delegacias da Mulher), o Instituto gerencia um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, o PenhaS, campanhas para combater a desigualdade e a violência de gênero, palestras e consultorias.

A fim assegurar sua independência editorial, a Revista AzMina trabalha sem a interferência do Instituto ede seus doadores, seja nas pautas jornalísticas, edição ou publicação de conteúdo.

Equipe

NOSSA LIDERANÇA

BÁRBARA LIBÓRIO
Diretora de conteúdo

CAROLINA OMS
Diretora institucional e de captação

MARÍLIA MOREIRA
Diretora de operações e tecnologia

EXPEDIENTE DA REVISTA

ARTE

GIULIA SANTOS
Gerente de arte

LAYS CANTANHÊDE
Estagiária de arte

YU OHTSUKI
Estagiário de arte

AUDIÊNCIAS

AYMÊ BRITO
Analista de audiências

TAILANA GALVÃO
Estagiária de Audiências

AUDIOVISUAL

GAROL ANDRADE
Motion designer

NATÁLIA SOUSA
Roteirista

NATHALIA CARIATTI
Diretora audiovisual

THAIS DENARDI
Editora de vídeo

CAPTAÇÃO

VERENA PARANHOS
Gerente de Comunidades d'AzMina

WANDERSA MARTINS
Assistente de captação

FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO

KAROLINE AQUINO
Gerente knanceira

MARIANA UMBELINO
Assistente de adm-knanceiro

JORNALISMO

ANA CAROLINA ARAÚJO
Gerente de jornalismo

JADE SANTANA
Estagiária de Jornalismo

JOANA SUAREZ
Gerente de jornalismo

Quem financia o nosso jornalismo

AzMina tem diversos parceiros que financiam a estrutura institucional e de projetos de jornalismo. São recursos vindos de doações de fundações e pessoas físicas, editais e patrocínio a projetos. Também temosparceiros que prestam serviços pro bono.

EQUALITY FUND · mamacash · OPEN SOCIETY FOUNDATIONS · YouTube + Google News Initiative · MANESCO, RAMIRES, PEREZ, AZEVEDO MARQUES SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Diversidade de vozes

AzMina acredita que feminismo é uma questão de direitos humanos e é impossível atingir a equidade de gêneros sem diálogo com toda a sociedade, o que inclui os homens. Conscientes de que as mulheres estão em posição de desvantagem social, no entanto, priorizamos, sempre que possível, as vozes femininas, para desfazer um desequilíbrio histórico reproduzido e reforçado pela imprensa tradicional. Também buscamos uma visão interseccional, com reconhecimento das desigualdades vividas por diferentes grupos de mulheres, por isso, trazemos para o debate público vozes de diversas raças e etnias, classes, ideologias,orientações sexuais e gêneros.

Também defendemos que uma cobertura jornalística diversa começa com a composição de uma equipe diversa. Hoje, nossa turma é formada por 24 pessoas localizadas em cinco estados, sendo 75% de pessoasnão-brancas, 39% LGBTQIA+ e 29% de jovens (com menos de 24 anos).

EQUIPE

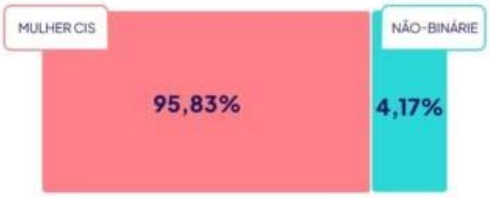
Quem são as minas d'AzMina

Cor ou raça/etnia

Idade

Orientação sexual

Identidade de gênero



Localização

*DADOS REFERENTES A NOVEMBRO DE 2022

O que guia o jornalismo d’ AzMina

QUAL É A MISSÃO DA REVISTA AZMINA?

Dar ferramentas para que a sociedade enfrente as desigualdades de gênero e outras opressões por meio dainformação de qualidade e independente. Acreditamos que um dos deveres do jornalismo é colaborar para a construção de uma sociedade mais justa. Ao produzirmos reportagens noticiosas factualmente precisas,justas e completas, visamos alimentar debates que livrem as mulheres de todos os tipos de violência, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual.

QUAL É A VISÃO DA REVISTA AZMINA?

A Revista AzMina é uma publicação jornalística feminista, ou seja, baseada na ideia de equididade entre aspessoas. Sonhamos com um mundo em que pessoas de todas as raças, classes, religiões, orientações sexuais e identidades de gênero tenham acesso a informações que as permitam lutar por (e conquistar) uma vida livre de violência e opressão. Que possam desenvolver seu máximo potencial pessoal, profissional, político, espiritual e emocional sem impedimentos.

QUAIS SÃO OS VALORES DO JORNALISMO FEITO PELA REVISTA AZMINA?

- AzMina se opõe a qualquer tipo de controle à liberdade das mulheres e pessoas trans;AzMina acredita numa visão interseccional do feminismo;
- AzMina se opõe a toda forma de racismo, lesbofobia, homofobia, transfobia ou qualquer outro tipo depreconceito;
- AzMina usa em todo seu conteúdo linguagem acessível e simples e não recorre a estereótipos e a termospreconceituosos ou capacitistas (que discriminam pessoas que tenham algum tipo de deficiência);
- AzMina acredita que direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos básicos e se posiciona em defesa da descriminalização do aborto no Brasil;
- Em denúncias, escutamos com cuidado e respeito a versão das mulheres sobre os acontecimentos e, a partir disso, seguimos normas de boas práticas de jornalismo e a legislação vigente, ouvindo os outroslados quando cabível (ver mais na sessão “denúncias de violência”), investigando e apurando os casos de violência contra mulher com responsabilidade;
- Não fazemos cobertura de denúncias de casos individuais de violência, mas sim de histórias grandes ourepresentativas de um problema estrutural. Casos individuais podem ser usados como exemplo em coberturas maiores;
- Buscamos um diálogo respeitoso e acolhedor com todes;
- Acreditamos que não existem perguntas proibidas ou assuntos tabus e o primeiro caminho para adesconstrução é o debate aberto e sincero;
- Queremos atingir todas as pessoas, mas sobretudo mulheres, homens trans e pessoas não-binárias,sejam quais forem suas crenças, valores ou posição social;
- Não acreditamos em inquisições de redes sociais e não entramos em campanhas de destruição de reputações – por mais questionáveis que os indivíduos em questão possam ser, defendemos ser papel daJustiça, e não do jornalismo, julgá-los;

- Por estatuto e princípio, não apoiamos e nem divulgamos discursos de ódio contra nenhum grupo —eventualmente os reproduzimos apenas para fins jornalísticos;
- Acreditamos na colaboração e construção coletiva como forma de fazer jornalismo. Buscamos trabalhar em parceria com outros veículos e profissionais, impulsionar o trabalho de colegas jornalistas e pensar aprodução de conteúdo a partir de uma visão de não competição, com foco no interesse público e tambémno crescimento do ecossistema jornalístico.

Política de erros

A Revista AzMina preza pela transparência, precisão e veracidade das informações publicadas em suas matérias. Trabalhamos com fontes qualificadas e checagem de todo conteúdo pela equipe editorial. Além disso, todas as matérias passam pela edição de ao menos duas profissionais.

Para reportar um erro, envie um e-mail para erros@azmina.com.br.

Caso algum erro de informação venha a ser publicado, ele será corrigido de maneira ágil e transparente. Se percebermos internamente ou recebermos a notificação de conteúdo errado, nossas editoras vão verificar a informação e, tão logo o erro seja confirmado, ele será corrigido e uma errata será adicionada à matéria, informando aos leitores do erro e da alteração, bem como da data em que ela for feita.

Para erros graves, que afetem o assunto central da matéria, a errata ficará no início do texto. Já para errosmenores, que não estejam ligados ao conteúdo central da reportagem, a nota de errata ficará no final dotexto. Em casos mais graves, a reportagem será republicada com notificação do erro, tanto em nosso site como em redes sociais.

A gravidade dos erros será avaliada caso a caso pela nossa equipe editorial, incluindo repórteres, editoras ediretora de conteúdo.

Todos os conteúdos corrigidos ficarão reunidos na nossa página de erratas.

Alterações após a publicação da matéria só são feitas em caso de erro ou em caso de retirada de informação para garantir a segurança de fonte ou pessoa entrevistada e serão devidamente notificadas.

Nas erratas publicadas, colocamos apenas a informação correta e corrigida, evitando repetir o erro.

Melhores práticas na apuração

O QUE É PAUTA NA REVISTA AZMINA?

Na Revista AzMina, todo tema é considerado assunto de mulher e de pessoas trans e não existem pautas proibidas. Porém, priorizamos o jornalismo aprofundado, crítico e investigativo em detrimento de cobrir o *hard news* – ou seja, as notícias "quentes", de última hora, que apenas registram o que ainda está acontecendo ou o que acabou de acontecer. Se algum tema quente está pautando o debate social, buscamosir além da notícia, trazendo análises, dados inéditos e novas visões mesmo em reportagens mais imediatas.

Também priorizamos pautas ignoradas ou que não recebam o destaque necessário na grande imprensa ebuscamos trazer novos recortes sobre temas explorados em geral a partir do olhar masculino ou sem recorte de gênero.

As editorias da Revista AzMina são decididas conjuntamente pela equipe da redação e passam por revisõesesporádicas, podendo ser questionadas ou alteradas a qualquer momento. Atualmente, as editorias são: Política, Violência, Saúde, Feminismos, Comportamento, Cultura, Dinheiro, Esporte e Maternidade.

FINANCIAMENTO DE REPORTAGENS

- AzMina não aceita que empresas e marcas patrocinem reportagens; marcas só podem patrocinar produtos, campanhas de conscientização ou projetos **sem poder de opinar no contet'do jornalístico** darevista em suas diversas plataformas;
- AzMina não faz reportagens pagas.

POSICIONAMENTO EDITORIAL DA REVISTA

- AzMina deixa claro seu posicionamento em relação aos direitos das mulheres e de pessoas trans e direitos sexuais e reprodutivos. Toda reportagem feita pela Revista AzMina partirá do princípio de que:
  a) o direito de escolha sobre ser mãe ou não é um direito humano básico da mulher, atualmente negadopelo governo às brasileiras; b) violência contra a mulher, em todas suas formas, não é tolerável; c) paixão, amor, ciúmes, etc não são justificativas para a violência contra a mulher — nada é justificativa para a violência contra a mulher; d) os gêneros masculinos e femininos são construções sociais e que, independente da biologia, as pessoas devem ter sua identidade de gênero respeitada.
- Temos colunistas de opinião e também um compromisso em dar voz às nossas leitoras, publicando seus textos e histórias em nossos Divãs — sempre respeitando a lei e a ética jornalística conforme normas do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. No entanto, essas seções e colunas são sinalizadas no site e nunca devem se sobrepor ao jornalismo aprofundado.
- Todos os conteúdos publicados no site, em redes sociais e newsletters refletem as políticas editoriais daRevista AzMina e são devidamente sinalizados quando se tratar de opinião.
- Todos os conteúdos publicados pela Revista AzMina têm autoria identificada, com exceção de seçõescomo "Divã", que traz relatos anônimos de mulheres – sempre editados pela equipe editorial.
- Nas reportagens, adjetivos são usados com moderação e prioritariamente em descrições de pessoas e lugares e não de fatos ou leis, por exemplo – sempre mantendo cuidado para se incluir o mínimo de julgamento possível, prezando pela objetividade. Pode-se dizer que uma pessoa é "tem um sorriso bonito" ou que um parque é "vasto", mas não se pode dizer que "a lei é boa" e "o presidente é sensato",a não ser em colunas de opinião ou que venha da avaliação de uma fonte sendo citada.

REGRAS BÁSICAS SOBRE FONTES

- Priorizamos especialistas e fontes, em geral, mulheres. E buscamos diversidade nas vozes, ouvindomulheres não brancas, não cisgêneras;
- Buscamos fontes de instituições e grupos cuja atuação, história e reputação as qualificam para

tratar dotema da reportagem;

- Buscamos fontes e instituições fora do eixo Rio, São Paulo e Brasília;
- Sempre procuramos os melhores especialistas no assunto e, se eles estiverem em outros países, fazer aentrevista em outro idioma e fazemos a tradução para o português;
- Especialistas e instituições de boa reputação e reconhecimento na área em questão são consideradasfontes confiáveis;

SOBRE ANONIMATO DE FONTES

- Sobre anonimato de fontes: a Revista AzMina reconhece o valor jornalístico de fontes não anônimas, mas entendemos como prioridade não expor a mulher entrevistada quando ela correr perigo. Avaliamoscaso a caso as consequências da exposição da identidade da entrevistada, bem como explicamos abertamente a ela tudo que pode estar envolvido, para que a escolha seja feita com consciência e informação;

REGRAS BÁSICAS SOBRE DADOS, NÚMEROS E ESTUDOS

- Como explicitado na nossa política de erros acima, toda a informação publicada por AzMina é checada epassa pela edição de ao menos duas profissionais;
- Sempre que possível, usamos a fonte original, linkando o estudo completo citado para que nossasleitoras e leitores vejam na íntegra e possam formar opiniões mais profundas;
- Sempre damos o crédito! Nos inspiramos em outra reportagem ou coluna? Citamos a reportagemexclusiva ou dados de outra mídia? Damos o crédito e link à fonte;
- Quando não é possível localizar o estudo completo em português a tempo do fechamento da reportagem,checamos com ao menos três fontes de credibilidade socialmente reconhecida na área em questão, e atribuímos a informação a uma dessas fontes. Por exemplo: Se o especialista Fulano diz que, segundo um estudo do Ministério da Saúde, 10% das mulheres têm câncer de mama e o ministério não nos fornece o estudo no tempo necessário para publicação da reportagem, confirmamos o dado com outros

  dois especialistas ou instituições e não atribuímos ela ao Ministério da Saúde, mas ao especialista Fulanoque é, na realidade, quem serviu de fonte de informação à revista.
- Buscamos sempre trazer uma visão crítica dos números centrais à reportagem (isso não vale paranúmeros acessórios), trazendo contrapontos e explicando como eles foram obtidos.
- Quando se tratam de dados oficiais, ou seja, do governo, buscamos sempre que possível e necessário consultar fontes alternativas, que podem subsidiá-los ou contrariá-los.
- Registramos isso no texto; Sempre explicamos a metodologia usada nos levantamentos para que o leitor e leitora possam decidir seconsideram uma metodologia válida;
- Sempre informamos as fontes dos dados, citando também o ano do levantamento;
- No uso de dados públicos, mantemos registro das informações levantadas, para além dos resultadosconsolidados para análise;

- Primamos pela transparência e informações abertas. Nos levantamentos realizados pela equipe AzMina,disponibilizamos os dados brutos e a metodologia do levantamento para uso por quaisquer interessados;
- No uso de tecnologias de automação e inteligência artificial para levantamento de dados, divulgamostambém o código usado, tanto para fins de transparência, quanto para que possa ser adaptado e usadopor outras iniciativas.

O QUE DIZEMOS E O QUE NÃO DIZEMOS (E O QUE ISSO DIZ SOBRE NÓS)

- AzMina não usa @ ou X como caracteres para neutralidade de gênero porque esse uso não é inclusivo com pessoas com deficiências visuais, já que seus leitores automáticos não conseguem entender as expressões. Em vez disso, buscamos uma linguagem sem gênero e, se não for possível, usamos o feminino e o masculino. Por exemplo: "Todos e todas gostam de chocolate" ou "Todas as pessoas" e não"TodXs" ou "Tod@s" ou ainda "Todes" somente;
- AzMina não usa eufemismos para falar de gordura porque gordura não é defeito. Usamos "gorda" e não"curvilínea", "gordinha" ou "rechonchuda" (a não ser que seja para se referir a crianças). Plus size é tamanho de roupa, pessoas não são plus size. Não falamos modelos plus size, falamos em modelos gordas ou, apenas, modelos;
- AzMina evita o uso do adjetivo "obesa" (o), para evitar a visão medicalizadora que associa gordura comdoença (para entender melhor o debate, leia essa reportagem);
- AzMina não infantiliza ou trata suas leitoras com condescendência. Não usamos expressões como"menina", "senta aqui com a tia" ou similares;
- AzMina não usa termos como "crime passional" ou "assassinato por ciúmes" porque acredita que essescasos não podem ser romantizados e o amor não pode ser usado de justificativa para o feminicídio; AzMina jamais usa a palavra "sexo" para falar de estupro;
- AzMina não aborda, jamais, a reputação, comportamento ou roupa da vítima em matérias sobreviolência contra a mulher;
- Não reproduzimos termos e conceitos em inglês sem adaptá-los ao idioma português e à realidade doBrasil. Essa medida visa tornar a informação democrática e descolonizar o feminismo brasileiro;
- Ao se referir a pessoas negras, não usamos termos como "morena", "mulata" ou "de cor";
- As seguintes expressões são vetadas por serem racistas: mulata, inveja branca, "neguinho faz isso", diade branco, judiar, baianada, "cara de cearense", "programa de índio" e similares;
- Quando tratamos de deficiências, dizemos "pessoa com deficiência" e não "pessoa portadora de deficiência". Jamais usamos "necessidades especiais" ou "deficientes", pois são considerados termos capacitistas. Abordamos os temas seguindo as boas práticas recomendadas pelo Manual de JornalismoHumanizado do Think Olga.
- A expressão Doença Rara (DR), segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), só pode ser usada paradoenças que afetam até 65 pessoas em cada 100 mil indivíduos, ou seja, 1,3 para cada 2 mil pessoas.
- AzMina busca evitar estereótipos do que é entendido como "feminino" ou "masculino" no que se refereao jeito de se portar, se vestir, pensar, maternidade, entre outros. Evitamos frases como "típico de mulheres" e "típico de homens";
- Exploração sexual ocorre quando há sexo forçado entre um adulto com um menor de idade ou pessoaadulta que não consente com o ato. Trata-se de estupro mediado pelo dinheiro.
- Tráfico sexual ocorre quando existe ganho financeiro em cima do trabalho sexual forçado de outra pessoa. Por exemplo: nocaso de uma menina de 14 anos, o cliente é explorador; o cafetão, traficante sexual.
- AzMina adota a auto-identificação de gênero, raça e orientação sexual como critério para classificar as pessoas. Na dúvida, perguntamos à entrevistada ou ao entrevistado com que pronome, por exemplo, prefere ser tratada ou tratado;
- Optamos pela palavra "transgênero" e não "transexual", mas sempre perguntamos à entrevistada comoela se define;
- AzMina preza pela forma como as pessoas falam e acredita que essa é uma informação

importante para areportagem. Não alteramos as falas das pessoas para a norma culta da língua, respeitamos suas escolhas linguísticas. Alterações em falas só são admitidas quando é necessário resumir ou adaptar para a compreensão escrita, desde que isso não altere o significado do que a pessoa diz;

- Não usamos as palavras "mãe", ou correlatas, e "bebê", ao falar de aborto. A maternidade está relacionada à escolha da mulher. Usamos sempre "mulher" e "feto" nesta cobertura. Para cobertura deaborto, seguimos as orientações do Manual de Jornalismo Humanizado da Think Olga;
- Não usamos a expressão "pró-vida" para nos referirmos aos grupos que são contrários ao direito de escolha da mulher, uma vez que a criminalização do aborto causa muitas mortes de mulheres no Brasil.Nestes casos, optamos por "grupos contrários à legalização do aborto";
- AzMina procura não definir mulheres por sua cor ou identidade de gênero, a não ser que esta informaçãoseja realmente relevante para a reportagem;

CONDUTA DAS JORNALISTAS DA REVISTA AZMINA

- Nenhuma repórter pode ou deve cobrir assuntos que conflitem com interesses pessoais ou de seus familiares, amigos ou outros locais em que ela trabalhe ou invista;
- Repórteres da Revista AzMina não podem ter filiação partidária e devem evitar manifestar publicamentepreferências por candidatas ou candidatos específicos em eleições, pois isso pode afetar como o público enxerga sua cobertura jornalística;
- As repórteres não enviam as reportagens ou textos produzidos antes da publicação para aprovação pelasfontes, salvo exceções que devem ser conversadas com a editora antes;
- As colaboradoras d'AzMina podem apenas receber presentes simbólicos, que não excedam o valor de R$
  200. Tais benefícios se estendem a doações advindas de empresas, partidos políticos, ONGs e fontesouvidas em reportagens;
- Em caso de convites para refeições, doações de passagens ou hospedagem para realização de apuração, areportagem deve deixar claro ao leitor quem ofereceu o patrocínio em nota ao final da publicação.

Denúncias de violência

OUVIR A VÍTIMA RESPEITANDO O OUTRO LADO

- Ouvimos a declaração de mulheres vítimas de estupro e outras violências com respeito e sem duvidar desua palavra, mas sem presumir que sua versão é a verdade absoluta dos fatos;
- Acreditamos que a denúncia da vítima terá maior repercussão e será creditada socialmente se vier acompanhada de uma investigação jornalística que agregue outras provas e depoimentos de testemunhas sempre que possível. Isso não é duvidar da vítima, mas fortalecer a apuração do caso; Não chamamos os acusados de "estupradores", "agressores"
- ou "assassinos", mas, sim, "acusado deagressão, estupro, assassinato" ou "suspeito", a não ser que haja provas inegáveis do crime mesmo
  antes do julgamento, como vídeos do ato. Após condenação, é preferível uso de expressões que tragam adecisão da justiça, como "condenado por estupro";
- Da mesma forma, presumimos que a vítima não está mentindo até que se prove o contrário;
- Nunca apresentamos o relato de uma mulher com palavras que dêem a entender que ela pode estarmentindo. Assim, preferimos "fulana conta" e "fulana diz" a "fulana alega";

- Sobre ouvir o outro lado e divulgar suas falas, acreditamos que há casos em que não se aplica: a) quandohá provas definitivas de que a pessoa cometeu atos de violência como feminicídio, estupro, agressão contra a mulher, racismo, etc. Acreditamos que não é nosso papel dar espaço para falas de um agressor.
  b) quando a pessoa ouvida diz mentiras, discurso de ódio ou violento ou desinformação – nestes casos, aRevista AzMina debaterá internamente sobre a validade de divulgar ou não o que foi dito e se responsabilizará por divulgar a informação correta, caso opte por publicar a desinformação dita;

- AzMina segue as recomendações do Manual de Jornalismo Humanizado do Think Olga para coberturas de casos de violência contra a mulher e do Manual de Boas Práticas para Cobertura de Violência contra aMulher do UOL.

QUANDO CITAMOS AGRESSORES PELOS NOMES

- Citamos pelo nome pessoas públicas;
- Só citamos pelo nome pessoas não-públicas quando já tiverem sido condenadas, o caso já for de conhecimento público amplo ou a apuração aprofundada apresentar elementos suficientes para uma grande probabilidade de culpa e necessidade de investigação que não está sendo conduzida pela polícia. Mesmo nestes casos, a repórter deve tomar a decisão em parceria com sua editora e sempre se referir aoacusado como "acusado" ou "suspeito".

Questões legais

USO DE IMAGENS

- AzMina não publica ou divulga imagens de pessoas sem sua autorização, salvo no caso de uso deimagens de figuras públicas ou reprodução de imagens amplamente divulgadas;
- AzMina procura incluir a maior diversidade possível de corpos em suas imagens representativas, sempre destacando a multiplicidade do ser mulher, sem reforçar padrões estéticos;
- AzMina procura produzir suas próprias imagens, mas quando necessário, faz uso de bancos de imagempúblicos ou acervos digitais de livre reprodução, dando os devidos créditos;
- AzMina não usa imagens de mulheres grávidas ou de bebês e fetos para ilustrar conteúdos sobre aborto;
- AzMina não divulga imagens de pessoa trans anteriores à sua transição, a não ser que a divulgação seja combinada com a pessoa e tenha algum propósito informativo.

TRATAMENTO COM MENORES DE IDADE

- AzMina não expõe identidade ou rosto de menores denunciados, investigados ou condenados por crimesou vítimas de violência sexual, mesmo que o resto da imprensa o esteja fazendo – exceção para casos de pessoas públicas ou filhos de pessoas públicas em casos de amplo conhecimento. No último caso, faz-sereferência aos pais mas não publicamos o nome ou imagem do ou da menor;
- AzMina não entrevista menores sem a autorização dos pais ou responsável a não ser que essas crianças sejam vítimas de violência com as quais os pais sejam coniventes. Exemplo: crianças vítimas de casamento infantil ou exploração sexual;

- AzMina pede autorização por escrito, assinada por um dos pais ou responsável, para publicar fotos ouvídeos de menores de idade que não se enquadrem nos casos anteriores.

Acessibilidade

- Toda imagem publicada no site ou rede social d'AzMina deve vir com campo "descrição de imagem" preenchido com uma descrição detalhada da imagem por escrito, descrevendo cores e figuras, bem como transcrevendo eventuais textos, para que leitores para pessoas com deficiência visual possam realizar aleitura;
- Quando não houver o campo "descrição da imagem" na plataforma de publicação, a imagem deve serpublicada com o texto "Descrição da Imagem:", seguido de uma descrição por escrito dos elementosvisuais ali presentes;
- Todo vídeo produzido e publicado pela Revista AzMina deve contar com legendas por escrito;

Republicação

O conteúdo d'AzMina é livre de direitos autorais. Veículos de comunicação, blogueiros e pessoas físicas podem reproduzir as reportagens feitas pela Revista AzMina sempre que quiserem, é importante apenasseguir algumas regras:

Títulos e intertítulos podem ser alterados para se adequar ao estilo do veículo. O conteúdo não pode ser cortado, reduzido ou editado e nem retirado do contexto sem ser aprovado pel'AzMina.

Todas as republicações devem trazer o nome da Revista AzMina e da autora com destaque, na partesuperior do texto e o link para o texto original d'AzMina.

Interação com leitoras e leitores

- A gerência de comunidade da AzMina está presente nas redes sociais da AzMina (Instagram, Facebook,Twitter e Linkedin), e-mail (contato@azmina.com.br) ou Whatsapp.
- Os e-mails de contatos individuais das integrantes de nossa equipe não estão expostos publicamentepara segurança das próprias, evitando que sejam alvos de ataques misóginos e violentos.
- Respostas a leitores em nome da Revista devem ser dadas somente pela administradora de redes sociaise, quando ela for a autora da postagem, por sua suplente. Em casos de risco à reputação da revista, a resposta deve passar pela aprovação de ao menos uma das diretoras;
- AzMina não tagueia oficialmente as leitoras que escrevem para nós para evitar que elas sejam vítimas deperseguição. A única exceção é para pessoas públicas;
- AzMina não tolera violência e discurso de ódio e outros crimes e comentários com esse teor serãodeletados, bem como os usuários que os fizerem bloqueados do perfil;
- AzMina procura responder todas as mensagens recebidas, seja pelas redes sociais, e-mail ou Whatsapp.Para assuntos em comum e recorrentes, as respostas são guiadas por orientações discutidas coletivamente pela equipe. Já casos específicos são respondidos caso a caso.

Ficamos sempre felizes de falar com vocês, nossas leitoras e apoiadoras! Como somos uma equipepequena, pedimos um pouco de paciência e compreensão quanto ao prazo da resposta, ok!?

Para facilitar, respondemos algumas questões abaixo. Veja se já ajuda:

TRABALHAR N'AZMINA

Nosso time está completo e ainda estamos entendendo como viabilizar essa equipe e os projetos a longo prazo! Siga AzMina nas redes sociais e assine nossa newsletter para acompanhar a divulgação de oportunidades.

SUGERIR UMA REPORTAGEM

Você pode ler mais sobre nossa política de freelancers e sobre como sugerir uma pauta nesse link aqui.

PROPOSTAS COMERCIAIS

Para propostas comerciais, você pode entrar em contato pelo comercial@azmina.com.br.

Caso essas respostas não tenham resolvido sua questão, envie um e-mail para contato@azmina.com.br eresponderemos assim que possível.